



HISTÓRIA

HISTÓRIA GERAL

E HISTÓRIA DO

BRASIL

Editora: Valley Editora Ltda.
Direção: João Vicente Strapasson Silveira Netto
Gestão: Vinícius Azambuja de Almeida
Coordenação Editorial: Camila Nunes da Rosa
Coordenação Pedagógica: Vanessa Bianchi Gatto
Autoria: Devis Jhones Garlet
Organização: Waldy Luiz Lau Filho
Revisão técnica: Mateus Beltrame
Revisão Editorial: Alana Hoffman
Caroline Guerra
Pesquisa Iconográfica*: Camila Nunes da Rosa

*As imagens identificadas com a sigla BID pertencem ao Banco de Imagem e Documentação da Valley Editora.

Programação Visual: Sibebe Righi Scaramussa
Edição Eletrônica: Camila Nunes da Rosa
Camile Pires Weber
Juliana Facco Segalla
Sibebe Righi Scaramussa
Wagner de Souza Antonio
Capa: Camile Pires Weber
Ilustrações: Fabiano da Costa Alvares
Gabriel La Rocca Coser
Sibebe Righi Scaramussa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

H673

História / Devis Jhones Garlet, Waldy Luiz Lau Filho (organizador). Santa Maria: Valley Editora, 2022.

V. 1
268 p.

ISBN 978-65-89574-68-2

1. Pré-história 2. Descobrimento 3 História I. Título

CDU 94

Bibliotecária responsável Trilce Morales – CRB 10/2209

Coleção 2024

Sistema de Ensino



Comercialização e distribuição: NTRV Distribuidora

SUMÁRIO

Unidade 1

- 5 Introdução ao estudo da História e a evolução humana

Unidade 2

- 9 Mundo antigo I: as primeiras civilizações no Oriente

Unidade 3

- 13 Mundo antigo II: as civilizações clássicas do Ocidente

Unidade 4

- 19 Mundo medieval Oriental e Ocidental: organização produtiva, imaginário e cultura

Unidade 5

- 28 Mundo moderno I - Séculos XV e XVI: estruturação política, econômica e cultural



» Introdução ao estudo da História e a evolução humana

• História e cidadania

Refletindo

A III Revolução Industrial viabilizou uma nova relação entre a humanidade e os tradicionais conceitos de tempo e espaço, comprimidos, interligados e acelerados pelo fenômeno da globalização. Nesse novo cenário, a rapidez das transformações tecnológicas, a difusão instantânea das informações e a crescente cultura consumista influenciam os mais diversos âmbitos da vida privada e pública, a exemplo da arte, da religião, das relações intersubjetivas e da história. A sensação é a de que vivemos em um constante presente, desvinculado do passado, entendido como algo obsoleto e prescindível.

No entanto, nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, diversos pensadores, dos mais variados campos do saber, vêm enfatizando a necessidade de valorizar o passado como fonte de conhecimento capaz de instrumentalizar o indivíduo para uma atuação consciente e crítica quanto ao seu mundo contemporâneo. Nesse sentido, noções de história e de memória ganham relevo justamente na difusão de um ideário que oriente o reconhecimento da pluralidade cultural, étnica e de gênero e na tomada de ações pautadas por uma ética solidária e respeitadora da humanidade. Ao mesmo tempo, a história vem sendo revisitada e questionada criticamente, de forma a evidenciar que sua escrita reconstitui uma parte específica da realidade, no tempo e no espaço, segundo posição ideológica idiossincrática.

Em outras palavras, é preciso reconhecer que a produção da história geralmente é levada a cabo pelos grupos que exercem o poder, os quais elegem certos aspectos como verdades e silenciam (ou mesmo censuram) outros pontos de vista. É precisamente no “resgate” da história dos vencidos, das minorias, dos oprimidos, que a história e a memória têm contribuído para a percepção da história como construção social.

Teorias da História

Ao recuarmos para o século XIX, momento de nascimento da história como ciência, percebemos que tais preocupações não se faziam presentes. O positivismo, cujo expoente foi Augusto Comte, enfatizava uma noção linear, progressista, da história, que colocava como tarefa do historiador o registro imparcial dos fatos – por isso, a relevância de datas, nomes de líderes, batalhas e tratados dispostos em uma ordem cronológica segundo os valores da cultura ocidental europeia. O próprio termo *Pré-história* advém dessa teoria, uma vez que aceitavam como fonte para a pesquisa histórica apenas documentos escritos. Assim, o **Positivismo** alicerçou uma ciência histórica, mas foi indelevelmente eurocêntrico e valorizador das grandes personalidades, ocultando a multiplicidade humana que atualmente é objeto de importantes reelaborações da história.

No final do século XIX, com o **Marxismo – teoria materialista histórica e dialética** –, houve um significativo avanço na compreensão das realidades específicas, não mais entendidas somente pelos grandes feitos de reis, generais e líderes, mas também pela luta de classes. Marx concebeu uma abrangente teoria para compreensão e explicação da realidade, bem como para a intervenção nela. Destaca-se



História, do pintor grego Nikolaos Gysis (1892).

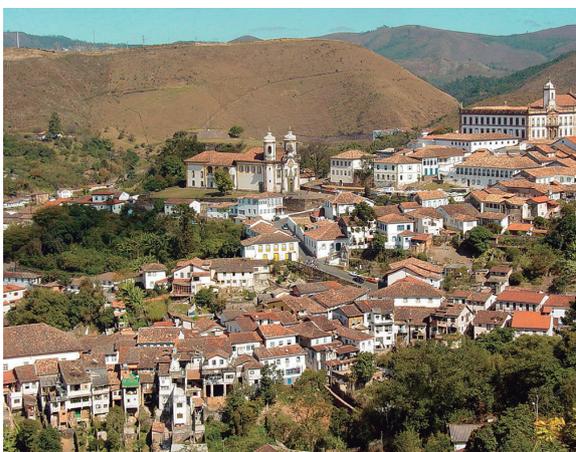
a noção de que específica conjuntura é formada pelas relações recíprocas entre a infraestrutura (base econômica) e as superestruturas (jurídica, política, moral, religiosa...) e dessas entre si, todas frutos da ação da humanidade. O conceito de modo de produção engloba a infraestrutura e as superestruturas, concedendo ênfase ao entendimento das relações de produção entre os detentores dos meios de produção e as forças produtivas, em franca e crescente contradição – tensão, luta – e que, ao atingir um estágio insolúvel, possibilita a mudança de modo de produção, dialeticamente. Com o marxismo, em síntese, temos uma concepção de história que privilegia a compreensão da luta de classes e a possibilidade de intervenção da humanidade na supressão da exploração social, unindo teoria e prática.

No início do século XX, com a **Nova História**, de Marc Bloch, ocorreu uma ampliação das áreas de estudo da história, destacando-se o cotidiano, as mentalidades, os vencidos, as minorias, entre outros. As próprias fontes de pesquisa ampliaram-se, passando a aceitar, também, registros orais, resquícios de utensílios, moradias, vestuário, fósseis e outros tantos elementos. É nesse sentido que, atualmente, fontes antes impensáveis passaram a ser



importantes para o historiador, a exemplo de obras artísticas (literatura, pintura, escultura, teatro, cinema), festas populares, monumentos, símbolos, tecnologias (rádio, televisão, internet), além das fontes orais, cada vez mais prestigiadas.

Os monumentos também são importantes mecanismos de perpetuação de uma memória oficial, na medida em que, geralmente, exaltam os feitos de grandes personagens da história ou representam coletividades. Também devemos considerar o conceito de **patrimônio histórico**, o qual se refere a um bem material ou imaterial que seja representativo de uma sociedade ou da humanidade.



A cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, é patrimônio histórico mundial desde 1980, de acordo com a Unesco.

As evoluções das teorias e dos métodos da história culminaram, na atualidade, na referida ampliação do escopo de estudo, não mais pretensamente neutro ou circunscrito aos grandes fatos, mas sobremaneira à compreensão de que a escrita da história é atravessada pela luta de classes, na qual os setores que detêm o poder em determinado período tentam impor sua versão da história, relegando ao esquecimento os setores oprimidos – agora, recrudescente objeto de estudo.

Nessa perspectiva, a **memória** adquire especial peso nas pesquisas mais recentes –, em especial, ao tornar conhecida a multiplicidade de “verdades” sobre o passado e contribuir para a revisão crítica da história tradicional. Paralelamente, o estudo da memória relaciona-se com a identidade na proporção em que a memória coletiva pode abranger certos ritos, emoções e celebrações que fazem mais sentido para determinado grupo do que as datas oficiais da história tradicional e asseguram uma **identificação coletiva**.

É preciso considerar, também, que a memória coletiva pode obliterar certos aspectos por meio do esquecimento daquilo que não interessa ao grupo. Esse esquecimento pode ser voluntário ou imposto, sendo também objeto de estudo do memorialista. Quando imposto, por exemplo, por regimes ditatoriais, resulta no apagamento, no silenciamento de vozes consideradas impertinentes aos detentores do poder. Em todo caso, cada vez mais a memória (individual e coletiva) tem sido objeto de estudo, contribuindo para uma história que enfoca a voz dos vencidos, das minorias, dos oprimidos.

Enfim, a História deve ser entendida como uma ciência que possui por objeto de estudo a humanidade social, inserida no tempo e no espaço, de forma plural, múltipla

e em constante modificação. É imperioso que tenhamos consciência de que se reconstrói parcialmente o passado, não sendo possível nem estudar toda a história nem reconstruí-la totalmente. Além disso, a pesquisa histórica – contrário senso – não parte do passado, mas dos problemas e das indagações do presente. O historiador retorna ao passado para compreender, a um só tempo, o antigo e o atual, e, assim, posicionar-se de forma consciente, crítica e interventora – posição de que todos necessitamos nos tempos atuais de imposição do “presente contínuo” para o pleno exercício da cidadania, da valorização da alteridade e da ética solidária e humanista.

Tempo e História

A História estuda a humanidade em sociedade no tempo e no espaço, sendo, então, a noção de tempo de fundamental importância. As convenções de tempo foram criadas por culturas diferentes em consonância com os interesses de grupos sociais, a exemplo da divisão do tempo baseada nos fenômenos da natureza para atender às necessidades da agricultura, como o calendário maia ou a concepção cíclica do Egito e da Mesopotâmia. Outros grupos obedecem a princípios religiosos, como o gregoriano, o judaico, o chinês e o muçulmano. O gregoriano, considerado o calendário mais difundido nas sociedades ocidentais atuais, parte de um evento considerado fundador: o nascimento de Jesus Cristo, o qual divide o tempo em dois grandes períodos, antes de Cristo e depois de Cristo.

Gregoriano	Islâmico	Judaico
		
Ano 1: nascimento de Jesus Cristo	Ano 1: Hégira – fuga de Maomé para Medina	Ano 1: criação do homem, segundo a Bíblia
Solar	Lunar	Lunissolar
2022	1443	5782

Evidentemente, a adoção de um calendário revela também uma rede de valores que forma determinada cultura. O controle do tempo, pela imposição de calendários, assume feição de nova organização, em um esforço para superar uma ordem estabelecida. Assim, por exemplo, durante a Revolução Francesa, os jacobinos criaram o calendário revolucionário, substituindo o tradicional gregoriano, em uma clara manifestação de uso político das convenções de tempo.

Devemos considerar, igualmente, a diferença entre **tempo cronológico** e **tempo histórico**, pois, além de revelarem posições ideológicas, podem não coincidir. Assim, podemos exemplificar essa diferença com base na convenção de século. Segundo o tempo cronológico, o século XX inicia-se em 1901 e vai até 2000. No tempo histórico, no entanto, o século XX corresponde ao período contemporâneo e tem como marco fundador o início da I Guerra Mundial, em 1914.



Apesar das diferentes concepções de tempo e calendários de cada cultura, de cada interesse político, **o calendário que se impôs – traduzindo os valores da cultura europeia, cristã e ocidental – foi o gregoriano.** Por meio desse calendário, que possui o nascimento de Cristo como ponto divisor, elaborou-se a tradicional divisão dos períodos da história, tomando-se por referência fatos considerados de capital importância no mundo ocidental, cristão e europeu.

Embora tal divisão seja questionável, uma vez que a queda de Constantinopla, em 1453, pode não ser importante para povos como os indígenas do Brasil, torna-se importante para fins didáticos, ou seja, para facilitar o estudo da história, de forma que os fenômenos históricos de nosso estudo serão dispostos na linha cronológica do referido calendário.

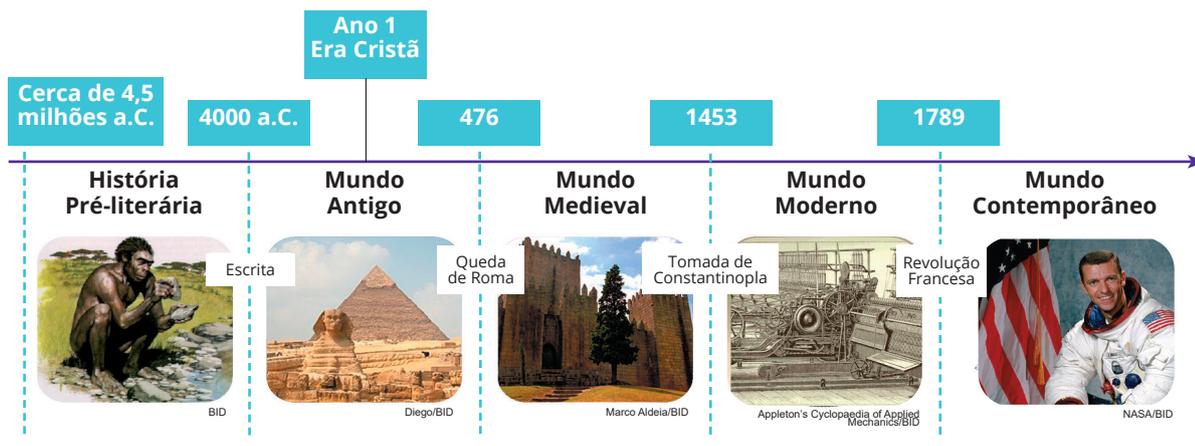
No entanto, devemos ter consciência de que ele reflete um conjunto de valores atrelados à cultura europeia,

sugerindo um progresso linear das sociedades. Dessa forma, os europeus puderam qualificar como inferiores as culturas ameríndias, pois elas não apresentavam uma organização política, econômica e social típica do ocidente europeu à época Moderna. Antes, apresentavam características que as aproximavam dos povos da Pré-história.

A referida qualificação pejorativa aos ameríndios faz parte de uma cultura etnocêntrica – eurocêntrica –, a qual julgava as diferentes culturas por critérios próprios, desconsiderando os valores do outro. Hoje sabemos que as culturas são diferentes, não sendo apropriado julgarmos uma específica cultura como superior ou inferior tendo como parâmetro nossos próprios valores culturais. Assim também no estudo da história, não devemos julgar o passado com um olhar carregado dos valores do presente, mas entendê-lo em seu conjunto cultural.

Feitas as devidas ressalvas, o modelo tradicional de periodização da história compreende as seguintes fases:

- ▶ **1. HISTÓRIA PRÉ-LITERÁRIA:** estuda o surgimento e a evolução da humanidade, estendendo-se até o surgimento da escrita, e das primeiras civilizações por volta de 4000 a.C.
- ▶ **2. IDADE ANTIGA:** do surgimento da escrita até a queda de Roma, em 476, subdivide-se em Oriental e Ocidental. A Oriental focaliza as Civilizações do Crescente Fértil, notadamente Egito e Mesopotâmia, onde predominou o modo de produção asiático. A Ocidental refere-se às sociedades do modo de produção escravista, Grécia e Roma, também conhecidas como Civilizações Clássicas.
- ▶ **3. IDADE MÉDIA:** da queda de Roma, em 476, até a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453. Também subdivide-se em Ocidental e Oriental. A Ocidental estuda a formação, o desenvolvimento e a crise do modo de produção feudal na Europa. Já a Oriental dedica-se aos impérios Bizantino e Árabe.
- ▶ **4. IDADE MODERNA:** de 1453 até a Revolução Francesa de 1789. Analisa a transição do feudalismo para o capitalismo e as repercussões na América.
- ▶ **5. IDADE CONTEMPORÂNEA:** de 1789 até os dias atuais. Elucida o modo de produção capitalista, seu triunfo, sua expansão, suas crises, sua vitória na Guerra Fria e no mundo atual.



Anotações:



• Origem, evolução e dispersão da humanidade: a História Pré-literária

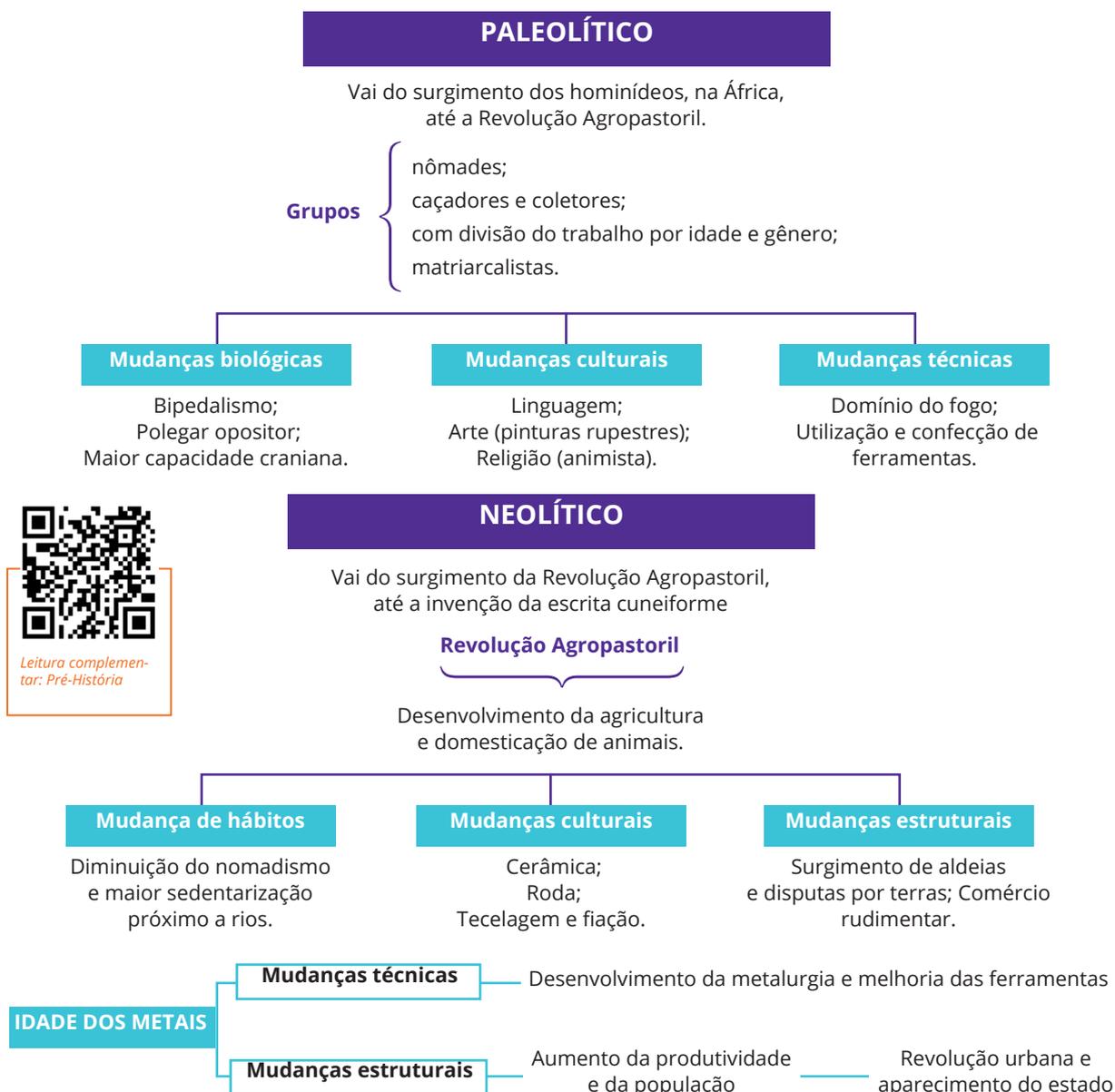
A presença humana na Terra é extremamente recente, ocupando um espaço-tempo ínfimo se comparado ao espaço-tempo do planeta. Apesar desse pouco tempo de existência da humanidade, sua ação no meio natural transformou radicalmente paisagens e moldou uma multiplicidade de culturas que se desenvolveram, se extinguíram ou sobreviveram até os dias atuais. De fato, por meio do trabalho e da capacidade de produzir cultura, a humanidade diferenciou-se substancialmente dos demais espécimes do reino animal, sobretudo na sua capacidade racional.

Podemos, tradicionalmente, dividir a história da origem da humanidade em **Paleolítico**, em que se desenvolveram as primeiras ferramentas e se descobriu e dominou o fogo; o **Neolítico**, em que a humanidade desenvolveu a agricultura e a domesticação dos animais, possibilitando sua sedentarização, isto é, seu estabelecimento em um lugar fixo e o desenvolvimento de futuros pequenos núcleos urbanos; e a **Idade dos metais**, na qual a humanidade desenvolveu a metalurgia, o que proporcionou grandes transformações na produtividade e na vida em sociedade.



Um diorama do Museu Nacional da Indonésia, Jacarta. Retrata o modelo em tamanho natural de uma família de um Homo erectus.

*Mais informações na seção *Demais Vestibulares*.

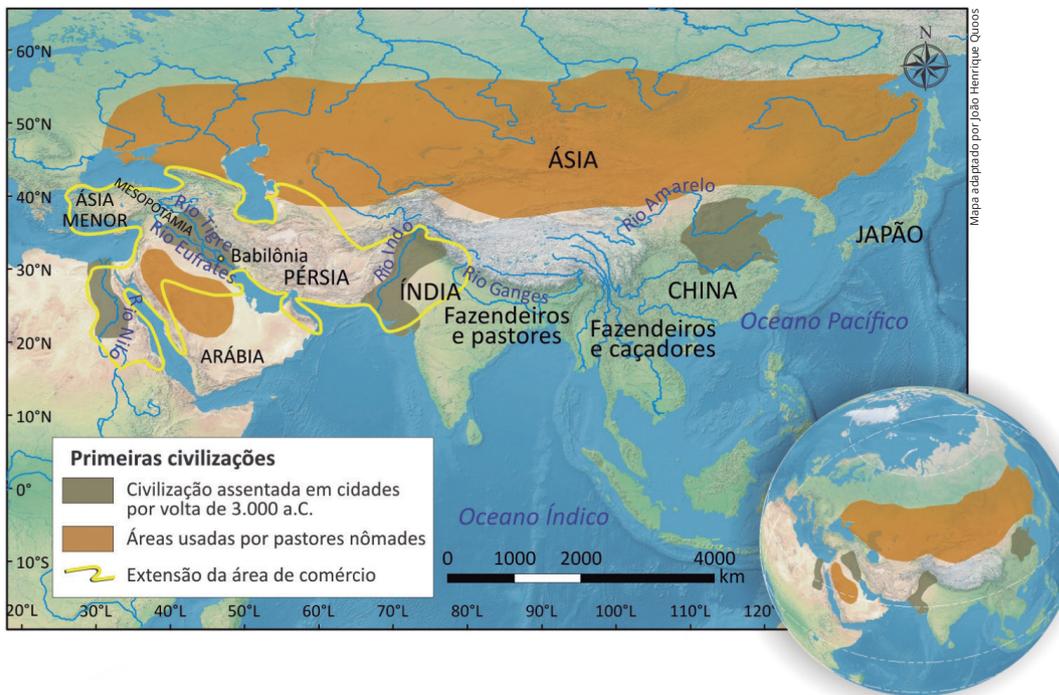




» Mundo antigo I: as primeiras civilizações no Oriente

• Mundo Antigo Oriental

Localização das Primeiras Civilizações.



A **Mesopotâmia** e o **Egito** formaram-se às margens dos grandes rios e das terras férteis dos seus leitos. Com o gradativo aumento populacional, foram necessárias obras de irrigação (canais, barragens, desvios, diques) que influenciaram a formação dos primeiros Estados. Pela dependência em relação ao controle das águas desses rios, Mesopotâmia e Egito ficaram conhecidos como **Civilizações do Crescente Fértil**, **Estados Hidráulicos** ou **Impérios Teocráticos de Regadio**.

Quanto à organização produtiva, prevaleceu o **Modo de Produção Asiático** (ou despotismo tributário oriental). Ele se caracterizava pela existência de um soberano (faraó no Egito e rei na Mesopotâmia) que detinha funções administrativas, políticas, militares e religiosas. Havia uma forte ligação entre o poder político e o religioso, fato que caracterizava a **teocracia**. Além disso, esse soberano personificava o Estado, e todas as terras pertenciam a ele, dirigente maior dos trabalhos agrícolas e das obras consideradas públicas. Nesses trabalhos, requeria-se a participação compulsória da população aldeã, além de alguns escravos. Essa forma de trabalho foi denominada de **“servidão coletiva”**. Completava esse sistema de dominação o pagamento de tributos ao Estado. Percebemos, portanto, que as populações empobrecidas eram duramente exploradas pelo Estado, caracterizando o despotismo oriental.



Região do Crescente Fértil

A região recebe o nome de Crescente Fértil pelo fato de seu traçado ser semelhante à Lua na fase de quarto crescente e pela presença de grandes rios, que tornam a região extremamente propícia para a prática da agricultura.

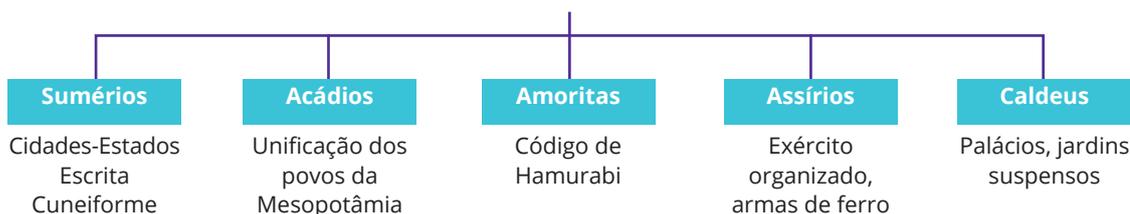


Civilização da Mesopotâmia

Mesopotâmia, terra entre os rios Tigre e Eufrates, na Antiguidade, ocupou uma vasta região situada no Oriente Médio, que corresponderia aos atuais territórios do Iraque, principalmente, do Kuwait, da Síria e do sul da Turquia. Por volta de 4000 a.C., estabeleceram-se na região sul, ao redor das terras propícias à agricultura, os sumérios, considerados a primeira civilização da humanidade.

Entretanto, sucederam-se, no domínio da região, vários povos que disputavam as terras férteis e a água dos rios. Destaquemos algumas características dos povos mesopotâmicos.

POVOS QUE HABITARAM A MESOPOTÂMIA



ECONOMIA

Na área econômica, prevaleceu a agricultura de regadio. Além disso, desenvolveram significativamente o comércio e o artesanato. Para o cultivo agrário, desenvolveram grandes obras de irrigação, sendo fundamental o controle das águas dos rios Tigre e Eufrates.

RELIGIÃO

Em termos de religião, eram politeístas e adoravam os astros e as forças da natureza, representadas de forma antropomórfica. A crença na vida após a morte era reduzida, limitando-se à construção de túmulos. Sobretudo, dedicavam-se às oferendas e à construção de templos, visando a recompensas terrenas. Entre os principais deuses, estão: Marduc, deus babilônio criador do universo, e Ishtar, divindade feminina.

CULTURA

No plano cultural, seu legado é expressivo, destacando-se:

- ▶ Zigurates, ou seja, pirâmides que abrigavam templos, celeiros e oficinas. Eram construídas com tijolos de argila.
- ▶ Matemática, com divisão da circunferência em 360 graus, além das operações de multiplicação, divisão, soma, subtração, raiz quadrada e cúbica.
- ▶ Baixos relevos, em geral, dedicados aos deuses ou aos grandes feitos dos reis.
- ▶ Crença no zodíaco.
- ▶ Divisão do ano em 12 meses e das semanas em 7 dias. Cada dia tinha 24 horas.
- ▶ Literatura, com a Epopeia de Gilgamesh, que possivelmente inspirou a descrição do dilúvio na Bíblia.

Anotações:



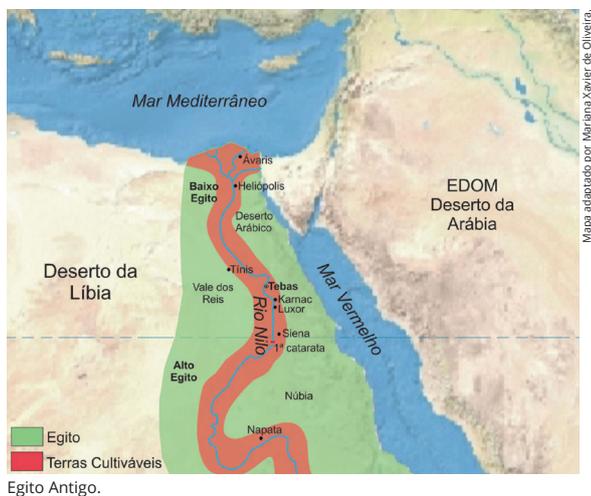
Alto-relevo de Ishtar, divindade babilônica da fertilidade, cerca de 1750 a.C.

Egito Antigo

A civilização egípcia floresceu às margens do rio Nilo, no nordeste da África. As periódicas inundações do Nilo fertilizavam as terras que o margeavam, criando um terreno propício à agricultura. Perceba, portanto, a importância vital desse rio para o Egito. Conforme relatou o historiador grego Heródoto, "O Egito é uma dádiva do Nilo".

Entretanto, nem sempre houve um Estado egípcio unificado e faraônico. Inicialmente, pequenos grupamentos humanos se estabeleceram às margens do rio Nilo sob a forma de comunidades aldeãs autônomas, denominadas nomos. Por volta de 3500 a.C., os 42 nomos existentes fundiram-se em dois reinos, o Alto e o Baixo Egito, sendo unificados, em **3200 a.C.**, por Menés, o qual se tornou o primeiro faraó do **Egito unificado**.

ECONOMIA, SOCIEDADE, RELIGIÃO E CULTURA NO EGITO ANTIGO



Na esfera social, destacava-se a figura do faraó, considerado um deus vivo na Terra. O poder era totalmente centralizado no faraó. As camadas empobrecidas, como camponeses e escravos, eram exploradas pelas camadas dominantes, nas quais se salientam: a nobreza, os sacerdotes, os guerreiros, os comerciantes e os escribas. O poder do faraó fundamentava-se na religiosidade, caracterizando a teocracia.

No plano econômico, desenvolveram diversas atividades, como pecuária, artesanato, comércio e importante construção náutica. Entretanto, evidentemente, a agricultura de regadio foi o principal destaque, com produtos como cereais, algodão, linho e papiro.

A religiosidade estava presente em todas as esferas da constituição social do Egito, da política até a cultura. Eram politeístas, possuindo divindades na forma animal (zoomorfismo), humana (antropomorfismo) e animal e humana conjugadas (antropozoomorfismo). Entre os principais deuses, estão: Amon-Rá, Osíris, Ísis, Set, Anúbis, Hórus e Ápis. Além disso, acreditavam na imortalidade da alma e no retorno ao corpo. Daí a necessidade de técnicas de mumificação, para conservar os corpos, os quais eram acompanhados nas tumbas por objetos que seriam úteis na outra vida. Com as técnicas de mumificação, desenvolveu-se a anatomia e a medicina, inclusive, com intervenções cirúrgicas.

Quanto à **cultura**, bastante ligada à religiosidade, deixaram um expressivo legado, cabendo destacar:

- ▶ arquitetura e engenharia, como as pirâmides de Gizé e os templos religiosos de Luxor e Karnak;
- ▶ calendário solar de 12 meses de 30 dias;
- ▶ pintura, marcada pela ausência de perspectiva;
- ▶ estudos de anatomia e medicina;
- ▶ escrita: hieroglífica, considerada sagrada; hierática, mais simples que a hieroglífica, utilizada pelos escribas; e demótica, destinada ao uso cotidiano. Em 1822, o francês Champollion codificou a escrita hieroglífica.

Fenícios

Os fenícios, no atual Líbano, foram os maiores navegadores e comerciantes da antiguidade. Organizavam-se em cidades-estado governadas pelos sufetas. Foram os criadores do alfabeto fonético e de uma religião politeísta.

Persas

Os persas ocuparam, em especial, o que corresponde hoje ao Irã. Destacam-se Ciro, O Grande; Cambises e Dario I, criador das satrapias e da moeda chamada *dárico*. Sua religião era dualista, criada por Zoroastro.

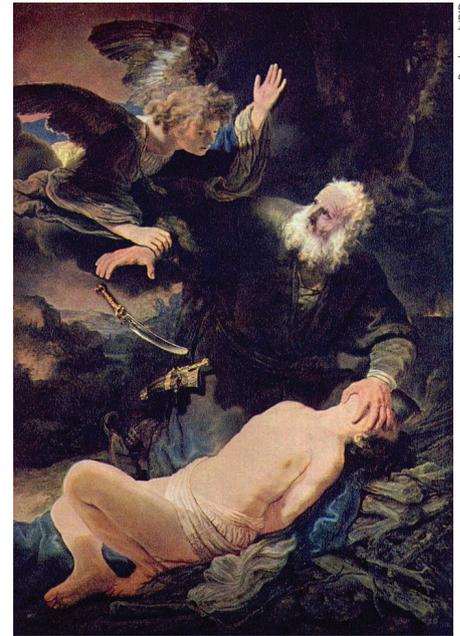
Anotações:



Hebreus

A História hebraica divide-se em:

- ▶ **Patriarcado:** destaca-se Abraão, que iniciou o monoteísmo e levou os hebreus da Mesopotâmia até a Palestina, a Terra Prometida, onde iniciaram os conflitos com cananeus, filisteus, entre outros. No Egito, foram escravizados, e a fuga foi conduzida por Moisés. Essa fuga é denominada ÊXODO. Moisés também recebeu o decálogo.
- ▶ **Juizado:** salienta-se Sansão, com várias vitórias, mas sem a conquista de toda a região.
- ▶ **Monarquia:** Saul foi o primeiro rei; Davi derrotou Golias, consolidando o reino, e Salomão, com a cobrança de tributos, construiu o Templo de Jerusalém. Houve a divisão do reino em Israel e Judá, fato conhecido por CISMA. Com a invasão romana, ocorreu a dispersão dos hebreus pelo mundo – DIÁSPORA.
- ▶ No século XX, os hebreus, denominados a partir de então de judeus, foram alvo das perseguições de Hitler, que promoveu o Holocausto judaico – mais de 6 milhões de judeus mortos. Após a II Guerra Mundial, a ONU criou o Estado de Israel na Palestina, em 1948, com a volta de milhares de judeus. Era o chamado SIONISMO. Recomeçam os conflitos dos judeus apoiados pelos EUA, agora contra os palestinos e parte da comunidade árabe.



Segundo tradição judaica, Deus pediu a Abraão que sacrificasse seu filho Isaaque. Ele mostra obediência ao Senhor, mas é impedido por um anjo.

FENÍCIOS



BID

- ▶ vidro transparente;
- ▶ alfabeto com 22 letras;
- ▶ comércio;
- ▶ navegação.



Leitura complementar: Egito Antigo

PERSAS



BID

- ▶ expansão territorial;
- ▶ rede de Satrapias;
- ▶ sistema fiscal – “Olhos e ouvidos do Rei”;
- ▶ vasta rede de estradas;
- ▶ comércio com uso de moedas;
- ▶ Zoroastrismo – religião dualista.

LEMBRAR: Guerras Médicas – conflitos entre gregos e persas

HEBREUS



Gemäldegalerie, Berlin/BID

- ▶ **ÊXODO:** fuga do Egito – 1250 a.C.;
- ▶ **CISMA:** divisão em 2 reinos – 926 a.C.;
- ▶ **DIÁSPORA:** invasão romana – 70 a.C.;
- ▶ **SIONISMO:** movimento do retorno judaico para Palestina.

LEMBRAR: Monoteísmo – crença em um único Deus

*Mais informações sobre os povos da Antiguidade Oriental na seção *Demais Vestibulares*.





» Mundo antigo II: as civilizações clássicas do Ocidente

• Mundo Antigo Ocidental

Grécia e Roma constituem as denominadas civilizações clássicas, devido, em parte, às notáveis contribuições que legaram. Podemos citar, por exemplo, a noção de democracia, o teatro, a filosofia e a arquitetura, advindas do mundo grego, e a jurisprudência, proveniente da civilização romana. Um dos maiores destaques da cultura grega foi o poeta Homero, autor de **A Ilíada** e de **A Odisseia**. A primeira obra refere-se à Guerra de Troia, motivada por fatores políticos e econômicos, e pelo rapto de Helena pelo príncipe troiano Paris. No cerco à cidade de Troia, salienta-se o guerreiro heroico Aquiles. Já **A Odisseia** narra as aventuras de Odisseu (ou Ulisses) no retorno da guerra contra Troia para seu lar na Grécia, Ítaca. O trecho abaixo pertence à *Odisseia*:

“Quem quer que, por ignorância, vá ter às sereias, e o canto / delas ouvir, nunca mais a mulher nem os tenros filhinhos / hão de saudá-lo contentes, por não mais voltar para casa. / Enfeitado será pela voz das Sereias maviosas”.

Em termos econômicos, formaram o **modo de produção escravista**, em que os escravos, obtidos de dívidas ou de guerras, eram a base da mão de obra e realizavam todo tipo de tarefas.

Observe as afirmações de **Platão** e de **Aristóteles** sobre a escravidão, respectivamente:

“É próprio de um homem bem-nascido desprezar o trabalho”.

“O privilégio do homem livre não é a liberdade, mas a ociosidade, que tem por complemento o trabalho forçado dos outros, isto é, a escravatura”.

Vejamos, mais detalhadamente, o desenvolvimento desses povos.

Grécia Antiga





Busto de mármore de um Hoplita, guerreiro espartano, provavelmente do século V a.C.

A civilização grega concentrou-se na bacia oriental do Mar Mediterrâneo, entre os mares Egeu e Jônico. Dividia-se em Grécia continental, peninsular e insular.

Nessas regiões, as terras cultiváveis eram bastante escassas e com várias cadeias de montanhas, que favoreciam o isolamento geográfico e a formação de cidades-Estado autônomas, com a consequente fragmentação política, característica proeminente da Grécia.

FASES HISTÓRICAS

▶ **PRÉ-HOMÉRICO:** aconteceu o **povoamento** com povos indo-europeus e civilização cretense. Com a invasão dos dórios, ocorreu uma fase de retrocesso cultural e a **I Diáspora grega**.

▶ **HOMÉRICO:** predominou o ruralismo com as aldeias chamadas de **genos**. Com o aumento populacional, o genos entrou em decadência, em um processo que vai culminar na *pólis*: cidade-Estado. Ocorreu, ainda, uma colonização grega no sul da Itália, a chamada **II Diáspora grega**.

▶ **ARCAICO:** caracteriza-se pelas **cidades-Estado**, das quais se salientam **Atenas e Esparta**. Atenas notabilizou-se pelo intenso desenvolvimento cidadão e cultural. Fundada pelos jônios na região da Ática, dedicou-se ao comércio marítimo.

Quanto à sua organização política, evoluiu até a democracia, na qual participavam apenas os cidadãos, ou seja, homens filhos de pai e mãe atenienses, excluindo da vida política estrangeiros, mulheres e escravos.

Esparta, por sua vez, priorizou a sua qualidade guerreira. Localizada no Peloponeso, desenvolveu uma economia voltada para a agricultura. Politicamente, estruturou-se com a diarquia, a gerúsia, a ápela e o conselho de éforos.

▶ **CLÁSSICO:** é a fase das guerras no mundo grego. **Guerras Médicas** foram travadas entre gregos e persas, o maior império do período. Os persas, com Dario I e depois Xerxes, tentaram, sem sucesso, subjugar as cidades-Estado gregas. Após várias batalhas, como Maratona, Plateia, Salamina e Termópilas, os persas reconheceram a liberdade dos gregos. A segunda guerra do período foi a **Guerra do Peloponeso**, causada pelo imperialismo ateniense. Atenas contou com o auxílio da Liga de Delos, por ela chefiada, e de Esparta, com a Liga do Peloponeso. Ao final de longos e desgastantes conflitos, as cidades-Estado da Grécia ficaram debilitadas e foram dominadas pelos macedônios.

▶ **HELENÍSTICO:** fase em que **Alexandre, O Grande**, conquistou a Grécia e o Oriente, provocando a fusão da cultura grega com a oriental, denominada cultura helenística. Após a morte de Alexandre, o império macedônico foi dividido entre seus generais e entrou em declínio.

DEMOCRACIA GREGA

Na Grécia, **notadamente em Atenas**, surgiu a democracia, fruto de agitações sociais de segmentos desprovidos de direitos de participação política e da ação dos legisladores. Porém, a democracia antiga apresentava **limites estratégicos**, que permitiam o predomínio das elites agrárias, como os eupátridas atenienses. A participação cidadã **excluía estrangeiros, escravos e mulheres**, considerados seres inferiores na ordem social grega. Apesar disso, se comparada ao despotismo oriental, a democracia grega, mesmo limitada, elitista e escravista, significou um avanço considerável em termos de cidadania.

A democracia grega nasceu num cenário de instabilidades sociais vividas na pólis de Atenas. Diante da necessidade de resolver os problemas sociais, **legisladores** foram nomeados, dentre os quais destacam-se:

▶ **Drácon:** elaborou uma **codificação das leis orais por escrito**, tornando-as públicas. Eram leis severas com a pena de morte para a maioria dos crimes, mas não alterou os privilégios dos eupátridas.

▶ **Sólon:** promoveu uma ampla reforma político-social, instalando uma “República Censitária, fim da escravidão por dívidas”, devolução de terras aos proprietários endividados e estímulos ao comércio e ao artesanato.

Politicamente, criou: a **Bulé**, Conselho dos Quatrocentos, em que participavam homens das quatro tribos da Ática; a **Eclésia**, assembleia popular que aprovava as medidas da Bulé; e o **Helieiu**, tribunal de justiça para todos os cidadãos. As reformas de Sólon desagradaram a aristocracia eupátrida e tornaram os conflitos sociais mais intensos. Ascenderam ao poder os tiranos, como Pisístrato, Hípias e Hiparco. O primeiro promoveu a construção de obras públicas, embelezou a *polis*, estimulou a filosofia e a poesia, angariou o apoio das camadas pobres e intensificou o comércio marítimo. O último foi deposto por uma reação da aristocracia eupátrida.

▶ **Clístenes:** considerado o “pai da democracia”, aboliu o elemento censitário que norteava a participação política e dividiu Atenas em dez tribos, cada qual podendo eleger 50 membros para a Bulé. A Eclésia teve seu poder ampliado e indicava os dez estrategos, que exerciam o poder executivo. Criou, ainda, o **ostracismo**, como um sistema de defesa da democracia. Nele, todo aquele que ameaçasse o sistema democrático seria exilado por dez anos. Quanto à democracia ateniense, é fundamental que se estabeleçam suas características e que não confundamos “democracia antiga” com a democracia atual.

Na democracia de Atenas, participavam apenas os considerados cidadãos, ou seja, homens, livres, nascido em Atenas e filhos de pais e mães atenienses. Também há de se destacar o caráter direto do processo democrático, onde o cidadão participa criando e votando as leis e a isonomia total entre os cidadãos, independente de suas renda”.

▶ **Péricles:** já no período Clássico, **expandiu a democracia**. Construiu o templo do Partenon, em homenagem à deusa Atena, e construiu muralhas. Já no final das Guerras Médicas, empreendeu o imperialismo com recursos da Liga de Delos. Ainda em seu governo, destacou-se a produção cultural (lembre-se de que o desenvolvimento cultural e cidadão foram os grandes destaques de Atenas) e a valorização da cidadania, com destaque para pensadores como Ésquilo, Eurípedes e Sócrates, além dos artistas Fídias e Policleto.



MULHER NO MUNDO GREGO

A condição da mulher na Grécia antiga (e podemos estender essa característica ao mundo romano) era de **inferioridade e de submissão para com o homem**. Em Atenas, as mulheres deviam permanecer em suas casas, cuidando do lar, das tarefas domésticas e dos filhos, sem direito à cidadania e totalmente obedientes aos esposos. Em termos de educação, aprendiam com as mulheres próximas, como mãe e sogra, não recebendo uma instrução formal, esta destinada aos homens. **Exceção nessa regra eram as prostitutas, hetairas**, as quais aprendiam rudimentos de retórica, filosofia e música, com a finalidade de melhor atender aos homens.



Museu Arqueológico Nacional de Nápoles/Marie-Jean Nguyen

Afrodite de Cápua, Museu do Louvre. A escultura foi uma das artes mais desenvolvidas na Grécia Antiga, expressando perfeição formal, equilíbrio e serenidade.

Em Esparta, ainda que a situação também fosse de inferioridade, as mulheres gozavam de certos privilégios quando comparadas com as atenienses. Devido à formação militar, a mulher espartana recebia uma educação estatal, com ênfase na educação física, para que gerasse filhos saudáveis para o exército. Também podia circular pelas ruas livremente.

O papel das mulheres na sociedade grega era mais o de reprodutoras do que de iguais perante o universo masculino. Classificadas como inferiores, não seriam capazes de prover um amor verdadeiro, sendo frequente entre os gregos a relação amorosa (sexual ou não) entre dois homens. Essa singular visão do amor, que rebaixa as mulheres à condição de reprodutoras, pode ser exemplificada por Alexandre, O Grande. Esse rei, de origem macedônica, pupilo de Aristóteles, conquistou a Grécia no período Helenístico. No campo amoroso, manteve relação com um de seus generais, Hefestion, ao mesmo tempo em que casou com uma princesa oriental com o objetivo de ter filhos.

Se liga

Pensar a relação entre os gêneros no mundo antigo ocidental, além de iluminar pontos do passado histórico, ganha especial relevo nos tempos atuais, sobretudo

na ampliação do movimento feminista e nas diversas conquistas da mulher nos setores da política, da economia, da sociedade e da cultura. Apesar desses avanços, boa parte da sociedade ainda reverencia padrões culturais de cunho patriarcal, a exemplo da violência física contra a mulher, geralmente no âmbito doméstico. Por outro lado, também permite que efetue uma reflexão crítica e transformadora na aceitação das diferentes sexualidades e no respeito a elas, com destaque para as conquistas recentes do movimento homossexual.

CULTURA GREGA

A cultura grega, que teve seu esplendor no chamado “Século de Péricles”, valorizava a razão, o antropocentrismo, o humanismo e o universalismo (os quais serão retomados futuramente no movimento Renascentista do século XIV). Dentre os vários destaques culturais legados pelos gregos, salientamos:

► **Religião:** de caráter mitológico e politeísta, apresentava os deuses com a forma humana (antropomorfismo) e com características humanas, como o amor e o ódio. Os deuses habitavam o Monte Olimpo, chefiados por Zeus, e de lá interferiam na vida dos homens mortais. Por isso, eram necessárias oferendas, construção de templos, festas e jogos, como as Olimpíadas, para acalmá-los e conquistar seu apoio. **Entre os principais deuses temos:** Hera (esposa de Zeus e protetora do casamento); Hades (deus dos infernos); Dionísio (deus do vinho); Poseidon (deus das águas); Apolo (deus da luz, da beleza e das artes); Atena (deusa da sabedoria) e Afrodite (deusa do amor). Completava a religião a crença nos heróis ou semideuses, ou seja, pessoas nascidas da união de um deus com um mortal. Destacamos: Aquiles, Teseu, Perseu, Hércules, Prometeu, Édipo, entre tantos outros.



Tetrakys/BID

Atena, deusa da sabedoria na Grécia antiga.

► **Teatro:** Ésquilo (considerado “pai da tragédia”, escreveu: *Os Persas*, *Prometeu Acorrentado* e *Sete contra Tebas*); Sófocles (tinha como temática os conflitos entre o individual e o social, escreveu: *Édipo Rei*, *Antígona* e *Electra*); Eurípedes (crítico dos ricos e dos tiranos, escreveu: *Medeia*, *As Troianas* e *As Bacantes*) e Aristófanes (comediante autor de *As rãs*, *As nuvens* e *As vespas*).



▶ **História:** Heródoto (Guerras Médicas), considerado “pai da História”, e Tucídides (Guerra do Peloponeso).

▶ **Filosofia:** surgiu no período arcaico com a Escola de Mileto, com destaque para Tales, em que se buscavam explicações fundadas no racionalismo. Depois vieram os pitagóricos, que supervalorizavam a matemática na explicação dos fenômenos universais. Já para os sofistas, que não acreditavam em verdades absolutas, o homem era o centro de suas preocupações. Com o tempo, houve uma progressiva separação entre filosofia e ciência. Tal separação foi consolidada na época de Sócrates, no século V a.C. Sócrates foi feroz crítico da sociedade ateniense na época da Guerra do Peloponeso, sendo condenado e morto. Platão, seu discípulo, era conhecido como “teórico das ideias” e autor de *A República*. Por fim, Aristóteles fomentou o estudo da lógica, privilegiando o material em detrimento do ideal.

▶ **Arquitetura e escultura:** eram caracterizadas pelo humanismo, racionalismo, simplicidade, equilíbrio, ordem e harmonia. Na escultura, destacam-se Fídias, Míron, Ictínio e Calícrates. Na arquitetura, desenvolveram três estilos: o dórico (funcional, simples, com linhas retas e lisas); o jônico (caracterizado pela leveza e por decorações delicadas) e o coríntio (com decorações luxuosas e em abundância).



Templo do Partenon, Atenas. Observe que a beleza do templo, mesmo em ruínas, marca a cultura grega em geral.

A cultura grega, após um período de ênfase no pensamento mítico, pode ser caracterizada, em linhas gerais, pela valorização da razão e do antropocentrismo, convergindo para o humanismo. Esses valores foram a fonte de inspiração dos renascentistas, na Idade Moderna, sintetizados no classicismo.

JOGOS OLÍMPICOS

Os jogos olímpicos, exclusivos para homens, são assim denominados porque eram realizados em Olímpia, como uma celebração de paz entre os gregos e homenagem a Zeus. O espírito de confraternização fazia com que cidades em guerra suspendessem as atividades beligerantes por ocasião dos jogos. Por outro lado, também serviam como medida de tempo, pois eram realizados de quatro em quatro anos. A primeira Olimpíada teria ocorrido no ano de 776 a.C. Mais tarde, em 393 a.C., o imperador romano Teodósio suspendeu os jogos, os quais somente seriam retomados em 1896, em Atenas, sob patrocínio do francês Pierre de Coubertin.

*Mais informações na seção *Demais Vestibulares*.



Leitura complementar: *Grécia Antiga*

Anotações:



Roma Antiga

Roma surgiu a partir de um pequeno povoado de camponeses e pastores na Península Itálica, com forte influência de vários povos da região, como etruscos, sabinos, latinos, itálicos, samnitas e gregos. Segundo historiografia oficial, a data de sua fundação situa-se por volta de 1000 a.C.

Há, também, lendas que explicam a fundação de Roma, como a dos irmãos **Rômulo e Remo**. Segundo essa narrativa, descrita pelo historiador romano Tito Lívio, em *História de Roma*, e pelo poeta Virgílio, em *Eneida*, os irmãos foram jogados no rio Tibre por Amúlio, usurpador do trono de Alba Longa, que havia sido fundado por Enéas, descendente dos troianos. Salvos por uma loba, os irmãos, filhos do deus Marte com Reia Sílvia, foram resgatados por pastores e depuseram Amúlio. Em 753 a.C., fundaram Roma nas margens do Tibre e, devido a desentendimentos, Rômulo matou seu irmão e se tornou o primeiro rei de Roma.

À parte essa origem envolta em lendas, Roma apresenta três períodos para estudo: **Monarquia, República e Império**.



Leitura complementar:
Roma Antiga

Povos da Península Itálica (Século VIII a.C.)



Anotações:

PERÍODOS

▶ **MONARQUIA:** fase de povoamento da península itálica por povos de origem indo-europeia. **Formaram-se as classes sociais:** patrícios (grandes proprietários), plebeus (camponeses empobrecidos) e escravos.

▶ **REPÚBLICA:** período de hegemonia política e econômica dos patrícios por meio das instituições políticas da república, como o senado. A participação política, no início, era exclusividade da camada patrícia, fato que gerou revoltas da plebe. Entre as conquistas plebeias vale lembrarmos: **tribuno da plebe; Lei das XII tábuas; Lei Canuleia e Leis Licínias**. Nessa fase, destaca-se, também, a formação do poderoso exército romano, responsável pelo expansionismo territorial, sobretudo com as **guerras púnicas** contra Cartago, conflitos que geravam escravos para a economia romana.

Ocorreram, ainda, diversas manifestações populares, como a proposta de **Reforma agrária dos Graco** e a revolta dos escravos liderados por Espártaco. A partir da crise social instalada recorreu-se às ditaduras de Mário e Sila. Na transição para o Império, temos os **triumviratos**, sendo que Otávio centralizou o poder e tornou-se o primeiro imperador.

▶ **IMPÉRIO:** no **Alto Império** temos o apogeu de Roma com o governo de Otávio Augusto. Este implementou o expansionismo, a **pax romana** e a política do pão e circo. No **Baixo Império**, ocorreu a crise do século III, sobretudo pelo fim do expansionismo e a consequente carência de escravos; o **cristianismo** e a crise administrativa e militar. Alguns imperadores, como Diocleciano, Constantino e Teodósio tentaram superar a crise, sem sucesso. Esta crise, somada às **invasões bárbaras**, acarretaria o fim do Império Romano em 476.

CULTURA ROMANA

Roma formatou uma cultura original, com características próprias, como a praticidade, a ordem, a exaltação da disciplina, da coragem, da bravura e, também, da violência, verificada nos espetáculos de gladiadores, por exemplo. Porém, é importante frisar que a influência de outros povos foi bastante relevante, principalmente de etruscos, egípcios e gregos.



A pintura reconstitui um importante episódio dos debates do senado romano durante o século I a.C..

Entre os vários destaques da cultura romana, salientamos:

▶ **Direito romano:** a mais notável contribuição cultural de Roma. Dividia-se em: direito natural, civil e das gentes;

- ▶ **Arquitetura:** caracterizada pela grandiosidade e imponência, aliava à estética grega um sentido de funcionalidade. Além disso, construíam utilizando arcos, como no Coliseu e nos aquedutos. Destacam-se, ainda, pontes e estradas, fundamentais para a economia e as comunicações;
- ▶ **Escultura:** marcada pela reprodução de retratos, com cabeça e busto, e estátuas equestres. Diferia da escultura grega na medida em que não idealizava seus modelos, primando pelo realismo;
- ▶ **Literatura:** Virgílio (*Eneida*) e Tito Lívio (historiador);
- ▶ **Latim:** da língua latina originaram-se os idiomas português, italiano, espanhol, francês e romeno;
- ▶ **Religião:** fortemente influenciada pela religião grega, pregava o politeísmo, substituindo nomes das divindades gregas. Temos Júpiter (o Zeus grego), Vênus (a Afrodite grega) e Netuno (o Poseidon grego), entre outros. No culto, havia o familiar, geralmente dedicado aos ancestrais, e o público, dirigido pelo Senado.



O Coliseu foi um símbolo do Império Romano, utilizado para entretenimento. Hoje é uma das maiores atrações turísticas localizada no centro de Roma, um exemplo arquitetônico.



Os aquedutos demonstram o significativo desenvolvimento da engenharia romana, em especial pela utilização dos arcos e pela funcionalidade das obras.

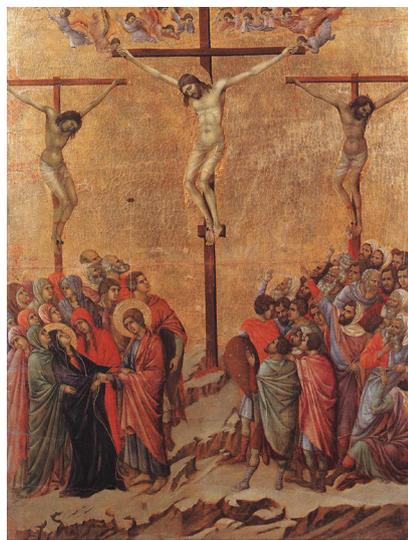


Indicação de filmes:
Mundo Antigo

CRISTIANISMO

O cristianismo originou-se na região da Palestina, mais precisamente na Galileia, com Jesus Cristo, o qual se apresentava como o Messias. Perseguido pelo judaísmo tradicional, principalmente pelos líderes religiosos, Jesus foi crucificado sob o governo do imperador romano Tibério, como uma **ameaça à paz da província**.

Mais tarde, Paulo levou os ensinamentos de Jesus para o ocidente e, em Roma, os primeiros cristãos (geralmente das camadas pobres, como plebeus e escravos) foram perseguidos e mortos, principalmente sob o império de Nero.



Cena da crucificação. Pintura de Duccio di Buoninsegna, 1308-1311.

Nos primeiros tempos em Roma, o cristianismo (primitivo) foi proibido. Assim, seus seguidores reuniam-se nos esgotos e nas catacumbas para realizar os ritos religiosos. Além disso, os cristãos foram severamente perseguidos pelas autoridades romanas, sobremaneira por negarem a divindade do imperador e pregarem o amor e a não violência, sendo levados para a morte em espetáculos públicos sangrentos.

Com o passar do tempo, a difusão do cristianismo atingiu também setores sociais mais privilegiados, e, por ocasião da crise do século III, aos poucos foi sendo incorporado pelo Estado romano.

Em **313**, o imperador **Constantino** concedeu liberdade de culto aos cristãos, pelo **Édito de Milão**. E, em **393**, o imperador **Teodósio** tornou o cristianismo a **religião oficial** do império romano. Com isso, a religião cristã cresceu, valendo-se do amparo estatal da construção de grandes templos (igrejas e catedrais).

Um dos primeiros símbolos dos cristãos primitivos foram o peixe e a inscrição grega *ichthys*, a qual significa "Jesus Cristo, Filho de Deus e Salvador". Com a crucificação de Jesus, a cruz passou a simbolizar a religião cristã, com a inscrição I.N.R.I., que significa "Jesus de Nazaré, Rei dos Judeus", placa colocada em tom de deboche pelos crucificados. Mais tarde, o **Concílio de Niceia**, realizado no atual território da Turquia em **325**, sob o governo do imperador Constantino, instituiu as bases da Igreja Cristã.

*Mais informações na seção *Demais Vestibulares*.





» Mundo medieval Oriental e Ocidental: organização produtiva, imaginário e cultura

• Idade Média Oriental

• Império Bizantino

O Império Bizantino, também denominado Império Romano do Oriente, formou-se a partir da grande cidade comercial de **Constantinopla**, antiga colônia grega chamada Bizâncio, contendo a expansão muçulmana e preservando a cultura clássica. Nos primeiros séculos, predominaram os costumes romanos, sendo gradativamente substituídos pelas tradições gregas. Exemplo disso é a oficialização do grego como idioma do Império no século VII.

No plano cultural, **Justiniano** construiu a **Catedral de Santa Sofia**, com mosaicos (a expressão típica da cultura bizantina) e abóbadas. É importante lembrar que a cultura bizantina formou-se a partir da **síntese de elementos cristãos, helênicos e orientais**. Nesse Império, destaca-se, na área política, o cesaropapismo, ou seja, o imperador comandava o poder temporal e espiritual. Também se pode mencionar o termo **“autocracia absoluta”**, em que o imperador (basileu) controlava as leis, o exército e a religião.

Entre os imperadores, salienta-se Justiniano (527-565), responsável pela reconquista de terras aos bárbaros, inclusive o território de Roma, embora de forma efêmera. Sua obra mais proeminente foi a compilação do Direito romano no chamado **Código de Justiniano** ou **Corpus Juris Civilis**.

Tratava-se de uma revisão e atualização do Direito romano, dividindo-se em: Código, reunindo todas as leis imperiais desde o imperador Adriano; Digesto ou Pandectas, a síntese e a análise dos jurisconsultos sobre as leis; Institutas, um manual para os estudantes de direito; e Novelas ou Autênticas, as novas leis.



Mosaico da Imperatriz Teodora e seu séquito.

Revolta de Nika

Devido aos altos gastos com luxuosidades, intrigas pelo poder e privilégios dos monges e sacerdotes, as despesas públicas se elevavam constantemente. Para custear tal situação, Justiniano recorria ao aumento dos impostos, gerando descontentamento em diversas camadas sociais.

Em 532, durante corridas realizadas no hipódromo, explodiu a Revolta de Nika (que significa vitória, o grito de guerra dos rebeldes). Nela confrontaram-se o Partido Azul, que apoiava Justiniano, e o Partido Verde, mais próximo da aristocracia e a favor da deposição do imperador. Apoiado por Teodora, sua esposa, Justiniano deslocou tropas para o centro da cidade de Constantinopla, reprimiu violentamente os rebeldes, resultando em mais de 30 mil mortos.

Religião

Na área religiosa, o cristianismo prevaleceu, embora com peculiaridades se comparado ao cristianismo sediado em Roma. No Oriente, a autoridade máxima, depois do imperador, era a do patriarca, e, em Roma, no ano de 455, o bispo romano era elevado à chefia de toda a Igreja, tornando-se o primeiro papa, Leão I. Assim, o patriarca estava em uma posição de subordinação ao papa, fato que gerou desavenças entre as autoridades religiosas de Roma e de Constantinopla, que se acentuaram gradativamente, criando uma situação bastante tensa.

Agravando esse contexto, desenvolveram-se no Oriente as **heresias**, ou seja, interpretações discordantes da Igreja de Roma.

Entre as heresias, temos a **iconoclastia**, que se constituiu em um movimento de destruição das imagens (ícones), em oposição às determinações de Roma, e o **monofisismo**, crença na natureza divina e espiritual de Cristo, tão somente. O ponto culminante desses conflitos religiosos foi a divisão da cristandade, denominada **Cisma do Oriente, em 1054**, da qual surgiram a Igreja Ortodoxa, chefiada pelo patriarca Miguel Cerulário, e a Igreja Católica Apostólica Romana, chefiada pelo papa Leão IX.



Queda do Império

Com a morte de Justiniano, em 565, o Império entrou em progressivo processo de desagregação. Foram **fatores catalisadores desse processo**: pressões expansionistas de povos bárbaros, árabes e turcos e crises religiosas, administrativas e econômicas (provocadas principalmente por gastos elevados). Outros fatores consideráveis foram a pilhagem de Constantinopla pela Cruzada Comercial e o encolhimento territorial do Império, reduzido à cidade de Constantinopla, em 1453.

Finalmente, após um cerco de sete semanas, os Turco-Otomanos, liderados por Maomé II, tomaram Constantinopla, marco final da Idade Média.

• Império Islâmico

Na Península Arábica, desenvolveram-se os árabes, que, em sua maioria, eram tribos nômades do deserto, também chamados de beduínos. Contudo, na faixa litorânea da península, formaram-se tribos sedentárias concentradas em **Meca**, um grande centro comercial e religioso, pois lá se encontrava o Templo da Caaba. Nesse local, cultuavam-se mais de 300 deuses e deusas, além da Pedra Negra, configurando um politeísmo religioso. Vigorava em toda a Arábia, então, a fragmentação política e a diversidade religiosa. Em 570, nasceu **Maomé**, que, após meditações, passou a pregar o monoteísmo, a crença em Alá.

Ao pregar a destruição dos ídolos da Caaba, Maomé foi expulso de Meca pelos sacerdotes politeístas e pelos líderes da **tribo Coraixita**, que comandavam a cidade. Desse modo, Maomé fugiu para Yatrebe (posteriormente chamada de Medina, a "cidade do profeta"), episódio conhecido como **Hégira (622)**, que marca o início do calendário muçulmano.

Em **Medina**, Maomé difundiu a religião muçulmana por meio da Guerra Santa, conseguindo formar um exército que conquistou Meca e destruiu os ídolos da Caaba, transformando Meca em um centro de orações islâmicas. A partir dessa época, Maomé expandiu o pensamento Islâmico por toda a Arábia, unificando politicamente as diversas tribos em torno da religião e formando um Império Teocrático e Militar.

Após a morte de Maomé, em 632, o Islã continuou sua expansão, agora com muito mais intensidade, com os califas, ou seja, os sucessores de Maomé e seguidores da Guerra Santa.



Grande Mesquita de Meca. Ao centro, o templo da Caaba.

Dinastia Omíada (661-750)

Com a morte de Maomé, iniciou-se um período curto de brigas entre famílias pelo poder da região. Após este período, teve início o governo da dinastia Omíada, os quais governariam o mundo islâmico entre 661 e 750, tendo sua capital localizada na cidade de **Damasco**.

O califado dos Omíadas transformou-se em um dos centros políticos, culturais, e científicos principais do início da Idade Média, sendo responsáveis pela **disseminação de valores da ciências e do saber filosófico**. Também foram os responsáveis pelo processo de difusão do Islã por toda a Ásia, África e Europa, ação essa que ficou conhecida como "arabização", através de um série de conquistas contra os impérios que habitavam a bacia mediterrânea.

Foi nesse período que o mundo árabe alcançou sua maior extensão territorial, somando territórios na Índia, Ásia Central, norte da África e Península Ibérica, sendo contidos pelos francos em 732, na Batalha de Poitiers

Dinastia Abássida (750-1258)

Já sob a dinastia Abássida, a unidade política deu lugar ao surgimento de **califados independentes**, como **Bagdá, Córdoba e Cairo**, que, gradativamente, levaram à **crise do Império Islâmico**. Nessa fase, aprofundaram-se as dissidências religiosas no interior do Islã com os **sunitas**, que acreditavam na livre substituição de Maomé e aceitavam como fundamento religioso o Alcorão e a Suna, e com os **xiitas**, que pregavam que a sucessão do líder político e religioso deveria seguir a descendência direta de Maomé (seu primo e genro Ali, na época imediatamente após a morte do profeta), além de fundamentarem sua crença na interpretação literal do Alcorão. Importa recordar que essas seitas surgiram já após a morte de Maomé, mas ganharam força e intensidade na dinastia Abássida.

*Mais informações sobre os impérios Bizantino e Islâmico na seção *Demais Vestibulares*.

Anotações:



• Idade Média Ocidental (V-XV)

Alta Idade Média (V-X)

Após a queda do Império Romano do Ocidente, em face das invasões bárbaras e das migrações germânicas, no século V, gradativamente, a Europa foi moldando um novo modo de produção: o **feudalismo**. Ao passo que o Oriente – Bizâncio e árabes – vivia um processo de expansão, os europeus vivenciavam a formação dos reinos bárbaros, configurando um processo de **ruralização e de fragmentação política**, em substituição à antiga realidade do Império Romano (urbana, comercial e com centralização política). Entre os séculos V e X, o mundo feudal tomaria forma, com a **junção de elementos germânicos e romanos**. Essa fase é denominada de Alta Idade Média.

Essa fase caracteriza-se pelas **migrações bárbaras**, pacíficas e violentas e pela **formação do modo de produção feudal**. Formaram-se, após a queda de Roma, vários reinos bárbaros, como ostrogodos, visigodos, vândalos, burgúndios, suevos, anglos e saxões, entre outros. Predominou o ruralismo e a descentralização política, com a crescente difusão do cristianismo. Porém, no que diz respeito à organização política fragmentada, os Francos diferenciavam-se dos demais. Vamos ver um pouco mais desse povo.

REINO DOS FRANCOS

Por volta do final do século V, os francos se estabeleceram na **Gália (atual França)**, incorporando valores culturais romanos e **se convertendo ao cristianismo**. Nesse primeiro momento, os reis descendiam de um legendário rei chamado Meroveu. Esse período, conhecido como dinastia Merovíngia, estendeu-se do século V até meados do século VIII, quando Pepino, O Breve, iniciou a dinastia Carolíngia, prolongada até o início do século X

▶ **Dinastia Merovíngia:** Clóvis unificou os Francos e converteu-se ao cristianismo. Seus sucessores, reis sem autoridade, foram denominados **reis indolentes**. O poder era exercido pelos *major domus*, tendo como principal **Carlos Martel**, que derrotou os árabes na Batalha de Poitiers em 732.

▶ **Dinastia Carolíngia:** Pepino, O Breve, derrubou o último merovíngio. Doou o patrimônio de São Pedro à Igreja. **Carlos Magno** foi o principal rei franco, pois centralizou o poder, doou terras, criou os *missi dominici*, implementou as leis capitulares e promoveu o **Renascimento Carolíngio**. A decadência dos francos está ligada ao rei Luís, O Piedoso, e às disputas sucessórias entre seus filhos. Com o **Tratado de Verdum**, de 843, dividiu-se o reino franco e ocorreram várias invasões bárbaras, levando ao fim do reino e à consolidação do feudalismo.

Ao mesmo tempo em que o **poder central era esfacelado pelos filhos de Luis, os nobres, proprietários de terra, passavam a exercer o poder em seus domínios**, enfraquecendo ainda mais o Império, que já se tornara uma simples caricatura do que havia sido com Carlos Magno.

Sucederam-se diversas **ondas invasoras** nos séculos IX e X. Os magiares atacavam o leste; os vikings invadiam pelo norte, e os árabes atacavam o sul, pelo Mediterrâneo. Assim, desmontava-se o Império Carolíngio, fazendo sucumbir o poder centralizado, distribuído entre os senhores de terras, e **consolidando o feudalismo**.

Da desagregação do Império Franco, mais tarde, surgiram dois processos centralizadores: a **dinastia Capetíngia** (987-1238), iniciada por **Hugo Capeto**, que seria importante para a unificação política francesa, e a **Germânia** (Alemanha), onde **Oto** foi coroado como imperador do Sacro Império Romano-Germânico, em 962.

MUNDO FEUDAL



Ilustração sobre a organização produtiva do mundo feudal.

O **modo de produção feudal** residia na posse da terra, o bem econômico mais importante no período medieval. Os proprietários, **senhores feudais**, nobres ou eclesiásticos, construíam fortificações nas quais os camponeses sem posses buscavam proteção em função das constantes migrações bárbaras. Constituíam, então, a camada dos **servos**, que trabalhavam, onerosamente, nessas terras, em troca da segurança oferecida.

Tal processo de feudalização iniciou com a queda de Roma diante das invasões germânicas, com acentuada ruralização e diminuição das atividades comerciais e monetárias. O feudalismo, de modo geral, desenvolveu-se entre os séculos V e IX, consolidou-se com a desagregação do Império Franco, entre os séculos X e XIII, e decaiu nos séculos XIV e XV.

É preciso lembrar, ainda, que o feudalismo apresentou peculiaridades em cada região europeia, mas, para fins didáticos, estabelecemos um conjunto de características genéricas para toda a Europa Ocidental.

Em primeiro lugar, o sistema feudal forjou-se a partir da conjugação de elementos culturais romanos e germânicos. Da origem romana, destaca-se o **colonato**, surgido no final do Império Romano em substituição ao escravismo, em que camponeses e escravos se transformaram em colonos dos grandes proprietários, podendo cultivar a terra e retribuindo com parte de sua produção. Surgiram, também, as vilas com produção agropastoril e de subsistência. Da origem germânica, salienta-se o **comitatus**, que consistia no juramento de lealdade entre os guerreiros.

Também se pode destacar o **beneficium**, ou seja, a concessão de terras por serviços prestados em troca de fidelidade. Com o tempo, essas terras passaram a se chamar feudos.



ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Assentada na **servidão**, a sociedade feudal era estamental, ou seja, com reduzida ou inexistente possibilidade de mobilidade social. A posição social era definida pela posse da terra e pelo nascimento, privilegiando nobres e clérigos. Podemos definir os estamentos sociais da época da seguinte maneira:

1. Nobreza: era constituída pelos senhores feudais, que tinham o dever de governar e de proteger os demais. Além disso, alguns nobres dedicavam-se às atividades militares, sendo conhecidos por *bellatores*, ou à cavalaria. Participavam de torneios violentos.

2. Clero: formado pelos membros da Igreja, dividia-se em clero secular e regular. O alto clero, formado por bispos, abades e cardeais, dirigia a Igreja e seus domínios, tendo grande influência política, ideológica e cultural. Eram conhecidos por *oratores*.

Além disso, também vale destacar que a Igreja feudal:

- ▶ detinha forte poder material, pois era proprietária de um terço das terras europeias;
- ▶ monopolizava a cultura letrada, sendo os mosteiros locais de escolas e bibliotecas;
- ▶ estabelecia forte controle ideológico justificando a estrutura social e controlando as mentalidades pela religiosidade;
- ▶ freava o desenvolvimento de atividades comerciais, pois estabelecia a ideia de “preço justo” e condenava o lucro e a usura;



Representação idealizada dos três grupos que compunham a sociedade feudal: os clérigos (identificados pelo hábito de um monge e cabelo raspado, chamado tonsura), os cavaleiros (com armadura e escudo) e os camponeses (segurando um instrumento de trabalho agrícola: uma pá).

- ▶ impunha o modo de pensar da época, profundamente fundado na fé e em Deus, o Teocentrismo. Com isso, dificultava o avanço cultural e científico;
- ▶ recorria a perseguições contra os hereges, sistematizadas com a Inquisição;
- ▶ perseguia os judeus, considerados assassinos de Jesus e inescrupulosos negociadores.

A Igreja, como grande proprietária de terras e possuidora de servos, por meio do domínio ideológico que desfrutava, justificava a completa exploração dos servos. Segundo a Igreja, Deus havia criado tal sociedade, e os servos eram obrigados a obedecer aos seus senhores. Qualquer rebelião era considerada pecado mortal. De acordo com o pensamento difundido pelo clero, os nobres deviam administrar, o clero devia rezar, e os camponeses deviam trabalhar.

3. Camponeses: os servos da gleba formavam a maioria da população camponesa. Presos à terra, realizavam todos os trabalhos necessários à manutenção do feudo e estavam subordinados a uma série de obrigações em impostos e serviços. Eram conhecidos como *laboratores*. Havia, ainda, os vilões, que constituíam os trabalhadores livres.



O trabalho dos servos, no âmbito dos feudos.

Tensões sociais

A sociedade feudal era marcada pelas **constantes guerras privadas, entre senhores feudais e contra as populações camponesas**. Os agressores invadiam terras, saqueavam, assassinavam famílias e roubavam animais. Essa situação violenta levou a Igreja a regulamentar as guerras. No século X, foi proclamada a **“Paz de Deus”**, ameaçando de excomunhão quem se apossasse de terras da Igreja, destruísse plantações ou ameaçasse mulheres, crianças e mercadores. No século XI, estabeleceu-se a **“Trégua de Deus”**, que proibiu confrontos aos domingos, sendo a proibição, posteriormente, estendida para o período entre o anoitecer de sexta-feira e a madrugada de segunda-feira.

A partir do século XI, ampliou-se, também, a ordem da cavalaria, incentivada pela Igreja e baseada nos ideais de honra, heroísmo e cortesia. Os cavaleiros tinham o dever de proteger os pobres e a religião. Essas características contribuíram para sua mistificação, vistos, inclusive pela tradição literária, como modelos perfeitos de bravura e de bondade.



Torneio de cavalaria, entretenimento típico da Idade Média.



ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Os senhores feudais possuíam um poder absoluto e independente na jurisdição de seus respectivos feudos. Detinham poderes de administração, de justiça e, também, militares. Embora existisse a figura do rei, ele detinha apenas um poder simbólico, sendo, geralmente, um grande suserano e chefe militar, em caso de guerra. Prevaleceu, então, a **descentralização política**, com o poder distribuído localmente entre os **senhores feudais**.

Como mecanismo de fortalecimento da camada dominante, os senhores feudais estabeleciam relações entre si, as chamadas relações de **suserania e vassalagem**. O suserano era um senhor feudal que doava um feudo para outro senhor feudal, e este se tornava vassalo daquele. O vassalo devia obrigações militares para o seu suserano. Normalmente, devia armar determinado número de guerreiros, por conta própria, deixando-os à disposição do suserano. Além disso, o vassalo custeava as despesas para armar o filho do suserano como cavaleiro e proporcionava o dote da filha deste por ocasião do casamento. Ao suserano competia a defesa militar de seus vassalos, desde que eles cumprissem com suas obrigações. Caso houvesse descumprimento dos deveres do vassalo, o suserano podia reaver o feudo por meio de ação judicial. Em caso de morte do vassalo sem deixar herdeiros, o feudo retornava ao suserano. O contrato de suserania e vassalagem era perpétuo e oficializado pelas seguintes cerimônias:

- ▶ **Homenagem:** consistia no juramento de fidelidade do vassalo, geralmente, diante de uma relíquia religiosa;
- ▶ **Investidura:** era a cerimônia de transmissão do feudo, simbolizado por um punhado de terra, na maioria das vezes.

CULTURA DA ALTA IDADE MÉDIA (V-X)



Catedral Sé Velha de Coimbra, Portugal, que reflete os principais traços da arquitetura românica.

Período em que houve predomínio da ruralização e do mundo feudal, marcado também pelas constantes invasões bárbaras e pelo clima de insegurança decorrente. Nessa fase, destaca-se o filósofo cristão **Santo Agostinho** (354-430), que pregava a fé acima de tudo. Consolidou-se o pensamento teocentrista. De acordo com Agostinho, “a fé precede a razão”.

Na **arquitetura**, reflexo do contexto da época, destacou-se o **estilo românico** nas catedrais, que se assemelhavam a fortalezas, com pouca luminosidade, paredes espessas, torres baixas e simplicidade.



Leitura complementar: Idade Média

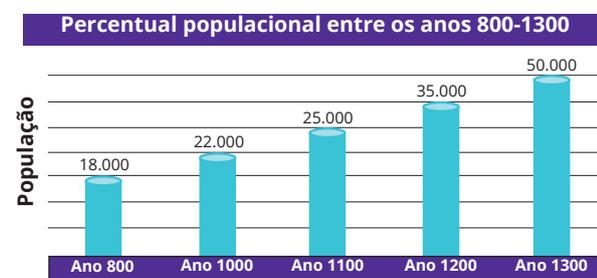
Baixa Idade Média (XI-XV)

O período compreendido entre os séculos XI e XV é considerado de progressivo declínio feudal. Entretanto, é importante salientar que, até o século XIII, as estruturas e as características feudais acentuaram-se – embora o período também apresente processos que contribuíram para a decadência do feudalismo, substituído gradativamente pelo capitalismo, na chamada transição feudal-capitalista ou pré-capitalismo.

Assim, iremos dividir a Baixa Idade Média em dois momentos: a fase da expansão, entre os séculos XI e XIII; e a fase da contração, entre os séculos XIV e XV.

FASE DA EXPANSÃO: SÉCULO XI AO XIII

A **redução das migrações bárbaras**, sobretudo a partir do século X, acarretou melhores condições de vida, repercutindo em significativo **aumento populacional**. O crescimento demográfico chocava-se com o sistema feudal, de tendência autossuficiente e de subsistência, não proporcionando produção agrícola suficiente para atender à demanda ascendente. Significativos **avanços e aperfeiçoamentos foram introduzidos na agricultura**, como: o arado de ferro, a charrua, o peitoral, os moinhos hidráulicos mais bem acabados, a derrubada de florestas e a drenagem ou o aterramento de pântanos.



Porém, esses avanços tecnológicos não foram suficientes para atender à numerosa população. Embora tenha ocorrido um aumento produtivo, a fome ainda rondava a Europa. Além disso, o servo não tinha incentivo para aumentar a produtividade, pois isso significaria apenas maior tributação senhorial.

À medida que crescia o contingente populacional e o sistema feudal não oferecia condições de sustentá-lo, muitos servos e nobres acabaram marginalizados dos feudos. Grande número de servos eram expulsos dos feudos, indo vagar pelas estradas como ladrões e assaltantes. Os nobres, devido ao direito de primogenitura, em que apenas o filho mais velho herdava as propriedades do pai, ficavam sem terra. Restava-lhes integrar os quadros da Igreja, arranjar contrato de vassalagem, obter feudo pelo matrimônio ou vagar como cavaleiro andante.



Diante desse contexto de inúmeras dificuldades, forjaram-se expedições expansionistas em busca da conquista de terras e riquezas. Nesse cenário, inscrevem-se as **Cruzadas**.

Cruzadas

O movimento cruzadista constituiu-se em expedições militares organizadas pela Igreja, com forte apelo religioso, **entre os séculos XI e XIII**. O objetivo era a **libertação da Terra Santa** (Jerusalém, local do Santo Sepulcro) das mãos dos infiéis muçulmanos, principalmente (nesse momento), os turcos seljúcidas, que haviam tomado a cidade e proibido a peregrinação cristã.

Entretanto, **outras motivações**, não menos importantes, impeliam os europeus para a luta no Oriente. Vejamos algumas:

- ▶ apoio dos imperadores bizantinos, que tinham Constantinopla assediada pelos turcos;
- ▶ interesse da Igreja em conquistar os fiéis bizantinos, projetando sua autoridade sobre a Igreja Ortodoxa de Constantinopla, surgida com o Cisma do Oriente, em 1054;
- ▶ interesse comercial dos italianos, especialmente Gênova e Veneza, na reabertura do comércio mediterrâneo, ora severamente diminuído, ora interrompido pelos turcos;
- ▶ interesse da nobreza sem terra em conquistar feudos no Oriente;
- ▶ necessidade de escoamento populacional da Europa.



A execução da população de uma fortaleza por militares.

As cruzadas oficiais tiveram início em 1095, quando o papa Urbano II fez um discurso exortando os cristãos à luta contra os infiéis muçulmanos no Oriente. Prometia a remissão dos pecados e a salvação eterna a todos os que participassem da empresa cruzadista. Observe um trecho do discurso do papa:

“Uma vez que a terra que vós habitais, fechada de todos os lados pelo mar e circundada por montanhas, é demasiado pequena à vossa grande população: sua riqueza não abunda, mal fornece o alimento necessário aos seus cultivadores [...] tomai o caminho do Santo Sepulcro; arrebatadi aquela terra à raça perversa e submetei-a a vós mesmos”.

Papa Urbano II. In: *Leo Huberman - História da riqueza do Homem*. São Paulo: Zahar, 1979, p. 28.

Entre as principais consequências das cruzadas, podemos incluir o empobrecimento dos senhores feudais, o fortalecimento dos reis, o **alargamento do universo cultural europeu** (como as técnicas náuticas árabes, que seriam decisivas para as navegações), as **universidades** e, principalmente, a **reabertura do comércio das especiarias no Mar Mediterrâneo**, sob comando dos italianos de Gênova e Veneza. Essa última consequência foi bastante importante para a revitalização do comércio e da vida urbana na Europa feudal, contribuindo para o florescimento de uma nova realidade material avessa ao modo de produção feudal.

Renascimento comercial e urbano

Com a redução das migrações bárbaras e a consequente diminuição das guerras, somada ao aumento produtivo decorrente das inovações técnicas, a partir do século XI, as atividades comerciais ganharam impulso. A moeda voltou a circular, fazendo com que muitos **servos vendessem excedentes** e comprassem sua liberdade. Ao mesmo tempo, os senhores recebiam as antigas obrigações servis em moeda. Esse processo de **revitalização de uma economia monetária** auxiliou na decadência do sistema feudal.

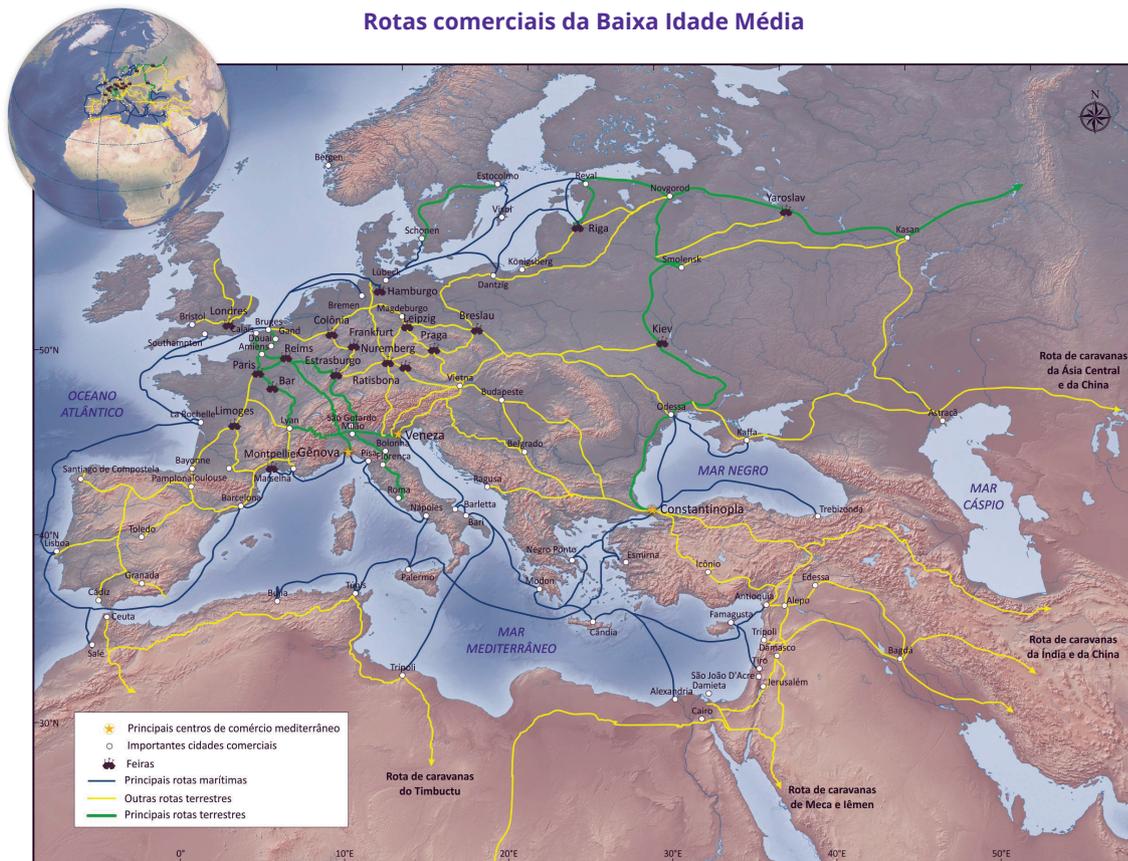
Além disso, as cruzadas, ao reabrir o comércio no Mar Mediterrâneo, deram grande impulso para o revigoramento de antigas rotas comerciais ou o surgimento de novas.

A **rota do Mediterrâneo** apresentava-se como a mais importante e lucrativa, sendo controlada pelos italianos de Gênova e Veneza. Estes traziam do Oriente, especialmente das Índias, artigos de luxo, como seda e marfim, joias e especiarias como rapé, cravo, canela, pimenta e outros temperos, todos muito apreciados pelos nobres europeus. O consumo desses produtos logo se tornou sinal de distinção e prestígio social.

Anotações:



Rotas comerciais da Baixa Idade Média



Adaptado por João Henrique Quares

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

No norte da Europa, os mercadores organizavam associações, chamadas **hansas**. Na região da Alemanha, formou-se a Liga Hanseática ou Hansa Teutônica, comandada pelos mercadores das cidades mais importantes, como Hamburgo, Bremen e Lübeck. O comércio se dava nos Mares Báltico e do Norte, envolvendo produtos como pescado, trigo e sal.

No interior do continente europeu, organizavam-se as **grandes feiras** comerciais, local de encontro dos mais diversos mercadores. Entre as feiras de destaque, temos: Champagne (França), Flandres (Bélgica), Sevilha (Península Ibérica), Pisa (Península Itálica), Frankfurt (Alemanha), entre tantas. O problema das rotas terrestres que ligavam as feiras era a insegurança, decorrente de assaltos e das guerras. No século XIV, com a Guerra dos Cem Anos, as rotas terrestres foram inviabilizadas, transferindo-se para vias marítimas, com o contorno da Península Ibérica, e fluviais, pelo rio Reno.

Com o comércio retomado, generalizou-se o uso da moeda, da letra de câmbio, e o aparecimento das operações bancárias, como a carta de crédito. Tudo isso era novo e estranho ao feudalismo e principiava sua derrocada.

Completava esse novo panorama europeu a **formação de núcleos urbanos**, geralmente, com a aglomeração de pessoas em antigas cidades romanas, no entroncamento de rotas comerciais e feiras, ou, ainda, em torno de castelos de senhores feudais. Como essas cidades eram protegidas por muralhas, os burgos, seus habitantes, notadamente mercadores, ficaram conhecidos como **burgueses**. A própria expressão burgo é sinônimo de cidade no período medieval.

Quando localizada nos feudos, a burguesia ficava subordinada ao domínio do senhor feudal e devia-lhe o pagamento de impostos e obrigações. Procurando livrar-se do domínio feudal, os burgueses promoveram o movimento comunal, ou seja, a luta pela libertação das cida-

des, no período compreendido entre os séculos XI e XIII. A obtenção da emancipação cidadina podia se dar pela diplomacia, com a compra do feudo, ou por meio de guerras. A **Carta de Franquia** oficializava a independência da cidade.

Destaca-se, ainda, nesse processo, a formação das **corporações de mercadores e de ofício**. As primeiras, também chamadas **guildas**, procuravam proteger e monopolizar o comércio local. As corporações de ofício primavam pelo controle da produção e da qualidade dos produtos. Eram hierarquizadas, sendo dominadas pelos mestres-artesãos, que, além de participarem do trabalho, também controlavam a matéria-prima, os meios de produção e o conhecimento técnico. Subordinados a eles, vinham os companheiros e jornaleiros, que trabalhavam sob supervisão do mestre com rendimentos preestabelecidos. Completava esse quadro de trabalho o aprendiz, que recebia em troca de seu trabalho o treinamento para tornar-se mestre-artesão.

Apesar do dinamismo comercial e urbano dessa época, as atividades comerciais eram limitadas pela ética cristã, que impunha a noção do **“preço justo”** e condenava o lucro e a usura, sendo aplicada no princípio dessas corporações.

Mesmo assim, as novas relações da Europa, baseadas no comércio e na cidade, foram minando o sistema feudal e executando, gradativamente, a transição feudal-capitalista.



Leitura complementar:
A peste bubônica no Brasil (debates e controvérsias)



FASE DA CONTRAÇÃO: CRISE DO SÉCULO XIV E XV



Cena que evidencia as guerras no final da Idade Média.

Os séculos XIV e XV foram marcados por diversas turbulências na Europa, ocasionando a grande crise do feudalismo.

Com o término das cruzadas no final do século XIII, o espírito guerreiro e a belicosidade da nobreza europeia direcionaram-se para conflitos internos, entre a própria cristandade. Inúmeras guerras irromperam no continente, com episódios de **saques e devastações de lavouras**. Ao mesmo tempo, as **rotas de comércio enfraqueciam-se** pela insegurança nas estradas. Houve uma crise de abastecimento, com a desorganização do comércio e da agricultura, o que motivou o recrudescimento dos preços das mercadorias.

Entre as guerras mais importantes está a **Guerra dos Cem Anos** (1337-1453), travada entre Inglaterra e França. Entre os fatores geradores dessa guerra, podemos incluir a sucessão dinástica no trono francês e a disputa pela rica região de Flandres. Ao fim, com auxílio de Joana D'Arc, os franceses foram impelidos por um forte sentimento de nação, vencendo a Inglaterra e lançando as bases da formação do Estado Nacional francês.

Em meio à desorganização produtiva, a **fome** foi outro flagelo na Europa dessa época, fazendo com que milhares de pessoas morressem ou ficassem em péssimo estado de nutrição. Nesse panorama, disseminou-se a **peste negra**.

Vinda do Oriente, provavelmente por meio de um navio genovês contaminado, espalhou-se pelas cidades europeias, matando mais de um terço da população. Acompanhe, a seguir, um trecho do *Decameron*, obra do escritor renascentista italiano Giovanni Boccaccio, escrevendo sobre a peste:

“Em Florença, apareciam no começo, [...] ou na virilha ou na axila, algumas inchações. [...] Cresciam como maçãs; outras como um ovo; [...] chamava-os o populacho de bubões. [...] Apareciam manchas de cor negra ou lívida nos enfermos. Tais manchas estavam nos braços, nas coxas e em outros lugares do corpo [...] as manchas passaram a ser mortais...”

Adaptado de: Boccaccio, G. *Decameron*. São Paulo: Abril Cultural, 1971, p. 13-14.

Embora os Estados Nacionais tenham origem no final da Idade Média, estudaremos sua formação ao nos debruçarmos sobre a Idade Moderna, pois foi nessa fase que atingiram sua maturidade e desenvolveram o absolutismo, fenômeno caracterizador da modernidade, junto a outros processos em que a ação burguesa foi contundente.

Cultura na baixa idade média



“Deus, o geômetra”, imposição do Teocentrismo.

A cultura, durante a Idade Média, esteve sob a tutela da Igreja, que detinha o monopólio da cultura letrada e impunha o Teocentrismo. De fato, ler e escrever eram atividades desenvolvidas quase que somente entre os membros do clero. As obras literárias ficavam confinadas nos mosteiros, nos quais se desenvolvia a ornamentação de livros com a técnica da iluminura, e nas abadias, sendo a cultura greco-romana relegada a segundo plano, ou adaptada ao ideário cristão.

Na Baixa Idade Média (XI-XV), podemos destacar que, com a dinamização do comércio e das cidades, e com o surgimento da burguesia, a Igreja foi impelida a adaptar seu pensamento. Salienta-se o teórico cristão **Santo Tomás de Aquino** (1225-1274), que pregava a conciliação entre fé e razão, a chamada escolástica, inspirada em Aristóteles.



Com as transformações, sobremaneira econômicas, da Baixa Idade Média, tivemos a consolidação do estilo gótico, percebido na Catedral de Notre Dame, em Paris.



Na arquitetura, desenvolveu-se o **gótico**, com muita luminosidade, vitrais coloridos e torres altas. A Igreja continuava a dominar a cultura e a punir os hereges por meio da Inquisição.

Nessa fase, surgem as primeiras **universidades**, inicialmente ligadas à Igreja. O ensino era composto pelo *trivium* (gramática, retórica e lógica) e pelo *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música). Após essa base de ensino, o universitário direcionava seu estudo, geralmente, para teologia, medicina ou direito.

A **literatura** floresceu com o **Trovadorismo**, no qual se exaltava o amor cortês a partir de cantigas, com a louvação das damas. Vejamos um trecho de uma cantiga de amor:

“Senhora minha, desde que vos vi, / lutei para ocultar esta paixão / que me tomou inteiro o coração; mas não o posso mais e decidi / que saibam todos o meu grande amor / a tristeza que tenho, a imensa dor, / que sofro desde o dia em que vos vi”.

Além dessa lírica, havia também a **poesia épica**, que exaltava os feitos e a honra dos cavaleiros, constituindo a base dos romances de cavalaria, a exemplo do épico dos *Cavaleiros da Távola Redonda*. Já apresentando características da cultura renascentista, mas, ainda, com traços medievais, destaca-se Dante Alighieri (1265-1321), autor de *A Divina Comédia*.

Na música, teve grande destaque a **música sacra** (religiosa), com especial destaque para o papa Gregório Magno (540-604), criador do canto gregoriano. Outro destaque foi Guido d'Arezzo, que nomeou as sete notas musicais a partir das sílabas iniciais dos versos de um hino a São João Batista.

*Mais informações na seção *Demais Vestibulares*.

Anotações:





» Mundo Moderno I - Século XV e XVI: estruturação política, econômica e cultural

O princípio da Idade Moderna apresenta a transição feudalismo-capitalismo, com a formação de um capitalismo primitivo. Embora elementos feudais ainda persistissem, as atividades capitalistas ganhavam impulso por meio da burguesia e dos Estados Nacionais.

A burguesia teve papel decisivo na formação de novos valores políticos, econômicos, religiosos e culturais, influenciando todos eles. Mesmo assim, ela somente triunfou nos processos históricos dos séculos XVII e XVIII, sendo exemplo a Revolução Francesa, de 1789.

Vejam os processos de centralização política, verificados já no final da Idade Média, com o seu desenvolvimento até o Absolutismo Monárquico.

• Da centralização do poder ao Absolutismo Monárquico: os Estados Nacionais Modernos

Estruturação absolutista

No alvorecer da Idade Moderna, os particularismos feudais e comunais e o universalismo da Igreja foram superados pela centralização monárquica, em que o rei concentrava todos os poderes. Esse poder concentrado no rei se consolidou entre os séculos XVI e XVIII, sendo chamado **Absolutismo**.

Para o fortalecimento do rei, foi imprescindível o **apoio financeiro da burguesia**. Barreiras alfandegárias, diversidade de moedas, tributos, pesos e medidas levaram a burguesia a buscar uma unificação nacional, livre das imposições feudais que restringiam as leis do mercado. Assim, surgiu o interesse pela centralização do poder, única solução para a expansão mercantil.



Luís XIV, o Rei Sol.

A burguesia forneceu impostos, armas, munição e tropas, conseguindo, assim, a unificação dos mercados. Os reis centralizaram em suas mãos a justiça, as leis, as moedas e o exército e mantiveram os nobres como fonte de apoio local, na medida em que concediam privilégios a eles. Nascia o Estado Nacional e, progressivamente, o Absolutismo. Analisemos a formação dos Estados Nacionais para, em seguida, estudarmos o Absolutismo.

Formação dos Estados Nacionais

FRANÇA

Na França, o processo histórico de construção do Estado Moderno remonta ao século X, mais precisamente a 987, com a ascensão da dinastia capetíngia ao poder, após a decadência do Império Carolíngio.

O processo centralizador continuou quando **Felipe II** (1180-1223) subiu ao poder, lutando contra os grandes senhores feudais. Esse rei organizou um conselho para assessorá-lo, nomeou funcionários e iniciou a formação de um exército nacional francês que superou as milícias locais. O processo centralizador se consolidou com **Luís IX** (1226-1270), criador de uma moeda única, facilitando o comércio. Prosseguiu-se com **Filipe IV, O Belo** (1285-1314), quando o papado foi transferido para Avignon.

Todavia, nos séculos XIV e XV, a Monarquia Nacional francesa foi consolidada com a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), que reduziu, sensivelmente, o poder político e econômico dos senhores feudais. Portanto, a Guerra dos Cem Anos foi determinante para a formação do nacionalismo francês, sobretudo com Joana D'Arc, conforme veremos a seguir. Além disso, ainda que por outras razões, essa guerra seria também fundamental para a consolidação do Estado Nacional inglês.





Joana D'Arc.

Após a guerra, os sucessivos reis da dinastia de Valois fortaleceram ainda mais o poder real. No século XVII, **Luis XIV**, da dinastia dos Bourbons, centralizou todo o poder em suas mãos, tornando-se o mais importante rei absoluto da França. Conhecido como "**Rei Sol**", proclamou a síntese do seu Absolutismo com a frase: "*L'état c'est moi*" – "O Estado sou eu". Devido à sua importância, vejamos melhor a Guerra dos Cem Anos.

Guerra dos Cem Anos (1337-1453)

A chamada Guerra dos Cem Anos foi a mais longa das guerras medievais, cujo palco foi a **França, invadida pela Inglaterra**. Teve como fator gerador a disputa entre essas duas monarquias pela **região de Flandres**, situada ao norte da França. Essa região, um feudo francês, possuía significativa produção de tecidos de lã, sendo, por isso, cobiçada pela Inglaterra, que era a maior fornecedora de lã para a região. Desse choque de interesses, resultou a guerra.

Um **problema de sucessão ao trono francês** também afetou os dois países. Como os descendentes do rei Felipe IV, o Belo, morreram sem deixar descendentes masculinos, o rei da Inglaterra, Eduardo II, neto de Felipe IV pelo lado materno, reclamou seus direitos ao trono francês. Os franceses não aceitaram essa situação e alegaram que, pela **Lei Sálica**, o trono francês não poderia ser ocupado por mulheres ou pelos seus descendentes.

Em 1337, iniciou-se a guerra. No início, os ingleses obtiveram vitórias. A destruição das plantações e os altos tributos tornaram a vida dos camponeses da França muito difícil. Estouraram revoltas camponesas, as *jacqueries*, que foram dominadas e massacradas.

No início do século XV, na fase decisiva da guerra, apareceu **Joana D'Arc**, uma camponesa que se dizia enviada por Deus para libertar a França. Ela conseguiu reunir um exército e venceu os ingleses em Orleans. Fez coroar, em Reims, o rei Carlos VII, mas, em seguida, foi presa por nobres franceses e vendida para os ingleses. Julgada pela Inquisição, Joana D'Arc foi acusada de bruxaria e condenada à morte na fogueira.

INGLATERRA

Na Inglaterra, o processo de formação do Estado Moderno teve início no século XII, quando o rei **Henrique II** (1154-1189) estabeleceu um poder político vigoroso. Para alcançar seu objetivo, lutou contra a nobreza feudal, destruindo seus castelos. Além disso, nomeou juízes reais, que tinham autoridade judiciária sobre todas as partes do reino.

Ricardo Coração de Leão (1189-1199) sucedeu Henrique II. Porém, Ricardo ausentou-se por nove anos, período em que esteve na terceira cruzada, enfraquecendo o poder real. Seu irmão, **João Sem-Terra** (1199-1216), foi obrigado pela nobreza a assinar a Magna Carta, em 1215, limitando bastante o poder do rei.

Com os reis **Eduardo I** (1272-1307), **Eduardo II** e **Eduardo III**, o parlamento, oficializado no reinado de Eduardo I, continuou a se fortalecer. Em 1350, dividiu-se em: Câmara dos Lordes, reunindo clero e nobreza, e Câmara dos Comuns, formada por cavaleiros e burgueses.

Entretanto, apesar da unidade política e territorial, foi somente com **Henrique VII**, da dinastia Tudor, no século XV, que se consolidou um poder central forte e absoluto, especialmente, após a Guerra das Duas Rosas (1455-1485), travada entre as famílias nobres de York e Lancaster. Nesse conflito, fortaleceu-se Henrique VII, com apoio da burguesia. Seus sucessores, como **Elizabeth I**, ampliaram os poderes reais.

PENÍNSULA IBÉRICA (PORTUGAL E ESPANHA)

Portugal foi o primeiro Estado tipicamente moderno a surgir após a **Revolução de Avis**, em 1385, quando **D. João I** inaugurou uma monarquia centralizada e vinculada à nascente burguesia comercial. Já o processo de formação do **Estado espanhol** tem seu momento decisivo a partir do **casamento dos reis católicos**, Fernando e Isabel, marcando a união das coroas hispânicas. Lembremos, ainda, que o processo de formação de Portugal e Espanha inseriu-se no contexto da **Guerra de Reconquista**, ou seja, a união dos reinos cristãos da região ibérica contra a ocupação dos muçulmanos.

Península Ibérica no século XII



Adaptado por Mariana Xavier de Oliveira



Teóricos do absolutismo

Com a formação dos Estados Nacionais e a consequente centralização do poder político nas mãos do rei, financiado pela burguesia e apoiado localmente na nobreza, o seu poderio ganhou contornos absolutos. Surgiram correntes de pensamento que procuravam justificar o poder absoluto dos reis, destacando-se:

► Nicolau Maquiavel

(1469-1527): autor do renascimento italiano, Maquiavel defendia a união das cidades italianas sob autoridade de um pleno soberano. Na obra *O Príncipe*, desenvolveu suas ideias sobre o Estado. Segundo ele, as práticas políticas deveriam ser desvinculadas dos valores religiosos, em um processo de secularização do Estado. Em benefício do soberano e do Estado, deveriam ser tomadas todas as atitudes, não importando serem morais, éticas, pacíficas ou o contrário. Em suma, *O Príncipe* sintetiza normas e condutas para o soberano durante o exercício do poder em benefício do Estado.



Nicolau Maquiavel (1469-1527).

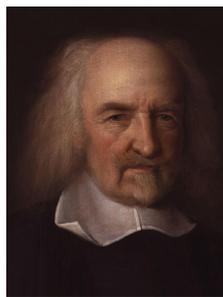


Leitura complementar:
A contribuição de Maquiavel para a Ciência Política

Observe o trecho extraído de *O Príncipe*:

“O príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades, [...]. Um príncipe não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião [...]. O príncipe não deve se desviar do bem, se possível, mas deve estar pronto a fazer o mal, se necessário”.

Maquiavel, *O Príncipe*.



National Portrait Gallery, Londres/BID

Thomas Hobbes (1588-1679).

► **Thomas Hobbes (1588-1679):** influenciado pelo contexto de crises da época, o inglês Hobbes elaborou a obra *Leviatã*, clássico da teoria política de Estado. Segundo ele, uma sociedade em estado natural, sem Estado, viveria em uma selvajaria que acarretaria a destruição dos Homens, posto que a natureza humana é má (“o homem é o lobo do próprio homem”). Inexistindo um poder central e absoluto a pairar sobre tudo e sobre todos, haveria o caos natural, ou a “guerra de todos contra todos”. Para superar tal estado de natureza, a sociedade deveria estabelecer um pacto ou um contrato social, renunciando aos seus direitos e liberdades naturais em benefício do soberano, que garantiria a paz e a segurança de todos.

Observe o trecho extraído do *Leviatã*:

“A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem [...] que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade [...]. Isto é mais que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem [...]. Feito isto, a multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado”.

Hobbes, *Leviatã*.



Museu do Louvre, Paris/BID

Jacques-Bénigne Bossuet.

► **Jacques Bossuet (1627-1704):** escreveu *Política segundo as Sagradas Escrituras*, na qual argumenta que o poder do rei foi-lhe concedido por Deus, sendo inquestionável e ilimitado. O poder emanaria diretamente de Deus, justificando o direito divino como base de sustentação e legitimação do poder real.

► **Jean Bodin (1530-1596):** defensor da ideia de que a soberania era o poder de editar e revogar leis e somente o rei poderia fazê-lo. Afirmava, ainda, que apenas Deus estava acima da figura real, e defendia a teoria do direito divino do poder real.



BID

Jean Bodin (1530-1596).

* Mais informações na seção *Demais Vestibulares*.



• Renascimento cultural



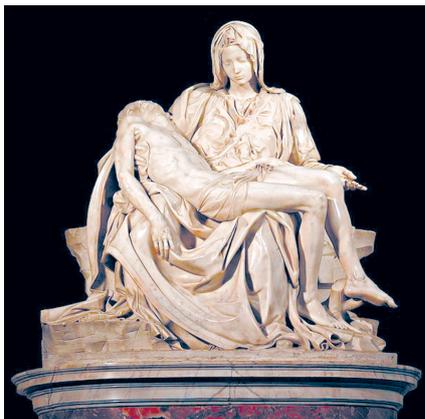
Galeria Nacional de Londres, Inglaterra/BJD

O casal Arnolfini, representação de um jovem casal da alta burguesia, 1434.

O Renascimento foi um movimento cultural laico, racional e científico que se estendeu do século XIV ao XVI. Inspirado na cultura greco-romana, rejeitava os valores feudais, considerados irracionais. Valorizava a ciência e o saber em todas as áreas, a exemplo de **Leonardo da Vinci**, o homem completo: engenheiro, inventor, pintor, anatomista...

Esse movimento **encontrou força na nova realidade da Europa**: centralização do poder no rei, reformas religiosas com o enfraquecimento da Igreja e, principalmente, ampliação do comércio e crescente poder da burguesia. É por isso que iniciou na Itália, na qual o comércio era mais forte, e a burguesia, mais desenvolvida. Também, colaborou para que o movimento iniciasse na Itália o fato de ela ser o berço da cultura romana, provocando a vinda de diversos artistas e sábios, sobretudo de Bizâncio.

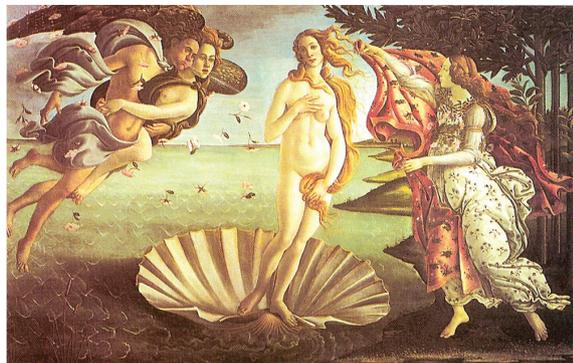
Na Itália, também se desenvolveu o **mecenato**, ou seja, a prática de papas, bispos, reis, nobres ou ricos burgueses contratarem serviços artísticos, financiando a vida dos artistas e a própria cultura.



Pietà, de Michelangelo.

O elemento central do Renascimento foi o **humanismo**, a valorização do ser humano – criação privilegiada de Deus. Porém, outras características são importantes:

- ▶ **Classicismo**: caracteriza-se pela inspiração nos valores culturais greco-romanos, reinterpretados de acordo com as necessidades da época. Não se trata de uma simples “volta ao passado”, mas de uma retomada de elementos adaptados ou transformados. Um bom exemplo é o ideal de serenidade, harmonia e equilíbrio nas artes plásticas.
- ▶ **Individualismo**: expressão dos tempos modernos, advindo das transformações econômicas e da ascensão burguesa. Como exemplo dessa ascensão da individualidade, pintavam-se retratos, e os artistas marcavam sua autoria nas obras.
- ▶ **Hedonismo**: valorização dos prazeres, do corpo e do belo.
- ▶ **Naturalismo**: pregava um retorno à natureza, valorização das paisagens naturais.
- ▶ **Antropocentrismo**: em oposição ao Teocentrismo medieval, o Renascimento apresentava o homem como o centro do Universo; o homem era a medida de todas as coisas.
- ▶ **Espírito crítico e racionalismo**: entendia-se o Homem como um ser dotado de razão, capaz de conhecer a natureza. Por meio da experimentação, gradativamente, substituíram-se as explicações mundanas baseadas na religiosidade medieval pelo racionalismo, típico valor da modernidade.



Galleria degli Uffizi - Sala de Botticelli/BJD

O nascimento de Vênus, de Botticelli.

Esse conjunto de valores, embora não caracterize o Renascimento como um movimento de oposição à Igreja Católica, fez com que muitos artistas renascentistas entrassem em choque com o modo de pensar da Igreja, a exemplo de **Erasmus de Roterdã**, na obra *Elogio da Loucura*, na qual denunciou imoralidades do clero; e **Giordano Bruno**, queimado vivo por heresia. Outros artistas utilizavam-se de técnicas e de valores artísticos greco-romanos aliados ao ideário cristão, sendo bom exemplo **Michelangelo**, em obras como *Pietà*, *Davi* e o *Juízo Final*, na Capela Sistina.



Renascimento italiano



Estudos sobre anatomia de Leonardo da Vinci.

A Itália foi o berço do renascimento, como vimos anteriormente, e teve em **Dante Alighieri** (1265-1321), autor da *Divina Comédia*, o seu principal precursor. A obra de Dante **conserva elementos medievais e sinaliza valores modernos**, como críticas à Igreja. Na Itália, o renascimento costuma ser dividido em três fases:

- ▶ **Trecento** (século XIV): destacam-se escritores como Giovanni Boccaccio (1313-1375), autor do *Decameron*, e Petrarca (1304-1374), autor da obra *África* e grande humanista. Na pintura, temos Giotto di Bondoni (1266-1337), que utilizou técnicas de perspectiva, emotividade e sentimento em suas obras.
- ▶ **Quattrocento** (século XV): Sandro Botticelli (1445-1510), utilizando elementos pagãos e cristãos, concluiu a obra *Nascimento de Vênus*. Na transição para o próximo período, desponta Leonardo da Vinci (1452-1519), pintor, botânico, filósofo, físico, anatomista, entre outros. É o criador de *Mona Lisa* e *Santa Ceia*.



Leitura complementar: *Leonardo da Vinci*



Mona Lisa, de Leonardo da Vinci.

▶ **Cinquecento** (século XVI): fase de predomínio da língua italiana na literatura com autores como Torquato Tasso, Ariosto e Maquiavel (1469-1527). Na pintura, destacou-se Rafael Sâncio (1483-1520), o “pintor de madonas”. Michelangelo (1475-1564) é a expressão máxima dessa fase, com trabalhos em escultura e pintura.

Expansão do Renascimento

Com o tempo, progressivamente, os ideais renascentistas foram ampliando-se pela Europa, sobretudo, a partir de meados do século XVI, com a imprensa. Em **1454**, o alemão **Gutenberg (1400-1467)** utilizou tipos móveis para confeccionar textos religiosos. A mesma prática, com tipos móveis, seria utilizada para difusão do ideário renascentista no século XVI. Vejamos os principais representantes renascentistas pela Europa:

- ▶ **FRANÇA:** François Rabelais (1494-1553), crítico da religiosidade medieval e defensor do hedonismo, escreveu *Gargântua e Pantagruel*;
- ▶ **ESPAÑA:** Miguel de Cervantes (1547-1616), autor de *Dom Quixote de la Mancha*, apresenta um romance satírico, no qual critica os valores feudais e a decadência da ordem da cavalaria;
- ▶ **INGLATERRA:** William Shakespeare (1664-1616) é autor de diversas obras-primas da literatura universal. Entre elas, temos: *Romeu e Julieta*, *Hamlet* e *A Megera Domada*;
- ▶ **PORTUGAL:** Luis Vaz de Camões (1525-1580) é o compositor do grande poema épico *Os Lusíadas*, o qual retrata a viagem de Vasco da Gama às Índias. Também merece destaque, no teatro, Gil Vicente, autor de *Auto da Barca do Inferno*;
- ▶ **HOLANDA:** além do já citado Erasmo de Roterdã, salienta-se o pintor Peter Brueghel (1530-1600) com a representação da vida cotidiana;
- ▶ **ALEMANHA:** destaque para os pintores Albrecht Dürer (1471-1528) e Hans Holbein (1497-1543).

Renascimento científico

No medievo, a verdade era obtida por intermédio da Igreja, por meio da verdade revelada, na qual as respostas partiam de Deus e da interpretação da Igreja sobre as Escrituras. Para o homem medieval, a verdade estava no que a Igreja e a Bíblia (interpretada pela Igreja e seus membros) diziam.

Com o renascimento comercial e urbano, somado à formação de um novo grupo social, a burguesia, uma nova forma de ver e explicar o mundo, desenvolveu-se. As necessidades do comércio e do artesanato em expansão, o entusiasmo renascentista pela investigação racional, as novas ideias sobre a importância da natureza e a vontade de dominá-la estimularam as descobertas.

As novas descobertas teriam a responsabilidade de fornecer novas respostas para questões que não eram mais satisfeitas com a verdade revelada. Nesse contexto, desenvolveu-se o Renascimento científico.

- ▶ **Nicolau Copérnico** (1473-1543): desenvolveu a teoria Heliocêntrica, segundo a qual a Terra e os outros planetas giram em torno do Sol, derrubando a velha teoria Geocêntrica, criada por Ptolomeu, na Antiguidade, e defendida pela Igreja Católica;
- ▶ **Miguel de Servet** (1511-1553): médico e humanista responsável pela descoberta da “pequena circulação” do sangue ou circulação pulmonar;
- ▶ **Francis Bacon** (1561-1626): defensor do método indutivo do conhecimento, pregava que se deve partir da observação das coisas concretas para se chegar às leis e aos processos gerais/universais;
- ▶ **William Harvey** (1578-1657): fisiologista e anatomista que desvendou a circulação do sangue.



• Reformas religiosas

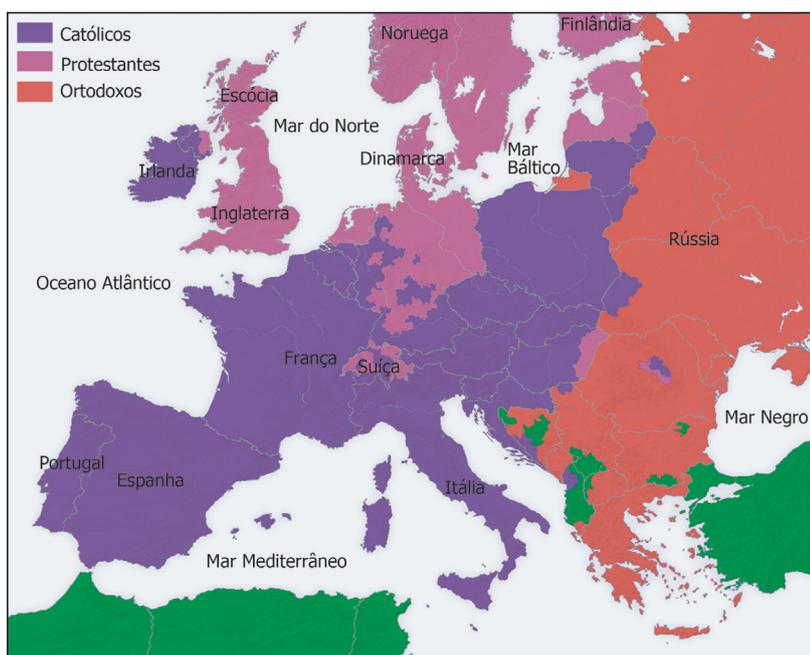
No alvorecer do século XV e especialmente no XVI, a Igreja passou a ter seu domínio questionado. Esse questionamento partia da nova realidade europeia que se chocava com o modo de agir da Igreja. Por exemplo: o fortalecimento dos Estados Absolutos que desejavam afastar a Igreja dos assuntos políticos; os nobres que cobiçavam os bens eclesiásticos; o Renascimento cultural (que preconizava a razão em oposição ao misticismo) e a burguesia, que desejava lucros, proibidos pela Igreja.

Salienta-se, ainda, como **fator motivador** das reformas, a **corrupção de setores do clero** pela venda de indulgências (a remissão dos pecados perante pagamentos aos religiosos), da simonia e do não cumprimento do celibato. Também no interior da Igreja, confrontavam-se dois sistemas teológicos: o **tomismo**, que via nas boas ações o caminho para a salvação, e o agostinianismo, baseado no ideal da salvação pela fé e pela predestinação.

Ao mesmo tempo, nas universidades, desenvolviam-se críticas, como em Oxford, por intermédio de **John Wyclif**, e na Boêmia, com **Jan Huss**. Este aliou o nacionalismo da Boêmia à religiosidade, buscando libertar a região do domínio do Sacro Império Romano Germânico. Acabou condenado e queimado por decreto do Concílio de Constança, em 1415.

Nesse contexto, surgiram os movimentos reformistas mais contundentes. Vejamos como ocorreram.

Reforma e Contrarreforma



Adaptado por Mariana Xavier de Oliveira

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Anotações:



Reforma Luterana

No século XVI, a **atual Alemanha** era um emaranhado de pequenos principados, ducados, cidades livres e outros territórios que faziam parte do **Sacro Império Romano Germânico**, maior reino da Europa cristã. Nesse reino, prevalecia o poder local (resquício da Idade Média), com disputa entre os senhores locais. Quem dava verdadeira unidade ao reino era o Papa, poder universal, que era malvisto pelos nobres.



Martinho Lutero.

Na região do Sacro Império, o monge agostiniano **Martinho Lutero** (1438-1546), professor da **Universidade de Wittenberg**, revoltou-se contra a venda de indulgências (perdão dos pecados), autorizada pelo Papa Leão X, que, com a arrecadação de “contribuições”, pretendia terminar a construção da nova Basílica de São Pedro. Indignado com tal situação, Lutero lançou, em 1517, as *95 Teses*, criticando alguns pontos do catolicismo e defendendo:

- ▶ a salvação pela fé (nega as “boas obras” exigidas pelo catolicismo);
- ▶ apenas dois sacramentos – batismo e eucaristia (no catolicismo são sete);
- ▶ a livre interpretação da Bíblia (a Igreja Católica era quem interpretava os textos bíblicos para os fiéis, sendo que as bíblias sequer eram escritas em língua nacional, mas sim em latim);
- ▶ o culto simples;
- ▶ o fim da hierarquia eclesiástica e do celibato clerical;
- ▶ a subordinação da Igreja ao Estado;
- ▶ a admissão e a ordenação de mulheres.

Com a doutrina luterana ganhando adeptos nos territórios alemães (os príncipes desejavam se afastar do poder do Papa), começou a haver um conflito entre Lutero e a Igreja, resultando nos seguintes eventos:

- ▶ **1520:** o Papa Leão X excomungou Lutero;
- ▶ **1521:** o imperador Carlos V convocou a Dieta de Worms, na qual Lutero reafirmou suas ideias. Perseguido, Lutero recebeu apoio de príncipes alemães dispostos a adotar o luteranismo para se livrar da influência do Papa;
- ▶ **1529:** a Dieta de Spira definiu a tolerância com a nova religião nos Estados que já a haviam adotado e foram chamados, a partir de então, de Estados Protestantes. Seguiu-se um período de turbulências religiosas;
- ▶ **1530:** com o auxílio de Filipe Melancton, Lutero redigiu a Confissão de Augsburg, com a doutrina da Igreja Luterana, que tem por base as ideias lançadas nas *95 Teses*;
- ▶ **1555:** a Paz de Augsburg concedeu aos príncipes o poder de definir a religião de seu Estado, sintetizado na expressão “tal príncipe, sua religião” (ou “*cujus regis, ejus religio*”).



Conflitos envolvendo a religião na Europa central.

As ideias de Lutero motivaram, ainda, revoltas camponesas em diversos pontos do Sacro Império. Em 1524, Thomas Münzer liderou a revolta dos anabatistas, os quais passaram a confiscar terras da nobreza e realizar saques. No entanto, Lutero condenou a revolta e incitou a violência contra os rebeldes, que acabaram massacrados.

Reforma Calvinista

As ideias de Lutero espalharam-se pela Europa, influenciando em outros movimentos reformistas. Na Suíça, o religioso **Ulrich Zwinglio** começou a fazer pregações reformadoras em 1522, mas acabou morto em conflitos civis.

Inspirado em Lutero e em Zwinglio, o francês **João Calvino** (1509-1564) consolidou a reforma na Suíça. Segundo ele, poucas pessoas estavam predestinadas à salvação. Na vida terrena, eram sinais da **predestinação** o trabalho, a sobriedade e a poupança. Calvino justificava as atividades comerciais e lucrativas, inclusive a usura, como práticas lícitas e louváveis, ao contrário do pensamento da Igreja Católica na época.

Portanto, Calvino aproximou sua religião dos interesses capitalistas da burguesia, recebendo amplo apoio desse segmento social e irradiando sua teoria para regiões de significativo desenvolvimento econômico. Na Escócia, levado por **John Knox**, seus seguidores ficaram conhecidos por presbiterianos; na França, huguenotes; e, na Inglaterra, puritanos.

Na França, os conflitos religiosos e políticos desembocaram em verdadeiras matanças, como a **Noite de São Bartolomeu**, em 24 de agosto de 1574. Nesse episódio, católicos franceses mataram mais de 70 mil huguenotes, até o fim do mês de outubro. Mais tarde, Henrique IV pacificou o país convertendo-se ao catolicismo e concedendo liberdade de culto aos protestantes, pelo Edito de Nantes.

Os conflitos continuaram com a **Guerra dos Trinta Anos (1616-1648)**, que opôs a França do cardeal Richelieu, em defesa dos protestantes, contra a crescente influência da família Habsburgo, controladora da Áustria e da Espanha, seguidores dos ideais católicos. Com a vitória francesa, o poder real firmou-se e consolidou-se o Absolutismo com Luis XIV.



Reforma Anglicana

A Reforma na Inglaterra foi provocada por fatores diversos, como:

- ▶ a disputa entre o poder nacional (rei) e o poder universal (papa);
- ▶ o nacionalismo inglês;
- ▶ o fato de o papa ter negado a anulação do casamento de Henrique VIII (1509-1547).

Pretendendo casar-se com Ana Bolena, Henrique queria anular seu casamento com Catarina de Aragão. Porém, o papa Clemente VII não aceitava a anulação do matrimônio. Para conseguir seu divórcio, **Henrique VIII** reuniu um tribunal de bispos ingleses, que concordaram com o Rei. Como consequência disso, Henrique foi excomungado pelo papa.

Em **1534**, Henrique fez com que o Parlamento aprovasse o **Ato de Supremacia**, criando a Igreja Anglicana e transformando o rei da Inglaterra em seu único chefe. É importante associarmos a Reforma Anglicana com o Absolutismo Monárquico que se formava na Inglaterra, concentrando poderes nas mãos do rei.

O anglicanismo consolidou-se no Reinado de Elisabeth (1558-1603), que fez o Parlamento promulgar a **Lei dos 39 Artigos (1652)**, combinando elementos do catolicismo e do calvinismo no culto anglicano: manteve apenas dois sacramentos; conservou a liturgia da missa católica; adotou a língua inglesa para o culto; aceitou apenas as sagradas escrituras como fonte de fé; definiu a salvação pela fé com influência da predestinação e manteve a hierarquia eclesiástica.



Henrique VIII, da dinastia Tudor.

Contrarreforma Católica (ou Reforma Católica)

A Igreja Católica reagiu à disseminação dos ideais reformistas realizando o **Concílio de Trento**, que reafirmou os dogmas católicos, mas proibiu a venda de indulgências. Criou o **Index** (uma lista de livros proibidos), autorizou a formação dos **Jesuítas** por Inácio de Loyola (uma ordem religiosa com estruturação militar com o objetivo maior de converter os ímpios) e **reativou o Tribunal do Santo Ofício**, ou Inquisição, para perseguir os hereges.

Entre as principais decisões do Concílio, convocado pelo papa Paulo III, salientam-se:

- ▶ condenação da doutrina protestante;
- ▶ escolha da *Vulgata*, ou seja, a Bíblia traduzida para o latim por São Jerônimo como texto oficial da Igreja;
- ▶ ratificação do culto às imagens e à Virgem Maria;
- ▶ manutenção do celibato clerical;
- ▶ criação seminários para formação eclesiástica;
- ▶ criação do catecismo.

*Mais informações na seção *Demais Vestibulares*.



Indicação de filmes:
Mundo medieval e
Moderno

Anotações:



Anotações:

DEMAIS VESTIBULARES

» Introdução ao estudo da História e a Evolução Humana

• História pré-literária (Pré-história)

A Pré-história compreende o período que se estende do surgimento dos primeiros homínídeos (primatas da família humana) até o advento dos pioneiros caracteres escritos. Recentemente, no norte africano, mais precisamente na região do atual Chade, foi encontrado o crânio fóssil mais antigo de homínídeo, indicando sua presença no continente berço da humanidade. Trata-se do Homem de Toumai, do gênero *Sahelanthropus tchadensis*, com idade entre 6 e 7 milhões de anos. A evolução humana se dá por todo o período pré-histórico, até o surgimento da escrita, entre 4 e 5 mil anos a.C., fato considerado um marco para o início da história, com os primeiros Estados.

Desse modo, considerando-se os cinco grandes períodos tradicionais da história, a Pré-história engloba aproximadamente 7 milhões de anos, ao passo que o restante perfaz cerca de 5 a 6 mil anos.

A noção de tempo é bastante importante para situar adequadamente os fenômenos históricos, permitindo uma reflexão consciente e crítica sobre a história. Nesse esforço, é relevante observar e comparar a idade do homem com a do planeta. Conjectura-se que o Universo tenha surgido a partir de uma explosão fundadora, segundo a Teoria do Big Bang, por volta de 14 bilhões de anos atrás. O planeta Terra, contudo, teria surgido há cerca de 4 a 5 bilhões de anos. Logo, percebemos que, comparativamente, a presença humana na Terra é muito recente, no máximo 7 milhões de anos, enquanto o planeta tem em torno de 4 a 5 bilhões de anos.

Origem, evolução e dispersão da humanidade

Há 60 milhões de anos, aproximadamente, surgiram os primeiros primatas que originaram o chimpanzé, o gorila, o orangotango e os homínídeos, que se dividiram em dois gêneros: o *Australopithecus* e o *Homo*. Estes deram origem à espécie humana.

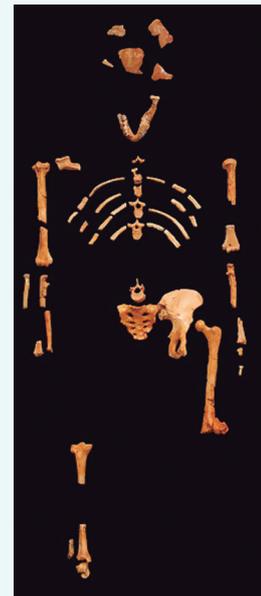
O gênero *Australopithecus* teria habitado a África entre 4 milhões e 1 milhão de anos atrás. Possuía baixa capacidade craniana (700 cm cúbicos), maxilar amplo e andava ereto. Entre as suas subespécies temos: *anamensis*, *afarensis*, *garhi* e *boisiei*.

O gênero *Homo* teria aparecido por volta de 2 milhões de anos atrás e conviveu com o *Australopithecus*, que entrou em gradativa extinção. O *Homo habilis* possuía um cérebro de 800 cm cúbicos, trabalhava com utensílios talhados em pedra e tinha uma melhor capacidade de adaptação ao meio ambiente.

O *Homo erectus* teria surgido há cerca de 1,8 milhão de anos. Sua capacidade craniana variava entre 900 e 1.250 cm cúbicos; possuía arcada dentária saliente e deslocou-se pela Europa e Ásia. Além disso, organizava caçadas, fabricava utensílios e dominava o fogo.

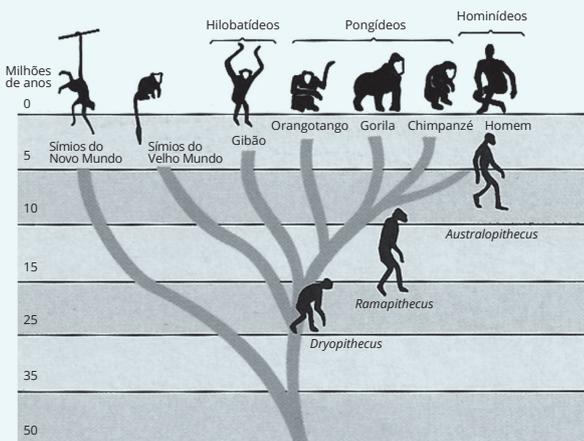
Indo adiante nessa evolução, chegamos ao *Homo neanderthalensis*, o mais próximo de nossa espécie. Ele teria surgido entre 150 e 40 mil anos atrás e possuía um crânio de até 1.600 cm cúbicos. Ele tinha as estruturas para fala, possivelmente rituais religiosos e uma semelhança física com o Homem atual – *Homo sapiens sapiens* ou de *Cro-Magnon*, que teria aparecido há 50 mil anos a.C.

Lembremos, ainda, que influíram nesse processo evolutivo as alterações climáticas e de vegetação; as alterações físicas e mentais, como a postura ereta, as mãos hábeis, a linguagem, o raciocínio, a memória, entre outros.



Os restos fósseis de Lucy.

Museu Nacional d'histoire Naturelle - Paris/BIU



Períodos da História Pré-literária

PALEOLÍTICO

Inicia com o surgimento dos primeiros homínídeos e perdura até por volta de 12.000 anos atrás. Também conhecido como Idade da Pedra Lascada, é o período de maior duração e de desenvolvimento tecnológico precário. Nessa fase, os grupos humanos caracterizam-se pelo nomadismo, habitação em abrigos naturais e utilização de **instrumentos** feitos, sobretudo, de pedra lascada, bastante toscos. Destaca-se ainda a economia, que é baseada na pesca, na caça e na coleta de frutas e raízes. A humanidade não pratica a agricultura nem a domesticação de animais, logo não produz excedentes comercializáveis, inexistindo diferenciação social ou propriedade privada da terra. Como destaque desse período está a descoberta e o domínio do **fogo**, que permitiu a humanidade: aquecer-se, aquecer os alimentos, proteger-se de feras e iluminar o ambiente. Salienta-se, ainda, a existência do matriarcado (preponderância social da mulher) e da pintura rupestre, que retratava o cotidiano dos grupos humanos.

NEOLÍTICO - A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

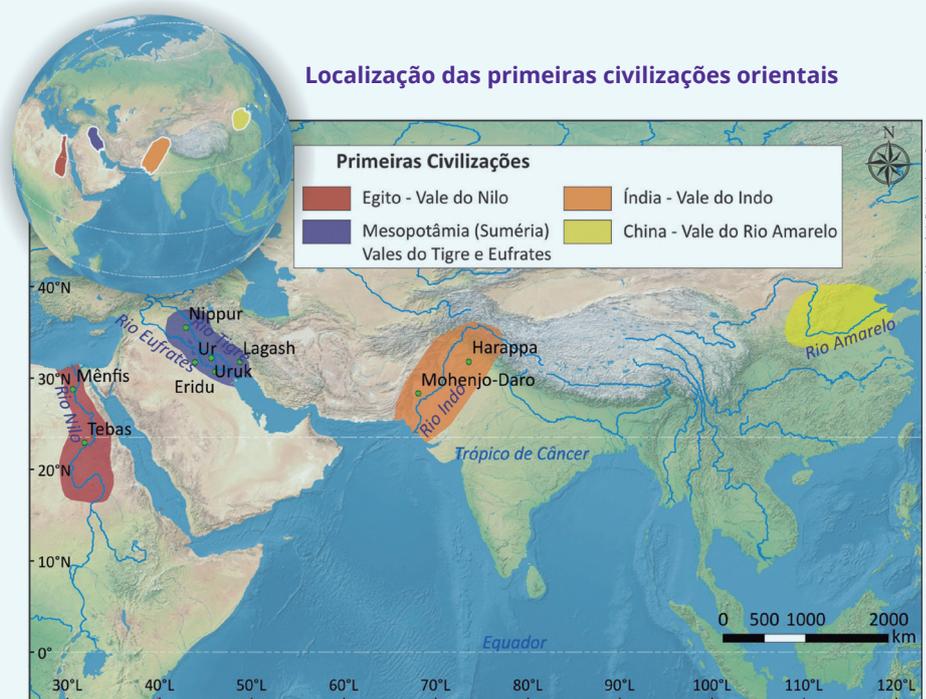
Estende-se de 12.000 até cerca de 6.000 anos atrás e é, também, denominado Idade da Pedra Polida. Esse período é caracterizado pelas maiores transformações na vida dos grupos humanos, como o surgimento da **agricultura**, da **domesticação dos animais** e a sedentarização (conjunto de transformações que denominamos de Revolução Neolítica). A partir da produção de alimentos, propiciada pela agricultura, a economia passa a ser produtora, com excedentes que permitem o início de um rudimentar comércio baseado na troca. Com isso, aparecem as primeiras distinções sociais – ricos e pobres – e disputas pela terra. Os homens passam a conviver em aldeias e a desenvolver fiação, tecelagem e cerâmica. Além disso, inventa-se a roda.

Nessa fase, acentua-se a divisão social do trabalho, cabendo aos homens a caça, o preparo da terra para a agricultura, a construção das habitações e a guerra. À mulher cabia o cultivo da lavoura, o cuidado das crianças e o preparo da alimentação. Socialmente, também vigorava a poligamia, com variantes de poliginia (união de um homem com várias mulheres) e poliandria (união de uma mulher com vários homens).

Na esfera religiosa, prevalecia o animismo e rituais fúnebres. Havia, ainda, o totem, símbolo do grupo que era posto no centro da aldeia.

IDADE DOS METAIS

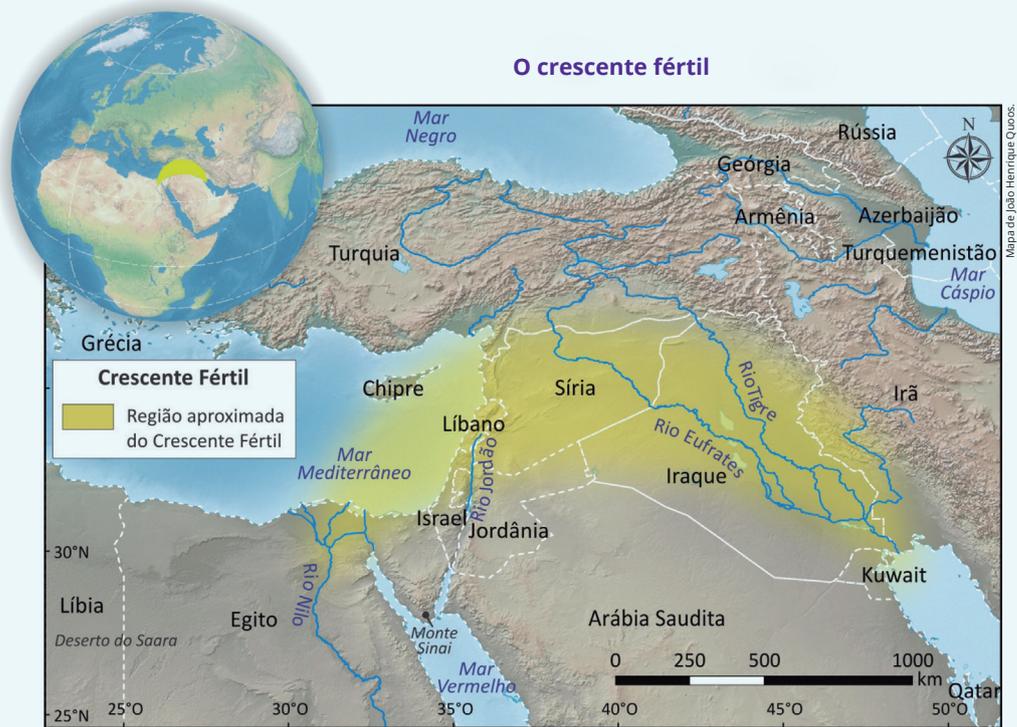
Perdurou de 6.000 anos atrás até o surgimento da escrita. Foi a fase de desenvolvimento da metalurgia, o que permite o avanço técnico na agricultura, aumentando a produção de alimentos, o comércio e a própria população. Os povoados tornam-se numerosos, com centros urbanos que caracterizam o surgimento das cidades (Revolução Urbana). Com a necessidade de coordenar a produção agrícola, o comércio e a guerra, surge o Estado, que possui funções administrativas, políticas, econômicas e bélicas. É o Estado que comanda as guerras, que controla a agricultura e o comércio. Surge, assim, a necessidade de funcionários (burocracia estatal) e da escrita. Esta torna-se uma necessidade comercial, para fins de registro contábil.



» Mundo antigo I: as primeiras civilizações no Oriente

• Mundo Antigo Oriental

• Mesopotâmia



Sumérios

Primeiros habitantes da Mesopotâmia, construíram cidades importantes como **Ur**, **Uruk**, **Lagash**, **Nipur**, **Eridu**, entre outras. Politicamente, as cidades eram autônomas (cidades-Estado) e governadas pelo patesi, mais tarde chamado de rei, um tipo de chefe militar e religioso que administrava as obras e os impostos. Graças à possibilidade de navegação nos rios, estabeleceram relações comerciais para Ocidente e Oriente, sendo a região um local de passagem de mercadores. Na área cultural, desenvolveram a escrita cuneiforme, o arado de cobre e a roda. Aproximadamente em 2500 a.C., foram dominados pelos Acádios.



O templo conhecido como Zigurat de Ur, Suméria, III milênio a.C..

Anotações:



Acádios

Foram responsáveis pela unificação da Mesopotâmia sob o reinado de Sargão I e incorporaram a cultura suméria. Contudo, devido aos constantes conflitos, resistiram por pouco tempo, sendo submetidos pelos Amoritas por volta de 2100 a.C.

Amoritas

Oriundos da Península Arábica, dominaram e unificaram toda a região com o rei Hamurábi. Esse rei expandiu o reino até a Assíria e a Caldeia, unificou a língua e a religião. No entanto, seu principal legado reside na área jurídica: o **Código de Hamurábi**, uma das mais antigas compilações de leis escritas. O Código baseava-se em dois princípios: o da **retaliação** e o da **reparação**. Na retaliação, aplicava-se ao infrator pena equivalente ao dano causado. Era a Lei de Talião, sintetizada no célebre “olho por olho, dente por dente”. E, no princípio da reparação, o culpado por prejuízos materiais deveria ressarcir o prejudicado.



Baixo relevo de Hamurábi e o código de leis escritas – Museu do Louvre, Paris.

Observe a seguir algumas das antigas leis de Hamurábi:

- ▶ Se um médico tratou, com faca de metal, a ferida grave de um homem e lhe causou a morte ou lhe inutilizou o olho, suas mãos serão cortadas.
- ▶ Se um mercador pediu emprestado trigo ou prata a um mercador e não tem trigo ou prata para pagar, mas tem outros bens, deve mostrar tudo o que tem perante testemunhas e dará do que possui ao seu prestamista.
- ▶ Se cegou o olho de um homem livre, seu próprio olho será cego.
- ▶ Se um homem arrancar os dentes de um homem da sua categoria, seus próprios dentes serão arrancados.
- ▶ Se cegou o olho de um escravo ou quebrou-lhe um osso, pagará metade do seu valor.

- ▶ Se um construtor fizer uma casa e ela não for sólida e, ao cair, matar o dono, tal construtor será morto.
- ▶ Se um homem toma uma mulher e não se estabeleceu um contrato, então essa mulher não é esposa.

Como pode ser observado, as leis pautam-se pelo ressarcimento e, em muitos casos, sobressai a violência, compreensível nas sociedades antigas, tradicionalmente dadas aos embates bélicos e à vida guerreira. Este aspecto, a belicosidade, era bastante comum na região do Crescente Fértil, uma vez que era uma área de terras férteis em meio aos desertos. Por isso, diversos povos guerreavam pelo controle da região, combinando a necessidade de água e terras agriculturáveis com a posse de demais recursos e riquezas.

Os Amoritas tinham por capital a Babilônia, por isso são chamados também de Primeiro Império Babilônico. Ondas invasoras de Hititas e Cassitas desagregaram o Império após a morte de Hamurábi.

Cabe observar ainda que, na atualidade, a geografia da antiga Mesopotâmia também vive uma efervescência de conflitos em razão de terras, riquezas, pontos estratégicos e recursos naturais, principalmente petróleo.

Assírios

A partir do norte mesopotâmico, na cidade de Assur, os Assírios conquistaram toda a região, estendendo-se até o Egito e a Pérsia. Esse expansionismo está ligado à característica guerreira do povo assírio. Formaram um exército permanente e utilizaram uma tecnologia bélica superior aos outros povos, como carros e cavalos de guerra e armamentos de ferro. As populações dominadas eram transformadas em escravas e cruelmente tratadas. Os assírios torturavam por meio de escalpo, esfolamento, amputações e castrações. Governavam os vencidos pelo terror.



Relevos de Assurbanipal II, cerca de 900 a.C.

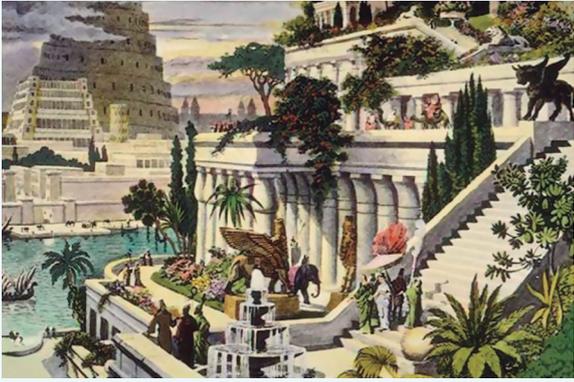
Sob o reinado de Assurbanipal, conheceram um intenso desenvolvimento cultural sintetizado na biblioteca de Nínive, capital assíria.

Em torno de 612 a.C., Nínive foi destruída pelos povos dominados e submetida ao terror. Os Caldeus, originários da Babilônia, fundaram o Segundo Império Babilônico.

Caldeus

Os Caldeus tiveram seu apogeu com Nabucodonosor, responsável pela construção de grandes obras, como palácios, muralhas, jardins suspensos e a hipotética Torre de Babel. Além disso, expandiu o reino, capturou e escravizou os Hebreus na Babilônia, episódio conhecido como "Cativo na Babilônia".

O fim do império está ligado à morte de Nabucodonosor e à invasão dos Persas, sob comando de Ciro I, em 539 a.C.



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

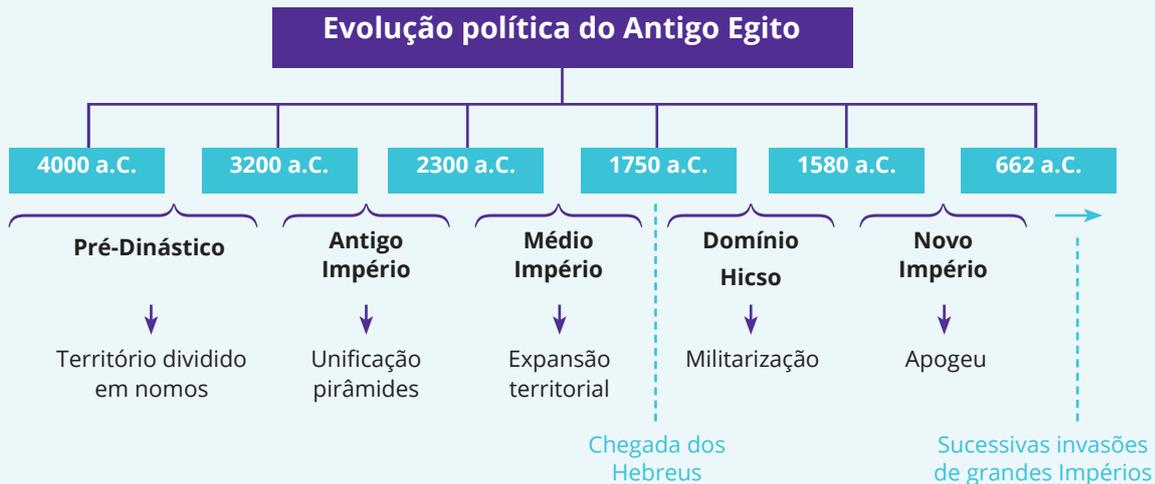
Representação dos jardins suspensos da Babilônia, como imaginados por Martin Heemskerck. Na pintura, a Torre de Babel aparece ao fundo. Obra atribuída ao artista holandês Martin Heemskerck, século XVI.

Sociedades mesopotâmicas

Socialmente, havia uma elite formada por nobres, sacerdotes e guerreiros, que dominava o restante da população, como camponeses e escravos. Acima de todos, pairava o rei, compreendido como um representante dos deuses na Terra, unindo política e religiosidade.

Anotações:

• Egito Antigo



Período Pré-Dinástico

Nessa fase, os núcleos populacionais estabeleceram-se ao longo das terras cultiváveis do Nilo com um sistema de trabalho comunitário. Com o progressivo aumento da produção agrícola e da população, formaram-se aldeias denominadas nomos, cada uma delas chefiada por um nomarca. Estes dirigiam os trabalhos dos camponeses, os felás, e, com o tempo, fundiram o poder político ao religioso, sendo considerados personificação dos deuses. Por volta de 3500 a.C., existiam 42 nomos, que se uniram e formaram dois reinos: o Alto Egito, no sul, e o Baixo Egito, no norte. Em 3200 a.C., Menés unificou os dois reinos. Ao utilizar uma coroa dupla, nas cores branca e vermelha, que simbolizava os dois reinos, ele deu início ao período dos faraós.



Período Dinástico

Corresponde ao período de reinado das dinastias faraônicas com a centralização política. Subdivide-se em:

▶ Antigo Império (3200 a.C. a 2300 a.C.)

Estabelecida a capital em Mênfis, o faraó comandava o Egito, auxiliado pela nobreza (antigos nomarcas), sacerdotes e escribas, além do exército. Nessa fase, o Egito expandiu suas fronteiras ao sul e incorporou a civilização Núbia.

Como reflexo do poder do faraó, foram construídas grandes obras com mão de obra camponesa e escrava, como as pirâmides de Gizé, onde se destacam as de Quéops, Quéfren e Miquerinos. A construção das pirâmides, tumbas reais, era viabilizada pelo deslocamento de mão de obra da agricultura durante os períodos de entressafra.

No entanto, devido a várias dificuldades internas e revoltas dos nomarcas, o poder político esfacelou-se, encerrando o Antigo Império. Por aproximadamente 300 anos, os nomarcas governariam o Egito, fase esta conhecida como “1º período intermediário”.



As Pirâmides de Gizé foram construídas com o objetivo de abrigarem os restos mortais dos reis Quéops, Quéfren e Miquerinos.

▶ Médio Império (2000 a.C. a 1580 a.C.)

Sob liderança do faraó Mentuhotep II, os nomarcas foram subjugados. Assim, restabeleceram o poder centralizado no faraó com capital em Tebas. Foi um período de recuperação e expansão das terras agrícolas e de construção de grandes templos. Entretanto, revoltas dos camponeses, descontentes com os trabalhos compulsórios, assim como revoltas de nomarcas interessados na des-

centralização política, explodiam gradativamente. O Egito enfraqueceu-se e chegaram povos – como os hebreus e os hicsos – que, utilizando cavalos e armas de ferro, dominaram o Egito por quase dois séculos, fase conhecida como “2º período intermediário”.

▶ Novo Império (1580 a.C. a 525 a.C.)

A cidade de Tebas, sob comando de Amósis I, liderou uma revolta de cunho nacionalista contra os opressores hicsos, restabelecendo o poder do faraó. A partir de então, o poder dos faraós foi tão intenso e as realizações tão significativas que se considera essa fase como o apogeu da civilização egípcia.

Após a expulsão dos hicsos, os **hebreus** foram escravizados, fugindo, mais tarde, sob liderança de Moisés, em um episódio conhecido como êxodo. Ao mesmo tempo, empreendia-se a expansão territorial com a conquista de territórios no Sudão e até na Mesopotâmia. Esse expansionismo teve como destaque Tutmés III.

Outro faraó importante dessa fase foi **Amenófis IV**. Procurando diminuir a influência política e o prestígio dos sacerdotes, promoveu uma reforma religiosa de cunho monoteísta. A ideia era substituir o politeísmo e a adoração a Amon-Rá pelo culto ao deus Áton, representado pelo disco solar. No entanto, devido à impopularidade da nova religião, sua reforma teve pouca eficácia. Com sua morte, o sucessor Tutankhamon restabeleceu o politeísmo.

Com Ramsés II, retomou-se o expansionismo e construíram-se grandes obras arquitetônicas. Seu reinado é considerado o esplendor do Egito. Após sua morte, entretanto, as disputas internas de sacerdotes e nobres contra o faraó corroeram o poder centralizado, dividindo o Egito em dois reinos. Enfraquecidos, foram presa fácil para os invasores assírios, que dominaram a região em 662 a.C., com Assurbanipal.

Em um novo movimento nacionalista, os egípcios expulsaram os invasores a partir da liderança da cidade de Saís. Esse fato ficou conhecido por **Renascimento Saíta**, com destaque para Psamético I. No entanto, essa fase duraria pouco. Com problemas internos, o Egito foi subjugado por invasores persas, sob comando de Cambises, em 525 a.C., na Batalha de Pelusa. Depois disso, o território do Egito seria sucessivamente dominado por macedônios (que instituíram os faraós de origem ptolomaica), romanos, árabes, turcos e ingleses.

Anotações:

• Fenícios

Fenícia - Colonização (X a.C. - V a.C.)



A civilização fenícia desenvolveu-se ao longo de um território que hoje corresponde aos atuais Líbano e Síria, principalmente. A região apresentava uma geografia desfavorável à prática da agricultura, com exceção de alguns poucos vales férteis nas encostas das montanhas. Por outro lado, apresentava uma extensa floresta de cedro e estava de frente para o mar Mediterrâneo. Aliando essas peculiaridades com a proximidade de povos agricultores, como egípcios e mesopotâmicos, temos uma explicação para o **grande desenvolvimento comercial e marítimo** dos fenícios. De fato, utilizando uma excelente tecnologia naval, esse povo controlou o comércio do Mediterrâneo até a região da atual Inglaterra com a fundação de **diversas colônias, como Cartago**, no norte da África. Foram, sem dúvida, os maiores navegadores e comerciantes do Mundo Antigo.

Politicamente, organizavam-se em cidades-Estado, chefiadas por uma aristocracia de comerciantes navegadores (**talassocracia**). O poder maior residia no sufeta, uma espécie de rei de cada cidade-Estado. Essa aristocracia explorava camponeses e escravos obtidos ao longo das rotas de comércio marítimo. Entre as principais cidades-Estado fenícias, salientam-se Biblos, Sidon e Tiro.

Devido ao grande contato com outros povos e às necessidades comerciais, formaram um sistema de escrita baseado nos sons das consoantes, o denominado **alfabeto fonético, composto de 22 letras**. Mais tarde, seriam introduzidas as vogais. Esse alfabeto foi aproveitado pelos gregos e romanos. Fabricavam, ainda, recipientes em vidro, além de corantes, como a púrpura.

A religiosidade tendia para o politeísmo, mas cada cidade-Estado tinha seu deus protetor. A divindade masculina, geralmente, era chamada Baal (Sol), e a divindade feminina, Astarteia, ligada à Lua e à fecundidade. A religião era violenta e com sacrifícios humanos.

Anotações:



• Persas

Império Persa (VI a.C. - IV a.C.)



A partir do ano 2000 a.C., ondas migratórias de indo-europeus chegaram ao planalto do atual Irã. Nessa região, estabeleceram-se várias tribos, como Medos e Persas. Essas tribos foram **unificadas por Ciro I** e iniciou-se o expansionismo do Império Persa. Conquistaram terras na Mesopotâmia, na Fenícia, na Ásia Menor, na Índia e no Egito; Ciro I foi um hábil imperador, tolerante e diplomático. Durante seu reinado, os hebreus tiveram permissão para deixar o “cativo na Babilônia”, onde eram escravos.

Apesar das grandes conquistas de Ciro I, o principal rei persa foi **Dario I**. Ele realizou uma extensa obra de controle administrativo, dividindo o império em províncias chamadas **satrapias** e governadas pelos sátrapas. Para fiscalizar toda a extensão do império, o maior do período, criou estradas ligando as principais cidades, como Susa e Persépolis. Criou ainda o correio real, instituiu uma moeda de grande circulação e aceitação no mundo antigo, o dário, e designou fiscais para toda a região, conhecidos como “os olhos e os ouvidos do rei”.

Dario I sustentava-se, também, do seu poderoso exército, que garantia o expansionismo e a escravidão dos vencidos, além dos espólios de guerra. Seu poder era fundado na teocracia, pois devia ser adorado como um deus vivo. Completava o sistema de dominação à servidão coletiva. Todo esse poder começou a desmoronar com as derrotas sofridas por Dario I e seu filho **Xerxes** nas batalhas contra os gregos, as Guerras Médicas. Mais tarde, os persas seriam dominados por Alexandre, O Grande, da Macedônia.

Por fim, a religião persa merece um breve destaque. Baseada nos escritos da Zend-Avesta de Zoroastro ou Zaratus-tra, determinava o dualismo e o fatalismo fundados na crença de duas divindades opostas: Ormuz Mazda, deus do bem e da luz, e Arimã, deus do mal e das trevas. Nesse conflito, o imperador assumia a representação do bem contra o mal.

Anotações:

• Hebreus

Os hebreus eram um povo seminômade de pastores, de origem semita, que se estabeleceram nas proximidades de Ur, antiga Suméria. Segundo a tradição, **Abraão**, pregador do monoteísmo com o culto a Javé, teria recebido de Deus a incumbência de conduzir as tribos hebraicas para a Terra Prometida, a **Palestina**, conhecida na Bíblia por Canaã, há mais de 2000 a.C.

Convém lembrar que boa parte da história dos hebreus consta na Bíblia, misturando ciência, história e misticismo. Para facilitar didaticamente os estudos da sociedade hebraica, costuma-se dividir sua história em três períodos: Patriarcado, Juizado e Monarquia.

Patriarcado

Abraão teria sido o primeiro patriarca, chefe do clã. Após conduzir os hebreus à Palestina, segundo a Bíblia, teria sido sucedido por Isaac e Jacó. Dos herdeiros de Jacó teriam surgido as **12 tribos de Israel**. Na Palestina, iniciaram-se os conflitos com os povos que lá estavam, como os cananeus. Devido a uma grande seca, com dificuldades de sobrevivência alimentar na Palestina, além dos constantes conflitos, os hebreus migraram para o Egito no período de ocupação dos hicsos. Após a expulsão dos hicsos, os hebreus foram escravizados pelos egípcios.

A fuga da escravidão no Egito, conhecida como **Êxodo**, foi conduzida pelo patriarca Moisés percorrendo episódios gloriosos e místicos, como a passagem pelo Mar Vermelho. No deserto, no Monte Sinai, Moisés teria recebido o decálogo, os dez mandamentos. Após mais de 40 anos, sob liderança de Josué, os hebreus teriam chegado novamente à Palestina.

Juizado

Na Palestina, os hebreus estabeleceram-se em Jericó e passaram a designar juizes (os guerreiros mais notórios) para liderá-los na luta contra saduceus, fariseus, cananeus e filisteus, entre outros. Destacam-se Gideão, Samuel e Sansão. Apesar de significativas vitórias hebraicas, a maior parte da Palestina ainda era dominada por outros povos da região.

Monarquia

Diante da necessidade de um melhor enfrentamento com os vizinhos hostis, **Saul** conseguiu unificar as tribos hebraicas em um reino, sendo ele o primeiro rei hebraico.

Davi, o sucessor de Saul, conseguiu aprimorar o reino com exército permanente e organização de uma burocracia administrativa. Segundo a tradição bíblica, ele teria derrotado o gigante Goliás e consolidado o reino hebreu. Entretanto, foi com **Salomão** que os hebreus atingiram seu esplendor: desenvolveu-se o comércio, cobraram-se tributos e foi construído o Templo de Jerusalém, dedicado a Javé.

No entanto, os altos tributos e os trabalhos forçados geravam inúmeras revoltas internas, causando, após a morte de Salomão, a divisão do reino em Israel, com capital em Samaria, e Judá, com capital em Jerusalém. Esse episódio é denominado de **Cisma hebraico**. A seguir, foram invadidos e dominados sucessivamente, primeiro pelos assírios e em seguida por Nabucodonosor, que os levou como escravos para a Babilônia (Cativeiro da Babilônia). Com o domínio persa na Babilônia, retornaram à Palestina, agora convertida em domínio persa. Após a decadência persa, foram dominados pelos macedônios e, a seguir, pelos romanos. Devido à resistência à ocupação romana e à recusa de aceitação da divindade do imperador por parte dos hebreus, os romanos destruíram Jerusalém, em 70 d.C., e os expulsaram da Palestina, episódio chamado de **Diáspora hebraica**.

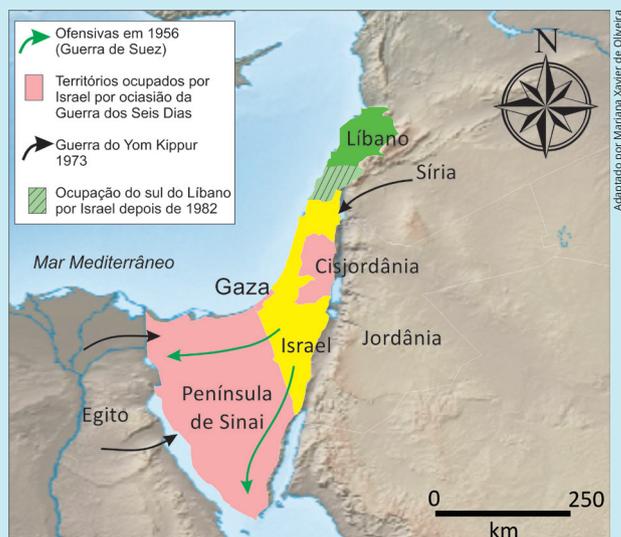
Assim, os hebreus ficaram dispersos por várias regiões até 1948, quando a ONU criou o Estado de Israel na Palestina. Milhares de judeus (antigos hebreus) migraram para o recém-criado Estado. Essa volta para a Palestina, que já havia recebido estímulos com a Declaração Balfour, é denominada **Sionismo**.

Estabelecidos no novo Estado, começaram os conflitos com os palestinos, que habitavam o mesmo território, e com as comunidades árabes vizinhas. Iniciava-se a questão árabe-israelense, que dura até os dias atuais e transforma a região em uma área de constantes conflitos, acentuados pelos interesses econômicos das grandes potências em relação ao petróleo. Além disso, o conflito envolve religiosidade, disputa pela água e, evidentemente, luta pelo território.



Mundo Contemporâneo: Sionismo e Conflitos Árabe-Israelenses

Conflitos Árabe-Israelenses



Em 1947, após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) dividiu a Palestina, então sob administração inglesa, em duas áreas: uma para ocupação judaica e outra destinada aos palestinos. Um ano depois, a ONU criava o **Estado de Israel**, desencadeando a reação de países árabes da região, como Egito, Iraque, Jordânia, Síria e Líbano, que se colocaram ao lado dos palestinos, prejudicados na divisão territorial. Iniciava-se a **Primeira Guerra Árabe-Israelense** (1948-1949), vencida por Israel, país que incorporou territórios árabes gerando ainda mais descontentamento na região.

No contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos apoiaram constantemente os israelenses, tanto econômica quanto militarmente. Os árabes aproximaram-se da União Soviética, tendo seu apoio, mas não na intensidade do auxílio fornecido pelos norte-americanos ao Estado de Israel.

A **Segunda Guerra Árabe-Israelense** teve início em 1956, quando o Egito de Gamal Abdel Nasser

ser nacionalizou o Canal de Suez. Tropas francesas e inglesas, apoiadas por Israel, invadiram o país. O exército israelense ocupou a Península do Sinai. Porém, sob orientação da ONU, restaurou-se a situação fronteiriça vigente no período anterior à guerra. Para apaziguar a região, a ONU deixou tropas estacionadas entre o Egito e Israel.

Em 1967, a situação voltou a ficar beligerante, com uma atuação mais contundente da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) por meio de ações terroristas. Quando as tropas da ONU saíram da região e o Egito bloqueou os portos israelenses, estourou a Terceira Guerra Árabe-Israelense ou **Guerra dos Seis Dias**. Israel ocupou o Sinai, a faixa de Gaza e as colinas de Golã.

Em 1973, nova guerra eclodiu, a Quarta Guerra Árabe-Israelense ou **Guerra do Yom Kippur** ("Dia do Perdão", comemorado pelos judeus). As forças israelenses barraram a investida árabe e passaram à ofensiva. Com a intervenção das superpotências, encerrou-se o conflito, e Israel manteve os domínios conquistados em 1967.

No ano de **1979**, com a mediação de Jimmy Carter, Egito e Israel, visando à paz, assinaram o **Acordo de Camp David**, nos Estados Unidos. Os palestinos, porém, continuaram sua luta mediante a OLP, buscando a construção de um Estado Palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Nos anos seguintes, persistiram os conflitos, sobretudo as intifadas, ou seja, palestinos armados de paus e pedras lutando contra o exército israelense invasor.

Em **1993**, Ytzhak Rabin, primeiro-ministro israelense, e Yasser Arafat, líder da OLP, assinaram outro acordo de paz. Nele a OLP renunciava às ações terroristas e reconhecia o Estado de Israel em troca da autonomia limitada dos palestinos sobre determinadas áreas da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Porém, os conflitos persistiram.

No ano de **2004**, o primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, iniciou a construção de um **muro na Cisjordânia**, segregando territórios palestinos. Mesmo com o repúdio da comunidade internacional, com exceção dos Estados Unidos, o governo israelense continuou a obra, acirrando ainda mais os ânimos na região.

Atualmente, os palestinos possuem um governo para seus territórios, com autonomia limitada. Trata-se da **Autoridade Nacional Palestina (ANP)**, sob a presidência de Mahamoud Abbas. Reconhecida pela ONU e pela comunidade internacional, a ANP luta, por meios legais e pacíficos, pela criação do Estado Palestino. Dois grupos políticos distinguem-se pelos métodos e objetivos: o Al-Fatah, com maior preponderância na Cisjordânia e defensor da criação do Estado Palestino pelo caminho diplomático, e o Hamas, com preponderância na Faixa de Gaza, que advoga a destruição de Israel e a posterior criação do Estado Palestino – este grupo atua por meio de ações consideradas terroristas pela maior parte da comunidade internacional.

A despeito da posição da ONU e da maioria de seus países membros, os quais aprovam a criação de um Estado para os palestinos, Israel e Estados Unidos posicionam-se contra tal empresa. A tensão e os conflitos persistem na região.

• Leitura complementar

Índia Antiga

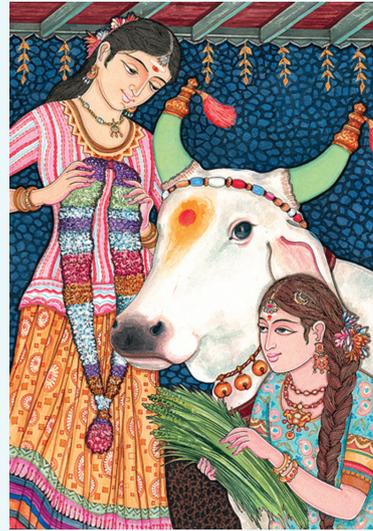
Assim como a Mesopotâmia e o Egito, além da China, a civilização indiana edificou-se ao longo de vales fluviais, sob o modo de produção asiático, especialmente nos arredores do rio Indo, mas estendendo-se posteriormente pelo Ganges. Podemos afirmar, portanto, que o desenvolvimento indiano ocorreu na região Indo-Gangética, por meio do denominado modo de produção asiático.

Inicialmente, por volta de 3000 a.C., o povo drávida, de origem indo-europeia, se estabeleceu nas margens do rio Indo com a fundação de centros urbanos sofisticados, com água encanada, rede de esgoto e estrutura arquitetônica semelhante a um tabuleiro de xadrez. Evidentemente, tal organização é um indício da existência de um governo centralizado em cidades como Mohenjo-Daro e Harappa. Essas cidades, pertencentes à civilização dravidiana, foram estudadas por escavações arqueológicas da década de 1920 e contribuem para o entendimento das origens indianas, mesmo que a escrita drávida não tenha sido decifrada até os dias atuais. Além disso, o desaparecimento dos drávidas ainda é uma incógnita, aventando-se a hipótese de que deslocamentos em massa, em razão de secas e terremotos, poderiam ser a causa do fim dessa civilização.

Entre 2000 a.C. e 1000 a.C., a região recebe migrações de povos seminômades indo-europeus, os denominados ários ou arianos. A partir da escrita sânscrita, os arianos descreveram os conflitos sangrentos que culminaram no seu estabelecimento no vale do rio Indo. Tais textos são conhecidos como Vedas, palavra que significa “conhecimento”, em sânscrito. Desse modo, a civilização então estabelecida denomina-se védica.

A civilização védica apresenta características que explicam muitos dos matizes culturais da Índia atual, como o hinduísmo, o bramanismo e o sistema de castas – mesmo que este tenha sido abolido oficialmente em 1950, e, em 1997, tenha sido eleito um presidente pária (sem casta), Narayanan, na práxis continua em vigor.

A religião Hindu, hoje a terceira maior do mundo, com cerca de 900 milhões de seguidores, em sua maioria na Índia e no Nepal, fundamentava-se nos textos védicos. Incluía a adoração a diversas divindades, caracterizando o politeísmo, a crença na reencarnação e no objetivo de total purificação, ou seja, o nirvana. Outro destaque é a divinização dos bovinos, essencialmente a vaca, associada a outras divindades e à fertilidade. Com o bramanismo, o *status* religioso do animal foi ainda mais elevado, sendo considerada mais pura que os líderes religiosos e proibido seu abate. Além disso, o leite, a urina e as fezes da vaca são utilizados até hoje em rituais de purificação.



Himalayan Academy Publications, Karpaa, Kauai, Hawaii/IBD

A vaca é considerada um animal sagrado na Índia, sendo proibido seu abate para consumo e qualquer desrespeito para com ela.

Com o passar dos anos, o hinduísmo deu origem a uma religião mais complexa, o bramanismo, cujos deuses principais são Brahma, o criador do universo; Vishnu, o deus da conservação; e Shiva, a divindade da destruição. Do bramanismo derivou uma constituição social excludente e exploradora, o sistema de castas, o qual se caracteriza pela imobilidade social, o nascimento como determinante da posição social e os casamentos apenas no interior de cada casta. A organização social, reiteramos, possui estreita relação com a religião. Por exemplo, as castas sociais são identificadas com partes do corpo do deus Brahma, em uma estrutura que pode ser assim sintetizada:

Sistema de castas		
Deus Brahma	Casta	Correspondente
Cabeça	Brâmanes	Sacerdotes
Braços	Xátrias	Guerreiros
Pernas	Vaixás	Comerciantes, artesãos
Pés	Sudras	Trabalhadores, camponeses
Chão	Párias	Sem casta, impuros, intocáveis

Percebe-se, pela tabela exposta, a primazia dos sacerdotes e guerreiros na sociedade, além da extrema exclusão dos denominados párias, responsáveis por trabalhos degradantes, como a limpeza de latrinas.





Deus Brahma, ao centro, cujos membros do corpo simbolizam a divisão em castas na Índia.

Entretanto, no século VI a.C., surgiu uma doutrina oposta ao sistema de castas, o budismo. Ele foi criado pelo príncipe Sidharta Gautama – o Buda – que recusou a vida luxuosa e defendeu a igualdade, a supressão dos desejos como o caminho para a iluminação ou nirvana. Aquele que se entregar a esses preceitos poderá se tornar um iluminado, um Buda. O budismo se estendeu para outras regiões, sendo que na atualidade possui inúmeros seguidores no Japão, na China, no Vietnã, no Laos, além da própria Índia, embora minoritária.

Em termos de organização política e econômica, a civilização védica formou cidades-Estado, as quais, por meio do expansionismo, formavam pequenos reinos governados pelos rajás (reis). Em caso de guerra contra estrangeiros, geralmente os reinos uniam-se sob o comando de um marajá (grande rei).

Os vedas acabaram sendo conquistados pelos persas, em 500 a.C., e pelos macedônios de Alexandre, O Grande, entre 334 a.C. e 327 a.C.

Alguns anos depois, os reinos indianos se unificaram sob a dinastia Máuria, uma família governante da região de Magadha, nas proximidades do rio Ganges. O principal governante dessa dinastia foi Asoka, sobretudo pela expansão do império do rio Ganges ao rio Indo, além da sua conversão ao budismo e a política pacifista, popular, com construção de hospitais, a tolerância religiosa, pelo Edito de Asoka, e a proibição de sacrifícios de animais. No campo econômico, destaca-se o comércio de especiarias realizado com Roma, sobretudo com a exportação de animais, marfim, seda e especiarias, mesmo com o declínio da dinastia Máuria no século I d.C.

Após a morte de Asoka, o império esfacelou-se entre seus descendentes formando reinos independentes e fragilizados militarmente. Alvos de invasões estrangeiras, os reinos declinaram e o budismo perdeu força para o bramanismo.

Por fim, no século IV d.C., o império indiano foi reunificado sob a dinastia Gupta, restabelecendo o hinduísmo e promovendo a construção de inúmeros templos. O progresso no setor econômico foi notável, em especial pela ampliação de áreas agriculturáveis e pela produção de tecidos. O comércio também se fortaleceu, com intenso intercâmbio com o Império Romano do Oriente. Somando-se a tudo isso, os impostos contribuíam para a edificação de obras e o financiamento de cientistas e artistas pela realeza, fazendo desse período a Idade de Ouro da Índia na antiguidade.

No século VI d.C., os hunos invadiram a região e provocaram a descentralização do império em pequenos reinos.

China Antiga

Por volta de 2000 a.C., surgiram as primeiras cidades ao longo do Rio Amarelo, na China. Essas cidades foram unificadas sob um poder central pertencente à dinastia Chang. O estudo dessa fase parte de análises de objetos como cascas de bambu e cascos de tartaruga, sobre os quais foram encontrados textos em ideogramas na década de 1920.

A dinastia Chang destacou-se pela arte em vasos de bronze decorados com imagens de animais e seres mitológicos, instrumentos de música e esculturas em jade. Camponeses e escravos eram utilizados nas obras públicas.

Ao redor do ano 1000 a.C., a dinastia Chang foi subjugada pela dinastia Chou (Zhou), a qual cunhou a expressão Reino do Meio, dada a crença de que a China era o centro do mundo. O intenso crescimento cultural faz com que o período seja conhecido como a Era de Ouro da filosofia chinesa, especialmente devido aos pensadores Confúcio (551 a.C.-479 a.C.) e Lao-Tsé (570 a.C.-490 a.C.).

O confucionismo foi adotado como filosofia oficial na dinastia Han e defende princípios de altruísmo, cortesia, fidelidade, justiça, honradez, sabedoria e moralidade, que formam a base de valores nos quais repousam a cultura chinesa atual. De um modo geral, podemos afirmar que Confúcio defendia a ação autônoma individual na prática de virtudes, sem negar a existência de divindades. Partia da concepção de que o Homem é bom por natureza, sendo o mal produto da falta de conhecimento. Por essa razão, defendia a educação para a virtude.

Lao-Tsé, no livro intitulado *O Livro do Caminho e da Virtude*, defendia a meditação como o caminho (Tao) para a união do indivíduo com o universo, em perfeita harmonia. Para isso, também era importante o abandono das vaidades materiais e da vida pública. Sua doutrina é conhecida como Taoísmo e, também, é influente na China atual.



A Muralha da China, construída com fins militares, é hoje a principal atração turística no território chinês.

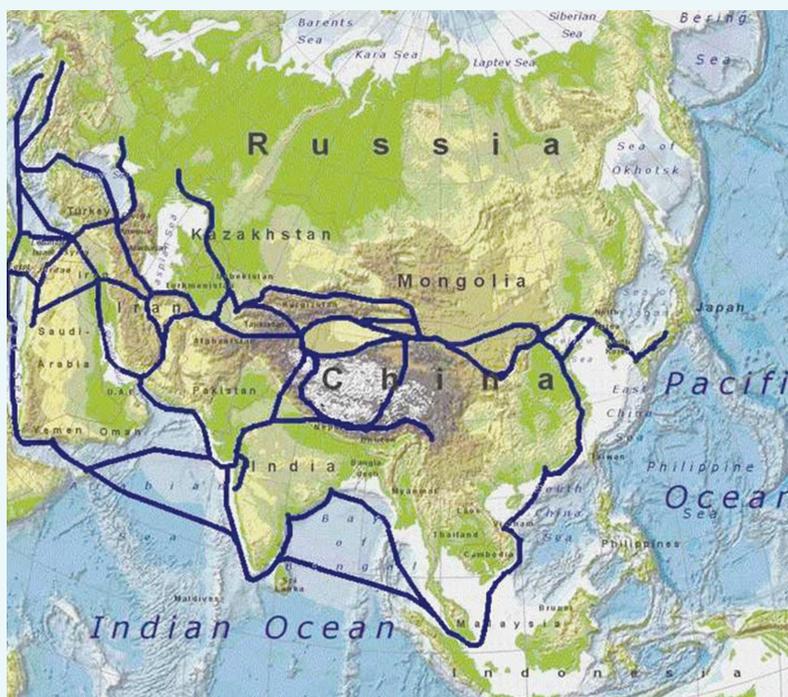
No século V a.C., as guerras internas, entre os sete reinos, tornaram-se uma tônica, sendo essa fase conhecida como Era dos reinos combatentes. O reino Ch'in (China), com o rei Shi Huang Ti, depôs a dinastia Chou e impôs a unificação política sob um regime imperial com uma escrita comum, uma única moeda, a construção de obras, como estradas e canais, e um calendário. Com esse rei foi iniciada a construção da Grande Muralha da China, para proteger o império de povos das estepes asiáticas, como os hunos e os mongóis. A muralha, símbolo de arquitetura e engenharia, foi construída com o trabalho de milhares de camponeses e escravos por cerca de dois mil anos. Chegou a ter aproximadamente seis mil quilômetros, com 8 metros de altura e 4 metros de largura. Foi erguida nos séculos XV e XVI, contando com cerca de 2.400 km que cruzam a China de leste a oeste. Atualmente, é uma das Novas Sete Maravilhas do Mundo. Outra medida adotada foi a repressão aos opositores, com a queima de livros e a prisão e a execução de políticos e de sábios. Até mesmo os textos de Confúcio foram destruídos quando encontrados.

Com a morte de Sing Huang Ti, o império foi derrubado e mergulhou em profunda crise de descentralização política.

Em 202 a.C., Lieu Pang centralizou o poder e deu início à dinastia Han. Constituem destaques dessa dinastia:

- ▶ expansão territorial, chegando até as proximidades do atual Vietnã e da península coreana;
- ▶ fabricação do papel;
- ▶ invenção da bússola;
- ▶ desenvolvimento de técnicas de navegação;
- ▶ registros de acupuntura na medicina;
- ▶ adoção do confucionismo, sem impedir a entrada do budismo;
- ▶ intenso intercâmbio comercial, cultural, religioso e científico com povos do oriente e também do ocidente, por meio da Rota da Seda, uma rota terrestre que ligava a China aos portos do Mediterrâneo e por onde era comercializada uma infinidade de produtos, com destaque, evidentemente, para a seda – mercadoria extremamente cobiçada no mundo árabe e ocidental.

Na idade antiga, a dinastia Han encerra esse período da história chinesa, sendo sucedida no período medieval pela dinastias Tang e Song, as quais serão apresentadas no segundo livro de História Geral.



A Rota da Seda foi o principal eixo comercial entre ocidente e oriente até a expedição de Vasco da Gama às Índias, em 1498.

Anotações:



» Mundo antigo II: as civilizações clássicas do Ocidente

• Grécia Antiga



Didaticamente, divide-se a História grega em:

Fase Pré-Homérica (XX a.C. a XII a.C.)

A origem dos gregos, também chamados de helenos, está ligada à **ilha de Creta** no Mar Egeu. Nessa região, desenvolveu-se uma sociedade comercial e urbana governada por um ou vários governantes locais, como o lendário **rei Minos** e o seu palácio de **Cnossos**. Além disso, era uma civilização com **privilégios às mulheres** – exceção no mundo antigo – e adoradores da Grande Deusa.

Por volta do século XV a.C., povos de origem indo-europeia chegaram à região. Entre eles, vale destacar os **aqueus, os eólios e os jônios**. Os aqueus fundaram Micenas, incorporaram os cretenses, dando origem à civilização creto-micênica. Os **dórios**, também de origem indo-europeia, dominaram a todos e destruíram a civilização creto-micênica, marcando um período de retrocesso comercial, urbano e cultural. Vários grupos de gregos (jônios e eólios, em especial) deslocaram-se para as ilhas do Egeu e Ásia Menor e fundaram colônias. Esse processo leva o nome de **Primeira Diáspora Grega**.

Fase Homérica (XII a.C. a VIII a.C.)

Essa fase é marcada pelo ruralismo que predominou em toda a Grécia. Formaram-se diversas comunidades assentadas no trabalho agrícola. Essas comunidades receberam o nome de **genos**, e o seu conjunto, de **comunidade gentílica**. A chefia do genos, um verdadeiro clã, era exercida pelo pater, que desempenhava funções administrativas, judiciárias e religiosas.

Com o progressivo aumento demográfico, as dificuldades de obtenção alimentar cresceram, devido à pobreza do solo grego, gerando inúmeras **disputas pelas terras férteis**. Nesse processo, a estrutura coletivista dos genos se desorganizou, surgindo proprietários e não proprietários. Formaram-se os eupátridas, que ficaram com as melhores terras; os georgóis, pequenos proprietários; e os thetas, que ficaram sem posses.

Além disso, os genos procuravam fortalecer-se, unindo-se a outros genos, o que resultou nas **frátrias**. Da mesma maneira, surgiram as **tribos** e, da união dessas, um contingente populacional maior, o demos ou povoado, que foi chefiado pelo basileu (rei) e marcou o aparecimento da **polis – cidade-Estado grega** –, que tinha como centro a acrópole, o local mais elevado da região.

Anotações:

Fase Arcaica (VIII a.C. a VI a.C.)

Esse período marca a consolidação da *polis* na Grécia, em que se salientam Atenas e Esparta. No processo constitutivo das *poleis*, a crescente expansão demográfica e a contínua escassez de terras férteis motivaram a **Segunda Diáspora Grega**, na qual os desprovidos de posses fundaram colônias na Península Itálica e na orla do Mar Negro.



Observa-se a expansão grega dirigida para a Ásia Menor, devido à primeira Diáspora, e depois, com a segunda Diáspora, para a Magna Grécia.

Anotações:

ESPARTA

Fundada pelos **dórios**, situava-se na Lacônia, em especial, na Península do Peloponeso. Nessa região, o território era cercado por montanhas e, ao contrário do restante da Grécia, as terras eram férteis. Assim, os espartanos moldaram uma forma de organização econômica baseada na agricultura e no seu isolamento geográfico. A atividade comercial, embora existente, foi bastante reduzida em relação ao restante das *poleis* gregas.

Socialmente, distinguiram-se três grupos:

- ▶ **Espartanos:** grupo social hegemônico, descendentes diretos dos dórios e compostos por uma aristocracia militar. Gozavam de todos os privilégios políticos e econômicos. Para manter seu domínio, utilizavam a força militar.
- ▶ **Periecos:** eram pequenos proprietários que se dedicavam às atividades desprezadas pelos espartanos, como o artesanato e o comércio. Geralmente eram estrangeiros.
- ▶ **Hilotas:** constituíam os escravos pertencentes ao Estado, trabalhavam nas terras públicas e nos lotes dos espartanos.

Na área política, Esparta não vivenciou as transformações que levaram à democracia, como em Atenas. Nas outras *poleis*, o desenvolvimento comercial e as modificações na estrutura social, como o advento de comerciantes enriquecidos, favoreceram a instalação do regime democrático, inexistente em Esparta.

A organização política espartana fundava-se no completo controle das instituições pela **aristocracia militar** descendente dos dórios, amparados em uma legislação que teria sido elaborada por Licurgo, um personagem lendário.



A única evolução apresentada por Esparta foi em direção à formação de um regime oligárquico. Os espartanos com mais de 30 anos formavam uma assembleia, a **ápela**, responsável pela eleição da gerúsia e do eforado. A **gerúsia** tinha funções administrativas, legislativas e judiciárias, sendo composta por cidadãos com mais de 60 anos. O **eforado** (ou Conselho de éforos) era composto por cinco anciãos e tinha funções executivas. Os dois reis, a **diarquia**, controlavam as cerimônias religiosas e as atividades militares. Na prática, o poder estava nas mãos dos éforos, que fiscalizavam as demais instâncias políticas.

Devido às necessidades de defesa e controle social, os espartanos moldaram uma **cultura guerreira**, na qual os homens eram enviados para o treinamento militar aos sete anos de idade. Aos 18 anos, tornavam-se hoplitas, ou seja, soldados de infantaria armados de lanças e escudos. Somente aos 60 anos, deixavam de ter obrigações militares.



Escultura de Leônidas, rei e guerreiro espartano que enfrentou os persas na Batalha das Termópilas.

Atenas

Ocupada por **aqueus, eólios e jônios**, Atenas localizava-se na Ática, tendo como centro de sua economia o porto de Pireu. Com terras pouco favoráveis à agricultura, desenvolveram um **significativo comércio e uma forte colonização no Mar Mediterrâneo** (lembramos da Segunda Diáspora Grega).

Essas atividades promoveram grandes alterações econômicas e sociais na *polis* ateniense. Os pequenos proprietários (**georgóis**), incapazes de concorrer com os produtos vindos das colônias, perderam suas terras e tornaram-se escravos, criando uma fonte de tensão social. Ao mesmo tempo, os comerciantes (**demiurgos**) enriqueciam e pressionavam pelo direito de participação política, monopólio dos **eupátridas** (grupo social dominante, composto por descendentes diretos dos aqueus, eólios e jônios, que formavam uma verdadeira aristocracia, gozando de todo tipo de privilégios). Havia, ainda, os **metecos**, estrangeiros dedicados ao comércio, e os **escravos**, obtidos mediante dívidas ou guerras.

Nesse cenário, Atenas passou por uma série de formas de governo. Inicialmente foi governada pelos eupátridas, através de uma oligarquia fundamentada no arcontado e no aerópago (conselhos que governavam e julgavam a vida pública). Depois vivenciou uma espécie de “república” com Sólon. Ainda houve a fase da tirania até que finalmente o mundo ateniense gozasse da democracia, a partir do governo de Clístenes.

Anotações:

Fase Clássica (VI a.C. a IV a.C.)

Esse período é marcado pelas guerras no mundo grego contra invasores estrangeiros e, também, entre as próprias *poleis*. Destacam-se as seguintes guerras:

GUERRAS GRECO-PÉRSICAS (490 A.C. A 448 A.C.)



Mapa das Guerras Médicas. A campanha de Dáris e Artafernes é a linha marrom; os vassalvos persas estão em amarelo; estados neutros, em cinza; inimigos gregos, em laranja.

Também conhecidas por **Guerras Médicas**, envolveram os gregos contra o expansionismo persa, maior império da época que buscava subjugar e escravizar a Grécia.

Os persas, liderados por Dario I, desembarcaram em território grego com mais de 50 mil soldados, mas, surpreendentemente, foram derrotados por Atenas na Batalha de Maratona. Quatro anos depois, Xerxes partiu para a Grécia com mais de 100 mil soldados. Embora a resistência espartana no desfiladeiro das Termópilas tenha sido heroica, os persas invadiram o território grego e saquearam Atenas.

Na **Batalha de Salamina**, a marinha ateniense destruiu a marinha persa e os gregos passaram à ofensiva, derrotando os persas nas batalhas de Plateia e Mícale. Durante esses conflitos, foi organizada uma aliança entre as *poleis* gregas para fazer frente a outras possíveis investidas do Império Persa. Tratava-se da Liga de Delos, que teria a hegemonia ateniense.

Após a **Batalha de Eurimedonte**, foi assinado um tratado de paz, o Tratado de Susa, no qual os persas reconheciam a liberdade e a hegemonia grega no Mediterrâneo Oriental.

Anotações:



GUERRA DO PELOPONESO (431 A.C. A 404 A.C.)

Após a vitória sobre os persas, Atenas passou a utilizar os recursos da **Liga de Delos** em proveito próprio e conduziu uma política imperialista contra as demais *poleis* gregas. Muitas dessas *poleis*, insatisfeitas com o expansionismo ateniense, uniram-se na **Liga do Peloponeso**, sob liderança de Esparta. Iniciava-se a guerra do Peloponeso.

O conflito durou quase trinta anos e devastou os gregos. Esparta e suas aliadas derrotaram, finalmente, Atenas e a Liga de Delos na Batalha de Egos Pótamos.

Com a derrota de Atenas, o sistema oligárquico prevaleceu sobre a democracia. Esparta despontava como a principal *polis*, mas teve seu poder subjugado por Tebas, que a derrotou na **Batalha de Leutras**. Entretanto, o domínio tebano seria efêmero. Em 362 a.C., uma coligação ateniense-espártana derrotava Tebas na **Batalha de Mantínia**. A seguir, os tebanos aceitaram a paz com base no princípio do equilíbrio entre as cidades-Estado.

Nessa fase, renovaram-se as tensões sociais, influenciando o desenvolvimento do pensamento sofista e o ceticismo. Outro grande pensador da época, Sócrates, foi condenado pelos aristocratas a beber cicuta sob acusação de subverter os valores da juventude. Além de Sócrates, Platão também esteve presente nesse ambiente, onde fundou a Academia – escola de filosofia.

Contudo, a principal consequência da guerra do Peloponeso foi o enfraquecimento dos gregos, possibilitando a invasão macedônica completada na Batalha de Queroneia em 338 a.C.

Fase Helenística (IV a.C. a II a.C.)

A dominação macedônica na Grécia teve início com **Filipe II**, que recorria ora à diplomacia, ora à guerra, para atingir seus propósitos. Diante do avanço de Filipe, o orador grego, Demóstenes, alertava para os perigos da chegada dos macedônicos em discursos conhecidos por *Filípicas*, sem ser ouvido pela elite grega, que caiu sob o jugo da Macedônia.

Após Filipe, seu filho **Alexandre, O Grande**, deu prosseguimento à conquista da Grécia e empreendeu uma vultuosa campanha de expansão territorial que transformaria seu império no maior da época. Suas conquistas abrangeram a Ásia Menor, a Pérsia, chegando até as margens do Rio Indo, na Índia. Da Índia, ferido e acometido por uma forte febre, Alexandre foi conduzido à Babilônia, onde morreu aos 33 anos de idade. Após sua morte, o império foi dividido e entrou em decadência, e os gregos foram dominados por Roma, que, entretanto, assimilou muito dos valores culturais da Grécia.

No entanto, a obra alexandrina permaneceu viva após sua morte, pois foi responsável pela fusão de elementos culturais gregos com a cultura dos povos do Oriente, formando uma nova **cultura denominada Helenística**.

Alexandria, no Egito, e Pérgamo, na Ásia Menor, eram centros cosmopolitas difusores do helenismo, que pode ser caracterizado da seguinte forma:

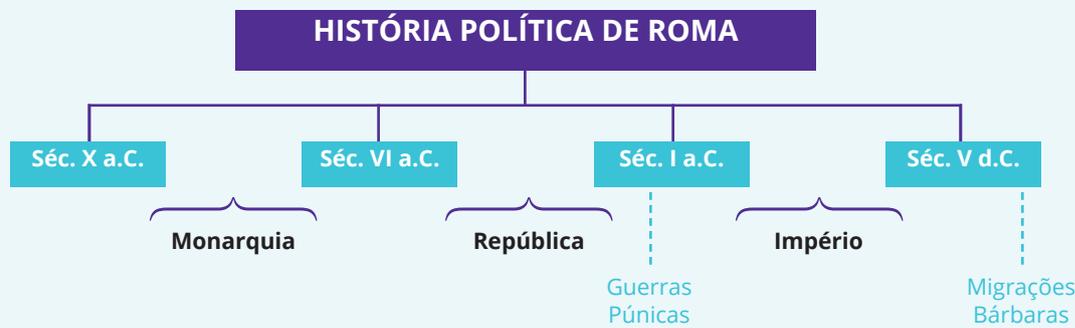
- ▶ **Arte:** marcada pelo realismo com expressões da violência típica em uma época de guerras;
- ▶ **Arquitetura:** luxuosa e colossal, procurando refletir a grandiosidade do Império;
- ▶ **Ciências:** matemática com Euclides, física com Arquimedes de Siracusa e astronomia com Ptolomeu e a tese do geocentrismo;
- ▶ **Filosofia:** estoicismo (fundado por Zenão, advogava a felicidade como resultado do equilíbrio interior), epicurismo (pregava a busca do prazer e a rejeição dos aspectos negativos da vivência) e ceticismo (fundado por Pirro e fundamentado na dúvida constante).



Mosaico de Alexandre, O Grande, na guerra contra os persas.

Anotações:

• Roma Antiga



Monarquia (X a.C a VI a.C.)

Nessa fase, temos a configuração social de Roma, ainda uma pequena cidade-Estado de economia agrária. Salientam-se os **patrícios**, formando uma aristocracia agrária detentora dos privilégios, principalmente, políticos. Abaixo estavam os **plebeus**, homens livres, de poucas posses, que não tinham direitos políticos. Alguns se tornavam **clientes**, ou seja, trabalhavam para os patrícios. Os **escravos**, conquistados pela guerra ou pelas dívidas, eram pouco numerosos nessa fase.

Quanto à formação política, existia o **rei**, acumulando funções judiciais, executivas e religiosas. Entretanto, seu poder era controlado pelo **Senado**, comandado pelos patrícios. Completava a estrutura política a **Assembleia Curial** e a Assembleia do Povo ou Tribal, que se reunia, inclusive com plebeus, para aprovar os atos do Senado. Os patrícios formavam dezessete tribos, e os plebeus, quatro, de modo que, como cada tribo tinha direito a um voto, os patrícios perpetuavam seus interesses.

Os últimos reis foram de origem etrusca, destacando-se Tarquínio, O Soberbo. Esse rei aproximou-se da plebe para diminuir a influência política dos patrícios. Acabou deposto por uma **insurreição patrícia** que instalou um regime oligárquico, a **República**.

República (VI a.C. a I a.C.)

O **Senado**, controlado pelos patrícios, era o órgão máximo da República romana. Tinha funções administrativas, legislativas e poder para declarar guerra. Além disso, todas as demais instituições políticas estavam subordinadas a ele. Entre os cargos políticos, monopolizados pelos patrícios na figura dos magistrados, temos:

- ▶ **Cônsules:** em número de dois, presidiam o Senado e as assembleias e, em época de guerra, indicavam um ditador por seis meses.
- ▶ **Pretores:** encarregados de administrar a justiça.
- ▶ **Censores:** executavam o censo e zelavam pela conduta moral da população.
- ▶ **Edis:** encarregados do policiamento, do abastecimento e da conservação do centro urbano de Roma.
- ▶ **Questores:** coletores de impostos e administradores do Tesouro público.

A organização política era completada pelas assembleias centuriata, curial e tribal, nas quais os patrícios também faziam prevalecer seus interesses.

Diante desse monopólio patrício nas instâncias de decisão política, agravado pelo nexum, em que o credor podia escravizar seu devedor, explodiram revoltas da plebe. Em 494 a.C., a plebe unida retirou-se para o Monte Sagrado, exigindo como condição para voltar aos trabalhos direitos de participação política. Os patrícios, pressionados, cederam várias conquistas para a plebe a partir de então, como:

- ▶ **Tribuno da plebe:** senador, eleito pelos plebeus, teria participação no Senado, com direito a veto;
- ▶ **Lei das XII Tábuas:** compilação, por escrito, das leis romanas;
- ▶ **Lei Canuleia:** permitia casamentos entre patrícios e plebeus, embora, na prática, beneficiasse apenas os plebeus enriquecidos e os patrícios decadentes;
- ▶ **Leis Licínias:** estabeleceram que um dos cônsules seria plebeu e permitiram participação da plebe na posse do *ager publicus*, ou seja, as terras públicas conquistadas nas guerras de expansão e o fim da escravidão por dívidas;
- ▶ **Lei Ogúlnia:** concedeu o direito de participação nos colégios sacerdotais.

Essas conquistas amenizaram a situação de tensão social. Entretanto, com a expansão militar e as vastas conquistas do poderoso exército romano, novas fontes de descontentamento agitaram Roma. As conquistas estenderam-se da Península Itálica a toda a orla do Mar Mediterrâneo. Por sinal, a disputa pelo controle desse mar confrontou Roma e Cartago nas chamadas **Guerras Púnicas** (264-146 a.C.).



Os combates entre gladiadores eram um dos espetáculos realizados no Coliseu.



Guerras Púnicas

Cartago, situada no norte da África, era uma antiga colônia fenícia. Hábeis navegadores, controlavam o comércio no Mar Mediterrâneo. Ao mesmo tempo, Roma tinha interesses nessa região, sobretudo na ilha da Sicília, conquistada dos cartagineses em 241 a.C., o que desencadeou a reação de Cartago, que invadiu a Península Ibérica.

O general cartaginês Aníbal levou a guerra para as proximidades de Roma, esmagando as legiões romanas nas fronteiras da Península Itálica, mas não atacou a capital. Sob o comando de Cipião, O Africano, os exércitos romanos desembarcaram no norte da África, ameaçando diretamente Cartago. Na Batalha de Zama, o exército romano derrotou os cartagineses, e os sobreviventes foram levados como escravos pelos romanos.

Com a destruição de Cartago, Roma expandiu ainda mais seus domínios e transformou o Mediterrâneo no chamado *Mare est nostrum*, o “mar é nosso”.

Crise Republicana

O expansionismo militar e territorial anexou enormes territórios à cidade de Roma, transformada na capital. As conquistas provocaram substanciais transformações econômicas e sociais que acentuaram os conflitos em nível social e geraram a crise da República.

As terras conquistadas convergiam aos patrícios, aumentando seus latifúndios. Nessas grandes propriedades de terra, a produtividade de alimentos era alta e baseada no trabalho escravo, agora dominante em Roma. Os pequenos proprietários plebeus não conseguiam concorrer com tais latifúndios, nem com a baixa dos preços agrícolas provocada pelo comércio com outras regiões. Dessa forma, endividavam-se e perdiam suas poucas posses, migrando para os arredores de Roma e aumentando a tensão social.

Ao mesmo tempo, com as campanhas militares, surgia um novo segmento social – os **homens novos ou cavaleiros** –, que exigia participação política e era formado por comerciantes enriquecidos. Toda essa situação agitava Roma. O Senado, procurando aliviar as convulsões sociais, **instituiu a política do pão e circo**, caracterizada pela distribuição de alimentos e pela promoção de espetáculos públicos com a finalidade de desviar a atenção da plebe dos assuntos políticos.

A plebe, insatisfeita com a política de distribuição das terras conquistadas apenas entre os patrícios, pressionava pela reforma agrária, levada ao Senado pelos **irmãos Graco**. Tibério Graco propôs a limitação dos latifúndios e a distribuição de terras conquistadas aos plebeus. Acabou assassinado pela aristocracia patricia. Caio Graco fez aprovar a Lei Frumentária, estabelecendo maior subsídio ao trigo vendido à população a preços baixos, ou sua distribuição gratuita. Sugeriu a fundação de uma colônia em Cartago e tentou novamente a reforma agrária, mas acabou forçado ao suicídio.

Com a morte dos Graco, explodiram rebeliões plebeias e escravas em Roma. A mais famosa revolta de escravos foi a de Espártaco, ocorrida no século I a.C. e severamente reprimida pelo exército. Porém, as agitações sociais cresciam, ameaçando o poder da aristocracia patricia. Nesse contexto, foram instaladas as **ditaduras**. Mário, primeiro ditador, aproximou-se da plebe, distribuindo terras e pro-

fissionalizando o exército. Após sua morte, assumiu Sila. Este reafirmou os privilégios patrícios e restaurou boa parte do poder do Senado. Renunciou em 79 a.C.

Concomitantemente à crise social e republicana, os senadores disputavam o poder, a exemplo de **Catilina**, que planejava assassinar os magistrados que se opunham à sua ascensão política. Cícero realizou discursos acusatórios sobre os planos de Catilina, que ficaram conhecidos como Catilinárias. Catilina foi preso, julgado e executado.

Em meio a essa convulsão social, e de um certo vazio político, jovens generais assumiram o comando de Roma instalando os **triuviratos**, em 60 a.C. O primeiro triunvirato foi composto pelos generais Júlio César, Pompeu e Crasso, que dividiram os exércitos e os territórios romanos entre si. Com a morte precoce de Crasso, César e Pompeu passaram a disputar o poder. César conquistou a Gália e perseguiu Pompeu até o Egito, onde o assassinou. Transformou o Egito em um protetorado no reinado de Cleópatra.



Júlio César, membro do Primeiro Triunvirato, na transição da República para o Império.

Em Roma, **César proclamou-se ditador vitalício**, enfraquecendo o Senado. Entre suas reformas estão a desapropriação de latifúndios e a distribuição de terras, a reforma no calendário e a concessão da cidadania aos aliados de Roma, entre outras. Com uma política próxima aos plebeus, desagradou a aristocracia patricia, que o assassinou a punhaladas.

Com a morte de César, formou-se o segundo triunvirato, composto por Marco Antônio, Otávio e Lépido. Estes assassinaram cerca de 300 senadores que haviam participado do assassinio de César e dividiram novamente as terras e o exército entre si. Lépido foi derrotado por Otávio, e Marco Antônio dirigiu-se para o Egito, onde se casou com Cleópatra. Na Batalha de Actium, em 31 a.C., Otávio derrotou Marco Antonio, que se suicidou. Cleópatra, não obtendo uma aliança com **Otávio**, também optou pelo suicídio.

Otávio, amparado no exército e no apoio da plebe, entrou vitoriosamente em Roma e recebeu do Senado os títulos de *princeps* (primeiro cidadão), *imperator* (supremo) e *augustus* (divino), centralizando o poder e inaugurando o Império Romano.

Peter Zehurak, Museu do Louvre, Paris/BJD

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



Império (I a.C. a V d.C.)

ALTO IMPÉRIO (I A.C. A III D.C.)

Otávio centralizou o poder em suas mãos, passou a ser adorado como um verdadeiro deus e deu forma ao apogeu do Império Romano. Obteve o apoio da plebe ao promover a construção de grandes obras públicas, como termas e anfiteatros. Além disso, oficializou a política do pão e circo. Dividiu a sociedade em critérios censitários, beneficiando os antigos patrícios e também os homens novos. Com tudo isso, as fontes de conflito social diminuíram.



Augusto de Prima Porta.

O imperador profissionalizou o exército e manteve a expansão territorial, fonte de riquezas e escravos para a economia romana. Com um exército de mais de 300 mil soldados impôs a paz, ora pela diplomacia ora pela força, a toda a extensão do Império – era a chamada **Pax Romana**.

No plano cultural, desenvolveu-se a arquitetura, a escultura e, principalmente, a literatura, sob influência da cultura grega e helenística.

A obra de Otávio abrangia também: **divisão das províncias em senatoriais e imperiais**; proposta de moralização social, com o retorno aos costumes tradicionais; criação dos correios e revitalização da economia, com incentivos para produção agrícola e para o comércio.

Após a morte de Otávio, sucederam-se imperadores marcados pela excentricidade e pela descontinuidade em relação à obra otaviana. Entre eles, salientam-se Tibério, época em que Jesus Cristo foi crucificado; Cláudio; Nero, que incendiou Roma e perseguiu os cristãos; e Calígula. As disputas pela sucessão imperial eram constantes, com assassinatos de imperadores, até o momento em que o exército impôs uma série de imperadores da família Flávia, da qual se destaca Trajano (98-117), estimulador da expansão territorial.

Seguiu-se a dinastia dos Antoninos, com Adriano, Antonino Pio e Marco Aurélio, o imperador filósofo. Seu filho, Cômodo (180-192), tentou instalar um poder centralizado a despeito do Senado, nos moldes de uma monarquia oriental, mas acabou assassinado.

Na dinastia dos Severos (193-235), acentuaram-se as influências orientais, sobretudo do Egito, e houve grandes avanços na área do direito.

Paralelamente, no final do século II e início do III, a crise se abatia sobre Roma, motivada pelas primeiras invasões bárbaras, pelos gastos com luxuosidades e extravagâncias, pela falta de regras para sucessão imperial e, principalmente, pelo fim da expansão territorial. Essa crise caracteriza o encerramento do Alto Império e o início da decadência romana, verificada no Baixo Império.

BAIXO IMPÉRIO (III D.C. A V D.C.)

O Baixo Império assinala a crise e a decadência final de Roma. A crise, iniciada no século II, atingiu seu ápice no século III, sendo tradicionalmente denominada de Crise do século III. Ela engloba uma série de fatores conjugados, dois quais se salientam:

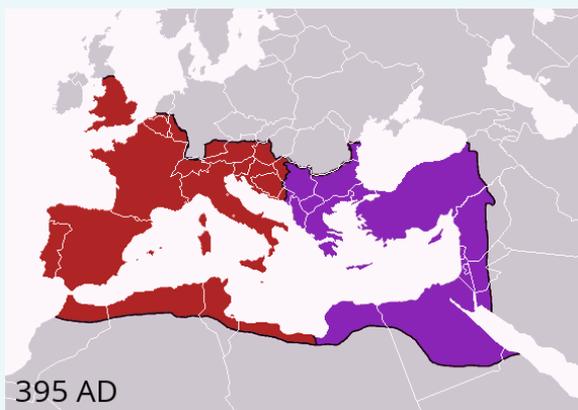
- ▶ Esgotamento do expansionismo militar, que acarretou a escassez de mão de obra escrava, levando a economia a uma forte crise. Diante disso, muitos patrícios passaram a instituir o regime do colonato, no qual escravos ou camponeses arrendavam terras para cultivo próprio. Na prática, o latifúndio era dividido em duas partes: a reserva senhorial e os lotes cedidos aos colonos. Estes tinham de ceder parte de sua produção ao senhor, além de trabalhar gratuitamente nas terras senhoriais;
- ▶ Altos gastos, com exército, burocratas e nobreza, que oneravam os cofres públicos;
- ▶ Grande extensão do Império, dificultando sua administração;
- ▶ Inexistência de regras para sucessão imperial, provocando agitações políticas;
- ▶ Crescente poder do exército e anarquia militar, com disputas entre os generais pelo poder e falta de recursos para custear o soldo;
- ▶ Cristianismo, que contrariava aspectos da cultura romana, como o paganismo, a violência e a escravidão. Além disso, os cristãos recusavam-se a aceitar a divindade do imperador, constituindo uma ameaça política;
- ▶ A ameaça dos bárbaros nas fronteiras do Império.

Em meio à crise, o Estado romano passou a intervir com mais força nas esferas econômica e social, tentando reverter o quadro de dificuldades. Destacam-se os seguintes imperadores:

- ▶ **Caracala (211-217)**: baixou um edito concedendo a cidadania romana a todos os homens livres habitantes no Império.
- ▶ **Diocleciano (284-305)**: dividiu a administração em quatro partes, a Tetrarquia, e publicou o Editto Máximo, fixando os preços das mercadorias e dos salários. Instalou, ainda, o sistema de trabalho corporativo para os artesãos. Suas medidas acentuaram a inflação e a queda na produtividade. Por fim, revigorou a divindade imperial e ordenou o fechamento das igrejas cristãs.
- ▶ **Constantino (313-337)**: pelo Editto de Milão, concedeu liberdade de culto aos cristãos. Estabeleceu, ainda, a construção de uma segunda capital no oriente, em Bizâncio, batizada de Constantinopla, em uma região menos atingida pela crise do século III.



► **Teodósio (378-395):** com o Edito de Tessalônica, tornou o cristianismo religião oficial do Império. Dividiu o Império em duas partes: Império Romano do Ocidente, com capital em Roma, e Império Romano do Oriente, com capital em Constantinopla.



Divisão do império após a morte de Teodósio I, em 395, sobreposta às fronteiras modernas.

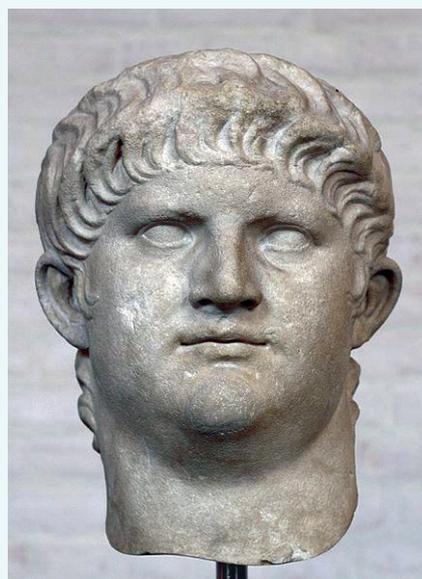
Apesar das medidas tomadas por esses imperadores, a crise persistia, agravada pela penetração cada vez mais constante dos povos bárbaros, de origem germânica, nas fronteiras do Império. Inicialmente, os bárbaros germanos entraram nos territórios romanos pacificamente, como agricultores ou defensores das fronteiras. Como povos federados, ingressaram até os mais altos cargos do exército romano. No entanto, a chegada dos Hunos precipitou o aumento de invasões violentas pelos demais bárbaros que se localizavam nos limites do Império. Nesse ambiente convulsionado, os romanos promoviam a fortificação de vilas para proteção, uma das bases do feudalismo.

Finalmente, devido à grande crise do século III e à incapacidade de Roma superá-la, somada à invasão dos bárbaros germanos, ocorreu a queda total de Roma em 476, quando os Hérulos derrubaram o último imperador, Rômulo Augusto. Restava o Império Romano do Oriente, também chamado de Império Bizantino.

Anotações:

DINASTIAS IMPERIAIS ROMANAS

Ao final do período republicano, quando Otávio Augusto subjugou o senado e centralizou o poder, iniciou a fase imperial da história de Roma, mais precisamente em 27 a.C. O Governo de Augusto foi proeminente em diversas áreas, como: na pacificação das fronteiras, na oficialização da política do *panes et circenses*, nas conquistas militares e nas obras urbanas. Entre suas realizações, temos: distribuição de alimento aos miseráveis, anistiação das dívidas dos camponeses, exoneração de políticos corruptos e ampliação do sistema judiciário. Após a morte de Augusto, perfazendo quarenta e quatro anos de governo, sucederam-se inúmeros outros imperadores, ora elogiados, ora criticados. A despeito das críticas mais exacerbadas, é importante ressaltar que muitas das informações de que dispomos para a reconstrução parcial de seus governos provêm de fontes que, muitas vezes, eram de críticos severos, principalmente senadores. Além disso, diversas ações desses imperadores, embora estranhas ou absurdas aos olhos da atualidade, eram, na época, corriqueiras ou normais. Então, é necessária cautela na emissão de um juízo de valor sobre seus atos. Assim, podemos dividir os imperadores, após Augusto, em quatro grandes dinastias ou famílias: Júlio-Claudiana (14-68), Flaviana (69-96), Antonina (96-192) e Severa (193-235). Após a dinastia dos Severos, de 235 até 284, quando assume Diocleciano, não há dinastias ou imperadores de destaque, sendo que a crise se aprofundava no Império Romano. Vejamos, a seguir, algumas realizações das principais dinastias.



Imperador romano Nero.

Na dinastia Júlio-Claudiana, merecem destaque Tibério, Calígula, Cláudio e Nero. Nessa fase, episódios de perseguição, assassinatos, conspirações e escândalos foram uma tônica, apesar da consolidação do regime imperial e de realizações relevantes. Calígula ficou conhecido pelas inúmeras orgias sexuais e perseguições políticas ou vingativas. Acabou assassinado e sucedido pelo tio, Cláudio. Este reorganizou o serviço de administração imperial, empregando escravos e libertos, mas envolveu-se em incontáveis escândalos, sobremaneira acerca de sua esposa, a

qual rendia favores sexuais a outros homens. Foi assassinado pela própria esposa, para que Nero, filho dela em outro casamento, assumisse. Nero é acusado de pôr fogo em Roma e de apontar como culpados os cristãos. De fato, foi uma fase de intensa perseguição e violências contra a cristandade. Além disso, empreendeu uma reforma monetária, com eficientes resultados para a economia romana. Entretanto, Nero ficou célebre por suas ações, no mínimo, surpreendentes. Possuía dois maridos, assassinou a própria mãe, a esposa e os filhos e julgava-se talentoso ator e cantor. Com a morte de Nero, ocorreram conflitos civis encerrados com a ascensão do general Vespasiano, inaugurador da Dinastia dos Flávios.

Vespasiano, Tito e Domiciano efetuaram governos notáveis, caracterizando tal período como uma fase de prosperidade, sobretudo nas artes. Além disso, as mais distantes províncias romanas passaram por um processo de romanização, adotando a cultura e o *modus vivendi* romano. Também é dessa fase a destruição de Pompeia (79), em razão da erupção do vulcão Vesúvio, e a destruição, por Tito, do Templo de Jerusalém, no ano de 70.

A dinastia dos Antoninos teve como destaques Nerva, Trajano, Adriano, Antonino Pio, Marco Aurélio e Cômodo. Todos eles, a exceção de Cômodo, foram imperadores eficientes, com obras na área jurídica, militar, filosófica, enfim, uma era de progressos, inclusive com a redução das violências nos espetáculos públicos e razoável entendimento com o senado.

Por fim, com a dinastia dos Severos, Roma viveu sua derradeira dinastia. Sétimo Severo, Caracala, Macrino, Heliogábalo e Severo Alexandre militarizaram ainda mais as estruturas do império, com a nomeação de militares para o governo de províncias e funções administrativas. No fim dessa dinastia, além de problemas internos, Roma já convivía com a presença, nem sempre pacífica, dos povos bárbaros vindos do interior da Europa e, posteriormente, das estepes asiáticas.

A crise do século subsequente, ou seja, o século III, apesar dos esforços de imperadores como Diocleciano, Constantino e Teodósio, acabaria por, juntamente às invasões bárbaras, derrubar o último imperador, Rômulo Augusto, em 476.

Anotações:



Giovanni Dall'orto/BID

Símbolo da antiga república romana, mosaico no chão Galeria Vittorio Emanuele II em Milão. A sigla S.P.Q.R. abrevia a frase: "Senatus Populusque Romanus", cuja tradução é: "O Senado e o Povo Romano".



» Mundo medieval Ocidental: organização produtiva, imaginário e cultura

• Idade Média Ocidental (V-XV)

Reinos bárbaros

Os reinos bárbaros, em sua maioria de origem germânica, marcaram o fim da unidade política, econômica, militar e cultural do Império Romano. Devido às constantes migrações dos povos bárbaros e às guerras decorrentes, a situação era de total insegurança. Nesse contexto, era comum a construção de castelos fortificados em que a população sem posses servia como mão de obra (a servidão) em troca de proteção. **A economia tendia para a subsistência. O comércio e o uso da moeda atingiram níveis insignificantes.**

Reinos do continente europeu no início do século VI



Nesse panorama, a Igreja Católica se fortalecia e se expandia, especialmente com a conversão de diversos reinos bárbaros à doutrina cristã. Em pouco tempo, a Igreja seria a mais poderosa instituição do período medieval.

Entre os diversos reinos bárbaros formados, mesmo que de forma efêmera, destacam-se:

- ▶ **Visigodos:** se estabeleceram na Península Ibérica até o século VII, quando foram conquistados pelo árabe Tarik. Mais tarde, os visigodos formariam reinos cristãos que constituem a base da formação de Portugal e Espanha.
- ▶ **Ostrogodos:** fundaram, na Península Itálica, Ravena, sua capital. Acabaram conquistados pelos Bizantinos.
- ▶ **Vândalos:** passaram pela Península Ibérica e se estabeleceram no norte da África. Também foram conquistados por Bizâncio.
- ▶ **Anglo-saxões:** ocuparam a região da atual Inglaterra, onde fundaram uma heptarquia.
- ▶ **Francos:** ocuparam a Gália, atual França. Foi o reino mais importante e duradouro da Idade Média.

Além desses, também tivemos os reinos: **Alamano, Burgúndio, Suevo, Lombardo, Turingio**, entre outros.

Grosso modo, podemos caracterizar as sociedades germânicas pela predominância da descentralização política e pela não formação de um Estado com estruturas burocráticas. Também vale destacar a economia agropastoril, sendo a terra explorada coletivamente e o comércio reduzido a trocas *in natura*. Por fim, também são aspectos relevantes a **estrutura social patriarcal, guerreira e seminômade e a religião politeísta e animista.**

Como principal destaque, temos o **comitatus**, o qual se constituía em uma assembleia de guerreiros na qual fazia-se um juramento de lealdade. Além disso, as leis eram orais e consuetudinárias, baseadas nos costumes e nas tradições.

Reino dos Francos

DINASTIA MEROVÍNGIA

Clóvis unificou diversas tribos, sendo proclamado rei em 481. A seguir, efetuou uma aliança com a Igreja, **convertendo-se ao cristianismo** em 496. A incorporação de cristãos ao exército franco possibilitou as conquistas territoriais. Entretanto, as novas terras eram repartidas entre o clero e a nobreza, como recompensa pelos serviços prestados. Nessa configuração, os proprietários de terra passaram a exercer um poder que se sobrepunha ao próprio rei, enfraquecendo o poder central.

Além disso, o poder merovíngio era enfraquecido pela conquista árabe no Mediterrâneo, reduzindo o comércio e ruralizando a economia. O poder político fragmentou-se, sendo detido, de fato, pelos proprietários rurais e administradores reais. O mais importante cargo administrativo era o de prefeito ou mordomo do palácio (*major domus*), que realmente governava o reino franco. Como os reis tinham pouca ou nenhuma autoridade, ficaram conhecidos como “reis indolentes”.

O mais destacado prefeito do palácio foi **Carlos Martel**, responsável pela vitória dos francos sobre os árabes na **Batalha de Poitiers, em 732**, evitando uma maior expansão muçulmana na Europa. Seu filho, **Pepino, O Breve**, iniciou a dinastia Carolíngia, em 751, ao depor o último rei merovíngio com apoio papal.

DINASTIA CAROLÍNGIA

O novo rei expandiu o território franco para a Aquitânia e a Lombardia, na Península Itálica. Devido ao apoio que recebeu do papa, **Pepino doou terras nessa região à Igreja, o chamado Patrimônio de São Pedro**, sob administração soberana do papa. Esse território corresponde, hoje, em boa parte, ao atual Vaticano.

Em 768, com a morte de Pepino, assumiu o trono seu filho, **Carlos Magno**, fundando o Império Carolíngio, fase de esplendor dos francos na Idade Média. Com um poderoso exército, empreendeu uma **campanha de expansão territorial e, em troca de lealdade**, as terras conquistadas eram doadas, na forma de ducados, condados e marcas, à nobreza e ao clero. Estes, devido ao juramento de lealdade, ficavam subordinados ao imperador, centralizando o poder político. Para fiscalizar essas regiões, instituiu um corpo de funcionários chamados **missi dominici** (emissários do senhor). Os bispos, integrados na administração, podiam cobrar o dízimo, aumentando o poder econômico da Igreja. Dessa forma, Carlos Magno comandava um vasto território e impunha um conjunto de leis escritas, as chamadas **Capitulares**, primeiras leis escritas da Europa medieval.

No ano 800, Carlos Magno foi coroado, pelo papa Leão III, como imperador do novo Império Romano do Ocidente. A Igreja via nessa aliança a possibilidade de ampliação dos seus domínios com a conversão dos pagãos,



Coroação de Carlos Magno, em 800 d.C.

além do retorno à ideia de Império na Europa, inexistente desde a queda de Roma, em 476. Assim, **o Império Franco, sob Carlos Magno, representou uma experiência de unidade política durante a Idade Média.**

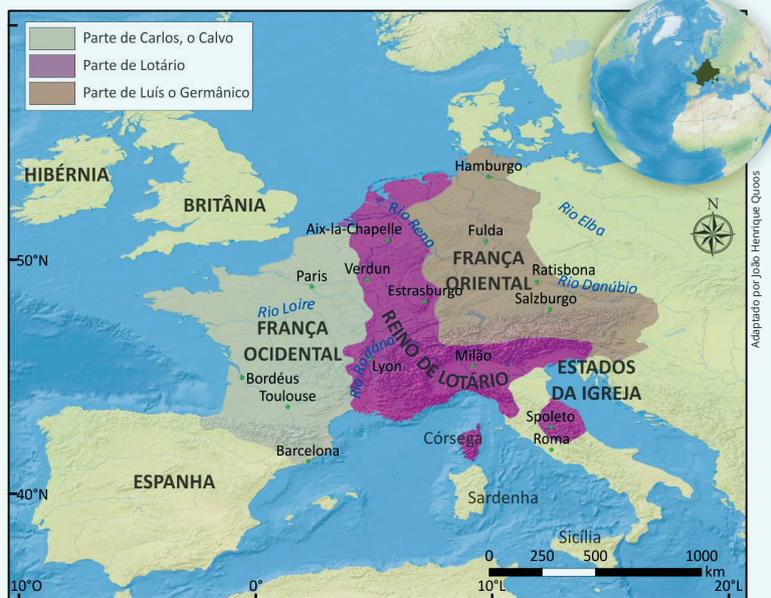
A aliança com a Igreja estimulou uma revitalização cultural, conhecida por **Renascimento Carolíngio**. Foram criados mosteiros e escolas, em que eram traduzidas e copiadas obras clássicas (gregas e romanas), contribuindo para preservação e difusão da cultura greco-romana. Além disso, desenvolveu-se a arte da iluminura e a escrita carolíngia. Foi criada a Escola Palatina, na qual se ensinava aritmética, geometria, gramática, retórica, dialética e música. Essa escola era monopolizada pela nobreza.

DECADÊNCIA DO IMPÉRIO FRANCO

Após a morte de Carlos Magno, sucedeu-lhe no trono seu filho, **Luis, O Piedoso**, mas o Império logo entrou em completa derrocada, assolado por crises internas e invasões bárbaras nos séculos IX e X.

O governo de Luis foi marcado por turbulências. A disputa pela sucessão do trono entre os três filhos de Luis levou a uma série de problemas econômicos e políticos. Após sua morte, seus filhos travaram uma guerra civil pelo poder, solucionada pelo **Tratado de Verdun (843)**, repartindo o Império e acelerando sua decadência. A divisão feita pelos irmãos determinava a seguinte configuração: Lotário reinaria na parte central do Império e a Península Itálica; Carlos, O Calvo, receberia a parte ocidental, principalmente o território da atual França; Luis, O Germânico, ficaria com a parte oriental, correspondente à atual Alemanha.

Divisão do Império Carolíngio (843)



Organização econômica

Centrada na terra, a economia feudal caracterizava-se pelo extremo ruralismo, pela inexistência de excedentes comercializáveis, caracterizando uma economia voltada para o autoconsumo e a subsistência. Além disso, o comércio, a vida urbana e a circulação monetária caíram a níveis baixíssimos. Produziam-se cereais, carne, leite, roupas, utensílios, vinho, entre outros. Poucos produtos eram importados, com destaque para metais e sal.

O feudo, unidade de produção agrária, era comandado pelos senhores feudais (nobres ou membros do alto clero) que exploravam a mão de obra dos servos, a servidão da gleba. O feudo dividia-se em:

- ▶ **Reserva senhorial:** compreendia a área do castelo e as terras cultivadas pelos servos em benefício total do senhor. Tudo o que era produzido nessas terras pertencia ao senhor feudal;
- ▶ **Tenência ou manso servil:** terras exploradas pelos servos em proveito próprio, mas, sobre as quais deviam várias obrigações e taxas ao senhor feudal, principalmente, pelo direito concedido de utilizá-las;
- ▶ **Campos abertos ou terras comunais:** compostos por bosques e pastagens, eram de uso comum, tanto de senhores quanto de servos.

No interior dos feudos, desenvolveu-se a prática da rotação de culturas em que, por exemplo, o campo a ser cultivado era dividido em três campos. Enquanto dois campos eram utilizados, com produtos diferentes, o terceiro ficava em repouso. No ano seguinte, procedia-se à rotação. Esse sistema evitava o completo esgotamento do solo.

Apesar disso, as técnicas de trabalho eram bastante rudimentares, fato que propiciava baixa produtividade e períodos prolongados de fome.

Entre as várias obrigações servis, temos:

- ▶ **Corveia:** trabalho compulsório, obrigatório e gratuito nas terras do senhor feudal;
- ▶ **Talha:** entrega de parte da produção agrícola ao senhor feudal;
- ▶ **Banalidades:** pagamento pelo uso de moinhos, pontes, fornos...
- ▶ **Tostão de Pedro:** dízimo pago à Igreja Católica;
- ▶ **Capitação:** imposto por cabeça, pessoal;
- ▶ **Prestações:** obrigação de prestar hospitalidade aos senhores feudais;
- ▶ **Mão-morta:** imposto pago pelos filhos do servo falecido para continuarem usando a terra.

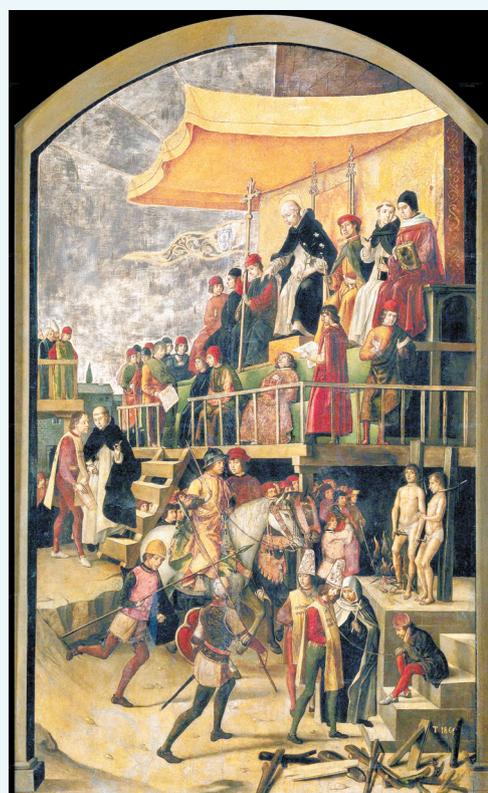
Igreja

Com a queda do Império Romano e a desorganização que se seguiu, a Igreja emergiu como a mais poderosa instituição do período feudal, consolidando bases que, não sem abalos, perduram até os dias atuais. A Igreja preservou e adaptou elementos da cultura greco-romana ao ideário

cristão, difundiu-se entre os povos bárbaros e constituiu-se como fator de unificação social, antes do surgimento dos Estados Nacionais.

A Igreja tomou forma e organização com o **Concílio de Niceia, em 325**, presidido pelo imperador Constantino. Logo se estabeleceu a hierarquização eclesiástica com padres, bispos, arcebispos, patriarcas e o papa, chefe espiritual da cristandade. Além disso, podemos dividir o clero em: **clero secular** (todos os membros da Igreja que viviam fora dos mosteiros) e **clero regular** (aqueles que obedeciam às regras de uma ordem religiosa).

A Igreja adquiriu tanto prestígio e poder que não hesitava em recorrer à **Inquisição, criada no século XIII**, pelo papa Gregório IX, contra os hereges (por exemplo, os albigenses) e se imiscuir nos assuntos políticos de reis. Em 1252, o papa Inocêncio IV autorizou o uso da tortura para obtenção de confissões.



Ritual de execução dos hereges pelo Tribunal da Inquisição.

A relação entre a Igreja e os reis era bastante complicada, sendo exemplo a **Questão das Investiduras no século X**. O imperador do Sacro Império Romano Germânico, Oto I, passou a intervir nos assuntos da Igreja, ao fundar bispados e nomear sacerdotes e bispos. Mais tarde, em 1075, o papa Gregório VII publicou uma bula declarando a infalibilidade da Santa Sé. O imperador Henrique IV, do Sacro Império Romano-Germânico, tentou depor o papa. Esse desentendimento também é chamado de Questão das Investiduras.

Devido aos desvios morais de parcela significativa do alto clero, mais interessado em bens materiais do que na fé, no século XI, surgiu a Ordem monástica de Cluny, que pretendia recuperar o prestígio moral da Igreja, pregan-

do a valorização da simplicidade e da oração. Gregório VII, seguidor dos ideais de Cluny, foi eleito papa em 1073 e adotou várias medidas, como o celibato, em 1074, e o fim das investiduras pelo imperador, em 1075. Acirraram-se os conflitos que somente chegariam ao fim em 1122, com a **Concordata de Worms**.

Cruzadas

As cruzadas estenderam-se de 1096 até 1270, sendo as principais:

▶ **Primeira Cruzada (1096-1099):** com ampla participação da nobreza, como Godofredo de Bulhão, reconquistou temporariamente Jerusalém, organizando-a de forma feudal. Surgiram diversas ordens monásticas, como a dos Templários e a dos Hospitalários. É conhecida como Cruzada dos Nobres.

▶ **Segunda Cruzada (1147-1149):** organizada após a reconquista de Edessa pelos turcos. Não teve maiores resultados.

▶ **Terceira Cruzada (1189-1192):** liderada por Ricardo Coração de Leão (Inglaterra), Filipe Augusto (França) e Frederico I, O Barba-Ruiva (Sacro Império). Com a retomada de Jerusalém, em 1187, pelo sultão Saladino, empreendeu-se a III Cruzada. Resultou em um acordo de Ricardo com Saladino, que permitia a peregrinação de cristãos a Jerusalém. Ficou denominada Cruzada dos Reis.

▶ **Quarta Cruzada (1202-1204):** o doge Dândolo, de Veneza, desvia a cruzada de seus objetivos e saqueia Constantinopla, fundando o Reino Latino de Constantinopla. Veneza passa a dominar o comércio no mar Mediterrâneo. É também chamada Cruzada Comercial.

▶ **Quinta a Oitava Cruzada (1218-1270):** cruzadas lideradas por reis que não tiveram nenhum resultado mais significativo.

Além dessas, que são consideradas as cruzadas oficiais, ocorreram diversas outras de caráter extraoficial, como a Cruzada dos Mendigos, liderada por Pedro, O Eremita, e a Cruzada das Crianças.



Crise do Século XIV

Juntao-se a esse contexto, ocorreram **crises de ordem religiosa**, como em 1309, quando o papa Clemente V transferiu a sede do papado para Avignon, na França. Entre os anos de 1378 e 1417, a Igreja foi comandada por dois papas, um em Roma e outro em Avignon. Esse processo ficou conhecido como **Grande Cisma do Ocidente**, resolvido apenas em 1418 com o Concílio de Constância, que elegeu um novo papa, sediado em Roma, para liderar toda a cristandade.

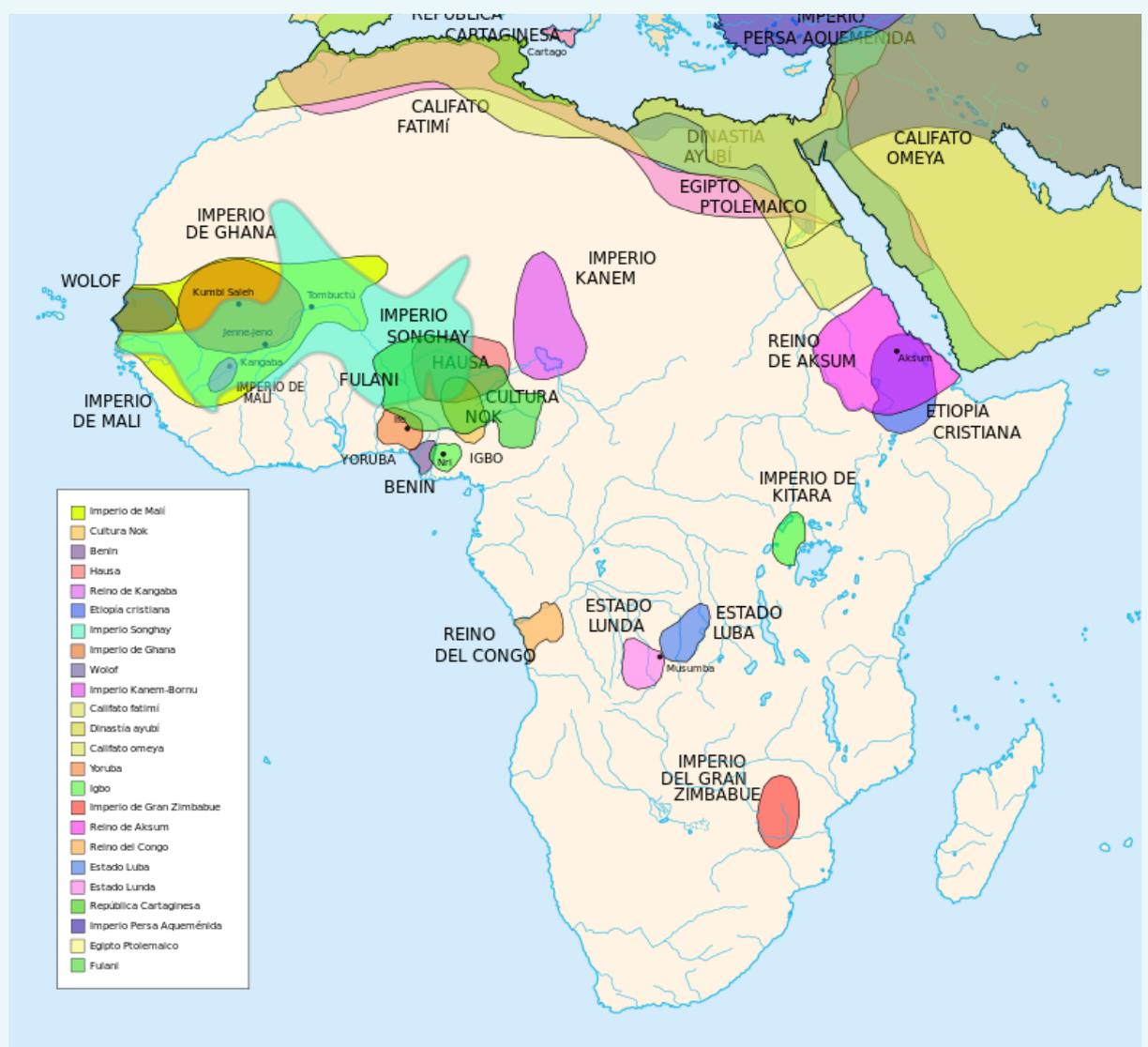


Religiosamente, o clima dos séculos XIV e XV propiciou o surgimento ou o aprofundamento de diversas doutrinas discordantes da Igreja, as chamadas **heresias**, a exemplo dos **cátaros**, valdenses e albigenses. A Igreja reagiu com a oficialização da **Inquisição no século XIII** e com a renovação e o reforço da crença dos fiéis. Para isso, foram criadas as ordens mendicantes, como a dos dominicanos e a dos franciscanos.

Por fim, diversas revoltas de camponeses, que saqueavam até mesmo os bens eclesiásticos, vieram se somar a todos esses problemas. Essas revoltas recebem o nome genérico de **jacqueries**, derivada das agitações na França de 1358. As manifestações populares foram massacradas pelos reis e membros da nobreza. Com o enfraquecimento dos nobres frente a essa constelação de agitações e crises, os reis, com auxílio da burguesia, passaram a organizar os Estados Nacionais, com exército permanente, para garantir a ordem e defender seus habitantes de agressores externos. Esses exércitos reais sobrepujam-se aos exércitos locais dos nobres, garantindo o monopólio da força aos reis e consolidando um processo de centralização política com a formação das monarquias centralizadas, ou Estados Nacionais, que caminharam progressivamente para o absolutismo monárquico, já na Idade Moderna.

• África Medieval

Podemos estudar o continente africano a partir da ideia da pluralidade cultural e da existência de “duas Áfricas”: uma situada na parte setentrional, que corresponde, em especial, ao Egito e a Cartago, e outra mais ao sul, denominada de África Subsaariana. Uma vez que Egito e Cartago são abordados na antiguidade, concentraremos-nos nos reinos que se desenvolveram no restante do continente.



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



Na África Subsaariana, o desenvolvimento de civilizações complexas, como o Egito na parte norte, foi dificultado por diversos fatores, como: o solo pouco fértil, a presença de agentes transmissores de moléstias e a diversidade tribal. Apesar disso, nessa região desenvolveram-se culturas de caçadores coletores, além de algumas sociedades sedentarizadas, que formaram reinos importantes. Vejamos alguns deles:

▶ **Reino de Axum:** por volta do século V a.C., povos da Península Arábica migraram para a região que hoje corresponde a Eritreia e norte da Etiópia, onde fundaram a cidade de Adúlis e, com a formação do reino, a cidade de Axum. Na antiguidade, Axum tornou-se o mais importante centro comercial da região, comercializando, a título de exemplo, marfim, obsidiana e artigos vindos do Oriente. O reino prosperou com a cunhagem de moedas de ouro e a conquista do território Kush. Nesta época, século IV, o rei Ezana substituiu o politeísmo pelo culto cristão, constituindo o primeiro povo africano convertido ao cristianismo. O império entraria em declínio a partir da queda de Roma, em 476, que reduziu o fluxo de comércio com o Oriente, e com as invasões de povos hostis, como os muçulmanos.

▶ **Reino de Gana:** situado no extremo sul de uma destacada rota comercial transaariana, onde hoje está a Mauritânia e o Mali, o Império de Gana, formado por volta do ano 300, era abundante em ouro, com palácios luxuosos e toda sorte de objetos talhados no nobre metal. No entanto, apesar da riqueza aurífera, Gana foi incorporada pelo Império de Mali, de forte influência muçulmana, por volta do ano de 1300.

▶ **Reino Kush:** na região atual do Sudão e da Eritreia, antigo território da Núbia, desenvolveu-se, a partir de 1700 a.C., o Estado da Núbia, ou Império Kush. O I Império foi bastante rico, com grande quantidade de sábios e densa população urbana. No entanto, caiu sob domínio egípcio. O II Império ergueu-se a partir da cidade de Napata (Sudão)

e reconquistou o antigo Império Kush, inclusive com o domínio de terras do Egito. Ao que tudo indica, por volta do século IV, o Império Kush foi incorporado pelo Império Axum.

Por fim, salientamos que os demais conhecimentos sobre a História e o legado das sociedades africanas e asiáticas serão estudados no decorrer dos conteúdos de História Geral e História do Brasil, sem necessidade de exposição desses saberes em uma unidade à parte, descontinua em relação à correta apresentação dos conteúdos. Por exemplo, a contribuição africana na composição da sociedade brasileira será mais bem avaliada no decorrer do estudo do Brasil colonial e imperial, verificando-se as repercussões de tal processo na atualidade.



Obelisco construído pelo rei Ezana, no século IV, para marcar a conversão do reino ao cristianismo.

P24indien7/BD

Anotações:



» Referências

- ANDERSON, P. Passagens da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ARISTÓTELES. Política. Tradução de Pedro Tolens. 5ª ed. São Paulo: Martins Claret, 2009.
- BLOCH, M. Introdução à História. Lisboa: Europa-América, 1997.
- BURKE, P. A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.
- CARDOSO, C. F. Sociedades do Antigo Oriente Próximo. São Paulo: Ática, 1997.
- CHILDE, G. O que aconteceu na história. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- COTRIM, G. História Global/Geral e Brasil. São Paulo: Saraiva, 1997.
- CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- DUBY, G. Idade média: Idade dos homens. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- FLORENZANO, M. B. O Mundo Antigo: Economia e Sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FONTANA, J. A história dos homens. Bauru: EDUSC, 2004.
- _____. História: análise do passado e projeto social. Bauru: EDUSC, 1982.
- FUNARI, P. P. Antiguidade Clássica: a História e a cultura a partir dos Documentos. Campinas: Unicamp, 1995.
- GALEANO, E. Espelhos: uma história quase universal. Tradução de Eric Nepomuceno. POA: L&PM, 2008.
- _____. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1992.
- _____. Mercadores e banqueiros na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- HARNECKER, M. Os conceitos elementares do materialismo histórico. São Paulo: Global, 1983.
- HOBSBAWM, E. Como mudar o mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- HOMERO. Ilíada. São Paulo: Ediouro, 2010.
- _____. Odisseia. São Paulo: Ediouro, 2010.
- HUBERMAM, L. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- LE GOFF, J. A bolsa e a vida. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. Tradução de Luis de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MICELI, P. O Feudalismo. 14ª ed. São Paulo: Atual, 1994.
- MOSSÉ, C. Péricles: o inventor da democracia. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.
- PILETTI, C.; PILETTI, N. História e vida integrada. São Paulo: Ática, 2005.
- PLATÃO. A República. Tradução de Jaime Ginzburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.
- PLUTARCO. Alexandre e César. São Paulo: Ediouro, 2002.
- PROENÇA, G. Descobrimos a História da arte. São Paulo: Ática, 2005.
- SERIACOPI, R.; AZEVEDO, G. História: série Brasil. São Paulo: Ática, 2005.
- SUETÔNIO. A vida dos doze cézares. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martins Claret, 2011.
- TUFANO, D. Estudos de literatura brasileira. São Paulo: Moderna, 1989.
- VICENTINO, C.; DORIGO, G. História para o ensino médio/História Geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2005. (Série Parâmetros).

HABILIDADES À PROVA 1

» Introdução ao Estudo da História e a História Pré-Literária

○ 1. (ENEM-2021)

TEXTO I

“Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um bem comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las a plenitude de sua autenticidade.”

(Carta de Veneza, 31 de maio de 1964. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 7 out. 2019.)

TEXTO II

“Os sistemas tradicionais de proteção se mostram cada vez menos eficientes diante do processo acelerado de urbanização e transformação de nossa sociedade. A legislação de proteção peca por considerar o monumento, até certo ponto, desvinculado da realidade socioeconômica. O tombamento, ao decretar a imutabilidade do monumento, provoca a redução de seu valor venal e o abandono, o que é uma causa, ainda que lenta, de destruição inevitável.”

(TELLES, L. S. Manual do patrimônio histórico. Porto Alegre; Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Bréides, 1977 (adaptado).)

Escritos em temporalidade histórica aproximada, os textos se distanciam ao apresentarem pontos de vista diferentes sobre a(s):

- ampliação do comércio de imagens sacras.
- substituição de materiais de valor artístico.
- políticas de conservação de bens culturais.
- defesa da privatização de sítios arqueológicos.
- medidas de salvaguarda de peças museológicas.

○ 2. (ENEM) De modo geral, os logradouros de Fortaleza, até meados do século XIX, eram conhecidos por designações surgidas da tradição ou de funções e edificações que lhes caracterizavam. Assim, chamava-se Travessa da Municipalidade (atual Guilherme Rocha) por ladear o prédio da Intendência Municipal; S. Bernardo (hoje Pedro Pereira) por conta de igreja homônima; Rua do Cajueiro (atual Pedro Borges) por abrigar uma das mais antigas e populares árvores da capital. Já a Praça José de Alencar, na década de 1850, era popularmente designada por Praça do Patrocínio, pois, em seu lado norte se encontrava uma igreja homônima.

SILVA FILHO, A. L. M. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult-CE, 2001 (adaptado).

Os atos de nomeação dos logradouros, analisados de uma perspectiva histórica, constituem:

- formas de promover os nomes das autoridades imperiais.
- modos oficiais e populares de produção da memória nas cidades.
- recursos arquitetônicos funcionais à racionalização do espaço urbano.
- maneiras de hierarquizar estratos sociais e dividir as populações urbanas.
- mecanismos de imposição dos itinerários sociais e fluxos econômicos na cidade.

○ 3. (ENEM-2020) “A reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente, a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico — quase uma vida de santo —, sem problemas, nem máculas. Mas de examinar os atores (ou o ator) célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época.”

(DEL PRIORE, M. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. Topoi, n. 19, jul.-dez. 2009.)

De acordo com o texto, novos estudos têm valorizado a história do indivíduo por se constituir como possibilidade de:

- adesão ao método positivista.
- expressão do papel das elites.
- resgate das narrativas heroicas.
- acesso ao cotidiano das comunidades.
- interpretação das manifestações do divino.



○ 4. (ENEM) A história não corresponde exatamente ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo. Os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos nesse processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, a demolição e a reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública na qual o homem atua como ser político.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (adaptado).

Uma vez que a neutralidade é inalcançável na atividade mencionada, é tarefa do profissional envolvido:

- criticar as ideias dominantes.
- respeitar os interesses sociais.
- defender os direitos das minorias.
- explicitar as escolhas realizadas.
- satisfazer os financiadores de pesquisas.

Anotações:



○ 5. (ENEM)

Quem construiu a Tebas de sete portas?
 Nos livros estão nomes de reis.
 Arrastaram eles os blocos de pedra?
 E a Babilônia várias vezes destruída. Quem a reconstruiu tantas vezes?
 Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?
 Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?
 A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.
 Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os céсарes?

BRECHT, B. *Perguntas de um trabalhador que lê*. Disponível em: recantodasletras.uol.com.br. Acesso em: 28 abr. 2010.

Partindo das reflexões de um trabalhador que lê um livro de História, o autor censura a memória construída sobre determinados monumentos e acontecimentos históricos. A crítica refere-se ao fato de que:

- a) os agentes históricos de uma determinada sociedade deveriam ser aqueles que realizaram feitos heroicos ou grandiosos e, por isso, ficaram na memória.
- b) a História deveria se preocupar em memorizar os nomes de reis ou dos governantes das civilizações que se desenvolveram ao longo do tempo.
- c) grandes monumentos históricos foram construídos por trabalhadores, mas sua memória está vinculada aos governantes das sociedades que os construíram.
- d) os trabalhadores consideram que a História é uma ciência de difícil compreensão, pois trata de sociedades antigas e distantes no tempo.
- e) as civilizações citadas no texto, embora muito importantes, permanecem sem terem sido alvos de pesquisas históricas.

○ 6. (ENEM) Os quatro calendários apresentados abaixo mostram a variedade na contagem do tempo em diversas sociedades.

<p>1º DE JANEIRO DE 2000</p>  <p>OCIDENTAL (Gregoriano)</p> <p>■ Baseado no ciclo solar, tem como referência o nascimento de Cristo.</p>	<p>24 DE RAMADA DE 1378</p>  <p>ISLÂMICO</p> <p>■ A base é a Lua. Inicia-se com a fuga de Maomé de Meca, em 622 d.C.</p>
<p>23 DE TEVET DE 5760</p>  <p>JUDAICO</p> <p>■ Calendário Lunar, parte da criação do mundo conforme a Bíblia.</p>	<p>7º DIA DO 12º MÊS DO ANO DO COELHO</p>  <p>CHINÊS</p> <p>■ Referência lunar. Iniciado em 2697 a.C., ano do patriarca chinês Huangti.</p>

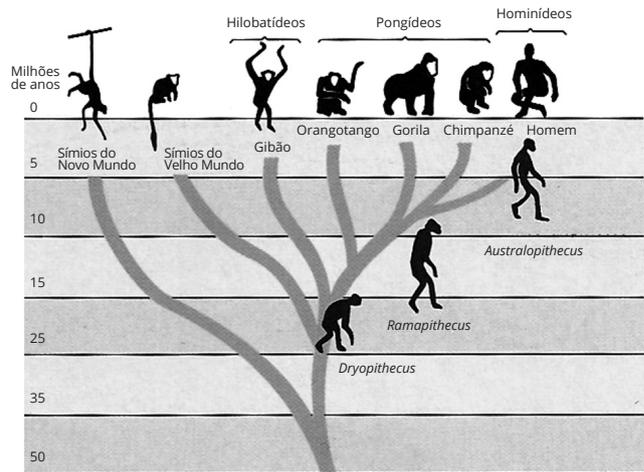
Adaptado de Época, nº 55, 7 de junho de 1999.

Com base nas informações apresentadas, pode-se afirmar que:

- a) o final do milênio, 1999/2000, é um fator comum às diferentes culturas e tradições.
- b) embora o calendário cristão seja hoje adotado em âmbito internacional, cada cultura registra seus eventos marcantes em calendário próprio.

- c) o calendário cristão foi adotado universalmente porque, sendo solar, é mais preciso que os demais.
- d) a religião não foi determinante na definição dos calendários.
- e) o calendário cristão tornou-se dominante por sua antiguidade.

○ 7. (ENEM) O assunto na aula de biologia era a evolução do Homem. Foi apresentada aos alunos uma árvore filogenética, igual à mostrada na ilustração, que relacionava primatas atuais e seus ancestrais.



Mamíferos insetívoros – árvore filogenética provável dos antropóides.

Após observar o material fornecido pelo professor, os alunos emitiram várias opiniões, a saber:

- I. os macacos antropóides (orangotango, gorila, chimpanzé e gibão) surgiram na Terra mais ou menos contemporaneamente ao Homem.
- II. alguns homens primitivos, hoje extintos, descendem dos macacos antropóides.
- III. na história evolutiva, os homens e os macacos antropóides tiveram um ancestral comum.
- IV. não existe relação de parentesco genético entre macacos antropóides e homens.

Analisando a árvore filogenética, você pode concluir que:

- a) todas as afirmativas estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- d) apenas a afirmativa II está correta.
- e) apenas a afirmativa IV está correta.

○ 8. (ENEM) Os nossos ancestrais dedicavam-se à caça, à pesca e à coleta de frutas e vegetais, garantindo sua subsistência, porque ainda não conheciam as práticas de agricultura e pecuária. Uma vez esgotados os alimentos, viam-se obrigados a transferir o acampamento para outro lugar.

HALL, P. P. *Gestão ambiental*. São Paulo: Pearson, 2011 (adaptado).

O texto refere-se ao movimento migratório denominado:

- a) sedentarismo.
- b) transumância.
- c) êxodo rural.
- d) nomadismo.
- e) pendularismo.



9. (ENEM)



Nova Escola, nº 226, out. 2009.

A tirinha mostra que o ser humano, na busca de atender suas necessidades e de se apropriar dos espaços:

- adotou a acomodação evolucionária como forma de sobrevivência ao se dar conta de suas deficiências impostas pelo meio ambiente.
- utilizou o conhecimento e a técnica para criar equipamentos que lhe permitiram compensar as suas limitações físicas.
- levou vantagens em relação aos seres de menor estatura, por possuir um físico bastante desenvolvido, que lhe permitia muita agilidade.
- dispensou o uso da tecnologia por ter um organismo adaptável aos diferentes tipos de meio ambiente.
- sofreu desvantagens em relação a outras espécies, por utilizar os recursos naturais como forma de se apropriar dos diferentes espaços.

10. (ENEM-2020) "A arte pré-histórica africana foi incontestavelmente um veículo de mensagens pedagógicas e sociais. Os San, que constituem hoje o povo mais próximo da realidade das representações rupestres, afirmam que seus antepassados lhes explicaram sua visão do mundo a partir desse gigantesco livro de imagens que são as galerias. A educação dos povos que desconhecem a escrita está baseada sobretudo na imagem e no som, no audiovisual."

(KI-ZERBO, J. A arte pré-histórica africana. In: KI-ZERBO, J. (Org.). História geral da África, I: metodologia e pré-história da África. Brasília: Unesco, 2010.)

De acordo com o texto, a arte mencionada é importante para os povos que a cultivam por colaborar para o(a):

- transmissão dos saberes acumulados.
- expansão da propriedade individual.
- ruptura da disciplina hierárquica.
- surgimento dos laços familiares.
- rejeição de práticas exógenas.



11. (ENEM-2021) "No seio de diversos povos africanos, nomeadamente no antigo Reino do Congo, existem testemunhos gráficos de que a escrita tomava várias formas. Exemplo disso são as tampas de panela esculpidas em baixo-relevo do povo Woyo (região de Cabinda), com cenas e provérbios do cotidiano, desenhos na terra ou areia, imagens gravadas ou inscritas nos bastões de chefe ou em pedras sagradas, mas, sobretudo, movimentos do corpo humano inscritos num gestual familiar. Entre Woyo existia o costume de os pais oferecerem aos filhos testos ou tampas de panelas entalhados, transmitindo uma espécie de recado, com signos codificados que traduziam orientações para conseguir uma boa relação conjugal, ter sensatez na escolha do cônjuge e estar alerta para as dificuldades do casamento."

(RODRIGUES, M. R. A. M.; TAVARES, A. C. P.; Singularidades museológicas de uma tábua com esculturas em diálogo: do alambamento ao casamento em Cabinda (Angola). Anais do Museu Paulista, n.2, maio-ago. 2017 (adaptado).

Para o povo Woyo, os artefatos culturais mencionados no texto cumprem a função de uma:

- pedagogia dos costumes sociais.
- imposição das formas de comunicação.
- desvalorização dos comportamentos da juventude.
- destituição dos valores do matrimônio.
- etnografia das celebrações religiosas.

12. (ENEM) Se compararmos a idade do planeta Terra, avaliada em quatro e meio bilhões de anos ($4,5 \cdot 10^9$), com a de uma pessoa de 45 anos, então, quando começaram a florescer os primeiros vegetais, a Terra já teria 42 anos. Ela só conviveu com o homem moderno nas últimas quatro horas e, há cerca de uma hora, viu-o começar a plantar e a colher. Há menos de um minuto, percebeu o ruído de máquinas e de indústrias e, como denuncia uma ONG de defesa do meio ambiente, foi nesses últimos sessenta segundos que se produziu todo o lixo do planeta!

O texto acima, ao estabelecer um paralelo entre a idade da Terra e a de uma pessoa, pretende mostrar que:

- a agricultura surgiu logo em seguida aos vegetais, perturbando desde então seu desenvolvimento.
- o ser humano só se tornou moderno ao dominar a agricultura e a indústria, em suma, ao poluir.
- desde o surgimento da Terra, são devidas ao ser humano todas as transformações e perturbações.
- o surgimento do ser humano e da poluição é cerca de dez vezes mais recente que o do nosso planeta.
- a industrialização tem sido um processo vertiginoso, sem precedentes em termos de dano ambiental.

13. (UFSM) "A História não é um progresso linear e contínuo, uma sequência de causas e efeitos, mas um processo de transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção (a forma da propriedade) e as forças produtivas (o trabalho, seus instrumentos, as técnicas). A luta de classes exprime tais contradições e é o motor da História."

CHAUI, M. Filosofia. Série Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003. p. 219.

Essas ideias de Karl Marx (1818-1883) influenciaram o desenvolvimento da ciência da História com a formação _____, corrente de produção do conhecimento que utiliza o conceito de _____ como um dos instrumentos teóricos fundamentais para a compreensão do processo histórico nas suas múltiplas e complexas dimensões - econômicas, sociais, políticas, ideológicas, culturais, etc. - e para o entendimento das transformações que afetam a vida concreta dos seres humanos.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- do Positivismo Científico - fatos empíricos
- da Escola Metódica - objetividade histórica
- do Materialismo Histórico - modo de produção
- da História Nova - estruturas de longa duração
- da História Cultural - relativismo cultural



○ 14. (UFSM)

ASSERÇÃO

Na atualidade, a produção do conhecimento histórico caracteriza-se pela utilização de um conjunto de perspectivas teóricas que incluem, fundamentalmente, conceitos, como ciência social, processos, relações, tempo e espaço

PORQUE

RAZÃO

o objetivo central da História é a compreensão dos diferentes processos e sujeitos históricos e o entendimento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos nos diferentes espaços e tempos - sempre a partir de uma efetiva dimensão de contemporaneidade

Assinale a alternativa correta.

- a) Asserção verdadeira, razão verdadeira, mas a razão não justifica a asserção.
- b) Asserção verdadeira, razão verdadeira, e a razão justifica a asserção.
- c) Asserção verdadeira, razão falsa.
- d) Asserção falsa, razão verdadeira.
- e) Asserção e razão falsas.

○ 15. (UFSM) Leia o texto:

A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca (...)

HOBBSBAWN, E. A Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13.

Dez anos depois, essas palavras se renovam, o que permite afirmar que o conhecimento da História

- a) tem por finalidade criar mecanismos para desvincular os indivíduos do legado dos seus antecessores.
- b) possibilita aos jovens a certeza de que o passado tem pouca importância para o presente.
- c) contribui para o entendimento do modo como o presente foi moldado pelo conjunto das ações sociais humanas no passado.
- d) estimula as pessoas a manterem viva apenas a memória de alguns indivíduos que se tornaram os grandes heróis de épocas esquecidas.
- e) incentiva os jovens a viverem desvinculados do seu passado e de suas raízes sociais na busca de progresso individual.

○ 16. (UFSM) Do ponto de vista histórico, o tempo ou a contagem dele é uma invenção humana. Conforme suas necessidades, a maior parte das civilizações construiu um calendário a partir de um acontecimento tido como fundamental em suas culturas. Antes da invenção dos relógios mecânicos e digitais, dos celulares e computadores, nossos ancestrais usavam formas diversas para medir a passagem do tempo, com mais ou menos precisão. Considerando essas formas, coloque verdadeira (V) ou falsa (F) nas alternativas usadas por nossos ancestrais.

- () apitos dos trens, floração das árvores e mudanças na temperatura
- () relógios solares, erupções na pele dos animais e posição das estrelas
- () incidência de luz, queda das folhas das árvores e ciclos agrícolas

A sequência correta é

- a) V - V - V.
- b) V - F - F.
- c) F - F - V.
- d) V - F - V.
- e) F - V - F.

Anotações:



○ 17. (UFSM) O desenvolvimento da humanidade está associado ao desenvolvimento da tecnologia, pois a aplicação das descobertas humanas na vida das sociedades tornou o trabalho mais fácil e aumentou a produção de bens sociais materiais.

Utilizando a periodização tradicional da História, estabeleça a relação entre as características da tecnologia e da produção e o período histórico correspondente, numerando a segunda coluna de acordo com a primeira.

1. Pré-história
2. Idade Antiga
3. Idade Média
4. Idade Moderna
5. Idade Contemporânea

() expressivo desenvolvimento de tecnologias para o aumento da produção de alimentos e instrumentos, tais como: uso de ferradura para animais; rotação de culturas; aproveitamento da energia eólica e hidráulica; avanços na arquitetura e engenharia para a construção das igrejas românicas e góticas; fundação, desenvolvimento e expansão de universidades.

() desenvolvimento da produção industrial e agrícola, com a mecanização das fábricas; invenção de geradores e motores elétricos; utilização de combustíveis derivados do petróleo nas máquinas de combustão interna; transportes em trens, navios a vapor, automóveis e aviões; corrida armamentista e sofisticada tecnologia da morte.

() aperfeiçoamento da tecnologia náutica para os transportes marítimos de longa distância; origens da globalização pela integração de continentes, mercados e populações; invenção da impressão com tipos móveis; desenvolvimento da metalurgia do cobre e da prata para fins econômicos; evolução do conhecimento na direção da ciência experimental.

() utilização de ferramentas e do fogo para melhor sobrevivência e comunicação dos grupos humanos; diversificação da alimentação e maior mobilidade, segurança e coesão social; prática da agricultura e do pastoreio; sedentarização e aumento populacional; criação de núcleos urbanos e utilização de metais.

() obras públicas de engenharia para controle das águas e irrigação de terras destinadas ao aumento da produção de alimentos; urbanização e sociedade mais complexa geradoras de necessidades de construção de templos, grandes edifícios, oficinas artesanais, celeiros e muralhas.

A sequência correta é

- a) 3 - 5 - 4 - 1 - 2.
- b) 2 - 4 - 5 - 3 - 1.
- c) 1 - 3 - 2 - 4 - 5.
- d) 4 - 1 - 3 - 2 - 5.
- e) 5 - 2 - 1 - 4 - 3.

○ 18. (UFSM) "Esses nossos parentes antigos, durante boa parte do tempo, viveram da caça e da coleta, antes de começar a semear o chão e cultivar a terra. Nas caminhadas que fizeram atrás dos rebanhos, ao longo das estações do ano, cobriram planícies, cruzaram montanhas e rios. E, certamente, em momentos diferentes, levam inteiras avançaram territórios cada vez mais distantes, o que fez com que, ao longo do tempo, cobrissem enormes distâncias no espaço."

Revista Scientific American Brasil - ano 6, nº 75 - Agosto de 2008, p. 6.

Hoje sabemos que, _____, o mais antigo fóssil de ancestral humano até hoje encontrado (7 milhões de anos), ao _____ (cerca de 200.000 anos), o processo de hominização (o conjunto de transformações desde o mais antigo ancestral bípede até a conformação do ser humano moderno) ocorreu fundamentalmente no território da _____.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- a) do Homem de Pequim - *Homo erectus* - Ásia
- b) de Lucy - *Homo habilis* - Austrália
- c) do Homem do Milênio - *Homo ergaster* - Europa
- d) de Toumai - *Homo sapiens* - África
- e) do Menino de Altamira - Homem de Neandertal - Eurásia

○ 19. (UFSM) No período Neolítico, os caçadores e coletores já haviam adquirido razoável experiência cultural a fim de identificar animais para a caça e plantas para usos diversos. Nesse tempo, por volta de 10.000 a. C., além de caçar e coletar frutos e sementes, nossos antepassados passaram a ter condição de interferir ainda mais na natureza, domesticando animais e cultivando plantas. Pelos registros existentes, isso teria acontecido primeiramente nas regiões atualmente chamadas de China, América Central, Peru e Oriente Próximo. Essa transformação nas formas de vida no planeta é chamada de revolução

- a) ecológica, por ser o primeiro momento de contato entre os seres humanos e a natureza.
- b) urbana, por haver permitido a fixação e a sedentarização dos humanos.
- c) suméria, por ter sido realizada pelos sumérios antes de qualquer outro povo.
- d) agrícola, por ter permitido maior domínio sobre a natureza e surgimento das aldeias.
- e) iluminista, por ter se difundido rapidamente em todo o mundo como uma luz.

Anotações:



HABILIDADES À PROVA 2

» Mundo Antigo I - As Primeiras Civilizações no Oriente

○ 1. (ENEM-2020) "Sexto rei sumério (governante entre os séculos XVIII e XVII a.C.) e nascido em Babel, "Khammu-rabi" (pronúncia em babilônio) foi fundador do I Império Babilônico (correspondente ao Iraque), unificando amplamente o mundo mesopotâmico, unindo os semitas e os sumérios e levando a Babilônia ao máximo esplendor. O nome de Hamurabi permanece indissociavelmente ligado ao código jurídico tido como o mais remoto já descoberto: o Código de Hamurabi. O legislador babilônico consolidou a tradição jurídica, harmonizou os costumes e estendeu o direito e a lei a todos os súditos."

(Disponível em: www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em: 12 fev. 2013. Adaptado.)

Nesse contexto de organização da vida social, as leis contidas no Código citado tinham sentido de:

- a) assegurar garantias individuais aos cidadãos livres.
- b) tipificar regras referentes aos atos dignos de punição.
- c) conceder benefícios de indulto aos prisioneiros de guerra.
- d) promover distribuição de terras aos desempregados urbanos.
- e) conferir prerrogativas políticas aos descendentes de estrangeiros.



○ 2. (ENEM) Ao visitar o Egito do seu tempo, o historiador grego Heródoto (484-420/30 a.C.) interessou-se por fenômenos que lhe pareceram incomuns, como as cheias regulares do rio Nilo. A propósito do assunto, escreveu o seguinte:

"Eu queria saber por que o Nilo sobe no começo do verão e subindo continua durante cem dias; por que ele se retrai e a sua corrente baixa, assim que termina esse número de dias, sendo que permanece baixo o inverno inteiro, até um novo verão.

Alguns gregos apresentam explicações para os fenômenos do rio Nilo. Eles afirmam que os ventos do noroeste provocam a subida do rio, ao impedir que suas águas corram para o mar. Não obstante, com certa frequência, esses ventos deixam de soprar, sem que o rio pare de subir da forma habitual. Além disso, se os ventos do noroeste produzissem esse efeito, os outros rios que correm na direção contrária aos ventos deveriam apresentar os mesmos efeitos que o Nilo, mesmo porque eles todos são pequenos, de menor corrente."

Heródoto. História (trad.), livro II, 19-23. Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc. 2ª ed. 1990, p. 52-3 (com adaptações).

Nessa passagem, Heródoto critica a explicação de alguns gregos para os fenômenos do rio Nilo. De acordo com o texto, julgue as afirmativas abaixo.

- I. Para alguns gregos, as cheias do Nilo devem-se ao fato de que suas águas são impedidas de correr para o mar pela força dos ventos do noroeste.
- II. O argumento embasado na influência dos ventos do noroeste nas cheias do Nilo sustenta-se no fato de que, quando os ventos param, o rio Nilo não sobe.
- III. A explicação de alguns gregos para as cheias do Nilo baseava-se no fato de que fenômeno igual ocorria com rios de menor porte que seguiam na mesma direção dos ventos.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

○ 3. (ENEM-2020) "Na Mesopotâmia, os frutos da civilização foram partilhados entre diversas cidades-estados e, no interior delas, entre vários grupos sociais, se bem que desigualmente. No Egito dos faraós, os frutos em questão concentraram-se quase somente na Corte real e, secundariamente, nos centros regionais de poder. Se na Mesopotâmia o comércio cedo começou a servir também à acumulação de riquezas privadas, no Egito as trocas importantes permaneceram por mais tempo sob controle do Estado."

(CARDOSO, C. F. Sociedades do antigo Oriente Próximo. São Paulo: Ática, 1986 (adaptado).)

Um fator sociopolítico que caracterizava a organização estatal egípcia no contexto mencionado está indicado no(a):

- a) atrofiamento da casta militar.
- b) instituição de assembleias locais.
- c) eleição dos conselhos provinciais.
- d) fortalecimento do aparato burocrático.
- e) esgotamento do fundamento teocrático.

○ 4. (ENEM) O Egito é visitado anualmente por milhões de turistas de todos os quadrantes do planeta, desejosos de ver com os próprios olhos a grandiosidade do poder esculpida em pedra há milênios: as pirâmides de Gizeh, as tumbas do Vale dos Reis e os numerosos templos construídos ao longo do Nilo.

O que hoje se transformou em atração turística era, no passado, interpretado de forma muito diferente, pois:

- a) significava, entre outros aspectos, o poder que os faraós tinham para escravizar grandes contingentes populacionais que trabalhavam nesses monumentos.
- b) representava para as populações do alto Egito a possibilidade de migrar para o sul e encontrar trabalho nos canteiros faraônicos.
- c) significava a solução para os problemas econômicos, uma vez que os faraós sacrificavam aos deuses suas riquezas, construindo templos.
- d) representava a possibilidade de o faraó ordenar a sociedade, obrigando os desocupados a trabalharem em obras públicas, que engrandeceram o próprio Egito.
- e) significava um peso para a população egípcia, que condenava o luxo faraônico e a religião baseada em crenças e superstições.



○ **5. (ENEM)** Os faraós das primeiras dinastias construía grandes pirâmides para proteger as suas câmaras mortuárias. Conforme a crença egípcia antiga, a alma vagaria sem destino se o corpo, sua habitação, fosse destruído. No Egito contemporâneo, os muçulmanos são sepultados envoltos apenas em mortalhas, poucas horas após a morte, em túmulos simples e sem identificação individual.

A diferença entre as grandes pirâmides de outrora e os ritos e túmulos simples de hoje deve-se ao fato de a religião muçulmana:

- a) ser descrente quanto à existência de vida após a morte.
- b) ter surgido, precisamente, como reação contra a religião dos faraós.
- c) entender como errado construir pirâmides só para os ricos, e não, para todos.
- d) querer evitar os assaltos aos monumentos funerários, que eram comuns no Egito antigo.
- e) ignorar o corpo como morada da alma e considerar os homens como iguais diante da morte.

○ **6. (ENEM)** O sistema de irrigação egípcio era muito diferente do complexo sistema mesopotâmico, porque as condições naturais eram muito diversas nos dois casos. A cheia do Nilo também fertiliza as terras com aluviões, mas é muito mais regular e favorável em seu processo e em suas datas do que a do Tigre e Eufrates, além de ser menos destruidora.

CARDOSO, C. F. Sociedades do antigo Oriente Próximo. São Paulo: Ática, 1986.

A comparação entre as disposições do recurso natural em questão revela sua importância para a:

- a) desagregação das redes comerciais.
- b) supressão da mão de obra escrava.
- c) expansão da atividade agrícola.
- d) multiplicação de religiões monoteístas.
- e) fragmentação do poder político.

○ **7. (UFMS)** “Deixai-me também expor-te a situação do camponês, essa outra rude ocupação. A inundação [chega] e o molha (...) ele cuida de seu equipamento. De dia ele talha seus instrumentos agrícolas; de noite ele fabrica corda. Mesmo a sua hora da sesta ele gasta no trabalho agrícola. Ele se equipa para ir ao campo como se fosse um guerreiro.”

Trecho do papiro de Lansinf, correspondente à XXª Dinastia do Novo Império. In: ORDONEZ, M.; QUEVEDO, J. História. São Paulo: IBEP, s/ data. p. 12.

O camponês egípcio atuava num modo de produção que se organizava a partir de um(a)

- a) estrutura de poder que possibilitava os trabalhadores rurais participarem das decisões do Estado.
- b) sistema militar exclusivamente defensivo, baseado em milícias populares.
- c) sistema escravista africano, voltado exclusivamente à colheita do trigo.
- d) sistema hidráulico de diques, represas e barragens.
- e) conjunto de inovações tecnológicas que independiam da força e habilidade do trabalhador.

○ **8. (UFRGS)** Com relação à história das antigas sociedades africanas e do Oriente Médio, assinale a alternativa correta.

- a) Os assírios notabilizaram-se pelo estabelecimento de relações comerciais pacíficas com os diversos grupos sociais localizados entre o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâneo, e foram reconhecidos como o único império antigo desprovido de exército.
- b) Muitas sociedades do norte da África, antes do contato com as religiões cristã e islâmica, organizavam-se de forma matrilinear, conferindo às mulheres um papel destacado nas relações de poder.
- c) A civilização egípcia, favorecida pelo sistema hidráulico do Nilo, encontrou no rio uma barreira de proteção natural que impedia o avanço e o contato com os demais povos da África.
- d) Os povos da Núbia, situados no nordeste do continente africano, formaram a civilização meroítica, caracterizada pela ausência de práticas religiosas, pela simplicidade dos seus modelos arquitetônicos e pelo isolamento social.
- e) Os hebreus organizaram-se a partir de clãs patriarcais, localizados às margens do rio Jordão, e constituíram-se como povos predominantemente agrícolas, proibindo as atividades pastoris, consideradas impuras pela Torá.

○ **9. (UFRGS)** O atual Iraque abrigou territorialmente a maior parte da Antiga Mesopotâmia (“terra entre rios”), berço de ricas civilizações. Entre essas civilizações encontram-se os sumerianos, os quais se caracterizavam por:

- a) apresentar uma comunidade constituída por clãs familiares independentes, em que a administração política descentralizada era exercida pelos patriarcas das aldeias.
- b) constituir um império duradouro e unificado, imune, graças a suas defesas naturais e a seus grandes exércitos, aos perigos inerentes às migrações de sociedades nômades.
- c) representar uma sociedade liderada pela oligarquia mercantil e pelos proprietários de navios, cujo poder e riqueza advinham sobretudo do comércio e do domínio dos mares do Oriente Médio.
- d) provocar uma ruptura embrionária entre a dimensão divina e a dimensão humana da figura real, dado que o Patesi não era o próprio Deus, como no Egito, mas apenas seu representante.
- e) formar um povo economicamente autossuficiente, que não praticava relações comerciais com o exterior.

○ **10. (UFRGS)** Durante o reinado de Hamurábi na Babilônia (1792–1750 a.C.), foi escrita uma relação de sentenças legais que, modernamente, é conhecida pelo nome de Código de Hamurábi.

O objetivo da obra era:

- a) estabelecer uma ordem constitucional para fundar o Estado imperial mesopotâmico.
- b) enaltecer a pessoa do rei, associando-a ao poder, à justiça e à sabedoria.
- c) proporcionar aos cidadãos do império um código legal universal e aplicável a todas as situações conflituosas.
- d) impor a Lei do Talião como norma exclusiva para a ordem constitucional mesopotâmica.
- e) promover a igualdade jurídica entre todos os súditos do rei.



○ **11. (UFRGS)** O soberano dividiu o seu império em províncias, chamadas satrapias, sendo a terra considerada como propriedade real e trabalhada pelas comunidades.

Essas características identificam o:

- a) império dos persas durante o reinado de Dario.
- b) império babilônico durante o governo de Hamurábi.
- c) antigo império egípcio durante a dinastia de Quéops.
- d) reino de Israel sob o comando de Davi.
- e) estado espartano durante a vigência das leis de Dracon.

○ **12. (UFRGS)** Na Antiguidade, os fenícios dominaram o Mediterrâneo, dando início a um intercâmbio econômico e cultural entre o Oriente e o Ocidente. Esse intercâmbio se intensificou especialmente com a:

- a) criação de um alfabeto, composto por 22 sinais, que facilitou a comunicação entre os povos da região.
- b) invenção da roda, que teve um papel fundamental no desenvolvimento dos transportes.
- c) proposição de cargos administrativos, destinados a fiscalizar as atividades econômicas em geral.
- d) adoção do calendário e do relógio do sol, que serviam para organizar a cultura dos cereais e a pecuária.
- e) instituição de grandes festas religiosas, entre as quais a Páscoa, o Pentecostes e os Tabernáculos.

○ **13. (UFRGS)** Considere as afirmações abaixo, sobre a história das sociedades antigas.

I. O Egito faraônico caracterizava-se pela estrutura política horizontalizada, pela pouca estratificação social e pela economia centrada na piscicultura devido às cheias do rio Nilo.

II. Os fenícios mantiveram uma estrutura social militarizada e terrestre, que permitiu a conquista de outros povos na região do Oriente Médio, culminando com o fim de rotas comerciais marítimas com a Ásia.

III. A expansão do Império Persa, durante o governo de Dario I, foi marcada pela unificação dos sistemas tributário e monetário, pela implementação de um código jurídico e por uma rede de estradas e de comunicação.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

○ **14. (UFRGS-2023)** Leia o segmento abaixo.

A descoberta de artefatos, sarcófagos e a estruturação de sítios arqueológicos no Egito datam do século XIX. Muitas dessas descobertas encontram-se em museus fora do Egito, e isso está relacionado, entre outros fatores, ao imperialismo e ao colonialismo das potências europeias daquele período. Uma das descobertas mais conhecidas é a de 1922 do túmulo de Tutancâmon (1.333 a.C. e 1.323 a.C.) em uma pirâmide no Vale dos Reis. Em abril de 2022, na cidade do Cairo, no Egito, aconteceu um grande desfile público de 22 sarcófagos com múmias. Elas foram levadas do Museu Egípcio para o recéminaugurado Museu Nacional da Civilização Egípcia. Um forte esquema de segurança e de tecnologia para o armazenamento das múmias garantiu que o cortejo acontecesse sem danos nas peças transportadas. No mês seguinte, foi anunciada a descoberta de mais de 250 sarcófagos, estátuas e um papiro com cerca de nove metros de comprimento em um sítio arqueológico perto da cidade do Cairo. Nesse papiro, há trechos do Livro dos Mortos.

Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo, sobre as sociedades do Egito Antigo e o conhecimento que se tem delas.

- () Os faraós homens eram os únicos a serem mumificados.
- () As descobertas arqueológicas permitem ampliar o conhecimento sobre as antigas sociedades.
- () A dominação imperialista de algumas potências do século XIX gerou grande parte dos acervos de grandes museus fora do Egito.
- () O papiro é uma planta que existia em grande quantidade no Egito antigo e era usada, entre outras coisas, para o registro escrito de diferentes tipos de informações.

A sequência correta do preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V - V - F - V.
- b) F - F - F - V.
- c) F - V - F - F.
- d) V - F - V - F.
- e) F - V - V - V.

Anotações:



HABILIDADES À PROVA 3

» Mundo Antigo II - As Civilizações Clássicas do Ocidente

○ 1. (ENEM-2020) “Na Grécia, o conceito de povo abrange tão somente aqueles indivíduos considerados cidadãos. Assim é possível perceber que o conceito de povo era muito restritivo. Mesmo tendo isso em conta, a forma democrática vivenciada e experimentada pelos gregos atenienses nos séculos IV e V a.C. pode ser caracterizada, fundamentalmente, como direta.”

(MANDUCO, A. Ciência política. São Paulo: Saraiva, 2011.)

Naquele contexto, a emergência do sistema de governo mencionado no excerto promoveu o(a):

- a) competição para a escolha de representantes.
- b) campanha pela revitalização das oligarquias.
- c) estabelecimento de mandatos temporários.
- d) declínio da sociedade civil organizada.
- e) participação no exercício do poder.



○ 2. (ENEM) O que implica o sistema da *polis* é uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. A palavra constitui o debate contraditório, a discussão, a argumentação e a polêmica. Torna-se a regra do jogo intelectual, assim como do jogo político.

VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992 (adaptado).

Na configuração política da democracia grega, em especial a ateniense, a ágora tinha por função:

- a) agregar os cidadãos em torno de reis que governavam em prol da cidade.
- b) permitir aos homens livres o acesso às decisões do Estado expostas por seus magistrados.
- c) constituir o lugar onde o corpo de cidadãos se reunia para deliberar sobre as questões da comunidade.
- d) reunir os exércitos para decidir em assembleias fechadas os rumos a serem tomados em caso de guerra.
- e) congregar a comunidade para eleger representantes com direito a pronunciar-se em assembleias.

○ 3. (ENEM) Quando se trata de competência nas construções e nas artes, os atenienses acreditam que poucos sejam capazes de dar conselhos. Quando, ao contrário, se trata de uma deliberação política, toleram que qualquer um fale, de outro modo não existiria a cidade.

BOBBIO, N. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 (adaptado).

De acordo com o texto, a atuação política dos cidadãos atenienses na Antiguidade Clássica tinha como característica fundamental o(a):

- a) dedicação altruísta em ações coletivas.
- b) participação direta em fóruns decisórios.
- c) ativismo humanista em debates públicos.
- d) discurso formalista em espaços acadêmicos.
- e) representação igualitária em instâncias parlamentares.

○ 4. (ENEM)

Texto I

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1987 (adaptado).

Texto II

Um cidadão integral pode ser definido nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB, 1985.

Comparando os textos I e II, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a):

- a) prestígio social.
- b) acúmulo de riqueza.
- c) participação política.
- d) local de nascimento.
- e) grupo de parentesco.

○ 5. (ENEM) Compreende-se assim o alcance de uma reivindicação que surge desde o nascimento da cidade na Grécia antiga: a redação das leis. Ao escrevê-las, não se faz mais que assegurar-lhes permanência e fixidez. As leis tornam-se bem comum, regra geral, suscetível de ser aplicada a todos da mesma maneira.

VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992 (adaptado).

Para o autor, a reivindicação atendida na Grécia antiga, ainda vigente no mundo contemporâneo, buscava garantir o seguinte princípio:

- a) Isonomia – igualdade de tratamento aos cidadãos.
- b) Transparência – acesso às informações governamentais.
- c) Tripartição – separação entre os poderes políticos estatais.
- d) Equiparação – igualdade de gênero na participação política.
- e) Elegibilidade – permissão para candidatura aos cargos públicos.

Anotações:



6. (ENEM)

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Vivem pros seus maridos
Orgulho e raça de Atenas.

BUARQUE, C.; BOAL, A. Mulheres de Atenas. In: *Meus caros Amigos*, 1976. Disponível em: <http://letras.terra.com.br>. Acesso em: 4 dez. 2011 (fragmento).

Os versos da composição remetem à condição das mulheres na Grécia antiga, caracterizada, naquela época, em razão de:

- sua função pedagógica, exercida junto às crianças atenienses.
- sua importância na consolidação da democracia, pelo casamento.
- seu rebaixamento de status social frente aos homens.
- seu afastamento das funções domésticas em períodos de guerra.
- sua igualdade política em relação aos homens.

7. (ENEM) “A soberania dos cidadãos dotados de plenos direitos era imprescindível para a existência da cidade-estado. Segundo os regimes políticos, a proporção desses cidadãos em relação à população total dos homens livres podia variar muito, sendo bastante pequena nas aristocracias e nas oligarquias e maior nas democracias.”

(CARDOSO, C. F. A cidade-estado clássica. São Paulo: Ática, 1985.)

Nas cidades-estado da Antiguidade Clássica, a proporção de cidadãos descrita no texto é explicada pela adoção do seguinte critério para a participação política:

- Controle da terra.
- Liberdade de culto.
- Igualdade de gênero.
- Exclusão dos militares.
- Exigência da alfabetização.

8. (ENEM) O aparecimento da pólis, situado entre os séculos VIII e VII a.C., constitui, na história do pensamento grego, um acontecimento decisivo. Certamente, no plano intelectual como no domínio das instituições, a vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova, cuja originalidade foi plenamente sentida pelos gregos, manifestando-se no surgimento da filosofia.

VERNANT, J.-P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2004 (adaptado).

Segundo Vernant, a filosofia na antiga Grécia foi resultado do(a):

- constituição do regime democrático.
- contato dos gregos com outros povos.
- desenvolvimento no campo das navegações.
- aparecimento de novas instituições religiosas.
- surgimento da cidade como organização social.

9. (ENEM) Na antiga Grécia, o teatro tratou de questões como destino, castigo e justiça. Muitos gregos sabiam de cor inúmeros versos das peças dos seus grandes autores. Na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, Shakespeare produziu peças nas quais temas como o amor, o poder, o bem e o mal foram tratados. Nessas peças, os grandes personagens falavam em verso e os demais em prosa. No Brasil colonial, os índios aprenderam com os jesuítas a representar peças de caráter religioso.

Esses fatos são exemplos de que, em diferentes tempos e situações, o teatro é uma forma:

- de manipulação do povo pelo poder, que controla o teatro.
- de diversão e de expressão dos valores e dos problemas da sociedade.
- de entretenimento popular, que se esgota na sua função de distrair.
- de manipulação do povo pelos intelectuais que compõem as peças.
- de entretenimento, que foi superada e hoje é substituída pela televisão.

10. (ENEM) Alexandria começou a ser construída em 332 a.C., por Alexandre, o Grande, e, em poucos anos, tornou-se um polo de estudos sobre matemática, filosofia e ciência gregas. Meio século mais tarde, Ptolomeu II ergueu uma enorme biblioteca e um museu – que funcionou como centro de pesquisa. A biblioteca reuniu entre 200 mil e 500 mil papiros e, com o museu, transformou a cidade no maior núcleo intelectual da época, especialmente entre os anos 290 e 88 a.C. A partir de então, sofreu sucessivos ataques de romanos, cristãos e árabes, o que resultou na destruição ou na perda de quase todo o seu acervo.

RIBEIRO, F. “Filósofa e mártir”. *Aventuras na história*. São Paulo: Abril. ed. 81, abr. 2010 (adaptado).

A biblioteca de Alexandria exerceu durante certo tempo um papel fundamental para a produção do conhecimento e da memória das civilizações antigas, porque:

- eternizou o nome de Alexandre, o Grande, e zelou pelas narrativas dos seus grandes feitos.
- funcionou como um centro de pesquisa acadêmica e deu origem às universidades modernas.
- preservou o legado da cultura grega em diferentes áreas do conhecimento e permitiu sua transmissão a outros povos.
- transformou a cidade de Alexandria no centro urbano mais importante da Antiguidade.
- reuniu os principais registros arqueológicos até então existentes e fez avançar a museologia antiga.

11. (ENEM) Em seu discurso em honra dos primeiros mortos na Guerra do Peloponeso (séc. V a.C.), o ateniense Péricles fez um longo elogio fúnebre, exposto na obra do historiador Tucídides. Ao enfatizar o respeito dos atenienses à lei e seu amor ao belo, o estadista ateniense tinha em mente um outro tipo de organização de Estado e sociedade, contra o qual os gregos se haviam batido 50 anos antes e que se caracterizava por uma administração eficiente que concedia autonomia aos diferentes povos e era marcada pela construção de grandes obras e conquistas.

PRADO, A. L. A., *Tucídides, História da Guerra do Peloponeso*, Livro I, São Paulo, Martins Fontes (com adaptações).

O “outro tipo de organização de Estado e sociedade” ao qual Péricles se refere era:

- o mundo dos impérios orientais, que rivalizava comercialmente com a Atenas de Péricles.
- o Império Persa, que, apesar de possuir um vasto território, tentou, em vão, conquistar a Grécia.
- o universo dos demais gregos, que não viviam sob uma democracia, já que esta era exclusividade de Atenas.
- o Alto Império Romano, que se destacava pela supremacia militar e pelo intenso desenvolvimento econômico.
- o mundo dos espartanos, que, desconhecendo a escrita e a lei, eram guiados pelo autoritarismo teocrático de seus líderes.



○ **12. (ENEM)** A mitologia comparada surge no século XVIII. Essa tendência influenciou o escritor cearense José de Alencar, que, inspirado pelo estilo da epopeia homérica na *Ilíada*, propõe em *Iracema* uma espécie de mito fundador do povo brasileiro. Assim como a *Ilíada* vincula a constituição do povo helênico à Guerra de Troia, deflagrada pelo romance proibido de Helena e Páris, *Iracema* vincula a formação do povo brasileiro aos conflitos entre índios e colonizadores, atravessados pelo amor proibido entre uma índia – Iracema – e o colonizador português Martim Soares Moreno.

DETIENNE, M. *A invenção da mitologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998 (adaptado).

A comparação estabelecida entre a *Ilíada* e *Iracema* demonstra que essas obras:

- a) combinam folclore e cultura erudita em seus estilos estéticos.
- b) articulam resistência e opressão em seus gêneros literários.
- c) associam história e mito em suas construções identitárias.
- d) refletem pacifismo e belicismo em suas escolhas ideológicas.
- e) traduzem revolta e conformismo em seus padrões alegóricos.

○ **13. (ENEM)** No período 750-338 a.C., a Grécia antiga era composta por cidades-Estado, como Atenas, Esparta, Tebas, que eram independentes umas das outras, mas partilhavam algumas características culturais, como a língua grega. No centro da Grécia, Delfos era um lugar de culto religioso frequentado por habitantes de todas as cidades-Estado.

No período 1200-1600 d.C., na parte da Amazônia brasileira onde hoje está o Parque Nacional do Xingu, há vestígios de quinze cidades que eram cercadas por muros de madeira e que tinham até dois mil e quinhentos habitantes cada uma. Essas cidades eram ligadas por estradas a centros cerimoniais com grandes praças. Em torno delas havia roças, pomares e tanques para a criação de tartarugas. Aparentemente, epidemias dizimaram grande parte da população que lá vivia.

Folha de S. Paulo, ago. 2008 (adaptado).

Apesar das diferenças históricas e geográficas existentes entre as duas civilizações, elas são semelhantes, pois:

- a) as ruínas das cidades mencionadas atestam que grandes epidemias dizimaram suas populações.
- b) as cidades do Xingu desenvolveram a democracia, tal como foi concebida em Tebas.
- c) as duas civilizações tinham cidades autônomas e independentes entre si.
- d) os povos do Xingu falavam uma mesma língua, tal como nas cidades-Estado da Grécia.
- e) as cidades do Xingu dedicavam-se à arte e à filosofia tal como na Grécia.

○ **14. (ENEM-2020)** “Com efeito, até a destruição de Cartago, o povo e o Senado romano governaram a República em harmonia e sem paixão, e não havia entre os cidadãos luta por glória ou dominação; o medo do inimigo mantinha a cidade no cumprimento do dever. Mas, assim que o medo desapareceu dos espíritos, introduziram-se os males pelos quais a prosperidade tem predileção, isto é, a libertinagem e o orgulho.”

(SALÚSTIO. A conjuração de Catilina/A Guerra de Jugurta. Petrópolis: Vozes, 1990 (adaptado).)

O acontecimento histórico mencionado no texto de Salústio, datado de I a.C., manteve correspondência com o processo de:

- a) demarcação de terras públicas.
- b) imposição da escravidão por dívidas.
- c) restrição da cidadania por parentesco.
- d) restauração de instituições ancestrais.
- e) expansão das fronteiras extrapeninsulares.



○ **15. (ENEM)**

Texto I

Sólón é o primeiro nome grego que nos vem à mente quando terra e dívida são mencionadas juntas. Logo depois de 600 a.C., ele foi designado “legislador” em Atenas, com poderes sem precedentes, porque a exigência de redistribuição de terras e o cancelamento das dívidas não podiam continuar bloqueados pela oligarquia dos proprietários de terra por meio da força ou de pequenas concessões.

FINLEY, M. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013 (adaptado).

Texto II

A “Lei das Doze Tábuas” se tornou um dos textos fundamentais do direito romano, uma das principais heranças romanas que chegaram até nós. A publicação dessas leis, por volta de 450 a.C., foi importante, pois o conhecimento das “regras do jogo” da vida em sociedade é um instrumento favorável ao homem comum e potencialmente limitador da hegemonia e do arbítrio dos poderosos.

FUNARI, P. P. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2011 (adaptado).

O ponto de convergência entre as realidades sociopolíticas indicadas nos textos consiste na ideia de que a:

- a) discussão de preceitos formais estabeleceu a democracia.
- b) invenção de códigos jurídicos desarticulou as aristocracias.
- c) formulação de regulamentos oficiais instituiu as sociedades.
- d) definição de princípios morais encerrou os conflitos de interesses.
- e) criação de normas coletivas diminuiu as desigualdades de tratamento.

○ **16. (ENEM)** A Lei das Doze Tábuas, de meados do século V a.C., fixou por escrito um velho direito costumeiro. No relativo às dívidas não pagas, o código permitia, em última análise, matar o devedor; ou vendê-lo como escravo “do outro lado do Tibre” – isto é, fora do território de Roma.

CARDOSO, C. F. S. *O trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

A referida lei foi um marco na luta por direitos na Roma Antiga, pois possibilitou que os plebeus:

- a) modificassem a estrutura agrária assentada no latifúndio.
- b) exercessem a prática da escravidão sobre seus devedores.
- c) conquistassem a possibilidade de casamento com os patrícios.
- d) ampliassem a participação política nos cargos políticos públicos.
- e) reivindicassem as mudanças sociais com base no conhecimento das leis.

○ **17. (ENEM)** Durante a realeza e nos primeiros anos republicanos, as leis eram transmitidas oralmente de uma geração para outra. A ausência de uma legislação escrita permitia aos patrícios manipular a justiça conforme seus interesses. Em 451 a.C., porém, os plebeus conseguiram eleger uma comissão de dez pessoas – os *decênviro*s – para escrever as leis. Dois deles viajaram a Atenas, na Grécia, para estudar a legislação de Sólón.

COULANGES, F. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

A superação da tradição jurídica oral no mundo antigo, descrita no texto, esteve relacionada à:

- a) adoção do sufrágio universal masculino.
- b) extensão da cidadania aos homens livres.
- c) afirmação de instituições democráticas.
- d) implantação de direitos sociais.
- e) tripartição dos poderes políticos.



○ 18. (ENEM) Pois quem seria tão inútil ou indolente a ponto de não desejar saber como e sob que espécie de constituição os romanos conseguiram em menos de cinquenta e três anos submeter quase todo o mundo habitado ao seu governo exclusivo – fato nunca antes ocorrido? Ou, em outras palavras, quem seria tão apaixonadamente devotado a outros espetáculos ou estudos a ponto de considerar qualquer outro objetivo mais importante que a aquisição desse conhecimento?

POLÍBIO. *História*. Brasília: Editora UnB, 1985.

A experiência a que se refere o historiador Políbio, nesse texto escrito no século II a.C., é a:

- a) ampliação do contingente de camponeses livres.
- b) consolidação do poder das falanges hoplitas.
- c) concretização do desígnio imperialista.
- d) adoção do monoteísmo cristão.
- e) libertação do domínio etrusco.

○ 19. (ENEM)

“Somos servos da lei para podermos ser livres.”

Cícero.

“O que apraz ao príncipe tem força de lei.”

Ulpiano.

As frases acima são de dois cidadãos da Roma Clássica que viveram praticamente no mesmo século, quando ocorreu a transição da República (Cícero) para o Império (Ulpiano).

Tendo como base as sentenças acima, considere as afirmações.

- I. A diferença nos significados da lei é apenas aparente, uma vez que os romanos não levavam em consideração as normas jurídicas.
- II. Tanto na República como no Império, a lei era o resultado de discussões entre os representantes escolhidos pelo povo romano.
- III. A lei republicana definia que os direitos de um cidadão acabavam quando começavam os direitos de outro cidadão.
- IV. Existia, na época imperial, um poder acima da legislação romana.

Estão corretas, apenas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

○ 20. (ENEM)



Disponível em: www.metmuseum.org. Acesso em: 14 set. 2011.

A figura apresentada é de um mosaico, produzido por volta do ano 300 d.C., encontrado na cidade de Lod, atual Estado de Israel. Nela, encontram-se elementos que representam uma característica política dos romanos no período, indicada em:

- a) Cruzadismo - conquista da terra santa
- b) Patriotismo - exaltação da cultura local
- c) Helenismo - apropriação da estética grega
- d) Imperialismo - selvageria dos povos dominados
- e) Expansionismo - diversidade dos territórios conquistados

○ 21. (ENEM) Os escravos tornam-se propriedade nossa seja em virtude da lei civil, seja da lei comum dos povos; em virtude da lei civil, se qualquer pessoa de mais de vinte anos permitir a venda de si própria com a finalidade de lucrar conservando uma parte do preço da compra; e em virtude da lei comum dos povos, são nossos escravos aqueles que foram capturados na guerra e aqueles que são filhos de nossas escravas.

CARDOSO, C. F. *Trabalho compulsório na Antiguidade*. São Paulo: Graal, 2003.

A obra *Institutas*, do jurista Aelius Marcianus (século III d.C.), instrui sobre a escravidão na Roma antiga. No direito e na sociedade romana desse período, os escravos compunham uma:

- a) mão de obra especializada protegida pela lei.
- b) força de trabalho sem a presença de ex-cidadãos.
- c) categoria de trabalhadores oriundos dos mesmos povos.
- d) condição legal independente da origem étnica do indivíduo.
- e) comunidade criada a partir do estabelecimento das leis escritas.

○ 22. (ENEM-2020) “Ao abrigo do teto, sua jornada de fé começava na sala de jantar. Na pequena célula cristã, dividia-se a refeição e durante elas os crentes conversavam, rezavam e liam cartas de correligionários residentes em locais diferentes do Império Romano (século II da Era Cristã). Essa ambiente garantia peculiar apoio emocional às experiências intensamente individuais que abrigava.”

(SENNET, R. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2008.)

Um motivo que explica a ambientação da prática descrita no texto encontra-se no(a):

- a) regra judaica, que pregava a superioridade espiritual dos cultos das sinagogas.
- b) moralismo da legislação, que dificultava as reuniões abertas da juventude livre.
- c) adesão do patriarcado, que subvertia o conceito original dos valores estrangeiros.
- d) decisão política, que censurava as manifestações públicas da doutrina dissidente.
- e) violência senhorial, que impunha a destruturação forçada das famílias escravas.



Anotações:



○ 23. (UFSM-2023)



Aspásia de Mileto, obra de Henry Holiday, 1888. Fonte: Aspásia de Mileto, obra de Henry Holiday, 1888. Disponível em: <<http://segundocabo.ohc.cu/2022/03/25/aspasia-de-mileto/>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Aspásia de Mileto (imagem acima), esposa de Péricles, governante de Atenas no século V a.C, foi um exemplo de mulher que, mesmo com limitações, participava da vida intelectual e política da pólis. A respeito da atuação das mulheres na vida política e social na Grécia Antiga clássica, é correto afirmar que

- a) na democracia ateniense, elas eram consideradas cidadãs, participando dos debates da Ágora.
- b) elas podiam ter propriedades e não eram tuteladas pelos seus maridos ou parentes próximos.
- c) as hetairas eram mulheres com certo acesso ao conhecimento, podiam circular pelos espaços públicos e debater com os cidadãos atenienses.
- d) as mulheres, em Esparta, eram educadas para a carreira bélica e possuíam livre acesso para ingressar no exército.
- e) as mulheres, na pólis ateniense, não podiam participar das festas religiosas e das apresentações artísticas, como as peças teatrais.

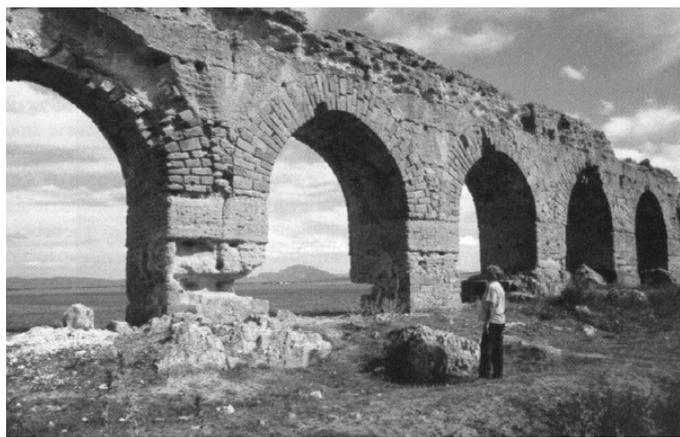
○ 24. (UFSM) Espetáculos com animais selvagens faziam parte do cotidiano romano e tinham função política importante. A respeito disso, considere as afirmativas:

- I. A organização de jogos circenses era importante para os governantes romanos, pois atendiam ao propósito de pacificar as massas.
- II. A forma de os imperadores construírem prestígio frente às massas era o atendimento às suas reivindicações de terra e trabalho.
- III. A manutenção dos espetáculos com animais resultou numa intervenção ambiental para preservar os leões e os leopardos da África e Oriente Médio.
- IV. Sacrificar animais selvagens em jogos era um momento tanto de afirmação do Império quanto de atendimento das demandas populares por diversão.

Estão corretas

- a) apenas I e II.
- b) apenas II e III.
- c) apenas I e IV.
- d) apenas I, III e IV.
- e) apenas III e IV.

○ 25. (UFSM)



Aqueduto romano na Tunísia. MOTA, M.; BRAICK, P.; História: das cavernas ao Terceiro Milênio. São Paulo: Moderna, 2002, p. 78.

A ilustração acima é uma representação da criatividade da civilização romana: a criação de um sistema de abastecimento de água para as populações urbanas. Tendo em vista a concretização dessa inventividade, que deu origem a uma vida cidadã sofisticada e influente, considere as afirmações a seguir.

- I. As dimensões do território abrangido pelo Império romano estavam vinculadas à eficácia de suas legiões, caracterizadas por técnicas de combate que privilegiavam a ação coletiva em detrimento da ação individual.
- II. A cultura romana caracterizou-se por especulações filosóficas e arroubos artísticos, inibindo toda e qualquer disposição mais pragmática em relação ao mundo, especialmente quanto à política e à guerra.
- III. As formas de organização do trabalho e da produção romanas privilegiavam a autonomia e a inventividade dos trabalhadores, tanto nos campos quanto nas oficinas, e impediam a existência de trabalho escravo.
- IV. Apesar de a ciência romana, comparada com a inventividade grega, não ter produzido grandes avanços, a aplicação do conhecimento existente foi eficaz, especialmente na área de construções.

Estão corretas

- a) apenas I e II.
- b) apenas II e III.
- c) apenas I e IV.
- d) apenas III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Anotações:



○ **26. (UFRGS-2020)** Leia o texto abaixo que apresenta um trecho do Discurso Fúnebre de Péricles, citado pelo historiador Tucídides (460-396 a.C.).

A nossa constituição não imita as leis dos estados vizinhos. Em vez disso, somos mais um modelo para os outros do que imitadores. O governo favorece a maioria em vez de poucos – por isso é chamado de democracia. Se consultarmos a lei, veremos que ela garante justiça igual para todos em suas diferenças particulares; quanto à condição social, o avanço na vida pública depende da reputação de capacidade.

As questões de classe não têm permissão de interferir no mérito, tampouco a pobreza constitui um empecilho: se um homem está apto a servir ao Estado, não será tolhido pela simplicidade da sua condição.

THUCYDIDE. Œuvres complètes. Paris: Gallimard, 1998. p. 811-812.

Com relação à democracia ateniense no século V a.C., considere as afirmações abaixo.

I. A isonomia – igualdade de direitos para todos os cidadãos perante a lei – era uma característica da democracia ateniense.

II. Todos os cidadãos, na Assembleia, tinham o direito ao voto, mas somente os cidadãos de origem nobre tinham o direito a discursar.

III. Atenas vetava a participação política das mulheres, estrangeiros e escravos, uma vez que esses não eram considerados cidadãos.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

○ **27. (UFRGS)** Na Antiguidade Clássica, a Grécia não existia como entidade política. Antes, configurava uma comunidade linguística (na qual se falava o grego, com variantes e dialetos) que compartilhava santuários e crenças, costumes e hábitos, formando uma civilização. Em termos geográficos, porém, era dividida em um grande número de cidades, de tamanho e importância variados, independentes umas das outras e frequentemente rivais. A propósito das características dessas cidades, considere as seguintes afirmações.

I. Cada cidade, por constituir um verdadeiro pequeno Estado, possuía um regime político que lhe era próprio e instituições que variavam consideravelmente de uma localidade para outra.

II. Atenas foi, sobretudo na época clássica, a mais destacada das cidades. Seu modelo democrático baseava-se no princípio de isonomia, isto é, de igualdade de direitos extensiva ao conjunto de seus cidadãos.

III. Em nome da excelência militar e da ação bélica contínua, o regime monárquico espartano concedia a todos os seus habitantes o estatuto de cidadão, pelo qual os grupos sociais exerciam em igualdade de condições os direitos e deveres nos assuntos da cidade.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

○ **28. (UFRGS)** Com relação à vida social e política na Grécia clássica, assinale a alternativa correta.

a) A democracia grega foi instituída no século VI a.C. por Clístenes, colocando fim a um período de governo tirânico e criando os princípios da República.

b) A decadência da pólis grega no período arcaico, entre os séculos VIII a.C. e VI a.C., e o surgimento do Império ateniense permitiram o florescimento cultural nas cidades antigas.

c) O desenvolvimento de uma filosofia fundada na razão ocorreu com o fim do período micênico na Grécia, o que implicou a passagem do politeísmo para o monoteísmo.

d) Os habitantes tinham direitos políticos e eram considerados cidadãos nas cidades-estado, com exceção das mulheres e dos escravos.

e) A união política entre atenienses e espartanos contra os avanços do exército persa ocorreu no contexto da Guerra do Peloponeso.

○ **29. (UFRGS)** Esta a exposição de Heródoto de Túrio, para que nem os acontecimentos provocados pelos homens, com o tempo, sejam apagados, nem as obras grandes e admiráveis, trazidas à luz tanto pelos gregos quanto pelos bárbaros, se tornem sem fama – e, no mais, investigação também da causa pela qual fizeram guerra uns contra os outros.

Heródoto, *Histórias*, 1, 1-5.

A narração de Heródoto (480-420 a.C.), considerado o pai da História Ocidental, refere-se:

- a) às guerras médicas – e aos persas.
- b) à guerra do Peloponeso – e aos espartanos.
- c) às conquistas de Alexandre, o Grande – e aos egípcios.
- d) às guerras púnicas – e aos cartagineses.
- e) à guerra de Troia – e aos troianos.

Anotações:



○ 30. (UFRGS) Na sua narrativa da Guerra do Peloponeso, Tucídides assim relata as práticas funerais atenienses.

“Desse cortejo participam livremente cidadãos e estrangeiros; e as mulheres da família estão presentes, ao túmulo, fazendo ouvir sua lamentação. Depositam-se, em seguida, os despojos no monumento público, situado na mais bela avenida da cidade, e onde as vítimas de guerra são sempre sepultadas – à exceção dos mortos de Maratona: a estes, considerando-se seu mérito excepcional, concedeu-se sepultura no próprio lugar da batalha. Uma vez que a terra recobre os mortos, um homem escolhido pela *pólis*, reputado por distinguir-se intelectualmente e gozar de alta estima, pronuncia em sua honra um elogio apropriado; depois disto, todos se retiram. Assim têm lugar esses funerais; e, durante toda a guerra, quando era o caso, aplicava-se o costume”.

Citado em LORAU, N. *A invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. p. 39.

Assinale a alternativa correta a respeito da história da antiguidade grega, a partir do texto apresentado.

- a) Os ritos funerais na Grécia antiga eram cerimônias religiosas, destinadas apenas a conduzir ao paraíso os heróis mortos.
- b) Os metecos, participantes das práticas funerais, formavam parte do *demos* ateniense e possuíam os mesmos direitos políticos que os cidadãos da *pólis*.
- c) Todos os soldados atenienses mortos nos confrontos com Esparta, em razão do grande mérito de seus feitos, eram sepultados no próprio lugar da batalha.
- d) A cena descrita, ocorrida na democracia ateniense, indica o valor dado aos cidadãos mais eloquentes da cidade.
- e) A realização de um discurso fúnebre por alguém escolhido na massa de cidadãos de Atenas revela o caráter secundário e improvisado da cerimônia.

Anotações:



HABILIDADES À PROVA 4

» Mundo medieval Oriental e Ocidental: organização produtiva, imaginário e cultura

○ 1. (ENEM-2020) “Constantinopla, aquela cidade vasta e esplêndida, com toda a sua riqueza, sua ativa população de mercadores e artesãos, seus cortesãos em seus mantos civis e as grandes damas ricamente vestidas e adornadas, com seus séquito de eunucos e escravos, despertaram nos cruzados um grande desdém, mesclado a um desconfortável sentimento de inferioridade.”

(RUNCIMAN, S. A Primeira Cruzada e a fundação do Reino de Jerusalém. Rio de Janeiro: Imago, 2003 (adaptado).)

A reação dos europeus, quando defrontados com essa cidade, ocorreu em função das diferenças entre Oriente e Ocidente quanto aos(às):

- a) modos de organização e participação política.
- b) níveis de disciplina e poderio bélico do exército.
- c) representações e práticas de devoção politeístas.
- d) dinâmicas econômicas e culturais da vida urbana.
- e) formas de individualização e desenvolvimento pessoal.

○ 2. (ENEM) As imagens nas figuras a seguir ilustram organizações produtivas de duas sociedades do passado.

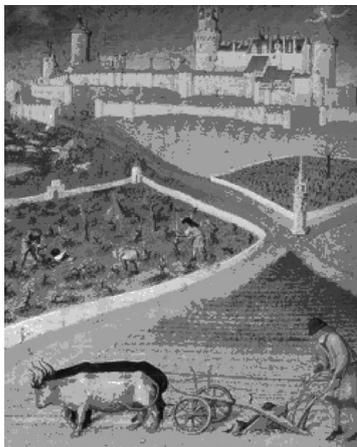


Figura 1



Figura 2

COLEÇÃO. *Grandes impérios e civilizações*. Madrid: Del Prado, 1996, p. 156.

O trabalho no campo foi, durante muito tempo, uma das atividades fundamentais para a estruturação e o desenvolvimento das sociedades, como mostram as figuras 1 e 2. Nessas figuras, as características arquitetônicas, tecnológicas e sociais retratam, respectivamente:

- a) o agrarismo romano e o escravismo grego.
- b) a pecuária romana e a agricultura escravista grega.
- c) a maquinofatura medieval e a pecuária na Antiguidade.
- d) a agricultura escravista romana e o feudalismo medieval.
- e) o feudalismo medieval e a agricultura familiar no Antigo Egito.

○ 3. (ENEM)

Calendário medieval, século XV



Disponível em: www.ac-grenoble.fr. Acesso em: 10 mai. 2012.

Os calendários são fontes históricas importantes, na medida em que expressam a concepção de tempo das sociedades. Essas imagens compõem um calendário medieval (1460-1475), e cada uma delas representa um mês, de janeiro a dezembro. Com base na análise do calendário, apreende-se uma concepção de tempo:

- a) cíclica, marcada pelo mito arcaico do eterno retorno.
- b) humanista, identificada pelo controle das horas de atividade por parte do trabalhador.
- c) escatológica, associada a uma visão religiosa sobre o trabalho.
- d) natural, expressa pelo trabalho realizado de acordo com as estações do ano.
- e) romântica, definida por uma visão bucólica da sociedade.

Anotações:



○ 4. (ENEM) A casa de Deus, que acreditam una, está, portanto, dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Essas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras duas; cada uma por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto... Assim a lei pode triunfar e o mundo gozar da paz.

ALDALBERON DE LAON, In: SPINOSA, F. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

A ideologia apresentada por Aldalberon de Laon foi produzida durante a Idade Média. Um objetivo de tal ideologia e um processo que a ela se opôs estão indicados, respectivamente, em:

- a) Justificar a dominação estamental / revoltas camponesas.
- b) Subverter a hierarquia social / centralização monárquica.
- c) Impedir a igualdade jurídica / revoluções burguesas.
- d) Controlar a exploração econômica / unificação monetária.
- e) Questionar a ordem divina / Reforma Católica.

○ 5. (ENEM-2021) “É preciso usar de violência e rebater varonilmente os apetites dos sentidos sem atender ao que a carne quer ou não quer, mas trabalhando por sujeitá-la ao espírito, ainda que se revolte. Cumpre castigá-la e curvá-la à sujeição, a tal ponto que esteja disposta para tudo, sabendo contentar-se com pouco e deleitar-se com a simplicidade, sem resmungar por qualquer incômodo.”

(KEMPIS, T. *Imitação de Cristo*. Petrópolis: Vozes, 2015).

Qual característica do ascetismo medieval é destacada no texto?

- a) Exaltação do ritualismo litúrgico.
- b) Afirmação do pensamento racional.
- c) Desqualificação da atividade laboral.
- d) Condenação da alimentação impura.
- e) Desvalorização da materialidade corpórea.

○ 6. (ENEM-2021) “Nem guerras, nem revoltas. Os incêndios eram o mais frequente tormento da vida urbana no Regnum Italicum. Entre 880 e 1080, as cidades estiveram constantemente entregues ao apetite das chamas. A certa altura, a documentação parece vencer pela insistência do vocabulário, levando até o leitor mais crítico a cogitar que os medievais tinham razão ao tratar aqueles acontecimentos como castigos que antecediam o julgamento final. Como um quinto cavaleiro apocalíptico, o incêndio agia ao feitio da peste ou da fome: vagando mundo afora, retornava de tempos em tempos e expurgava justos e pecadores num tormento derradeiro, como insistiam os textos do século X. O impacto acarretado sobre as relações sociais era imediato e prolongava-se para além da destruição material. As medidas proclamadas pelas autoridades faziam mais do que reparar os danos e reconstruir a paisagem: elas convertiam a devastação em uma ocasião para alterar e expandir não só a topografia urbana, mas as práticas sociais até então vigentes.”

(RUST, L. D. *Uma calamidade insaciável*. Rev. Bras. Hist., n. 72, maio-ago. 2016 (adaptado).)

De acordo com o texto, a catástrofe descrita impactava as sociedades medievais por proporcionar a:

- a) correção dos métodos preventivos e das regras sanitárias.
- b) revelação do descaso público e das degradações ambientais.
- c) transformação do imaginário popular e das crenças religiosas.
- d) remodelação dos sistemas políticos e das administrações locais.
- e) reconfiguração dos espaços ocupados e das dinâmicas comunitárias.

7. (ENEM) Ainda que a fome ocorrida na Itália em 536 tenha origem nos eventos climáticos, suas implicações são tanto políticas quanto econômicas. Nos primeiros séculos da Idade Média, o auxílio aos famintos se inscreve no domínio da gestão pública, mesmo quando a ação de seus agentes é apresentada sob o ângulo da piedade e da caridade individuais, como é o caso da Gália merovíngia. Assim, o fato de que as respostas à fome são mostradas, na Gália, como o fruto de iniciativas pessoais fundadas no imperativo da caridade deriva da natureza das fontes do século VI.

SILVA, M. C. *Os agentes públicos e a fome nos primeiros séculos da Idade Média*. *Varia Historia*, n. 60, set.-dez. 2016 (adaptado)

Na conjuntura histórica destacada no texto, o dever de agir em face da situação de crise apresentada pertencia à jurisdição

- a) da nobreza, proveniente da obrigação de proteção ao campesinato livre.
- b) da realeza, decorrente do conceito de governo subjacente à monarquia cristã.
- c) dos mosteiros, resultante do caráter fraternal afirmado nas regras monásticas.
- d) dos bispos, consequente da participação dos clérigos nos assuntos comunitários.
- e) das corporações, procedente do padrão assistencialista previsto nas normas estatutárias.

○ 8. (ENEM)

Sou uma pobre e velha mulher,
Muito ignorante, que nem sabe ler.
Mostraram-me na igreja da minha terra
Um Paraíso com harpas pintado
E o Inferno onde ferve almas danadas,
Um enche-me de júbilo, o outro me aterra.

VILLON, F. In: GOMBRICH, E. *História da arte*. Lisboa: LTC, 1999.

Os versos do poeta francês François Villon fazem referência às imagens presentes nos templos católicos medievais. Nesse contexto, as imagens eram usadas com o objetivo de:

- a) refinar o gosto dos cristãos.
- b) incorporar ideais heréticos.
- c) educar os fiéis através do olhar.
- d) divulgar a genialidade dos artistas católicos.
- e) valorizar esteticamente os templos religiosos.

○ 9. (ENEM) Quando ninguém duvida da existência de um outro mundo, a morte é uma passagem que deve ser celebrada entre parentes e vizinhos. O homem da Idade Média tem a convicção de não desaparecer completamente, esperando a ressurreição. Pois nada se detém e tudo continua na eternidade. A perda contemporânea do sentimento religioso fez da morte uma provação aterrorizante, um trampolim para as trevas e o desconhecido.

DUBY, G. *Ano 1000 ano 2000 na pista dos nossos medos*. São Paulo: Unesp, 1998 (adaptado).

Ao comparar as maneiras com que as sociedades têm lidado com a morte, o autor considera que houve um processo de:

- a) mercantilização das crenças religiosas.
- b) transformação das representações sociais.
- c) disseminação do ateísmo nos países de maioria cristã.
- d) diminuição da distância entre saber científico e eclesiástico.
- e) amadurecimento da consciência ligada à civilização moderna.



○ **10. (ENEM)** A ausência quase completa de fantasmas na Bíblia deve ter favorecido também a vontade de rejeição dos fantasmas pela cultura cristã. Várias passagens dos Evangelhos manifestam mesmo uma grande reticência com relação a um culto dos mortos: “Deixa os mortos sepultar os mortos”, diz Jesus (Mt 8:21), ou ainda: “Deus não é Deus dos mortos, mas dos vivos” (Mt 22:32). Por certo, numerosos mortos são ressuscitados por Jesus (e, mais tarde, por alguns de seus discípulos), mas tal milagre — o mais notório possível segundo as classificações posteriores dos hagiógrafos medievais — não é assimilável ao retorno de um fantasma. Ele prefigura a própria ressurreição do Cristo três dias depois de sua Paixão. Antecipa também a ressurreição universal dos mortos no fim dos tempos.

SCHMITT, J.-C. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

De acordo com o texto, a representação da morte ganhou novos significados nessa religião para:

- a) extinguir as formas de ritualismo funerário.
- b) evitar a expressão de antigas crenças politeístas.
- c) sacramentar a execução do exorcismo de infieis.
- d) enfraquecer a convicção na existência de demônios.
- e) consagrar as práticas de contato mediúnicamente transcendental.

○ **11. (ENEM)**

Texto I

Não é possível passar das trevas da ignorância para a luz da ciência a não ser lendo, com um amor sempre mais vivo, as obras dos Antigos. Ladrem os cães, grunhem os porcos! Nem por isso deixarei de ser um seguidor dos Antigos. Para eles irão todos os meus cuidados e, todos os dias, a aurora me encontrará entregue ao seu estudo.

BLOIS, P. Apud PEDRERO SÁNCHEZ, M. G. *História da Idade Média: texto e testemunhas*. São Paulo: Unesp, 2000.

Texto II

A nossa geração tem arraigado o defeito de recusar admitir tudo o que parece vir dos modernos. Por isso, quando descubro uma ideia pessoal e quero torná-la pública, atribuo-a a outrem e declaro: – Foi fulano de tal que o disse, não sou eu. E para que acreditem totalmente nas minhas opiniões, digo: – O inventor foi fulano de tal, não sou eu.

BATH, A. Apud PEDRERO SÁNCHEZ, M. G. *História da Idade Média: texto e testemunhas*. São Paulo: Unesp, 2000.

Nos textos são apresentados pontos de vista distintos sobre as mudanças culturais ocorridas no século XII no Ocidente. Comparando os textos, os autores discutem o(a):

- a) produção do conhecimento face à manutenção dos argumentos de autoridade da Igreja.
- b) caráter dinâmico do pensamento laico frente à estagnação dos estudos religiosos.
- c) surgimento do pensamento científico em oposição à tradição teológica cristã.
- d) desenvolvimento do racionalismo crítico ao opor fé e razão.
- e) construção de um saber teológico-científico.

○ **12. (ENEM-2021)** “Desde o século XII que a cristandade ocidental era agitada pelo desafio lançado pela cultura profana – a dos romances de cavalaria, mas também a cultura folclórica dos camponeses e igualmente a dos cidadãos, de caráter mais jurídicos – à cultura eclesiástica, cujo veículo era o latim. Francisco de Assis veio alterar a situação, propondo aos seus ouvintes uma mensagem acessível a todos e, simultaneamente, enobrecendo a língua vulgar através do seu uso na religião”.

(VAUCHEZ, A. *A espiritualidade da Idade Média Ocidental*, séc. VIII-XIII. Lisboa: Estampa, 1995.)

O comportamento desse religioso demonstra uma preocupação com as características assumidas pela Igreja e com as desigualdades sociais compartilhadas no seu tempo pelos(as):

- a) senhores feudais.
- b) movimentos heréticos.
- c) integrantes das Cruzadas.
- d) corporações de ofícios.
- e) universidades medievais.

○ **13. (ENEM)** Os cruzados avançavam em silêncio, encontrando por todas as partes ossadas humanas, trapos e bandeiras.

No meio desse quadro sinistro, não puderam ver, sem estremeecer de dor, o acampamento onde Gauthier havia deixado as mulheres e crianças. Lá, os cristãos tinham sido surpreendidos pelos muçulmanos, mesmo no momento em que os sacerdotes celebravam o sacrifício da Missa. As mulheres, as crianças, os velhos, todos os que a fraqueza ou a doença conservava sob as tendas, perseguidos até os altares, tinham sido levados para a escravidão ou imolados por um inimigo cruel. A multidão dos cristãos, massacrada naquele lugar, tinha ficado sem sepultura.

J. F. Michaud. *História das cruzadas*. São Paulo: Editora das Américas, 1956 (com adaptações).

Foi, de fato, na sexta-feira 22 do tempo de Chaaban, do ano de 492 da Hégira, que os franj* se apossaram da Cidade Santa, após um sítio de 40 dias. Os exilados ainda tremem cada vez que falam nisso, seu olhar se esfria como se eles ainda tivessem diante dos olhos aqueles guerreiros louros, protegidos de armaduras, que espelham pelas ruas o sabre cortante, desembainhado, degolando homens, mulheres e crianças, pilhando as casas, saqueando as mesquitas.

*franj = cruzados.

Amin Maalouf. *As Cruzadas vistas pelos árabes*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 (com adaptações).

Avalie as seguintes afirmações a respeito dos textos acima, que tratam das Cruzadas.

- I. Os textos referem-se ao mesmo assunto – as Cruzadas, ocorridas no período medieval –, mas apresentam visões distintas sobre a realidade dos conflitos religiosos desse período histórico.
- II. Ambos os textos narram partes de conflitos ocorridos entre cristãos e muçulmanos durante a Idade Média e revelam como a violência contra mulheres e crianças era prática comum entre adversários.
- III. Ambos narram conflitos ocorridos durante as Cruzadas medievais e revelam como as disputas dessa época, apesar de ter havido alguns confrontos militares, foram resolvidas com base na ideia do respeito e da tolerância cultural e religiosa.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.



○ **14. (ENEM)** Mas era sobretudo a lã que os compradores, vindos da Flandres ou da Itália, procuravam por toda a parte. Para satisfazê-los, as raças foram melhoradas através do aumento progressivo das suas dimensões. Esse crescimento prosseguiu durante todo o século XIII, e as abadias da Ordem de Cister, onde eram utilizados os métodos mais racionais de criação de gado, desempenharam certamente um papel determinante nesse aperfeiçoamento.

DUBYG. *Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval* Lisboa: Estampa, 1987 (adaptado).

O texto aponta para a relação entre aperfeiçoamento da atividade pastoril e avanço técnico na Europa Ocidental feudal, que resultou do(a):

- a) crescimento do trabalho escravo.
- b) desenvolvimento da vida urbana.
- c) padronização dos impostos locais.
- d) uniformização do processo produtivo.
- e) desconcentração da estrutura fundiária.

○ **15. (ENEM)** Se a mania de fechar, verdadeiro *habitus* da mentalidade medieval nascido talvez de um profundo sentimento de insegurança, estava difundida no mundo rural, estava do mesmo modo no meio urbano, pois que uma das características da cidade era de ser limitada por portas e por uma muralha.

DUBY, G. et al. "Séculos XIV-XV". In: ARIÈS, P.; DUBY, G. *História da vida privada da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990 (adaptado).

As práticas e os usos das muralhas sofreram importantes mudanças no final da Idade Média, quando elas assumiram a função de pontos de passagem ou pórticos.

Esse processo está diretamente relacionado com:

- a) o crescimento das atividades comerciais e urbanas.
- b) a migração de camponeses e artesãos.
- c) a expansão dos parques industriais e fabris.
- d) o aumento do número de castelos e feudos.
- e) a contenção das epidemias e doenças.

○ **16. (ENEM)** No início foram as cidades. O intelectual da Idade Média – no Ocidente – nasceu com elas. Foi com o desenvolvimento urbano ligado às funções comercial e industrial – digamos modestamente artesanal – que ele apareceu, como um desses homens de ofício que se instalavam nas cidades nas quais se impôs a divisão do trabalho.

Um homem cujo ofício é escrever ou ensinar, e de preferência as duas coisas a um só tempo, um homem que, profissionalmente, tem uma atividade de professor e erudito, em resumo, um intelectual – esse homem só aparecerá com as cidades.

LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

O surgimento da categoria mencionada no período em destaque no texto evidencia o(a):

- a) apoio dado pela Igreja ao trabalho abstrato.
- b) relação entre desenvolvimento urbano e divisão do trabalho.
- c) importância organizacional das corporações de ofício.
- d) progressiva expansão da educação escolar.
- e) acúmulo de trabalho dos professores e eruditos.

○ **17. (ENEM)** Veneza, emergindo obscuramente ao longo do início da Idade Média das águas às quais devia sua imunidade a ataques, era nominalmente submetida ao Império Bizantino, mas, na prática, era uma cidade-estado independente na altura do século X. Veneza era única na cristandade por ser uma comunidade comercial: "Essa gente não lava, semeia ou colhe uvas", como um surpresa observador do século XI constatou. Comerciantes venezianos puderam negociar termos favoráveis para comerciar com Constantinopla, mas também se relacionaram com mercadores do islã.

FLETCHER, R. *A cruz e o crescente: cristianismo e islã, de Maomé à Reforma*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

A expansão das atividades de trocas na Baixa Idade Média, dinamizadas por centros como Veneza, reflete o(a):

- a) importância das cidades comerciais.
- b) integração entre a cidade e o campo.
- c) dinamismo econômico da Igreja cristã.
- d) controle da atividade comercial pela nobreza feudal.
- e) ação reguladora dos imperadores durante as trocas comerciais.

○ **18. (ENEM)**

Queixume das operárias da seda

Sempre tecemos panos de seda
E nem por isso vestiremos melhor [...]

Nunca seremos capazes de ganhar tanto
Que possamos ter melhor comida [...]

Pois a obra de nossas mãos
Nenhuma de nós terá para se manter [...]

E estamos em grande miséria
Mas, com os nossos salários, enriquece aquele para quem trabalhamos

Grande parte das noites ficamos acordadas
E todo o dia para isso ganhar

Ameçam-nos de nos moer de pancada
Os membros quando descansamos

E assim, não nos atrevemos a repousar.

CHRÉTIEN DE TROYES apud LE GOFF, J. *Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1992.

Tendo em vista as transformações socioeconômicas da Europa Ocidental durante a Baixa Idade Média, o texto apresenta a seguinte situação:

- a) Uso da coerção no mundo do trabalho artesanal.
- b) Deslocamento das trabalhadoras do campo para as cidades.
- c) Desorganização do trabalho pela introdução do assalariamento.
- d) Enfraquecimento dos laços que ligavam patrões e empregadas.
- e) Ganho das artífices pela introdução da remuneração pelo seu trabalho.



○ **19. (ENEM)** A cidade medieval é, antes de mais nada, uma sociedade da abundância, concentrada num pequeno espaço em meio a vastas regiões pouco povoadas. Em seguida, é um lugar de produção e de trocas, onde se articulam o artesanato e o comércio, sustentados por uma economia monetária. É também o centro de um sistema de valores particular, do qual emerge a prática laboriosa e criativa do trabalho, o gosto pelo negócio e pelo dinheiro, a inclinação para o luxo, o senso da beleza. É ainda um sistema de organização de um espaço fechado com muralhas, onde se penetra por portas e se caminha por ruas e praças e que é guarnecido por torres.

LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. Dicionário temático do Ocidente Medieval. Bauru: Edusc, 2006.

No texto, o espaço descrito se caracteriza pela associação entre a ampliação das atividades urbanas e a:

- a) emancipação do poder hegemônico da realeza.
- b) aceitação das práticas usurárias dos religiosos.
- c) independência da produção alimentar dos campos.
- d) superação do ordenamento corporativo dos ofícios.
- e) permanência dos elementos arquitetônicos de proteção.

○ **20. (ENEM)** A Peste Negra dizimou boa parte da população europeia, com efeitos sobre o crescimento das cidades. O conhecimento médico da época não foi suficiente para conter a epidemia. Na cidade de Siena, Agnolo di Tura escreveu:

“As pessoas morriam às centenas, de dia e de noite, e todas eram jogadas em fossas cobertas com terra e, assim que essas fossas ficavam cheias, cavavam-se mais. E eu enterrei meus cinco filhos com minhas próprias mãos [...] E morreram tantos que todos achavam que era o fim do mundo.”

Agnolo di Tura. The Plague in Siena: An Italian Chronicle. In: William M. Bowsky. The Black Death: a turning point in history? New York: HRW, 1971 (com adaptações).

O testemunho de Agnolo di Tura, um sobrevivente da Peste Negra, que assolou a Europa durante parte do século XIV, sugere que:

- a) o flagelo da Peste Negra foi associado ao fim dos tempos.
- b) a Igreja buscou conter o medo da morte, disseminando o saber médico.
- c) a impressão causada pelo número de mortos não foi tão forte, porque as vítimas eram poucas e identificáveis.
- d) houve substancial queda demográfica na Europa no período anterior à Peste.
- e) o drama vivido pelos sobreviventes era causado pelo fato de os cadáveres não serem enterrados.

○ **21. (ENEM)** No império africano do Mali, no século XIV, Tombuctu foi centro de um comércio internacional onde tudo era negociado – sal, escravos, marfim etc. Havia também um grande comércio de livros de história, medicina, astronomia e matemática, além de grande concentração de estudantes. A importância cultural de Tombuctu pode ser percebida por meio de um velho provérbio: “O sal vem do norte, o ouro vem do sul, mas as palavras de Deus e os tesouros da sabedoria vêm de Tombuctu”.

ASSUMPÇÃO, J. E. África: uma história a ser reescrita. In: MACEDO, J. R. (Org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: UFRGS, 2008 (adaptado).

Uma explicação para o dinamismo dessa cidade e sua importância histórica no período mencionado era o(a):

- a) isolamento geográfico do Saara ocidental.
- b) exploração intensiva de recursos naturais.
- c) posição relativa nas redes de circulação.
- d) tráfico transatlântico de mão de obra servil.
- e) competição econômica dos reinos da região.

○ **22. (UFSM)** Assinale verdadeira (V) ou falsa (F) em cada uma das alternativas a seguir sobre a Idade Média.

() O Império Bizantino, além de sobreviver em um milênio à queda do Império Romano do Ocidente, tinha em sua capital, Constantinopla, um dos principais centros comerciais e culturais do mundo medieval.

() O Império Carolíngio destacou-se por adotar e defender a religião cristã na Alta Idade Média europeia e teve em Carlos Magno o seu mais importante rei que, embora guerreiro, incentivou a atividade intelectual do denominado “Renascimento Carolíngio”.

() O feudalismo foi um sistema de organização política, social e econômica caracterizado pela centralização do poder na pessoa do rei, pela sociedade cada vez mais concentrada nos núcleos urbanos denominados burgos e por uma classe burguesa em crescente ascensão.

() A expansão do Islã não afetou a vida da Europa cristã porque, durante dois séculos, os papas promoveram as Cruzadas, guerras para combater os muçulmanos e mantê-los longe das fronteiras europeias.

A sequência correta é

- a) F - V - F - V.
- b) F - F - V - F.
- c) V - V - F - V.
- d) V - F - V - F.
- e) V - V - F - F.

○ **23. (UFSM)** Sobre a sociedade feudal ocidental, é possível destacar:

a) Estava dividida em quatro classes sociais: nobres, clero, servos e vilões. Os nobres guerreavam, os clérigos rezavam e justificavam a dominação feudal, os servos trabalhavam, e os vilões faziam comércio nas vilas.

b) Devido ao caráter patriarcal, a mulher era submetida às ordens do pai e, após casar, às do esposo, contribuindo para a reprodução da espécie e realizando as tarefas dentro de sua casa.

c) A posição social do indivíduo estava naturalmente determinada pelo nascimento, embora um servo pudesse ascender a uma posição social melhor, desde que demonstrasse grandes méritos nas tarefas militares ou religiosas, ou seja, ele podia compor o alto clero.

d) Não havia diferença alguma entre os servos e os escravos, pois ambos estavam ligados à terra, permaneciam no feudo e eram propriedade do senhor feudal.

e) Os senhores feudais ligavam-se entre si através das relações servis de suserania e vassalagem, investidura e capitação. Essas relações garantiam os laços de dependência socioeconômica e política.



○ **24. (UFSM-2023)** Sobre o papel social das mulheres na sociedade feudal europeia, no que diz respeito às atividades produtivas, às relações de trabalho, à produção do conhecimento e ao acesso a ele, é correto afirmar que

a) eram subalternas ao poder masculino, limitadas ao acesso e, mais ainda, à produção do conhecimento. Cabia a muitas mulheres o trabalho doméstico, bem como as funções de camponesas e artesãs.

b) atuavam como copistas nos mosteiros medievais, sendo responsáveis por registrar e produzir o conhecimento e preservar o legado da cultura ocidental.

c) em uma sociedade teocêntrica, as mulheres eram responsáveis pela organização dos templos e cultos, bem como pela formação educacional dos monges.

d) por terem acesso ao conhecimento das tecnologias de guerra e de formas de luta, as mulheres da nobreza eram inestimáveis guerreiras e cavaleiras.

e) as mulheres consideradas hereges, críticas aos princípios e valores da Igreja Católica, eram tratadas com benevolência e respeito às diferenças de opinião.

○ **25. (UFSM)** “Aquele que jura fidelidade ao seu senhor, deve ter sempre presente na memória seis palavras: incólume*, seguro, honesto, útil, fácil e possível. (...) O seu senhor deve também retribuir da mesma maneira todas estas coisas ao seu fiel.”

Bispo francês no texto do ano de 1020 - citado por Jônatas Batista Neto.
*Livre de dano ou perigo.

Nesse texto, o bispo francês explica o contrato vassálico que dominou a sociedade feudal. Sobre esse contrato, é correto afirmar

a) Nos primeiros tempos, o mais importante era o vínculo entre os guerreiros, mas, com o tempo, a concessão do feudo passou a ser o centro desse contrato.

b) Impunha obrigações para as duas partes, senhor e vassalo, e, depois de ser firmado, poderia ser quebrado por ambas as partes.

c) Podia ser rompido somente pelo vassalo se o suserano não se mostrasse merecedor do “feudo” recebido, o que implicaria o confisco deste.

d) A ruptura do contrato era aceita nos casos em que o vassalo abusasse dos seus direitos e exigências em relação ao suserano.

e) As duas partes, senhor e vassalo, podiam romper o contrato se uma delas não cumprisse suas obrigações, mas não era permitido o confisco do feudo.

○ **26. (UFSM)** Embora não tenha ocorrido da mesma forma em toda a Europa Ocidental Medieval, o feudalismo se caracteriza pela

I. produção nos domínios de proprietários pertencentes à nobreza e ao alto clero, com base na exploração do trabalho servil (corveia).

II. ruralização da sociedade e pela ausência de atividades comerciais.

III. submissão dos camponeses à terra, garantida tanto por coação militar e jurídica, quanto por um conjunto de valores difundidos pela igreja para justificarem essa submissão.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

a) I apenas.

b) II apenas.

c) III apenas.

d) I e III apenas.

e) I, II e III.

○ **27. (UFSM)** Assinale verdadeira (V) ou falsa (F) nas afirmações a respeito da tecnologia medieval.

() O extenso e populoso Império Romano legou para a Idade Média uma engenharia desenvolvida para construir e manter uma complexa rede de estradas e aquedutos, além de uma tecnologia que permitia a construção de edifícios públicos e outras obras, utilizando arcos, abóbadas e cúpulas.

() Os povos bárbaros desprezaram o legado cultural romano e, como não desenvolveram nenhuma tecnologia expressiva, foram os responsáveis pelo fato de a Europa ter atravessado o longo período de miséria, fome, doença e violência que caracterizou a “idade das trevas”.

() A tecnologia da Europa medieval desenvolveu o aproveitamento de fontes de energia, como a eólica, com os moinhos de vento, e a hidráulica, com as rodas d’água, elementos que, somados à rotação de culturas no rodízio trienal dos campos agricultáveis, permitiram o aumento da produção de alimentos.

() Os mosteiros medievais, embora preservassem o conhecimento através do trabalho dos monges copistas, não desenvolveram nenhuma inovação tecnológica expressiva, por entenderem que a natureza era perfeita como criação de Deus e que só o demônio poderia querer transformá-la para destruí-la.

A sequência correta é

a) F - V - F - V.

b) F - F - V - F.

c) V - V - F - V.

d) V - F - V - F.

e) V - V - V - F.



○ 28. (UFSM) As igrejas góticas - a exemplo da Catedral de Notre Dame - começaram a ser construídas no século doze e estão relacionadas com um momento histórico caracterizado pelo(a)



In: PROENÇA, Graça. História da Arte. São Paulo: Ática, 2001. p. 66.

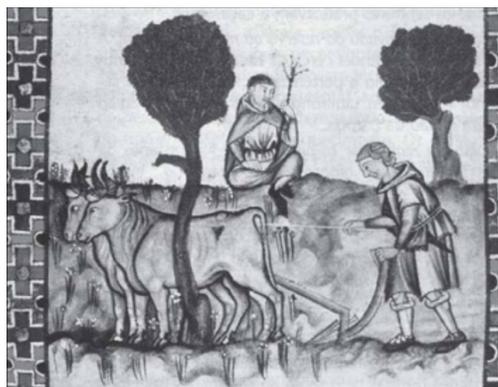
- a) declínio da tecnologia e das cidades comerciais, em decorrência da desagregação do Império Romano.
- b) papel das ordens monásticas na estagnação da cultura, da tecnologia e da economia das sociedades feudais.
- c) desenvolvimento comercial, pelo enriquecimento das cidades e pelo declínio da Igreja como elemento organizador do mundo medieval.
- d) desenvolvimento das cidades, em função da atividade comercial e pelo papel da Igreja como polo de poder político e cultural.
- e) desestruturação do mundo feudal, provocada por meio do renascimento comercial, pelo declínio das monarquias e pela decadência política e cultural da Igreja.

○ 29. (UFSM) No princípio do século XII, teve início na Europa uma economia fundada no comércio, e o centro da vida social deslocou-se do campo para as cidades, surgindo uma nova classe social: a burguesia urbana. Também resultado desse processo, a arte românica passou a ser abandonada em favor de um novo estilo, a arte gótica, a qual apresentava as seguintes características arquitetônicas:

- a) colunas jônicas, capitéis e relicários.
- b) contrastes de luz e sombras, abóbadas e tetos altos.
- c) vitrais coloridos, muito espaço interno e paredes maciças.
- d) fachadas pesadas, pouco espaço interno e rosáceas.
- e) arcobotantes, arcos ogivais e vitrais.

Anotações:

○ 30. (UFSM)



Pai ensinando o filho a arar a terra. Iluminura medieval do livro As cantigas de Alfonso, o Sábio. Arruda, J.J.; PILETTI, N. Toda a História: História Geral e História do Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2003. p.107.

A partir do século XI, ocorrem inovações técnicas na Europa Ocidental, como o aprimoramento do arado e a drenagem de pântanos. Com isso,

- I. expandem-se áreas de cultivo e aumenta a produção na área industrial.
- II. intensificam-se as intervenções humanas na paisagem rural, alterando o ritmo das chuvas e provocando crises agrícolas periódicas.
- III. acentuam-se os limites da ordem feudal, o isolamento dos feudos, a severa estratificação social e a pesada tributação dos senhores.
- IV. consolida-se o sistema feudal, garantindo a toda população alimentação abundante e diminuição dos tributos pagos aos senhores.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I e II.
- b) apenas II e III.
- c) apenas I e IV.
- d) apenas III.
- e) apenas IV.

○ 31. (UFSM)

ASSERÇÃO

O processo de transição do feudalismo para o capitalismo envolveu, entre outros fatores, a modificação substancial das relações entre as pessoas e o seu meio ambiente, tanto na zona rural como no mundo urbano.

PORQUE

RAZÃO

a sociedade, que se estruturava política, social e economicamente a partir de seus vínculos com a terra, foi substituída por outra em crescente processo de urbanização no qual as cidades passaram a constituir os novos centros de poder.

Assinale a alternativa correta.

- a) Asserção correta, razão correta, e a razão justifica a asserção.
- b) Asserção correta, razão correta, mas a razão não justifica a asserção.
- c) Asserção correta, razão errada.
- d) Asserção errada, razão correta.
- e) Asserção e razão erradas.



32. (UFSM) Observe o mapa:

A Idade Média europeia - século V ao XV - assinala expressivos desenvolvimentos nos diversos campos do conhecimento, da tecnologia e da produção em geral. São características desse período:

I. os contínuos aprimoramentos na agricultura e nas técnicas de produção, tais como a rotação trienal dos campos, a invenção da charrua, a utilização de inovações no arreamento dos cavalos, permitindo aumentar a força de tração nos trabalhos agrícolas.

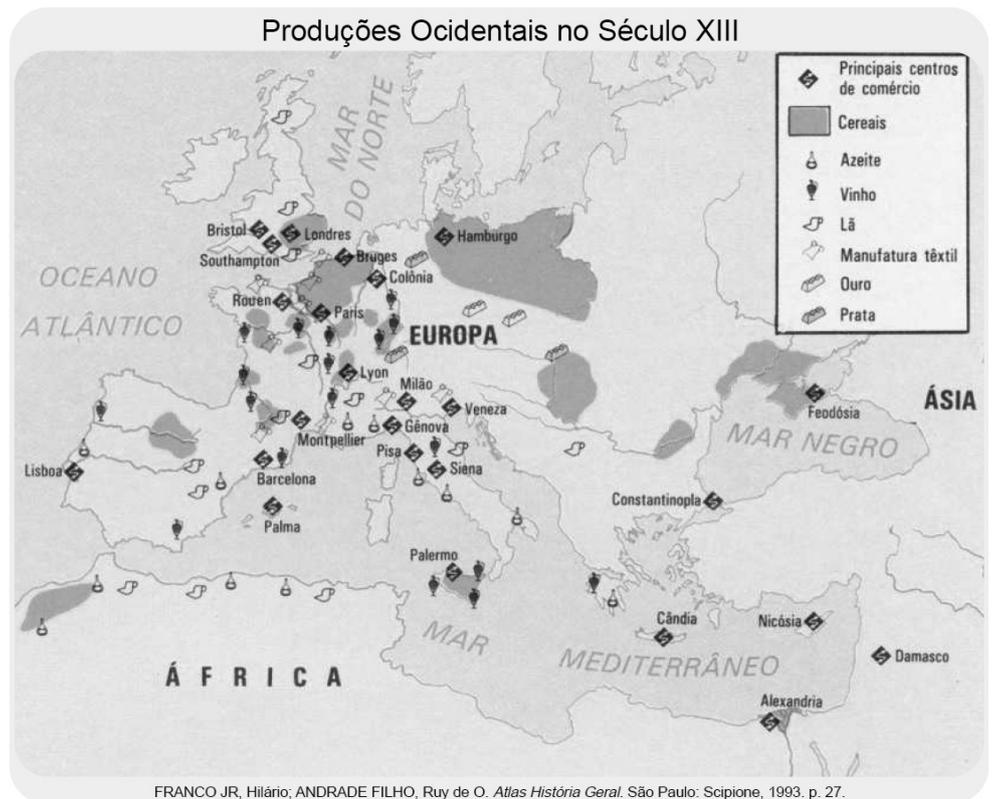
II. o crescente isolamento político, econômico e cultural entre os mundos europeu ocidental, bizantino e islâmico, marcados por permanentes hostilidades e conflitos que levaram a um clima geral de insegurança, obrigando a população a abandonar as cidades e a buscar proteção dentro dos muros dos castelos dos senhores feudais.

III. a hegemonia da igreja cristã, monopolizadora de todo o conhecimento da época, voltado apenas para o mundo espiritual e a busca da salvação, obrigando escolas e universidades a se dedicarem sobretudo à teologia, relegando a um plano secundário a filosofia, o direito, a medicina e as demais ciências.

IV. uma crescente apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos vindos do oriente através do mundo árabe-islâmico, como o sistema numérico com os algarismos de 0 a 9, decisivos para o desenvolvimento posterior da ciência baseada em cálculos matemáticos, além da astronomia e da cartografia.

Estão corretas

- a) apenas I e II.
- b) apenas II e III.
- c) apenas I e IV.
- d) apenas III e IV.
- e) I, II, III e IV.



Anotações:



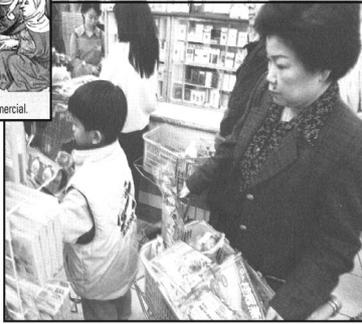
33. (UFSM)



Ilustração 1 - iluminura do século XV mostrando alguns mercadores em intensa atividade comercial.

DORIGO, G. VICENTINO, C. *História para o ensino médio: História Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2005. p.149.

Ilustração 2 - fotografia de consumidores em Taiwan - Japão, em 2000.



MOREIRA, J. C.; SENE, E. *Geografia para o ensino médio: Geografia Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2002. p.241.

As duas imagens tratam das continuidades / descontinuidades das atividades comerciais dos tempos modernos e contemporâneos: da Revolução Comercial à Globalização ocorrida no final do século XX. A partir delas, é correto afirmar:

I. Apesar de as ilustrações tratarem do mesmo objeto - comércio - elas não possuem nenhum vínculo socioeconômico. já que a primeira é uma representação de mercado do século XV e a segunda, do último ano do século XX; portanto, elas estão dissociadas.

II. Ao contrário do que se possa pensar a Revolução Comercial e seus consequentes lucros oportunizaram uma série de transformações que resultou na globalização da economia contemporânea e que promoveu relações entre as diversas regiões do planeta, integrando-as. Dessa forma, ocorre um processo contínuo de mundialização da economia.

III. As duas imagens representam não só diferenças, particularidades dos seus tempos históricos específicos, mas também semelhanças e aproximações, uma vez que o modo de comercializar era semelhante tanto no período da Revolução Comercial quanto no do Capitalismo Globalizado.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.

34. (UFRGS) Assinale a alternativa que apresenta um dos resultados do entrecruzamento de culturas no Império Bizantino.

- a) As artes visuais diversificaram-se a ponto de serem eliminadas as características estéticas de inspiração greco-cristã.
- b) A adoração popular a ícones religiosos gerou crises na Igreja de Bizâncio.
- c) Elementos clássicos, como a retórica e a língua grega, foram superados em função da interação cultural cosmopolita.
- d) A arquitetura passou a primar pela simplicidade, a fim de se adequar à doutrina religiosa ortodoxa.
- e) A estrutura jurídica do Império Bizantino não sofreu a influência do Direito romano.

35. (UFRGS) O assim denominado Grande Cisma do Oriente foi uma consequência:

- a) da Reforma Calvinista, que, ao pregar a predestinação e o livre-arbítrio, acabou com a unidade da Igreja Católica.
- b) da Querela das Investiduras, travada entre o Papa e o Imperador, a qual versava sobre a proibição de leigos concederem a posse de cargos na Igreja.
- c) da emergência do islamismo, que propiciou aos árabes um ponto de união e identidade, mas os separou dos ocidentais.
- d) do confronto entre a Igreja de Roma e a de Constantinopla, que resultou na cisão entre os ramos grego e romano do catolicismo.
- e) do conflito religioso que instalou um papa em Avignon e outro em Roma, perturbando por décadas a concórdia interna da Igreja.

36. (UFRGS) O texto abaixo refere-se aos progressos de uma importante civilização dentro da história da humanidade nos séculos VII ao XIV da Era Cristã. A partir das informações fornecidas, identifique o povo que marca esta civilização, indicando, também, a religião, o livro sagrado, o profeta, a principal cidade e a atividade econômica que caracterizam este povo.

“Um povo, até quase desconhecido, unificara-se levado pelo impulso de uma nova religião. [...] Os mais antigos Estados desmoronavam e, do Sir-Daria ao Senegal, as religiões estabelecidas inclinavam-se diante de uma recém-chegada, a mesma que, hoje, conta cerca de 300 milhões de fiéis. A nova civilização resultante destas conquistas alinhar-se-ia entre as mais brilhantes e seria, de vários pontos de vista, a preceptora do Ocidente, depois de ter por sua vez recolhido, vivificando-o, grande parte do legado antigo”.

PERROY, E. “A Preeminência das civilizações Orientais”. In CROUZET, M. *História Geral das Civilizações*, Tomo III, 1º vol., p. 95.

- a) árabes - islamismo - Novo Testamento - Cristo - Bombaim - agricultura
- b) hebreus - judaísmo - Antigo Testamento - Moisés - Jerusalém - comércio
- c) árabes - budismo - Alcorão - Maomé - Meca - artesanato
- d) persas - zoroastrismo - Livro dos Ensinaamentos - Nostradamus - Bagdá - artesanato
- e) árabes - islamismo - Alcorão - Maomé - Meca - comércio



○ **37. (UFRGS)** Maomé, nascido em Meca, na Arábia, insatisfeito com o paganismo geralmente praticado na região, declarou ter visto o anjo Gabriel que lhe apresentara um texto com a ordem de recitá-lo. Considerando-se então o último e maior de todos os profetas, Maomé promoveu a conversão das tribos da Arábia. A era muçulmana caracterizou-se pela:

- a) divisão das esferas de poder político e de poder religioso, constituindo um Estado laico em que, porém, a Igreja assumia um lugar privilegiado.
- b) expansão territorial do Islã, que se fez inclusive às custas do Império Persa e do Império Bizantino, enfraquecidos por graves crises internas.
- c) conversão forçada dos povos conquistados à nova religião do Islã, com a proibição dos cultos judeus e cristãos e o confisco de terras.
- d) rejeição total à assimilação da cultura dos povos conquistados e das culturas antigas, em nome da verdadeira compreensão da palavra de Deus.
- e) proibição das concentrações urbanas, do comércio e do desenvolvimento de novas técnicas de trabalho, considerados contrários aos preceitos do Corão.

○ **38. (UFRGS)** Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo, sobre a história da Idade Média ocidental.

- () A instalação de povos de origem germânica no território do Império Romano, as chamadas “invasões bárbaras”, ocorreu também por meio de processos migratórios pacíficos e negociados com o Estado romano.
- () O processo de fragmentação territorial do Império Romano Germânico, após a ascensão de Carlos Magno no século VIII, foi decorrência da ruptura entre o reino franco e a Igreja cristã.
- () A servidão foi uma situação intermediária entre a escravidão definitiva e a liberdade plena, pois impunha uma série de limitações aos servos, sem torná-los propriedade dos seus senhores.
- () A Escolástica, principal método de ensino nas universidades medievais, previa o estudo filológico da Bíblia e recusava o recurso à filosofia antiga, considerada pagã e herética.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V - V - F - V
- b) F - V - F - V
- c) V - F - V - F
- d) F - V - V - F
- e) F - F - V - V

○ **39. (UFRGS-2023)** Leia o segmento abaixo.

[...] na época de Maomé, o judaísmo e o cristianismo já estavam presentes e bem estabelecidos. O Profeta referia-se a uma revelação comum, que ele vinha completar e retificar por meio do Alcorão, última mensagem de Deus. Para os muçulmanos, judeus e cristãos eram crentes parciais, incompletos, inacabados, que haviam recebido uma parte da revelação. Para os cristãos, os judeus desempenhavam um papel semelhante e eram, por assim dizer, ‘protegidos’ pelas mesmas razões, embora de maneira geralmente menos tolerante. Em compensação, consideravam o islã [...] como um desvio, uma heresia, uma perversão da religião revelada ou mesmo paganismo. [...] Outra diferença: o jihad prega a conquista; a guerra santa, a reconquista.

FLORI, Jean. Guerra Santa: formação da ideia de cruzada no ocidente cristão. Trad. Ivone Benedetti. Campinas: Editora UNICAMP, 2013. p. 357-358.

Sobre as relações entre as três religiões monoteístas, citadas no trecho acima, considere as afirmações abaixo.

- I. As cruzadas diferenciavam-se da ideia de reconquista.
- II. As convocações papais contra os muçulmanos, na época em que viveu Maomé (século VII da era Cristã), tornaram-se comuns por causa da expansão islâmica.
- III. As acusações de heresia, perversão ou paganismo dos muçulmanos, feitas pelos cristãos, foram argumentos usados para justificar as cruzadas.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

○ **40. (UFRGS)** Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo, sobre o período da chamada Idade Média.

- () A prática da vassalagem foi incorporada pelo império carolíngio e definiu uma das características principais do feudalismo.
- () Os *servos*, de origem camponesa, eram submetidos aos *vilões*, indivíduos residentes nas cidades, para quem era devido o tributo conhecido como *corveia*.
- () O chamado “movimento das cruzadas” articulou interesses religiosos da Igreja com motivações econômicas da nobreza feudal, na busca de riquezas e conquistas de territórios.
- () O desenvolvimento dos núcleos urbanos e das práticas comerciais acarretou transformações nas formas da educação, com o aparecimento das primeiras universidades voltadas para a formação de profissionais em áreas como medicina e direito.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V - V - F - F
- b) V - F - V - V
- c) V - F - V - F
- d) F - F - V - V
- e) F - V - F - V



○ 41. (UFRGS-2022) Leia o segmento abaixo a respeito da recente popularização do período medieval.

Graças ao cinema e à literatura [...], o período medieval tornou-se objeto de numerosas celebrações coletivas, cujas iniciativas são tanto públicas quanto privadas: filmes, espetáculos, romances, festas medievais, butiques e restaurantes, sites, jogos etc. No entanto, essa popularização não significou o triunfo de uma visão positiva sobre o período medieval. Não são raras as vezes em que ele é evocado para realçar aspectos negativos da atualidade: a tortura, a intolerância religiosa, a submissão da mulher e os crimes hediondos, entre outros. Ainda que nenhuma dessas práticas seja uma exclusividade daquele período, elas são identificadas como 'medievais'.

SILVA, M. C. *História medieval*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 138.

Com relação à construção e ao uso do conceito de "Idade Média", considere as seguintes afirmações.

I. Os humanistas italianos definiram o período como um contexto intermediário, marcado pela ideia de "trevas", em contraposição aos valores artísticos e culturais da antiguidade greco-romana e ao seu "renascimento" a partir do século XIV.

II. O Romantismo elaborou, na primeira metade do século XIX, uma valorização do período medieval, a partir da busca pelas origens culturais e pelos elementos definidores das identidades nacionais dos povos europeus.

III. A noção de "Idade Média", além de conceito usado para demarcar um período histórico, é utilizada como um valor de contraponto àquilo que é considerado moderno, progressista e democrático nas sociedades contemporâneas.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

○ 42. (UFRGS-2023) Leia o segmento abaixo.

Perguntava-me quais poderiam ser as causas e motivos que levavam tantos homens, clérigos e outros, a maldizer as mulheres e a condenar suas condutas em palavras, tratados e escritos. Isso não é questão de um ou dois homens [...] Filósofos, poetas e moralistas, e a lista poderia ser bem longa, todos parecem falar com a mesma voz para chegar à conclusão de que a mulher é profundamente má e inclinada ao vício. [...] Mas, pelo meu conhecimento e experiência e por mais que examinasse profundamente a questão, não conseguia compreender, nem admitir, a legitimidade de tal julgamento sobre a natureza e a conduta das mulheres.

CHRISTINE DE PIZAN. *A cidade das damas*. Tradução e apresentação de Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. Florianópolis: Editora Mulheres, 2012. p. 58-59.

Considerando o texto de Christine de Pizan (1363-1430) e a produção de conhecimento nos períodos conhecidos como medieval e moderno, é correto afirmar que

- a) a autora expressa seu acordo com o que lia sobre as mulheres e com o que pensava ela mesma sobre as mulheres.
- b) a produção autoral das mulheres, comparada à produção escrita por homens, é mais abundante e uma das razões que explica essa situação é o acesso delas aos espaços de alfabetização e escrita.

c) a autora é a principal representante do movimento político e organizado que, no século XV, reivindicava mais direitos políticos às mulheres.

d) a autora não concorda com os argumentos que lia em outros textos, escritos por homens.

e) a autora afirma que a lista de obras sobre a natureza das mulheres não é muito extensa.

○ 43. (UFRGS-2020) Leia o enunciado abaixo.

No dia 15 de abril de 2019, um incêndio destruiu uma parte importante da Catedral de Notre-Dame, em Paris, um dos mais famosos edifícios medievais franceses. Embora construções anteriores tenham existido no mesmo local, foi a partir dos séculos XII e XIII que a igreja passou a tomar sua forma mais conhecida, período em que houve a consolidação na Europa. Sua arquitetura é hoje uma das mais conhecidas manifestações do estilo, predominantemente e marcado pela grandiosidade para abrigar o número crescente de fiéis. Trata-se de um modelo arquitetônico que obedece a uma e que mantém relações de fundo com a filosofia escolástica.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do enunciado acima.

- a) do feudalismo – barroco – feudal – ordem capitalista
- b) da cristandade – gótico – burguês – ordem escolástica
- c) do feudalismo – barroco – rural – ordem iluminista
- d) do feudalismo – gótico – católico – ordem protestante
- e) da cristandade – gótico – urbano – ordem racional

○ 44. (UFRGS) Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo, sobre a crise do século XIV na Europa, durante a Baixa Idade Média.

() A principal causa da crise foi uma combinação entre a Guerra dos Trinta Anos, as revoltas continentais contra o absolutismo e a propagação da peste bubônica por todo o continente.

() A Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra foi o principal conflito militar associado à crise e teve por resultado a vitória francesa diante dos ingleses.

() A crise enfraqueceu política e economicamente os senhores feudais, dando início a uma gradual transferência de poder para as monarquias europeias nos séculos seguintes.

() A crise destruiu o absolutismo monárquico como sistema político e abriu caminho para a descentralização de poder, típica do período medieval tardio.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V - F - F - V
- b) F - F - V - V
- c) V - V - F - F
- d) F - V - V - F
- e) F - V - F - V



HABILIDADES À PROVA 5

» Mundo Moderno I – Séculos XV e XVI: estruturação política, econômica e cultural

○ 1. (ENEM)



Charge anônima. BURKE, P. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Na França, o rei Luís XIV teve sua imagem fabricada por um conjunto de estratégias que visavam sedimentar uma determinada noção de soberania. Nesse sentido, a charge apresentada demonstra:

- a) a humanidade do rei, pois retrata um homem comum, sem os adornos próprios à vestimenta real.
- b) a unidade entre o público e o privado, pois a figura do rei com a vestimenta real representa o público e, sem a vestimenta real, o privado.
- c) o vínculo entre monarquia e povo, pois leva ao conhecimento do público a figura de um rei desprezioso e distante do poder político.
- d) o gosto estético refinado do rei, pois evidencia a elegância dos trajes reais em relação aos de outros membros da corte.
- e) a importância da vestimenta para a constituição simbólica do rei, pois o corpo político adornado esconde os defeitos do corpo pessoal.

○ 2. (ENEM) A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles:

- a) entravam em conflito.
- b) recorriam aos clérigos.
- c) consultavam os anciãos.
- d) apelavam aos governantes.
- e) exerciam a solidariedade.

○ 3. (ENEM) O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levam ao assassinio e ao roubo.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu *O Príncipe*, reflexão sobre a Monarquia e a função do governante. A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na:

- a) inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- b) bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- c) compaixão quanto à condenação de transgressões religiosas.
- d) neutralidade diante da condenação dos servos.
- e) conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe.

○ 4. (ENEM-2020) “Na primeira bica abasteciam os negros, forros e cativos, os mulatos e os índios; na segunda, os moiros das galés, e os da primeira bica, quando fosse necessário; a terceira e quarta estavam reservadas aos homens e moços brancos; na quinta enchiam as mulheres pretas e na sexta, as mulheres e moças brancas. A quem infringisse esta ordem eram aplicados severos castigos — açoitamento com barço e pregão, ao redor do Chafariz, sendo de cor; 2 000 réis de multa e três dias de cadeia, sendo branco o prevaricador.”

(CAETANO, J. O. *Chafarizes de Lisboa*. Lisboa: Distri, 1991.)

A organização dos consumidores nos chafarizes públicos de Lisboa no século XVI, descrita no texto, expressava a:

- a) escassez de recursos hídricos.
- b) reprodução de distinções sociais.
- c) prevenção da transmissão de doenças.
- d) obsolescência das técnicas de fornecimento.
- e) ineficiência da cobertura de serviços estatais.

○ 5. (ENEM) Outro remédio eficiente é organizar colônias, em alguns lugares, as quais virão a ser como grilhões impostos à província, porque isto é necessário que se faça ou deve-se lá ter muita força de armas. Não é muito que se gasta com as colônias, e, sem despesa excessiva, podem ser organizadas e mantidas. Os únicos que terão prejuízos com elas serão os de quem se tomam os campos e as moradias para se darem aos novos habitantes. Entretanto, os prejudicados serão a minoria da população do Estado, e dispersos e reduzidos à penúria, nenhum dano trarão ao príncipe, e os que não foram prejudicados terão, por isso, que se aquietarem, temerosos de que o mesmo lhes suceda.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Em *O príncipe*, Maquiavel apresenta conselhos para a manutenção do poder político, como o deste trecho, que tem como objeto a:

- a) transferência dos inimigos da metrópole para a colônia.
- b) substituição de leis, costumes e impostos da região dominada.
- c) implantação de um exército armado, constituído pela população subjugada.
- d) expansão do principado, com migração populacional para o território conquistado.
- e) distribuição de terras para a parcela do povo dominado, que possui maior poder político.



○ 6. (ENEM)

I

Para o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), o estado de natureza é um estado de guerra universal e perpétua. Contraposto ao estado de natureza, entendido como estado de guerra, o estado de paz é a sociedade civilizada.

Dentre outras tendências que dialogam com as ideias de Hobbes, destaca-se a definida pelo texto abaixo.

II

Nem todas as guerras são injustas e correlativamente, nem toda paz é justa, razão pela qual a guerra nem sempre é um desvalor, e a paz nem sempre um valor.

BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. *Dicionário de Política*, 5ª ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Comparando as ideias de Hobbes (texto I) com a tendência citada no texto II, pode-se afirmar que:

- a) em ambos, a guerra é entendida como inevitável e injusta.
- b) para Hobbes, a paz é inerente à civilização e, segundo o texto II, ela não é um valor absoluto.
- c) de acordo com Hobbes, a guerra é um valor absoluto e, segundo o texto II, a paz é sempre melhor que a guerra.
- d) em ambos, a guerra ou a paz são boas quando o fim é justo.
- e) para Hobbes, a paz liga-se à natureza e, de acordo com o texto II, à civilização.

○ 7. (ENEM)



WATTERSON, B. *Calvin e Haroldo: O Progresso Científico deu "Til!"*. São Paulo: Best News, 1991.

De acordo com algumas teorias políticas, a formação do Estado é explicada pela renúncia que os indivíduos fazem de sua liberdade natural quando, em troca da garantia de direitos individuais, transferem a um terceiro o monopólio do exercício da força. O conjunto dessas teorias é denominado de:

- a) liberalismo.
- b) despotismo.
- c) socialismo.
- d) anarquismo.
- e) contratualismo.

○ 8. (ENEM-2020) "Certos músicos agradavam tanto ao público da Corte por seu talento especial como virtuose ou como compositor, que sua fama se espalhava para além da Corte local onde estavam empregados, chegando aos mais altos níveis. Eram chamados para tocar nas Cortes dos poderosos, como aconteceu com Mozart; imperadores e reis exprimiam abertamente prazer com sua arte e admiração por suas realizações. Tinham permissão para jantar à mesma mesa — normalmente em troca de uma execução ao piano; muitas vezes se hospedavam em seus palácios quando viajavam e assim conheciam intimamente seu estilo de vida e seu gosto."

(ELIAS, N. Mozart, sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995 (adaptado).)

Com base no caso descrito, qual elemento histórico do Antigo Regime contrasta com o trânsito de intelectuais e artistas pelas Cortes?

- a) Rigidez das estruturas sociais.
- b) Fragmentação do poder estatal.
- c) Autonomia de profissionais liberais.
- d) Harmonia das relações interindividuais.
- e) Racionalização da administração pública.

○ 9. (ENEM-2023) Do século XVI em diante, pelo menos nas classes mais altas, o garfo passou a ser usado como utensílio para comer, chegando através da Itália primeiramente à França e, em seguida, à Inglaterra e à Alemanha, depois de ter servido, durante algum tempo, apenas para retirar alimentos sólidos da travessa. Henrique III introduziu-o na França, trazendo-o provavelmente de Veneza. Seus cortesãos não foram pouco ridicularizados por essa maneira "afetada" de comer e, no princípio, não eram muito hábeis no uso do utensílio: pelo menos se dizia que metade da comida caía do garfo no caminho do prato à boca. Em data tão recente como o século XVII, o garfo era ainda basicamente artigo de luxo, geralmente feito de prata ou ouro.

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

O processo social relatado indica a formação de uma etiqueta que tem como princípio a

- a) distinção das classes sociais.
- b) valorização de hábitos de higiene.
- c) exaltação da cultura mediterrânea.
- d) consagração de tradições medievais.
- e) disseminação de produtos manufaturados.

Anotações:



○ **10. (ENEM-2020)** “Sempre que se evoca o tema do Renascimento, a imagem que imediatamente nos vem à mente é a dos grandes artistas plásticos e de suas obras mais famosas, amplamente reproduzidas e difundidas até os nossos dias, como a *Monalisa* e a *Última ceia*, de Leonardo da Vinci, o *Juízo final*, a *Pietà* e o *Moisés*, de Michelangelo, assim como as inúmeras e suaves *Madonas*, de Rafael, que permanecem ainda como modelo mais frequente de representação da mãe de Cristo. Como veremos, de fato, as artes plásticas acabaram se convertendo num centro de convergência de todas as principais tendências da cultura renascentista.”

(SEVCENKO, N. O Renascimento. Campinas: Atual, 1988 (adaptado).)

Esse movimento cultural, inserido no processo de transição da modernidade europeia, caracterizou-se pela:

- a) validação da teoria geocêntrica.
- b) valorização da integração religiosa.
- c) afirmação dos princípios humanistas.
- d) legitimação das tradições aristocráticas.
- e) incorporação das representações góticas.

○ **11. (ENEM)** Acompanhando a intenção da burguesia renascentista de ampliar seu domínio sobre a natureza e da invenção tecnológica, os cientistas também iriam se atirar nessa aventura, tentando conquistar a forma, o movimento, o espaço, a luz, a cor e mesmo a expressão e o sentimento.

(SEVCENKO, N. O Renascimento. Campinas: Unicamp, 1984.)

O texto apresenta um espírito de época que afetou também a produção artística, marcada pela constante relação entre:

- a) fé e misticismo.
- b) ciência e arte.
- c) cultura e comércio.
- d) política e economia.
- e) astronomia e religião.

○ **12. (ENEM)** A cultura ocidental acentuadamente antropocêntrica foi marcada por processos convergentes de desenvolvimento técnico-científico e acumulação de riquezas, propiciados pela expansão colonial, que resultaram na revolução industrial, no fortalecimento da ideia de progresso e no processo de ocidentalização do mundo.

(FERREIRA, L. C. Dilemas do século XX: ideias para uma sociologia da questão ecológica. In: SILVA, J. P. (Org.) *Por uma Sociologia do século XX*. São Paulo: Annablume, 2007 (adaptado).)

Esse processo de acumulação de riquezas no Ocidente, por longos séculos, se fez à custa da degradação do meio natural. Do ponto de vista da cultura e do imaginário ocidental moderno, isso se deveu à:

- a) ideologia revolucionária burguesa, que pregava a repartição igualitária do direito de acesso aos recursos naturais e agrícolas.
- b) ideia de Renascimento, que representava os benefícios técnicos de transformação da natureza como salutares para a preservação de ecossistemas.
- c) concepção sacralizada de que a natureza, enquanto obra da criação de Deus, devia servir à contemplação estética e religiosa.
- d) perspectiva desenvolvimentista, que atrelava o progresso ao meio ambiente e difundia amplamente um entendimento da relação harmoniosa entre sociedade e natureza.
- e) crença nos poderes da ciência e do desenvolvimento tecnológico, que contribuiu para tratar a natureza como objeto de quantificação, manipulação e dominação.

○ **13. (ENEM)** [...] Depois de longas investigações, convenci-me por fim de que o Sol é uma estrela fixa rodeada de planetas que giram em volta dela e de que ela é o centro e a chama. Que, além dos planetas principais, há outros de segunda ordem que circulam primeiro como satélites em redor dos planetas principais e com estes em redor do Sol. [...] Não duvido de que os matemáticos sejam da minha opinião, se quiserem dar-se ao trabalho de tomar conhecimento, não superficialmente mas duma maneira aprofundada, das demonstrações que darei nesta obra. Se alguns homens ligeiros e ignorantes quiserem cometer contra mim o abuso de invocar alguns passos da Escritura (sagrada), a que torçam o sentido, desprezarei os seus ataques: as verdades matemáticas não devem ser julgadas senão por matemáticos.

(COPÉRNICO, N. *De Revolutionibus orbium caelestium*.)

Aqueles que se entregam à prática sem ciência são como o navegador que embarca em um navio sem leme nem bússola.

Sempre a prática deve fundamentar-se em boa teoria. Antes de fazer de um caso uma regra geral, experimente-o duas ou três vezes e verifique se as experiências produzem os mesmos efeitos. Nenhuma investigação humana pode se considerar verdadeira ciência se não passa por demonstrações matemáticas.

(VINCI, Leonardo da. *Carnets*.)

O aspecto a ser ressaltado em ambos os textos para exemplificar o racionalismo moderno é:

- a) a fé como guia das descobertas.
- b) o senso crítico para se chegar a Deus.
- c) a limitação da ciência pelos princípios bíblicos.
- d) a importância da experiência e da observação.
- e) o princípio da autoridade e da tradição.

○ **14. (ENEM)** A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles, vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto.

(GALILEI, G. *O ensaiador. Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.)

No contexto da Revolução Científica do século XVII, assumir a posição de Galileu significava defender a:

- a) continuidade do vínculo entre ciência e fé dominante na Idade Média.
- b) necessidade de o estudo linguístico ser acompanhado do exame matemático.
- c) oposição da nova física quantitativa aos pressupostos da filosofia escolástica.
- d) importância da independência da investigação científica pretendida pela Igreja.
- e) inadequação da matemática para elaborar uma explicação racional da natureza.



○ 15. (ENEM)

Texto I

O Heliocentrismo não é o “meu sistema”, mas a Ordem de Deus.
COPÉRNICO, N. *As revoluções dos orbes celestes* [1543]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Texto II

Não vejo nenhum motivo para que as ideias expostas neste livro (*A origem das espécies*) se choquem com as ideias religiosas.

DARWIN, C. *A origem das espécies* [1859]. São Paulo: Escala, 2009.

Os textos expressam a visão de dois pensadores – Copérnico e Darwin – sobre a questão religiosa e suas relações com a ciência, no contexto histórico de construção e consolidação da Modernidade. A comparação entre essas visões expressa, respectivamente:

- a) Articulação entre ciência e fé – pensamento científico independente.
- b) Poder secular acima do poder religioso – defesa dos dogmas católicos.
- c) Ciência como área autônoma do saber – razão humana submetida à fé.
- d) Moral católica acima da protestante – subordinação da ciência à religião.
- e) Autonomia do pensamento religioso – fomento à fé por meio da ciência.

○ 16. (ENEM) O texto foi extraído da peça *Tróilo e Créssida* de William Shakespeare, escrita, provavelmente, em 1601.

“Os próprios céus, os planetas, e este centro reconhecem grau, prioridade, classe, constância, marcha, distância, estação, forma, função e regularidade, sempre iguais; eis porque o glorioso astro Sol está em nobre eminência entronizado e centralizado no meio dos outros, e o seu olhar benfazejo corrige os maus aspectos dos planetas malfazejos, e, qual rei que comanda, ordena sem entraves aos bons e aos maus.”

Personagem Ulysses, Ato I, cena III. SHAKESPEARE, W. *Tróilo e Créssida*: Porto: Lello & Irmão, 1948.

A descrição feita pelo dramaturgo renascentista inglês se aproxima da teoria:

- a) geocêntrica do grego Claudius Ptolomeu.
- b) da reflexão da luz do árabe Alhazen.
- c) heliocêntrica do polonês Nicolau Copérnico.
- d) da rotação terrestre do italiano Galileu Galilei.
- e) da gravitação universal do inglês Isaac Newton.

○ 17. (ENEM) O franciscano Roger Bacon foi condenado, entre 1277 e 1279, por dirigir ataques aos teólogos, por uma suposta crença na alquimia, na astrologia e no método experimental, e também por introduzir, no ensino, as ideias de Aristóteles. Em 1260, Roger Bacon escreveu:

“Pode ser que se fabriquem máquinas graças às quais os maiores navios, dirigidos por um único homem, se desloquem mais depressa do que se fossem cheios de remadores; que se construam carros que avancem a uma velocidade incrível sem a ajuda de animais; que se fabriquem máquinas voadoras nas quais um homem [...] bata o ar com asas como um pássaro. [...] Máquinas que permitam ir ao fundo dos mares e dos rios.”

Apud. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, vol. 3.

Considerando a dinâmica do processo histórico, pode-se afirmar que as ideias de Roger Bacon:

- a) inseriam-se plenamente no espírito da Idade Média ao privilegiarem a crença em Deus como o principal meio para antecipar as descobertas da humanidade.
- b) estavam em atraso com relação ao seu tempo ao desconsiderarem os instrumentos intelectuais oferecidos pela Igreja para o avanço científico da humanidade.
- c) opunham-se ao desencadeamento da Primeira Revolução Industrial, ao rejeitarem a aplicação da matemática e do método experimental nas invenções industriais.
- d) eram fundamentalmente voltadas para o passado, pois não apenas seguiam Aristóteles, como também baseavam-se na tradição e na teologia.
- e) inseriam-se em um movimento que convergiria mais tarde para o Renascimento, ao contemplarem a possibilidade de o ser humano controlar a natureza por meio das invenções.

○ 18. (ENEM) Assentado, portanto, que a Escritura, em muitas passagens, não apenas admite, mas necessita de exposições diferentes do significado aparente das palavras, parece-me que, nas discussões naturais, deveria ser deixada em último lugar.

GALILEI, G. Carta a Dom Benedetto Castelli. In: *Ciência e fé: cartas de Galileu sobre o acordo do sistema copernicano com a Bíblia*. São Paulo: Unesp, 2009 (adaptado).

O texto, extraído da carta escrita por Galileu (1564-1642) cerca de trinta anos antes de sua condenação pelo Tribunal do Santo Ofício, discute a relação entre ciência e fé, problemática cara no século XVII.

A declaração de Galileu defende que:

- a) a bíblia, por registrar literalmente a palavra divina, apresenta a verdade dos fatos naturais, tornando-se guia para a ciência.
- b) o significado aparente daquilo que é lido acerca da natureza na bíblia constitui uma referência primeira.
- c) as diferentes exposições quanto ao significado das palavras bíblicas devem evitar confrontos com os dogmas da Igreja.
- d) a bíblia deve receber uma interpretação literal porque, desse modo, não será desviada a verdade natural.
- e) os intérpretes precisam propor, para as passagens bíblicas, sentidos que ultrapassem o significado imediato das palavras.



○ **19. (ENEM-2020)** “Dois grandes eventos históricos tornaram possível um caso como o de Menocchio: a invenção da imprensa e a Reforma. A imprensa lhe permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu as palavras que nele conviviam. A Reforma lhe deu audácia para comunicar o que pensava ao padre do vilarejo, conterrâneos, inquisidores — mesmo não tendo conseguido dizer tudo diante do papa, dos cardeais e dos príncipes, como queria.”

(GINZBURG, C. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.)

Os acontecimentos históricos citados ajudaram esse indivíduo, no século XVI, a repensar a visão católica do mundo ao possibilitarem a:

- a) consulta pública das bibliotecas reais.
- b) sofisticação barroca do ritual litúrgico.
- c) aceitação popular da educação secular.
- d) interpretação autônoma dos textos bíblicos.
- e) correção doutrinária das heresias medievais.



○ **20. (ENEM-2020)** “No início do século XVI, as relíquias continuavam protegendo edifícios e cidades, promovendo curas milagrosas, sendo levadas em solenes procissões pelas ruas, sacralizando altares de igrejas por toda a Europa, em uma notável continuidade em relação ao papel que haviam desempenhado havia mais de mil anos no continente. Mas, em meados daquele século, essa situação tinha se transformado. O culto às relíquias foi fortemente repudiado pelos reformadores protestantes, que pregavam uma igreja invisível.”

(CYMBALISTA, R. Relíquias sagradas e a construção do território cristão na Idade Moderna. Anais do Museu Paulista, n. 2, jul.-dez. 2006.)

A nova abordagem sobre a prática indicada no texto fundamentava-se no(a):

- a) abandono de objetos mediadores.
- b) instituição do ascetismo monástico.
- c) desprezo do proselitismo religioso.
- d) revalorização dos ritos sacramentais.
- e) consagração de preceitos populares.

○ **21. (ENEM-2020)** “Desde o mundo antigo e sua filosofia, que o trabalho tem sido compreendido como expressão de vida e de gradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. Trabalho e fadiga. Na Modernidade, sob o comando do mundo da mercadoria e do dinheiro, a prevalência do negócio (negar o ócio) veio sepultar o império do repouso, da folga e da preguiça, criando uma ética positiva de trabalho.”

(ANTUNES, R. O século XX e a era da degradação do trabalho. In: SILVA, J.P. (Org.). Por uma sociologia do século XX. São Paulo: Annablume, 2007 (adaptado).)

O processo de ressignificação do trabalho nas sociedades modernas teve início a partir do surgimento de uma nova mentalidade, influenciada pela:

- a) reforma higienista, que combateu o caráter excessivo e insalubre do trabalho fabril.
- b) Reforma Protestante, que expressou a importância das atividades laborais no mundo secularizado.
- c) força do sindicalismo, que emergiu no esteio do anarquismo reivindicando direitos trabalhistas.
- d) participação das mulheres em movimentos sociais, defendendo o direito ao trabalho.
- e) visão do catolicismo, que, desde a Idade Média, defendia a dignidade do trabalho e do lucro.



○ **22. (ENEM)** O cristianismo incorporou antigas práticas relativas ao fogo para criar uma festa sincrética. A igreja retomou a distância de seis meses entre os nascimentos de Jesus Cristo e João Batista e instituiu a data de comemoração a este último de tal maneira que as festas do solstício de verão europeu com suas tradicionais fogueiras se tornaram “fogueiras de São João”. A festa do fogo e da luz, no entanto, não foi imediatamente associada a São João Batista. Na Baixa Idade Média, algumas práticas tradicionais da festa (como banhos, danças e cantos) foram perseguidas por monges e bispos. A partir do Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja resolveu adotar celebrações em torno do fogo e associá-las à doutrina cristã.

CHIANCA, L. Devoção e diversão: expressões contemporâneas de festas e santos católicos. Revista Antropológicas, n. 18, 2007 (adaptado).

Com o objetivo de se fortalecer, a instituição mencionada no texto adotou as práticas descritas, que consistem em:

- a) promoção de atos ecumênicos.
- b) fomento de orientações bíblicas.
- c) apropriação de cerimônias seculares.
- d) retomada de ensinamentos apostólicos.
- e) ressignificação de rituais fundamentalistas.

○ **23. (ENEM)**

TEXTO I

Manda o Santo Ofício da Inquisição que ninguém, seja qual for seu estado, idade ou condição, pare com carroça, caleça ou montaria nem atralhe com mesas ou cadeiras o centro das ruas, que vão da Inquisição a São Domingos, nem atravesse a procissão em ponto algum da ida ou da volta, amanhã, 19 do corrente, em que se celebrará auto de fé. E também que nem nesse dia nem nos dos açóites ouse alguém atirar nos réus maçãs, pedras, laranjas nem outra coisa qualquer.

PALMA, R. Anais da Inquisição de Lima. São Paulo: Edusp; Giordano, 1992 (adaptado).

TEXTO II

Como acontece em todos os ritos, o sentido do auto da fé é conferido pela sequência dos atos que o compõem. Os lugares, as posturas, os gestos, as palavras são fixados previamente em toda a sua complexidade. Por isso, o auto da fé apresenta momentos fortes — durante a preparação, a encenação, o ato e a recepção — que convém seguir em seus pormenores.

BETHENCOURT, F. História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália - séculos XV-XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

O rito mencionado nos textos demonstra a capacidade da Igreja em

- a) abrandar cerimônias de punição.
- b) favorecer anseios de violência.
- c) criticar políticas de disciplina.
- d) produzir padrões de conduta.
- e) ordenar cultos de heresia.



○ 24. (UFSM)



"Joana D'Arc" em Paris, set. de 1429. In: PILETI, "História e vida". v. 3. p. 199.

Figuras heroicas forjadas a partir de personagens reais ou criadas por artistas têm função semelhante. Joana d'Arc, na Guerra dos Cem Anos, serviu para

- a) reerguer a França abatida pela desaceleração econômica.
- b) apoiar o rei da França e fortalecer o seu reino.
- c) expulsar os invasores pagãos do território francês.
- d) consolidar o predomínio do papa na Europa.
- e) dar um herdeiro ao trono francês.

○ 25. (UFSM) Quando Deus deixava lentamente o lugar de onde tinha dirigido o universo e sua ordem de valores, separado o bem do mal e dado um sentido a cada coisa, Dom Quixote saiu de sua casa e não teve mais condições de reconhecer o mundo. Este, na ausência do Juiz supremo, surgiu subitamente numa temível ambiguidade; a única Verdade divina se decompôs em centenas de verdades relativas que os homens dividiram entre si. Assim, o mundo dos Tempos Modernos nasceu e, com ele, o romance, sua imagem e modelo.

KUNDERA, M. A arte do romance. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 12.

A partir do texto, é possível afirmar:

- I. Os Tempos Modernos estão relacionados à consolidação da Igreja Católica como eixo central do pensamento e da organização sociopolítica da Europa.
- II. O desenvolvimento do romance, com sua ênfase no indivíduo e na subjetividade, expressa uma possibilidade de reorganização do homem moderno com a sua realidade.
- III. Com os Tempos Modernos, as bases filosóficas da Civilização Ocidental entram numa crise irremediável, sem que se ergam novos valores capazes de organizar o mundo.
- IV. Dom Quixote é um símbolo das incertezas do homem moderno, e sua trajetória pelo mundo é o esforço de construir uma nova ordem de valores.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas I e II.
- c) apenas II e III.
- d) apenas III e IV.
- e) apenas II e IV.

○ 26. (UFSM) Nos séculos XV e XVI, ocorreu, na Itália, um extraordinário desenvolvimento cultural, conhecido como "Renasascimento". Sobre esse movimento, é correto afirmar:

- a) Foi fruto de uma inquietação intelectual surgida devido às novas condições socioeconômicas da Europa, no período de transição do feudalismo para o capitalismo.
- b) O traço característico do renascimento foi a preocupação com a figura humana; no entanto, a influência da igreja impediu a valorização do nu humano.
- c) Não interferiu nas estruturas curriculares das universidades que continuaram voltadas para as disciplinas teológicas.
- d) A ênfase na cultura e nas artes levou à depreciação de ciências, como anatomia, física, astronomia.
- e) A atuação dos mecenas (burgueses ricos que protegiam e financiavam artistas) impediu o desenvolvimento de novas técnicas, cores, perspectivas e noções de equilíbrio.

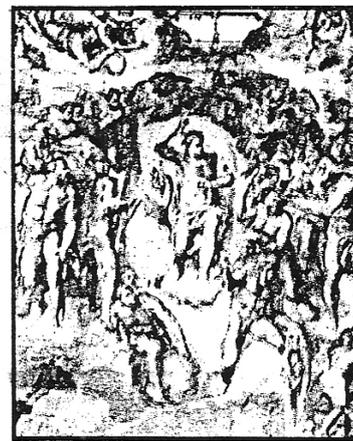
○ 27. (UFSM)

Lacoonte e seus filhos



In: ARRUDA, J. A. e PILETI, N. *Toda a História*. São Paulo: Ática, 2003. p. 56.

Juízo Final



In: PROENÇA, Graça. *História da Arte*. São Paulo: Ática, 2001. p. 103.

A estátua "Laocoonte e seus filhos", produto do helenismo, foi desenterrada em Roma, em 1506, impressionou Michelangelo (1475-1564) e influenciou seu trabalho artístico em "Juízo Final".

Com base no trabalho de Michelangelo, pode-se considerar correta a seguinte afirmação:

- a) Sua arte restaura os valores da polis grega: a exaltação da razão, a morte dos deuses, a hegemonia da assembleia popular.
- b) Sua obra rompe com o naturalismo e inaugura as formas da arte moderna: a ênfase no abstrato.
- c) Seu modo de representar a figura humana se opõe ao hedonismo e à glorificação do natural.
- d) Seu trabalho glorifica o divino e o extraterreno em oposição ao humano e natural.
- e) Sua elaboração artística se insere no movimento intelectual que forma os valores modernos: naturalismo e individualismo.



○ 28. (UFSM)



"Madona e criança", de Berlinghiero (séc. XIII)



"Madona da pera" de Giovanni Bellini (séc. XV)



"A virgem castigando o menino", de Max Ernst (séc. XX)

Na ilustração, há três formas de representar a figura feminina através do tema "Maria e o Menino Jesus". Essas representações se vinculam a diferentes momentos históricos. Observe as gravuras e analise as afirmativas a seguir, assinalando verdadeira (V) ou falsa (F).

- () "Madona e criança" se vincula ao ideal feminino estabelecido pela sociedade burguesa.
- () "Madona da pera" corresponde ao momento histórico de afirmação do projeto católico de descaracterização da figura feminina.
- () "A virgem castigando o menino" é expressão de uma sociedade onde a mulher se insere na vida pública e deixa de ser idealizada.
- () "Madona da pera" é produto cultural marcado pelo naturalismo inspirado no ideário greco-romano.
- () "A virgem castigando o menino" expressa o ideal da mulher dócil, adequada à estrutura familiar patriarcal.

A sequência correta é

- a) F - F - V - V - F.
- b) V - F - V - V - V.
- c) F - V - F - F - F.
- d) V - V - V - F - F.
- e) V - F - F - V - V.

○ 29. (UFRGS-2020) A coluna da esquerda abaixo lista eventos que relacionam política e religião no contexto das reformas religiosas; a da direita, descrições desses eventos. Associe adequadamente a coluna da direita à da esquerda.

- | | |
|-----------------------------|--|
| (1) Noite de São Bartolomeu | () Definição da liberdade religiosa para os príncipes do Império Romano-Germânico. |
| (2) Concílio de Trento | () Atuação na difusão do cristianismo e na recuperação de fiéis para a Igreja Católica. |
| (3) Paz de Augsburg | () Conflito violento ocorrido entre católicos e calvinistas na cidade de Paris. |
| (4) Companhia de Jesus | () Rigorismo dos tribunais da Inquisição e criação do Index: lista de livros proibidos para os fiéis. |

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) 1 - 2 - 4 - 3.
- b) 2 - 4 - 3 - 1.
- c) 2 - 3 - 1 - 4.
- d) 3 - 4 - 1 - 2.
- e) 4 - 1 - 2 - 3.

○ 30. (UFRGS) Sobre o desenvolvimento do pensamento moderno no Ocidente, entre os séculos XIV e XVIII, é correto afirmar que:

- a) os estudos empíricos sobre a natureza, realizados no Renascimento, contribuíram para o desenvolvimento da ciência europeia.
- b) o abandono do dogma cristão pelo pensamento humanista motivou a criação dos tribunais do Santo Ofício para combater as heresias.
- c) a filosofia foi marcada por uma completa ruptura em relação à visão de mundo, elaborada durante a antiguidade.
- d) a Reforma Protestante caracterizou-se pela reafirmação dos valores institucionais da Igreja e pela defesa do papado.
- e) a rígida separação social entre a elite letrada e a população camponesa impedia o desenvolvimento de práticas culturais populares.

○ 31. (UFRGS) Em relação à história da Europa moderna, assinale a alternativa correta.

- a) Os humanistas eram indivíduos que, inspirados pela escolástica, propagavam um saber centrado apenas no Cristianismo.
- b) O contato dos europeus com os ameríndios não alterou as características do pensamento renascentista, exclusivamente voltado para a imitação dos autores gregos e romanos.
- c) O deslocamento das rotas comerciais europeias para os entrepostos localizados no Mar Mediterrâneo ocorreu no século XVI.
- d) A ascensão da burguesia, no século XIV, ocasionou a fragmentação do poder monárquico e o desenvolvimento de Estados capitalistas.
- e) A difusão da imprensa, a partir do século XV, foi importante para o desenvolvimento de novas práticas culturais.

○ **32. (UFRGS)** Considere as seguintes afirmações sobre a Companhia de Jesus, ordem fundada em 1534, pelo ex-militar espanhol Ignacio de Loyola, e à qual pertence o papa Francisco.

I. Foi um instrumento importante da Igreja Católica na luta contra a Reforma Protestante do século XVI, defendendo a ortodoxia católica contra os movimentos reformadores, como o luteranismo e o calvinismo.

II. Foi banida pela bula papal *Dominicus ad Redemptor*, de 21 de julho de 1773, mas recuperou suas prerrogativas em 1814.

III. Desempenhou um papel essencial na atividade evangelizadora dos indígenas nas Américas, com o estabelecimento das chamadas “reduções”, a partir do início do século XVII.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

○ **33. (UFRGS)** Em setembro de 1555, foi assinada a chamada “Paz de Augsburg”, tratado que deu um fim momentâneo às guerras de religião entre católicos e protestantes no Sacro Império Romano Germânico.

Assinale a alternativa que contém uma das principais cláusulas desse tratado.

- a) A expulsão completa de luteranos e calvinistas de todos os territórios do Sacro Império Romano Germânico.
- b) A imposição do absolutismo ao Império por Carlos V, imperador calvinista hostil ao catolicismo.
- c) A divisão do Império em territórios católicos e luteranos, a partir do princípio *cuius regio, eius religio*.
- d) A incorporação formal dos territórios católicos do Sacro Império Romano Germânico ao Império Espanhol.
- e) A proibição total da profissão de fé católica em todos os Estados do Sacro Império Romano Germânico.



GABARITO

• Habilidades à prova

Unidade 1

1. C	8. D	15. C
2. B	9. B	16. C
3. D	10. A	17. A
4. D	11. A	18. D
5. C	12. E	19. D
6. B	13. C	
7. B	14. B	

Unidade 2

1. B	6. C	11. A
2. A	7. D	12. A
3. D	8. B	13. C
4. A	9. D	14. E
5. E	10. B	

Unidade 3

1. E	12. C	23. C
2. C	13. C	24. C
3. B	14. E	25. C
4. C	15. E	26. C
5. A	16. E	27. D
6. C	17. B	28. A
7. A	18. C	29. A
8. E	19. E	30. D
9. B	20. E	
10. C	21. D	
11. B	22. D	

Unidade 4

1. D	17. A	33. E
2. E	18. A	34. B
3. D	19. E	35. D
4. A	20. A	36. E
5. E	21. C	37. B
6. E	22. E	38. C
7. B	23. B	39. C
8. C	24. A	40. B
9. B	25. A	41. E
10. B	26. D	42. D
11. A	27. D	43. E
12. B	28. D	44. D
13. D	29. E	
14. B	30. D	
15. A	31. A	
16. B	32. C	

Unidade 5

1. E	13. D	25. E
2. A	14. C	26. A
3. E	15. A	27. E
4. B	16. C	28. A
5. D	17. E	29. D
6. B	18. E	30. A
7. E	19. D	31. E
8. A	20. A	32. E
9. A	21. B	33. C
10. C	22. C	
11. B	23. D	
12. E	24. B	

Anotações:

SUMÁRIO

Unidade 1

- 105** Patrimônio Cultural Brasileiro, Ocupação do continente americano e Povos Nativos da América

Unidade 2

- 112** Expansão marítima, Colonização e administração europeia nos primeiros anos da conquista

Unidade 3

- 119** Brasil Colônia: estruturas econômicas, sociedade e invasões estrangeiras entre os séculos XVI e XVIII



» Patrimônio Cultural Brasileiro, Ocupação do continente americano e Povos Nativos da América

• Introdução ao estudo da História do Brasil

A simples ação de busca de compreensão do passado brasileiro é bastante para configurar uma parcela de concretização da cidadania. **Conhecendo nosso passado histórico**, podemos analisar, de forma mais consistente, a realidade em que vivemos, **posicionando-nos, conscientemente, quanto aos problemas, às virtudes e aos desafios do Brasil contemporâneo**. Em suma, a prática de uma efetiva ação cidadã pelos brasileiros exige um indivíduo com entendimento da memória histórica do país.

Neste material, buscaremos explicitar os conteúdos formais e indispensáveis para a formação de uma consciência crítica, além, é evidente, de trabalhar os temas imprescindíveis ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e aos concursos vestibulares. Lembramos, ainda, que a História do Brasil deve ser entendida em um contexto maior, jamais isolada, mas relacionada com a História Mundial, que traz reflexos importantes para a nossa formação e vice-versa.

• Cultura e seus desdobramentos contemporâneos



Representação de Oxumaré, mediador entre o céu e a terra, segundo a religião Umbanda.

A formação do Brasil envolve o relacionamento entre diversas culturas, a exemplo da indígena, da africana, da portuguesa e dos imigrantes. No entanto, esse relacionamento não foi pacífico e harmonioso. No plano artístico, por exemplo, o romantismo do século XIX enfatizou uma união fraterna do universo cultural do indígena e do branco conquistador, como podemos notar em *Iracema*, de José de Alencar.

Esse mito de uma união sem conflitos entre as culturas foi criticado pelo movimento modernista, de 1922, e, atualmente, a crítica histórica concede ênfase ao movimento de choque de culturas, sobretudo na **imposição violenta dos valores eurocêntricos** aos povos nativos do Brasil e aos africanos escravizados, sem, contudo, evidenciar que, apesar de toda a **aculturação** sofrida, não deixaram de preservar traços culturais próprios, ou mesmo a influência que exerceram na cultura do conquistador.

O termo **cultura** possui múltiplos significados, consoante a área em que se aplica. Assim, pode-se falar em cultura das abelhas (criação/cultivo); cultura da empresa (valores/ação); entre outras. No caso do estudo da história, cultura pode ser definida, minimamente, como o estilo de vida de dada sociedade, englobando crenças, conhecimentos, artes, costumes, ética, símbolos, entre tantos outros elementos. Desse modo, cada sociedade, em específico tempo e espaço, molda uma diferente cultura, sendo errôneo – atitude intolerante – considerar uma cultura superior à outra, como o fizeram os europeus em relação aos indígenas e aos africanos.

A cultura de um povo é, tradicionalmente, caracterizada pelo seu **caráter de construto social**, transmitida através das gerações – sobretudo pela linguagem –, marcada pela **multiplicidade, pela mutabilidade e pela diferença ao longo do processo histórico**. Em determinada formação social, quando os indivíduos compartilham os mesmos traços culturais, afirmamos o conceito de identidade cultural. Evidentemente, devemos considerar que a cultura e a **identidade cultural** possuem valores positivos, como o sentimento de pertencimento, mas também negativos, na medida em que cada cultura supõe ser a portadora de uma verdade única, geralmente desprezando as demais culturas.

Nesse sentido, o desafio cada vez mais recrudescente, na atualidade do mundo globalizado, consiste em reconhecer a **parcialidade das culturas** e, com isso, promover uma reflexão e uma prática de respeito à alteridade. Não é apropriado sugerir que a cultura ocidental é superior à oriental, tampouco que a cultura cristã possui a verdade, e que a muçulmana, por exemplo, a inverdade, e assim por diante. Devemos ter a consciência do imperativo de que as **culturas não são superiores nem inferiores, mas diferentes**.

Anotações:



• Patrimônio cultural brasileiro



O termo patrimônio vem do latim, "pater", que significa "pai". Trata-se de um conceito que está ligado ao passado como herança para as gerações futuras. A partir daí, entende-se como Patrimônio Cultural toda a **herança ou legado que é compartilhada entre pessoas ou cidadãos de uma comunidade e que fala da identidade daquele grupo social.**

A ação de preservação e cuidado com os patrimônios de uma nação é sempre do Poder Público, do Estado. Dessa forma, no Brasil, a preocupação com o fomento e a preservação do patrimônio cultural remonta ao governo de Getúlio Vargas, em **1937**, com a criação do **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Mesmo salientando a necessidade de preservação da memória e da cultura, na época, as práticas e as obras culturais mais valorizadas diziam respeito aos grandes feitos de lideranças e destaques individuais, em uma acepção positivista da história.

Recentemente, contudo, com a **Constituição Federal de 1988**, a **concepção de patrimônio cultural foi ampliada**, de modo a reconhecer bens culturais importantes para a identidade, a memória e a história dos grupos sociais locais, regionais e nacionais. Observe as definições contidas no artigo 216 da Constituição de 1988:

"Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."

Desse modo, o patrimônio cultural pode ser definido como um bem ou um conjunto de bens de natureza material ou imaterial relevantes para a identidade, a memória e a história da sociedade brasileira.

Patrimônio cultural material

Os bens da cultura material caracterizam-se pelo seu **aspecto físico, concreto, a exemplo de instrumentos, monumentos e prédios construídos por dada sociedade.** Assim, as pirâmides do Egito constituem um bem material, classificadas como patrimônio histórico da humanidade.

Segundo o IPHAN, o patrimônio cultural material é composto por um conjunto de bens culturais classificados

segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas.

Os bens de natureza material podem ser imóveis, como as cidades históricas, os sítios arqueológicos e paisagísticos e os bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Constituem exemplos de patrimônio cultural material: **Missões jesuítas** (RS), na área arqueológica; Polígono do centro histórico de Salvador (BA), no campo urbanístico; Baía da Guanabara (RJ), no setor paisagístico. Também são exemplos de cultura material os **Arcos da Lapa** (RJ), a Catedral Basílica (BA) e a **Praça da Alfândega** (RS).



Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro: um exemplar de patrimônio cultural material.

Patrimônio cultural imaterial

Os bens culturais imateriais, como o próprio termo sugere, referem-se aos **bens não físicos, como saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, festividades, expressões cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas.** A ênfase dos bens imateriais recai na valorização de elementos formadores dos grupos sociais do Brasil.

A cultura imaterial é transmitida de geração a geração, constantemente recriada pelas comunidades e pelos grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. O patrimônio cultural imaterial é apropriado por indivíduos e grupos sociais como importante elemento de sua identidade.

Os bens culturais imateriais passíveis de registro pelo IPHAN são aqueles que apresentam continuidade histórica, possuem relevância para a memória nacional e fazem parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira.

Constituem exemplos de bens culturais imateriais: **Ofício das Baianas de Acarajé** (BA), um saber relacionado à prática tradicional da feitura e da comercialização do Acarajé, ligado ao culto dos orixás; **Círio de Nossa Senhora de Nazaré** (PA), celebração religiosa em Belém do Pará, que envolve rituais de devoção e expressões culturais; **Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira** (RJ e BA), estudo da capoeira nos tempos atuais e sua relação com a africanidade; **Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe** (MT), envolve um ritual de passagem à vida adulta, na pesca de barragem, considerado a principal cerimônia do calendário dessa tribo de língua aruaque.



A dança do Frevo, no Nordeste, constitui exemplo da cultura imaterial brasileira, na área de festividades.

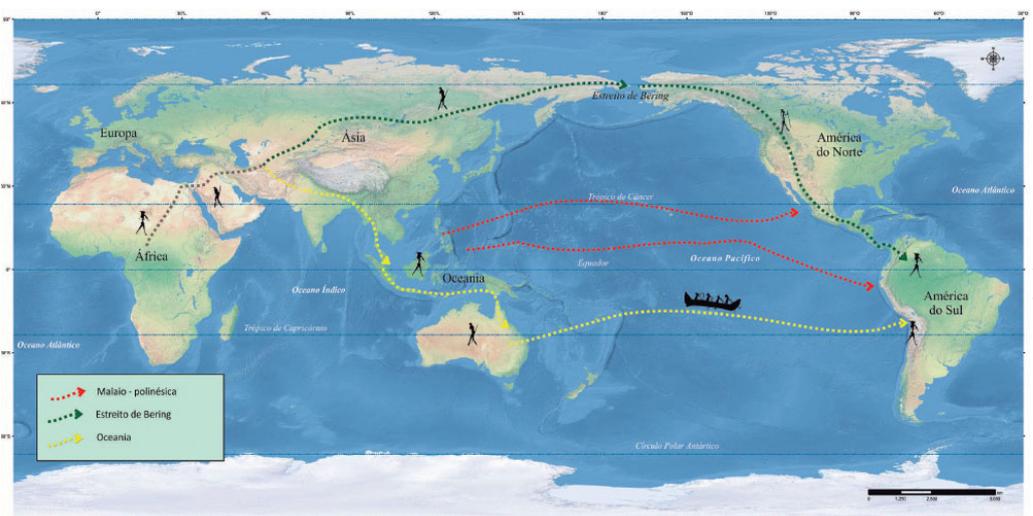


• Ocupação e evolução da humanidade na América

A origem do ser humano na América ainda é um ponto bastante controverso na ciência histórica, em face da **diversidade de hipóteses** e da **precariedade das fontes** de pesquisa. Ainda assim, é conclusivo que o continente americano foi o último a ser ocupado pela presença humana. De acordo com a teoria mais plausível, pequenos grupos humanos de caçadores e coletores nômades, vindos da Ásia, atravessaram o Estreito de Bering, durante as últimas glaciações, entre 20.000 e 10.000 a.C., em perseguição a fontes alimentares.

A partir dessa teoria, a humanidade teria se desenvolvido no continente americano de forma bastante variada, pois eram levadas em consideração as condições ambientais, as fontes de alimentos e as relações sociais. As diferentes formas de relação da humanidade com o meio material resultaram em uma gigantesca diversidade étnica, social, cultural e linguística por toda a geografia americana. Essa teoria é conhecida como a Teoria Asiática.

Existem também as teorias australiana e a Malaio-polinésia, que defendem a ocupação do continente através da navegação de cabotagem pelo Oceano Pacífico. Estas, menos aceitas, ainda carecem de fontes que as corroborem.



Movimentos migratórios.

Sítios arqueológicos no Brasil

LAGOA SANTA (MG)

No século XIX, o naturalista Peter Lund descobriu, nas grutas da região, fósseis com datação de 8 mil anos, além de fósseis animais da fauna gigante. Nessa região, em 1975, foi encontrado um dos fósseis humanos mais antigos das Américas, alcunhado de **Luzia**.



Crânio de Luzia estava no Museu Nacional, no Rio, mas o acervo foi destruído por incêndio em setembro de 2018.



Luzia, a mais antiga brasileira

SÃO RAIMUNDO NONATO (PI)

No século XX, pesquisas confirmaram restos de fogueiras, utensílios em pedra e pinturas rupestres, com datação superior a 30 mil anos.



Inscrição no sítio arqueológico da Pedra Furada, na Serra da Capivara, município de São Raimundo Nonato, Piauí. Foto: Vitor 1234.

SANTARÉM (PA)

Nas cavernas da Pedra Pintada, estudos revelam indícios da presença humana há pelo menos 11 mil anos.

SAMBAQUIS (LITORAL)

Os sambaquis são depósitos de conchas em forma de colina de até 10 mil anos. Nos interiores dessas "grutas de conchas", encontraram-se vestígios de presença humana.



• Sociedades indígenas brasileiras

Desde a chegada dos primeiros grupos humanos na América e seu longo período evolutivo, como vimos anteriormente, progredimos até os nativos do Brasil, descendentes daqueles primeiros povoadores. Quando os europeus chegaram ao continente americano, nos **séculos XV e XVI**, calcula-se que cerca de **6 milhões de nativos** ocupassem o território do atual Brasil. Essa população era constituída por, aproximadamente, **1.500 grupos étnicos** distintos, que se dividiam em diversos troncos linguísticos: tupi-guarani (litoral), macro-jê (interior e cerrado) e aruaque e caraíba (Amazônia).



Prefeitura de Olinda/EBID

Índigena Caiçó – extremo sudoeste de Goiás.



Mapa do Brasil mostrando os principais povos indígenas à época do descobrimento.

O tronco linguístico **tupi-guarani** compunha o maior contingente populacional e foi o pioneiro no contato com os portugueses, sendo deste grupo que dispomos de maiores referências. Organizavam-se sem a necessidade de estruturas estatais ou coercitivas, havendo autoridades respeitadas, mas de forma alguma arbitrárias. Os anciãos, os guerreiros e o pajé, liderança espiritual, eram sempre ouvidos antes da tomada de qualquer decisão da tribo – essa era a forma de organização social mais abrangente; podia englobar várias aldeias e controlar extenso território.

Apesar de centrarem a obtenção de alimentos **na caça e na coleta**, desenvolveram uma **atividade agrícola rudimentar**, destinada à subsistência. De resto, não produziam excedentes, e o comércio era reduzido a trocas de presentes, de maneira ritual. Dessa forma, a busca por acumulação de riqueza, típica das sociedades capitalistas, inexistia na vida tribal. Na agricultura, praticada pelo método da **coi-**

vara, produziam mandioca, milho, batata doce, amendoim, abacaxi e frutas em geral.

Socialmente, não havia distinção entre abastados e despossuídos, sendo a terra considerada sagrada e pertencente à coletividade. Vigorava uma relação de igualdade social, típica do chamado **“comunismo primitivo”**. Entretanto, o trabalho era dividido em atividades específicas para homens e para mulheres; além das tarefas para os mais idosos e para as crianças. Viviam, portanto, comunitariamente, em aldeias temporárias constituídas por habitações de seis a dez grandes casas.

Religiosamente, cultuavam as forças da natureza em uma composição politeísta. Além disso, realizavam **rituais de antropofagia**.

A chegada dos portugueses e seu contato com os nativos resultou em uma catástrofe para os indígenas, que se viram dominados, explorados e dizimados pelos “brancos” europeus. Dados do Censo em 2022 revela que o número de indígenas residentes no Brasil atualmente é de 1.693.535, o que representa 0,83% da população total do país, cuja maioria vive em precárias condições, à margem da sociedade ou em reservas pouco preservadas pelo Estado contra as depredações das mineradoras e das companhias madeireiras.

É verdade que a **Constituição Federal de 1988** assegura, no texto jurídico, **a demarcação** das terras indígenas e a proteção dessas terras, mas a prática da especificação legislatória é tímida e, muitas vezes, inexistente. Por isso, diversas comunidades indígenas ainda lutam pelo reconhecimento de seus direitos, principalmente sobre a terra ancestral. Nos últimos anos, o Governo brasileiro adotou uma série de **ações afirmativas**, entre as quais o **regime de cotas** no acesso ao ensino superior. Entretanto, o respeito e a integridade dos direitos indígenas ainda é uma realidade distante e precária.

Questão indígena

Na atualidade, a questão indígena ocupa posição proeminente na definição de políticas humanitárias, como atesta a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 define direitos aos indígenas, todavia a prática efetiva desses direitos ainda é escassa.

Segundo as estimativas mais recentes, a população indígena brasileira tem aumentado nos últimos vinte anos. Hoje, de acordo com dados do Portal Brasil, com informações do IBGE, da Funasa e da Funai, existem cerca de 305 etnias, das quais a maior é a Tikuna; e 274 línguas reconhecidas. Segundo a Funai, das 565 terras indígenas reconhecidas no Brasil, somente 462 estão regularizadas.

Os indígenas possuem direitos especificados em lei, a Constituição de 1988, a qual assegura que o indígena é o primeiro e natural senhor da terra brasileira. O texto jurídico afirma que as terras habitadas em estado permanente, utilizadas para atividades produtivas e imperiosas à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e à reprodução física e cultural de seus usos, costumes e tradições, pertencem aos indígenas. Porém, as áreas são da União, a qual transfere aos indígenas o direito de usufruto, vedando-lhes, contudo, a exploração comercial.

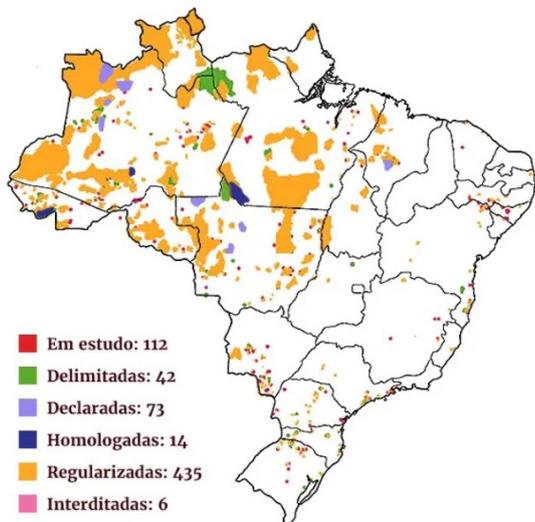
Assim, **cabe à União delimitar e demarcar os limites das reservas indígenas, protegendo-as contra a ação**



predatória de madeireiras, de mineradores e do agronegócio. Contudo, as áreas de conflito são numerosas, como exemplifica o caso da Reserva Raposa Serra do Sol, demarcada em 1998 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e ratificada em 2005 pelo presidente Lula. Foi definido que 1,7 milhão de hectares de terras contínuas seriam reserva indígena, no estado de Roraima. Entretanto, o governo estadual e os rizicultores entraram na justiça para impedir a homologação da reserva.

Terras indígenas em processo de demarcação

Fonte: Funai



Mapa das terras indígenas brasileiras com dados de 2008. Em laranja, as terras demarcadas; em verde, estão aquelas em fase de demarcação; e, em vermelho escuro, as novas propostas.

Nos casos de maior proximidade com centros urbanos, ou mesmo com agricultores, os indígenas vivem em condição de miséria, com altos índices de mortalidade infantil, desnutrição, alcoolismo e doenças sexualmente transmissíveis. As próprias **reservas**, embora ocupem **cerca de 12% do território nacional**, são consideradas, em grande parte delas, diminutas e insuficientes para a reprodução de um modo de vida extrativista e seminômade. Assim, milhares de indígenas migram para os centros urbanos ou empregam-se no agronegócio com remunerações irrisórias, recrudescendo a penúria.

Ainda assim, com problemas e conflitos, a questão indígena avança. Entre os direitos dos indígenas, definidos em lei, está o de escolher o próprio meio de desenvolvimento, incluindo o aprendizado de línguas nativas. Em todo o país, várias universidades já dispõem do sistema de cotas no acesso ao ensino superior e mais de duas mil escolas indígenas funcionam no território brasileiro.

Anotações:



Brasília – líder da nação Kayapó.

Indigenismo

As beligerâncias entre colonos e indígenas, no sul do Brasil, motivaram a criação, em **1910**, do **Serviço de Proteção ao Índio (SPI)**. Coube ao coronel Cândido Mariano da Silva Rondon a chefia do órgão, em função de seu êxito no relacionamento com povos indígenas por ocasião da instalação de redes telegráficas. Rondon advogava uma política indigenista humanitária e não agressora, retomada pelos irmãos Villas Boas na expedição ao Xingu, na segunda metade do século XX.

Em **1967**, o Serviço de Proteção ao Índio foi extinto e substituído pela **Fundação Nacional do Índio (Funai)**. O governo militar propunha uma nova orientação quato aos indígenas: demarcar as terras, contatar os povos isolados e integrá-los à sociedade, com o oferecimento de educação formal e assistência médica. Essa mesma orientação foi parâmetro na criação do **Estatuto do Índio**, em **1973**. A premissa era, invariavelmente, integrar o indígena à vida nacional.

Podemos perceber que a premissa da política indigenista do governo militar está em derrocada, cedendo espaço a uma postura mais progressista, por parte de setores da sociedade, de forma a permitir a possibilidade de uma integração ou a manutenção da cultura indígena tradicional.

Em 2019 o Cacique Raoni, chefe indígena Caiapó, que, junto a Mário Juruna, Marcos Terena e Sônia Guajajara, é considerado uma referência na luta pelos direitos dos indígenas, foi indicado ao Nobel da Paz.

Recentemente, em vários discursos, desde a campanha eleitoral de 2018, o ex-presidente Jair Bolsonaro tem afirmado que não pretende demarcar nenhum centímetro a mais de terra indígena e, já como Presidente, tentou transferir os processos de demarcação para o Ministério da Agricultura.

Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, em 2019, Bolsonaro afirmou: “Quero deixar claro: o Brasil não vai aumentar para 20% sua área já demarcada como terra indígena, como alguns chefes de Estado gostariam que acontecesse”. Ainda afirmou ser necessária “uma nova política indigenista”, na qual se uniria a integração dos povos com a exploração das riquezas dos territórios indígenas.



Leitura complementar: “Humanidade vive divórcio da vida na Terra”



Conhecendo a Constituição de 1988

A Constituição promulgada em cinco de agosto de 1988 foi a primeira a garantir legalmente os direitos indígenas. De acordo com esse documento:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Art. 215. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

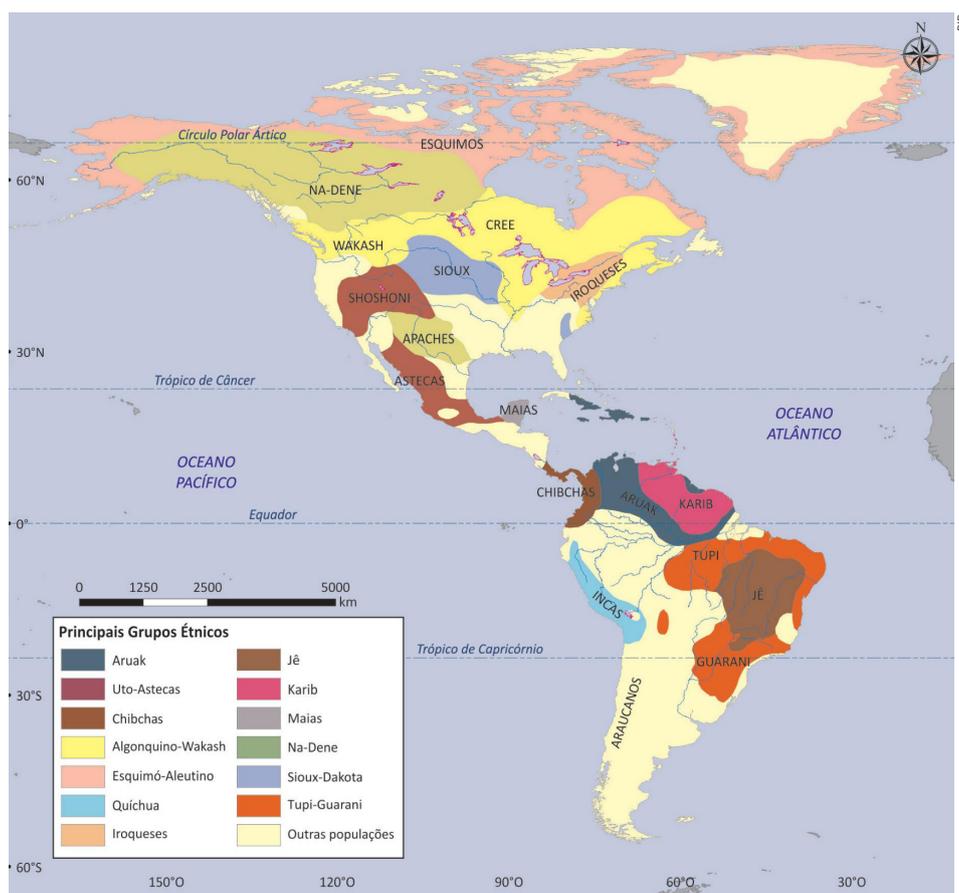
Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo, Editora Ipe, 1988.

• Povos pré-colombianos

A conquista espanhola sobre as civilizações pré-colombianas foi marcada pela violência e pela morte de milhares de índios, seja pela superioridade bélica europeia, seja por doenças ou mesmo a destruição do modo de vida nativo, com a exigência de trabalhos compulsórios. Fatores que facilitaram a dominação dos espanhóis, em menor número se comparados aos nativos, foram a crença índia na volta de deuses – identificados erroneamente aos espanhóis pelos incas, as alianças dos europeus com povos nativos subjugados, como no caso do Império Asteca, a divisão e os problemas políticos entre os próprios povos ameríndios, como a disputa entre Atahualpa e Huascar no Império Inca, além, obviamente, da extrema violência utilizada pelos hispânicos.

Entre os povos pré-colombianos, vigorou o **modo de produção asiático**, com um Estado detentor das terras e explorador da mão de obra por meio de **trabalhos compulsórios**, denominados **mita e cuatéquil**, entre incas e astecas, respectivamente. Tal sistema ainda previa a cobrança de tributos das camadas exploradas, em sociedades desiguais e hierarquizadas.

Anotações:



Incas

Os incas, localizados na região andina, formaram um Império de feição teocrática, com capital em **Cuzco**. Em termos produtivos, as aldeias – denominadas *ayllus* – desenvolveram a **agricultura em altiplanos**, com o sistema de terraços. Domesticaram animais como a lhama, mas **desconheciam a escrita**. Sua religião era politeísta, com destaque para a divinização do Sol. Construíram diversas cidades em pedra, sendo que a mais importante na atualidade é **Macchu Picchu**, no atual Peru.



Vista geral da cidade inca de Machu Picchu (Peru). Praça principal no centro da imagem. À esquerda, o Santo Lugar e o Santo Intiwatana. À direita, a área residencial abastadas, no centro inferior da imagem, você pode ver a Torre do Templo do Sol. Ao fundo, Wuayna Picchu ou Montanha Young.

Collegata/IBID

Maias

Entre os maias, a organização política deu-se em **cidades-estados independentes**, como Palenque, sobretudo na região da Guatemala e na Península do Yucatã, no México. Também tiveram **notável desenvolvimento matemático** e astronômico (calendários semelhantes aos astecas) e construíram pirâmides em degraus encimadas. Na área econômica, a principal atividade era a agricultura, realizada em aldeias, com o **sistema da coivara**. Como a civilização maia havia praticamente desaparecido quando da chegada dos conquistadores espanhóis, infere-se que o desmatamento possa ter provocado um desequilíbrio ambiental que obrigou os nativos a se deslocarem em direção ao império asteca, sendo absorvidos. Por isso, dispõe-se de **poucas informações sobre o povo maia**, mas também porque sua escrita – hieroglífica – ainda não foi totalmente decifrada.

Todos esses povos ameríndios foram alvo da violência do conquistador europeu. Doenças, superioridade militar espanhola, crenças nativas, alianças com os “brancos”, desavenças internas e sistemática exploração brutal da mão de obra indígena contribuíram para um verdadeiro genocídio nos tempos coloniais.

Astecas



Pirâmide da Lua, Teotihuacan, México

Hajer/IBID

Os astecas, situados na região do atual México, formaram um império teocrático e militar, com sede em Tenochtitlán, ou **Confederação**, na qual diversos outros povos foram subjugados. A agricultura, também praticada em aldeias – denominadas *calpulis* – foi possível devido a um engenhoso sistema de **ilhas flutuantes, as chinampas**, ou seja, jangadas de bambu cobertas com terra, que eram lançadas nos lagos da região, como o Texcoco. A semente de cacau era utilizada como moeda em transações comerciais com os povos dominados. No plano social, os guerreiros e os comerciantes tinham posição privilegiada, assim



IBID

Pedra do Sol, também chamada de Calendário Asteca. Autor: El Comandante. Fonte: Museu Nacional de Antropologia e História, Cidade do México.

Anotações:





» Expansão Marítima, Colonização e administração europeia dos primeiros anos da conquista

• Expansão marítima europeia



Mapa adaptado por João Henrique Queros.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.810, de 19 de fevereiro de 1998.

*“As armas e os barões assinalados
Que, da ocidental praia lusitana,
Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo reino, que tanto sublimaram...”*

Luís Vaz de Camões - Os Lusíadas.

*“Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele foi que espelhou o céu!”*

Fernando Pessoa - Mar Português.

No início da Idade Moderna (XV-XVIII), a Europa fervilhava de transformações que, em boa parte, foram influenciadas pela ascensão das camadas burguesas, as quais constituíram o arcabouço de condições propícias aos empreendimentos marítimos. Os reis centralizavam o poder, formando os Estados Nacionais e, gradativamente, tornavam-se absolutos. O Estado absolutista, marca dos tempos modernos, teria como prática política e econômica o mercantilismo, motivador do metalismo e do colonialismo.

Ao mesmo tempo, no plano cultural, os **avanços técnicos** resultantes do **Renascimento Cultural**, aliados aos **conhecimentos náuticos vindos do oriente**, em especial dos muçulmanos, permitiram o desenvolvimento de uma **tecnologia naval** imperiosa para as navegações. A Igreja, por sua vez, mantinha-se forte, apesar dos inegáveis abalos em seu poder absoluto decorrentes da formação dos Estados absolutistas, do Renascimento Cultural e das Reformas Religiosas e, evidentemente, tinha interesses em expandir a fé cristã.

Nesse cenário, conjugaram-se interesses econômicos mercantilistas, da burguesia e do Estado absoluto, com interesses religiosos que repercutiram na viabilidade do expansionismo além-mar.

Assim, **Portugal, pioneiro** na centralização política do Estado Nacional, amparado na evolução náutica da Escola de Sagres e desejoso de quebrar o monopólio italiano no comércio de especiarias do Mar Mediterrâneo, seria o primeiro a se lançar na aventura marítima, em busca de uma



rota alternativa para as Índias Orientais, terra das cobeadas especiarias. Lembremos que as Índias Orientais eram as grandes fornecedoras das **especiarias** para a Europa, porém tornavam-se inviáveis economicamente devido aos intermediários, como os turcos e os italianos de Gênova e Veneza.

Entre as **causas** das navegações, que repercutiram em uma verdadeira Revolução Comercial, citamos:

- ▶ **Ampliação dos mercados:** a Europa necessitava de novos mercados consumidores para seu artesanato e manufaturas, além de buscar alimentos e matérias-primas.
- ▶ **Falta de metais preciosos:** os metais, como o ouro, eram desviados para o Oriente, na compra de especiarias, ocasionando sua falta na Europa.
- ▶ **Interesse dos Estados Nacionais:** a expansão poderia aumentar o poder dos reis, mantendo os privilégios dos nobres e enriquecendo a burguesia.
- ▶ **Interesse missionário da Igreja:** em expandir e aumentar o número de fiéis e, assim, o seu poder.
- ▶ **Interesse comercial da burguesia:** em obter mais lucros em um comércio sem intermediários até as Índias.

Ibéricos ao mar

No entanto, nem todos os Estados europeus puderam se lançar aos mares tão temidos, como o Oceano Atlântico, conhecido como “**Mar Tenebroso**”, e superar o precário conhecimento cartográfico e os mitos da época. **Portugal** foi o primeiro a reunir as condições básicas, que eram:

- ▶ **Progresso tecnológico naval:** as navegações só foram possíveis graças ao desenvolvimento das técnicas de navegação, como a bússola, o astrolábio, a caravela e a Escola de Sagres em Portugal, que reunia os melhores navegadores, cosmógrafos e cartógrafos da época. Além disso, não se deve ignorar a influência muçulmana nas artes de navegar.



Astrôlabio, instrumento de localização cujo objetivo era tomar a posição do sol.

- ▶ **Centralização política:** o rei, com plenos poderes, apoiava o empreendimento da burguesia.
- ▶ **Mercantilismo:** política econômica que pregava a busca por colônias e a acumulação de metais, entre outros aspectos.
- ▶ **Paz interna:** Portugal gozava de uma estabilidade de que outros países não dispunham. Por exemplo, a Espanha ainda guerreava com os mouros pela reconquista da Península Ibérica.
- ▶ **Posição geográfica:** os lusos estavam de frente para o oceano, em uma posição invejável para se lançar aos mares.
- ▶ **Espírito aventureiro:** sobretudo na nobreza, em consequência das Cruzadas.

A iniciativa portuguesa nos mares estimulou a **Espanha**, após a expulsão dos árabes de Granada, em 1492, e a formação do Estado espanhol, a buscar uma rota para as Índias. O genovês **Cristóvão Colombo**, defendendo a esfericidade da Terra, argumentava que, para **chegar às Índias, bastaria navegar rumo ao Ocidente**. Recebeu o

apoio dos reis católicos Fernando e Isabel e aportou em terra no mesmo ano de 1492, na América que, para Colombo, era as Índias Orientais. Colombo realizou mais duas viagens à nova terra, sempre acreditando estar nas Índias. Alguns anos mais tarde, outro italiano, Américo Vespúcio, confirmou que a nova terra tratava-se de um continente desconhecido, cuja denominação passou a ser América.

* Mais informações na seção *Demais Vestibulares*.

• Mercantilismos

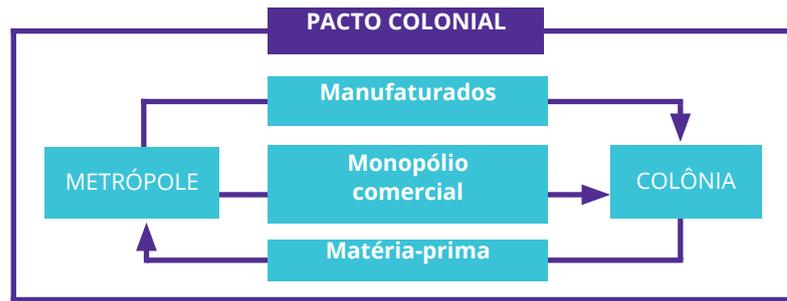
O Mercantilismo foi a política econômica adotada pelos Estados modernos entre os séculos XV e XVIII. Vários Estados, como França, Inglaterra, Espanha e Portugal, adotaram uma série de medidas visando ao próprio fortalecimento e impulsionando o crescimento da burguesia, em uma fase denominada de **capitalismo comercial ou mercantil**.

Como características gerais do Mercantilismo, temos:

- ▶ **Metalismo:** a riqueza de um Estado estava na quantidade de metais preciosos que ele possuísse nos seus cofres. Poderia obter os metais por meio da exploração das minas ou pela atividade comercial.
- ▶ **Balança comercial favorável:** as exportações deveriam superar as importações, o que estimularia a entrada de metais preciosos no país.
- ▶ **Protecionismo:** procurava-se fortalecer o comércio nacional por meio de uma forte política alfandegária, dificultando ao extremo a entrada de produtos estrangeiros no país.
- ▶ **Política intervencionista:** o Estado fixava tarifas alfandegárias, dava estímulos às empresas, controlava preços e quantidades de mercadorias, além de conceder incentivos à produção de artigos (sobretudo manufaturados) que concorressem no comércio internacional.
- ▶ **Colonialismo:** o Estado precisava de colônias para aumentar seu mercado e ter fontes de matérias-primas e metais preciosos. Por meio do pacto colonial, as colônias eram duramente exploradas, com um regime de monopólio comercial complementando a economia metropolitana.
- ▶ **Pacto colonial:** a exploração da colônia, dentro dos moldes do sistema colonial, baseava-se na ideia de que a economia da colônia deveria complementar a da metrópole, na qual se realizaria a acumulação de capital. A colônia deveria fornecer matéria-prima e metais, recebendo produtos manufaturados e escravos. Toda essa relação comercial era fundada na concepção de exclusivismo comercial ou monopólio comercial, que proibia à colônia a realização de comércio com outras metrópoles. Ainda, à colônia era proibida a construção de manufaturas, a fim de evitar concorrência com os produtos metropolitanos.

Além dessas características, também vigoraram em algumas formações mercantilistas: o incentivo à produção manufatureira, o estímulo à construção naval, a política demográfica favorável e o desenvolvimento de companhias de comércio (a exemplo da poderosa Companhia das Índias Orientais inglesa, criada em 1600).





Resultados da expansão marítima

O sucesso dos empreendimentos náuticos, especialmente com a rota atlântica para as Índias e as possessões coloniais, fomentou diversas transformações na Europa, como as mudanças econômicas (denominadas de “**Revolução Comercial**”), nas áreas conquistadas. Entre essas transformações, citamos:

- ▶ Divisão do novo mundo entre Portugal e Espanha, inicialmente, pela Bula Intercoetera de 1493 e, depois, oficialmente, pelo **Tratado de Tordesilhas** de 1494. Este estabelecia que as terras situadas até o limite de 370 léguas a oeste de Cabo Verde, mesmo aquelas que ainda não haviam sido desbravadas, pertenceriam a Portugal, ao passo que as que estivessem além do limite de 370 léguas seriam da Espanha.

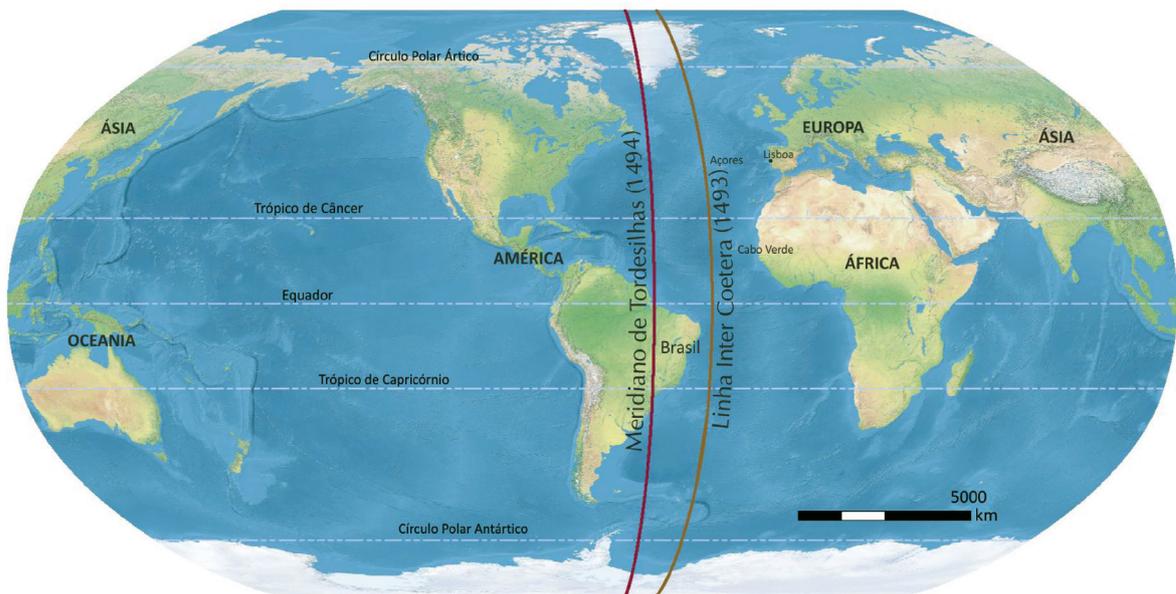
Formação de um vasto **império colonial marítimo luso**, com feitorias na África, na Ásia e na América, como a colonização do Brasil.

Deslocamento do eixo econômico do Mar Mediterrâneo para o Oceano Atlântico, com a consequente decadência das cidades italianas, que também perderam o monopólio do comércio de especiarias.

Enorme afluxo de metais preciosos para a Europa, provocando a chamada “**Revolução dos preços**” e o enriquecimento da burguesia e dos Estados Nacionais, que se fortaleceram ainda mais com a exploração das colônias nos moldes do mercantilismo.

- ▶ Conquista e colonização da América, com o desenvolvimento do tráfico negreiro africano e o massacre das populações nativas ameríndias, dentro da montagem do Antigo Sistema Colonial.

Difusão dos **ideais e dos valores eurocêntricos** por meio da imposição compulsória.



Divisão das novas terras descobertas entre Portugal e Espanha segundo os limites imaginários traçados pela Bula Inter Coetera e pelo Tratado de Tordesilhas.

Após a chegada dos europeus à América, processou-se a montagem da estrutura de exploração. Basicamente, procuravam-se **metais preciosos** para serem levados aos Estados colonizadores, de acordo com o princípio mercantilista do metalismo. Ao mesmo tempo, era imposta à colônia uma relação de comércio bastante desigual com a metrópole – com prejuízos para a colônia, evidentemente. Assim, a metrópole detinha o **monopólio do comércio**, estabelecido no **Pacto Colonial** (estudado em mercantilismo), controlando tudo que a colônia importasse ou exportasse. Do ponto de vista dos lucros, a **metrópole firmava sua posição de economia central**, em que se realizaria a acumulação de capital, priorizando atividades comerciais, ao passo que à colônia era reservada a produção de artigos importantes para sua metrópole, como matéria-prima e metais preciosos, com uma economia essencialmente complementar.

Dessa forma, por meio da exploração da América dentro dos princípios mercantilistas, o Estado Absolutista e a burguesia metropolitana fortaleceram-se a partir do século XVI. Esse conjunto de características descrito, anteriormente, caracteriza o chamado **Antigo Sistema Colonial**.



Leitura complementar:
“Nos tempos de corsários e piratas”.

Prefeitura de Olinda/BID

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



• Chegada portuguesa ao Brasil: Período Pré-colonial (1500-1530)

Nesta fase, Portugal limitou-se ao reconhecimento geográfico e econômico do território do Brasil, com a posterior **exploração do pau-brasil**. Não encontrando possibilidades de lucros imediatos em terras brasileiras e contando com vultosa rentabilidade no comércio oriental, Portugal deixou o **Brasil em segundo plano** na sua rede de prioridades, limitando-se ao envio de **expedições exploratórias e guarda-costas**.

A primeira expedição exploradora, em 1501, comandada por Gaspar de Lemos, navegou parte do litoral, nomeando uma série de acidentes geográficos: Cabo São Roque, Cabo Santo Agostinho, Cabo São Tomé e Baía de Todos os Santos. Além disso, constatou a presença do pau-brasil. O passo seguinte foi a **fundação de feitorias**, para defender o território e armazenar o pau-brasil. Destaca-se a expedição de Gonçalo Coelho, em 1503.

A exploração do pau-brasil realizou-se sob o regime do **estanco** (monopólio real na extração da madeira) e do **escambo** (troca de quinquilharias pelo trabalho dos índios).

O pau-brasil, embora não fosse o tão almejado ouro, rendia bons lucros na Europa. Outros países europeus, descontentes com a divisão do novo mundo feita entre Portugal e Espanha, começaram a ameaçar a posse portuguesa no Brasil. Os franceses, por exemplo, contrabandeavam pau-brasil fazendo alianças com tribos indígenas. Para reprimir o contrabando e defender a posse do território, foram enviadas as expedições guarda-costas, comandadas por Cristóvão Jacques em 1516 e 1526.

Porém, com o **declínio do comércio no Oriente** e as constantes **ameaças estrangeiras** no Brasil, Portugal decidiu-se pela colonização, enviando a **expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, em 1530**. Ele fundou a vila São Vicente, em 1532, deu início à produção da cana-de-açúcar e organizou o primeiro engenho do Brasil. Nesse momento, o Brasil assumia plenamente a condição de colônia, com a função de render lucros a Portugal segundo a ótica mercantilista. Iniciava-se o período colonial.

Trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha

"Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infundas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar."

http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf



Dica de vídeos - Introdução à História do Brasil.



"Primeira Missa no Brasil". Obra de Victor Meirelles de Lima.

Museu Nacional de Belas Artes (MNBA)

Anotações:



O Brasil em 1519. Representação cartográfica de autoria dos portugueses Pedro Reinell, Jorge Reinell e Lopo Homem.



• Sistemas administrativos: o embrião da colonização portuguesa

Se, por um lado, a expedição colonizadora não foi totalmente eficiente, por outro, apontou a possibilidade do desenvolvimento da cultura canavieira, a qual poderia render altos dividendos para a metrópole lusa nos moldes mercantilistas. Para viabilizar o empreendimento açucareiro, Portugal edificou uma complexa rede administrativa na colônia, a qual passaremos a analisar.

Capitanias Hereditárias

Esse sistema de colonização não era desconhecido pelos portugueses, uma vez que já o utilizavam, com relativo sucesso, nas ilhas atlânticas. Consistia na **doação de extensas faixas de terra** aos capitães-donatários, sendo a relação oficializada pelas cartas de doação (posse da terra) e pelos forais (direitos e deveres do capitão-donatário).

Foram criadas 15 capitanias, doadas a 12 investidores privados. O Estado português, com isso, eximia-se do ônus da colonização. O donatário detinha amplos poderes administrativos nos limites de sua capitania, mas era um mandatário do rei e não um senhor com autonomia total. De toda forma, podemos afirmar que vigorava uma **estrutura de poder político descentralizado na colônia**, pois os donatários não deviam subordinação a um poder maior no âmbito colonial. Entre os **direitos e deveres** dos donatários, estavam os seguintes: colonizar a capitania, proteger a terra, cumprir o estanco e reservar um quinto do valor obtido em metais preciosos à Coroa lusa.

As capitanias, grosso modo, **fracassaram** como sistema, devido aos ataques indígenas, às enormes distâncias entre as capitanias e também em relação à metrópole e, até mesmo, à falta de recursos por parte de muitos donatários. Pernambuco e São Vicente foram as exceções, pois prosperaram, em especial, devido ao cultivo da cana-de-açúcar.



Mapa do século XVI, feito por Luís Teixeira provavelmente em 1574. Nele está contida uma das primeiras representações cartográficas do Brasil. O manuscrito original está preservado no Acervo da Biblioteca da Ajuda, em Lisboa.

Governo-Geral

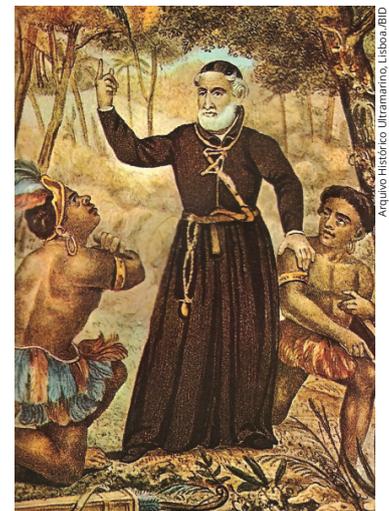
Diante da ineficácia do sistema de capitanias, Portugal buscou **centralizar a administração colonial**, criando, em **1548**, o cargo de governador-geral. As instruções ao governador-geral eram já conhecidas: combater as ameaças indígenas e repelir os corsários, fundar povoações, construir fortes, garantir o monopólio real sobre o pau-brasil, incentivar a cultura canavieira, buscar metais preciosos e defender os colonos. Havia, ainda, os auxiliares, como o **provedor-mor** (finanças), o **ouvidor-mor** (justiça) e o **capitão-mor** (defesa).

Entre os governadores, destaca-se **Tomé de Souza**, o qual instalou a capital em Salvador, trouxe escravizados africanos e padres jesuítas, a exemplo de Manuel da Nóbrega, criador dos colégios jesuítas. Criou-se, também, o primeiro bispado na Bahia.

Duarte da Costa, segundo governador, trouxe José de Anchieta, fundador do Colégio de São Paulo. Em seu governo, tivemos muitas agitações, sobretudo com a invasão francesa, na região do atual Rio de Janeiro, em 1555, e a fundação da França Antártica. Os franceses somente seriam expulsos com a administração posterior, de **Mem de Sá**.

Em **1572**, a Coroa decidiu dividir a administração colonial entre **dois governadores**: Luis de Brito, em Salvador, e Antônio Salema, no Rio de Janeiro.

As **capitanias e o governo-geral coexistiram** até, aproximadamente, o século XVIII, ao mesmo tempo em que a Coroa foi criando capitanias reais. Também nesse período, atuaram as **Câmaras municipais**, cujos integrantes pertenciam todos à elite agrária – “os **homens bons**” – e decidiam os assuntos administrativos, políticos e militares em âmbito local. A presidência da Câmara cabia, geralmente, a um juiz nomeado pela autoridade real, denominado Juiz de Fora.



O Padre Antônio Vieira pregando diante de indígenas. A imagem sugere que, por meio da palavra, o pregador pacifica os ouvintes. Observe que o dedo levantado dá a ideia da salvação, enquanto a outra mão colocada no ombro sugere a proteção. Quanto aos ouvintes, ambos estão de joelhos e sem armas. Litogravura de Legrand, 1841.



• América Espanhola

O sistema colonial espanhol caracterizou-se pela intensa **exploração de metais preciosos**, desde o ouro asteca até a prata das minas de Potosí, e por **algumas haciendas**, ou seja, grandes propriedades agrícolas monocultoras, em geral no Caribe. Fator comum a esse sistema exploratório foi a **mão de obra escrava, especialmente a indígena**, mas com uma porcentagem de negros africanos na região caribenha, como em Cuba.

Os nativos, povos pré-colombianos, foram sendo massacrados ao longo da colonização, pela superioridade bélica espanhola, pelas inúmeras violências a que foram submetidos, pelas enfermidades trazidas pelo “homem branco” e também pela prática de suicídios e abortos realizados pelos subjugados. Calcula-se que, na região do México, em um século de dominação espanhola, a **população nativa reduziu-se de 25 milhões para 1 milhão de índios**.

Assim, com a exploração desenfreada e o massacre das populações nativas, processou-se a ocidentalização da América. É conveniente ressaltar que os **colonos espanhóis justificavam ou maquiavam sua cobiça por riquezas materiais por meio do ideal religioso**, a missão de cristianizar os índios. Apesar disso, muitos religiosos percebiam a ganância e a violência do colonizador, como frei Bartolomé de Las Casas, que denunciou – sem ser ouvido – as ações nada cristãs dos colonos.



Detalhe de um dos murais da História do México elaborados por Diego Rivera na década de 1930, com a representação do desembarque dos espanhóis em Vera Cruz. Fonte: Acervo do Palácio Nacional, Cidade do México.

Administração Colonial Espanhola

A estrutura administrativa era exercida por espanhóis, os chamados **chapetones** ou peninsulares, que detinham inúmeros privilégios. Abaixo deles, formando uma aristocracia colonial, encontravam-se os **criollos**, filhos de espanhóis nascidos na América. Eram grandes comerciantes ou proprietários de minas e *haciendas*. Sua participação política reduzia-se aos **cabildos, espécie de câmaras municipais**. Não tardaria para que *criollos* e *chapetones* entrassem em conflito, impulsionando as independências na América espanhola.

Entre os sem direitos de participação política, extremamente explorados e discriminados, estavam os **mestiços** (homens livres), os **índigenas** (escravizados e submetidos a trabalhos compulsórios – principal mão de obra na colonização espanhola) e os **escravizados negros**, estes em pequena quantidade se comparados à América portuguesa, explorados, principalmente, nas Antilhas açucareiras.

Essa estrutura de dominação, montada pelo Estado espanhol, era completada pela **ação da Igreja**, interessada na expansão do número de seus fiéis em solo americano. Para tanto, foram criadas as reduções e as **missões jesuítas**, nas quais se aliava o ideal de exploração de riquezas, típico do Estado espanhol mercantilista, com uma organização comunitária. Além disso, as missões eram instaladas em locais estratégicos, servindo, também, como defesa das fronteiras do território pertencente à Espanha. Mais tarde, a Inquisição enviou os **“visitadores”** à América, onde patrocinaram o combate aos desvios da fé.

* Mais informações na seção *Demais Vestibulares*.

Anotações:



• América inglesa

A partir da expedição exploratória do italiano Giovanni Caboto, que residia em Londres, e da sua chegada à Terra Nova (atual Canadá), em 1497, a Inglaterra despertava para os primeiros indícios de colonização na América do Norte.

Com o governo da rainha Elizabeth I (1558-1603), foram estimulados o comércio marítimo e as ações de piratas e corsários na região do Caribe, contribuindo para a formatação de uma política colonialista nas décadas **finais do século XVI**. As primeiras expedições colonizadoras foram enviadas entre **1584 e 1587**, sob comando de Walter Raleigh, mas malograram em função, principalmente, da reação hostil dos grupos nativos.

Em **1607**, entretanto, era **fundada a colônia de Virgínia** por uma companhia de comércio. A partir dela, irradia-se a colonização com as chamadas **treze colônias pioneiras**, localizadas no litoral atlântico do atual EUA. Para o povoamento dessas colônias, foi importante o processo de cercamento dos campos na Inglaterra, quando um grande número de pessoas abandonou o campo e, não encontrando trabalho nas cidades, acabou emigrando para a América. Além disso, as disputas políticas e religiosas acirravam-se na metrópole inglesa, fazendo com que muitos grupos dissidentes do pensamento dominante também emigrassem para a Terra Nova, a exemplo dos puritanos e dos quakers. Esses colonos dirigiram-se, sobretudo, para as colônias do norte, ao passo que as grandes companhias de comércio ocuparam o sul. Desse processo deriva parte da explicação das diferentes formas de colonização, o povoamento nortista e a exploração sulista. Vejamos melhor as treze colônias.

Colônias do Sul

As colônias do Sul, caracterizadas pela **exploração**, apresentavam condições geográficas e climáticas favoráveis à **produção de artigos não produzidos na Inglaterra**, como o algodão. Além da Virgínia, também foram colô-

nias de exploração agrícola a Geórgia, a Carolina do Norte, a Carolina do Sul, a Maryland e o Delaware. Nessas regiões, a economia baseava-se no sistema da *plantation*, predominando o latifúndio monocultor escravista, cuja produção estava direcionada para a exportação.

Colônias do Norte

No Norte foram fundadas colônias por emigrados, vítimas de perseguição religiosa e política, que buscavam na América uma reconstrução de suas vidas. O primeiro grupo desembarcou do navio Mayflower em 1620, fundando Plymouth, em Massachusetts, o centro do que seria a Nova Inglaterra. Mais tarde, foram criadas também: Pensilvânia, Nova Jersey, Nova York, Connecticut, Rhode Island e New Hampshire. Nessas colônias, denominadas de **povoamento**, predominou a produção de produtos agrícolas para o consumo interno, gerando a formação de um mercado local. Ao mesmo tempo, a mão de obra era familiar, livre, com pouco ou nenhum escravo negro.

As colônias do Norte, inicialmente muito pobres, foram relegadas a um segundo plano pela Inglaterra, que não exerceu um mercantilismo exploratório com a mesma rigidez dos colonizadores ibéricos no restante da América. Os conflitos internos ingleses, a exemplo das Revoluções Inglesas do século XVII, contribuíram para um desinteresse e um distanciamento entre metrópole e colônias, repercutindo na possibilidade de **desenvolvimento de atividades comerciais livres, como o comércio triangular**, que envolvia as colônias inglesas no Caribe, na África e na Europa, totalmente livres do pacto colonial. Ao mesmo tempo, os colonos forjaram um **ideal de democracia e autogoverno**, também chamado de *self-government*, devido à relativa autonomia política que gozavam, embora súditos da Inglaterra.

Já em meados do século XVIII, a Inglaterra, devido a uma série de fatores, como a Revolução Industrial, procurou tornar mais intensa sua política fiscal para com os colonos. Estes, no entanto, não aceitaram a exploração e iniciaram o processo de independência.

Anotações:





» Brasil Colônia: estruturas econômicas, sociedade e invasões estrangeiras entre os séculos XVI e XVIII

• O Plantio canavieiro: o “ciclo” do açúcar

Economia açucareira

A exploração portuguesa, no Brasil colonial, embasava-se no ideal mercantilista sintetizado no monopólio comercial estabelecido pelo pacto colonial e, diante da ausência de metais preciosos no litoral tupiniquim, optou-se pela edificação da **plantation açucareira**. A opção pelo açúcar explica-se também pelo alto valor do produto na Europa, além da experiência lusa nessa atividade, nas ilhas do Atlântico.

Após a introdução das primeiras mudas de cana-de-açúcar, em 1533, por Martim Afonso de Souza, os **engenhos**, ou seja, as unidades produtoras de açúcar, proliferaram rapidamente pelo litoral brasileiro, em especial no **nordeste**. O engenho compreendia uma vasta propriedade agrícola, com as plantações, a moenda, as caldeiras e a casa de purgar, além das habitações como a casa-grande, a capela e a senzala, esta destinada aos escravizados. Para o interior do território, em espaços situados depois das plantações, desenvolveu-se, de forma secundária e complementar ao açúcar, a **pecuária**, a qual foi importante na **expansão do território**.

O modelo *plantation* caracterizava-se pela monocultura do açúcar, produzido em colossais latifúndios e destinado à exportação (agroexportação). Além disso, durante essa fase colonial, foram doadas extensas faixas de terra na forma de **sesmarias**, o que também contribuiu para o problema da concentração fundiária que apresenta reflexos na atualidade.

A **mão de obra escrava negra** foi usada principalmente para o enriquecimento com o comércio dos derivados da cana, mas ainda podemos destacar sua utilização em outros meios de exploração, como: pecuária, mineração, comércio urbano, trabalhos domésticos, exploração sexual, entre outros.



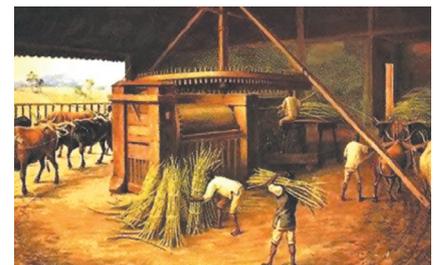
Mapa adaptado por João Henrique Quoos.



Pequeno moinho de açúcar, de Jean-Baptiste Debret (1822). Embora o trabalho demonstrado fosse realizado por mulheres, a tela evidencia o escravismo negro como força motriz essencial no Brasil açucareiro, nos séculos XVI e XVII.



Tela de Johann Moritz Rugendas (XIX). Observe que os trabalhos manuais eram executados pelos escravos negros, a exemplo do preparo da farinha de mandioca, demonstrado na tela.



A ilustração do início do século XIX, de Hercules Florence, mostra o mecanismo da máquina de moer cana, que era movimentado pelos bois atrelados à grande alavanca.

Anotações:



Após todo o trâmite de produção do açúcar (desde o momento de ser plantado até o momento de ser embalado em folhas de bananeira e acondicionado em caixas de madeira), o produto era **transportado, refinado e comercializado pelos parceiros comerciais de Portugal nos negócios do açúcar, os holandeses.**

Nos primeiros anos de produção do açúcar, a mão de obra foi indígena, sob a forma da escravidão. Entretanto, diversos fatores, como a insubordinação indígena, a não adaptação ao trabalho, as fugas recorrentes e a oposição dos jesuítas ao escravismo dos nativos (exceto os obtidos pela “**guerra justa**”), tornavam difícil a perpetuação dessa mão de obra, sendo substituída, gradativamente, pela escravidão dos africanos, sob a bênção da Igreja. Porém, o principal fator para a troca do escravo índio pelo negro africano foi o interesse comercial da burguesia metropolitana. De fato, era **altamente lucrativo o tráfico de escravizados da África para o Brasil.** Comprados com tabaco, aguardente, tecidos, colares e artigos de pouco valor, eram transportados em grandes quantidades nos navios negreiros e revendidos no Brasil a altos preços. Calcula-se que cerca de **10 milhões de negros** tenham sido arrancados da África e vendidos como animais no Brasil colonial, em uma catástrofe já denominada de **holocausto negro** ou **diáspora africana.**

Sociedade açucareira

No comando incontestado da vida colonial, tanto na questão da produção açucareira quanto nas questões familiares, estava o **senhor de engenho** ou o senhor de escravos. A simples posse de terras e de escravizados conferia ao seu proprietário **distinção e prestígio social**, além da posição de mando. As mulheres encarregavam-se das atividades domésticas, submetidas à autoridade do senhor de engenho, em uma **estrutura tipicamente patriarcal.**

Os **homens livres**, a exemplo de padres, feitores, capatazes, militares, comerciantes e artesãos, eram uma parcela reduzida, geralmente restrita aos poucos centros urbanos, pois o ruralismo era predominante.

Quanto aos **negros e negras escravizadas**, realizavam todos os tipos de trabalho, constituindo a base econômica dessa sociedade, além de serem constantemente submetidos a castigos e violentações. Nas palavras de um homem da época, eram “as mãos e os pés do senhor de engenho”.

A mobilidade social, embora não fosse totalmente proibida, era, na prática, quase impossível, caracterizando uma sociedade estamental.



Leitura complementar:
Entrevista com Laurentino Gomes.



Sobre escravidão,
racismo e legados.



A Família Brasileira no Rio de Janeiro. Jean Baptiste Debret, 1839. Coleção Brasileira, Pinacoteca do Estado de São Paulo.



Lady na liteira sendo carregada por seus escravos, na província de São Paulo no Brasil, 1860. VASQUEZ, Pedro Karp. O Brasil na fotografia oitocentista. São Paulo: Metalivros, 2003.

Escravidão negra

Do século XVI ao final do XIX, o Brasil foi sustentado pela mão de obra de milhares de pessoas trazidas da África. Consideradas mercadorias, eram transportadas amontoadas como animais em navios negreiros, os **tumbeiros**. As condições de vida na colônia eram as piores possíveis, e os **castigos físicos** eram recorrentes. Apesar de toda a violência sofrida, lutaram pela liberdade e deixaram sua marca na formação social e cultural brasileira.

Os primeiros escravizados africanos no Brasil datam de 1533, em um documento de São Vicente solicitando ao rei dezessete escravos. A partir de então, e pelos séculos seguintes, até a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, teriam sido desembarcados da África **entre 5 e 10 milhões de negros e negras escravizadas**, sendo que outro equivalente teria morrido na travessia do Atlântico. Uma vez no Brasil, essas pessoas desempenhavam todos os **trabalhos manuais, da lavoura à cidade, da senzala à casa-grande, do artesanato aos favores sexuais.** Grosso modo, o Brasil somente foi possível graças ao braço negro.

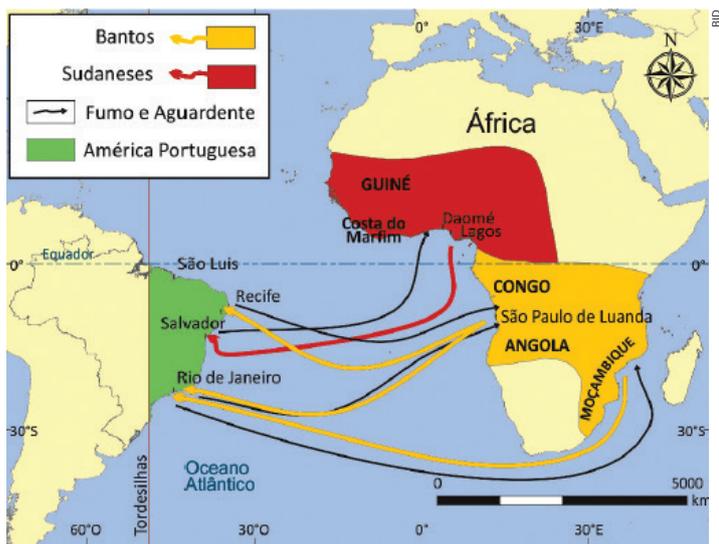
A origem desse braço divide-se em **grandes ciclos escravistas**. O primeiro denominou-se **Ciclo de Guiné**, entre os séculos XV e XVII. A seguir ocorreu o **Ciclo de Angola**, no qual mais de meio milhão de escravizados vieram para o Brasil. Eles eram do grupo **banto**: congos, benguelas e ovambos. No começo do século XVIII, inicia-se o **Ciclo da Costa da Mina**, desembarcando cerca de 1,5 milhão de escravizados em Salvador. Eram **sudaneses**: iorubas ou nagôs, jejes, minas, hauças, tapas e burnus. Transportados em péssimas condições, os sobreviventes eram postos à venda em locais públicos, nus, acorrentados e repletos de cicatrizes e feridas. A maioria não superaria sete anos de vida em território brasileiro.

Aos negros e negras escravizados eram reservados castigos bárbaros, como forma de desestimular desleixos e rebeldias. Havia o açoite em praça pública, no pelourinho, no qual um negro, sob ordens do feitor, executava de dez a trezentos golpes com um chicote de tiras trançadas de couro. Abriam-se feridas tratadas posteriormente com vinagre, sal e pimenta. Também havia a palmatória, a prisão no tronco, a gargalheira, a castração, a quebra de dentes com um



martelo, entre tantos horrores. Entretanto, **convém ressaltar que havia leis com o intuito de não permitir excessos de brutalidade** por parte dos senhores de escravos, ainda que elas não fossem respeitadas e seguidas, de fato.

Apesar de toda a violência a que foram submetidos, dos trabalhos desumanos e da expectativa de apenas sete anos de vida, os negros e as negras sempre lutaram contra o escravismo, seja com **rebeldias**, como os **quilombos**, seja com desleixo e **sabotagem no trabalho**, e conseguiram manter vivas suas tradições culturais, muitas evidentes no Brasil contemporâneo. Basta que lembremos o **samba**, a **capoeira**, as **religiões afro**, o azeite de dendê, a pimenta malagueta, o angu, o acarajé, enfim, a **contribuição cultural negra** está viva e pujante.



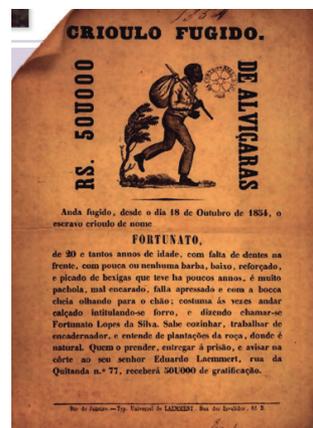
Mapa adaptado por João Henrique Quoos.

RESISTÊNCIA NEGRA

Uma das principais estratégias de resistência das negras e dos negros escravizados no Brasil foi a fuga. A partir dessas ações, formaram-se, no Brasil, inúmeras comunidades de fugitivos, chamadas **Mocambos**. Quando essas comunidades tomavam proporções maiores, havia a formação dos **Quilombos**. Dentro de vários quilombos, destaca-se o **Quilombo dos Palmares**, fundado no século XVII, em Alagoas, que se compunha de uma população de mais de 20 mil pessoas, entre negros, brancos, índios, mestiços e todos os explorados no sistema colonial. Palmares era uma comunidade agrícola autossuficiente, onde a terra era coletiva; lá se desenvolvera até mesmo rudimentos de metalurgia. O primeiro chefe de Palmares foi **Ganga Zumba**, seguido de **Zumbi dos Palmares**, e uma figura fundamental da luta feminina negra foi **Dandara**. Com o crescimento de Palmares, e o possível perigo de uma grande rebelião negra, as autoridades e os latifundiários da região contrataram o bandeirante Domingos Jorge Velho, que destruiu por completo o quilombo. Atualmente, as comunidades remanescentes de quilombolas lutam pelo direito à terra, com pouco sucesso. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, tem se aprofundado a busca pela diminuição do preconceito racial, e os governos têm adotado ações afirmativas, como as especificadas na Constituição de 1988 e o atual regime de cotas no ensino superior.



Escravo com máscara de metal. Autor: Jean-Baptiste Debret. Fonte: Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1816-1831.



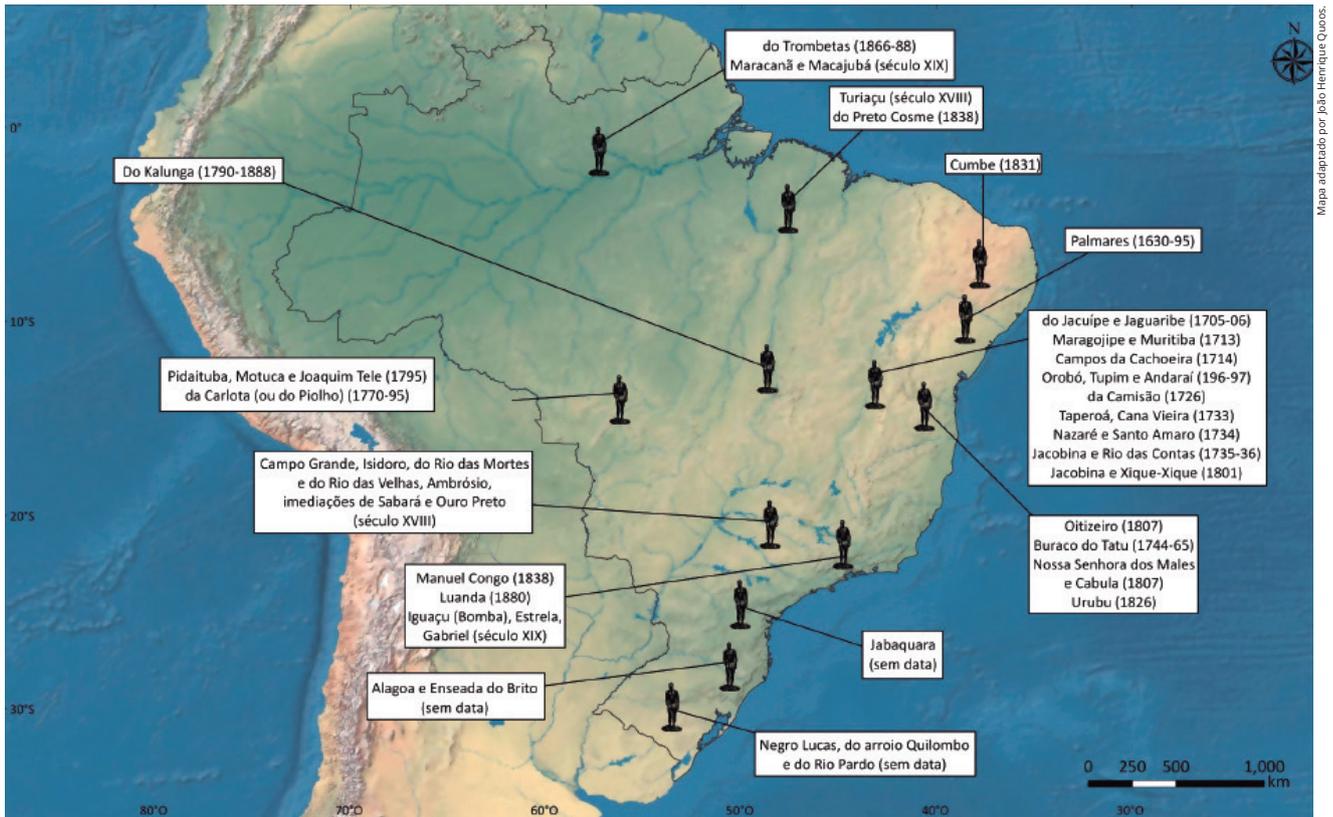
Anúncio de escravo fugitivo na Folhinha Laemmert, Rio de Janeiro, 1854.



Busto de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares morto em combate no dia 20 de novembro de 1695, que personifica a luta dos afrodescendentes.

Anotações:





Do mapa está a localização de alguns conhecidos quilombos brasileiros. Observe que eles estão espalhados desde o litoral até o interior do Brasil. Fonte: SCHWARZ, Lilia Moritz; REIS, Leticia Victor de Souza (orgs). *Negras imagens: ensaios sobre culturas e escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 26.

A LUTA CONTEMPORÂNEA CONTRA O RACISMO



A prática da capoeira nas ruas do Brasil antigo. Ilustração de Johan Moritz Rugendas. Fonte: Viagem pitoresca ao Brasil, 1821-1824.

Atualmente, a questão racial apresenta-se como necessária e urgente. O fim da escravidão, em 1888, desacompanhado de políticas de inclusão social, reduziu a ampla maioria da população negra a uma condição de miséria, abandono e preconceito. Hoje, os negros são a parcela menos favorecida da população, a qual enfrenta as maiores privações socioeconômicas. Eles possuem os maiores índices em miséria, homicídios, analfabetismo, enfermidades e problemas sociais de toda ordem. São a minoria no ensino superior e recebem os mais baixos salários. Tudo isso, evidentemente, na comparação com os brancos.

Diante desse quadro, autoridades e intelectuais debatem sobre medidas capazes de amenizar o abismo social entre brancos e negros, produzindo as denominadas ações afirmativas, as quais são políticas públicas que procuram abrir oportunidades aos grupos que sofrem discriminação, como os negros. Exemplo importante é a reserva de cotas no ensino superior e nos concursos públicos. No entanto, se, de um lado, temos o avanço das discussões sobre a necessidade de ações afirmativas, de outro, ainda há entraves por parcelas da sociedade.

Anotações:

Fique de olho!

BRASIL TEM MAIS NEGROS EM UNIVERSIDADES, MAS ELES SÃO MINORIA NAS EMPRESAS

Os negros (pretos e pardos) representam 56% da população brasileira, e, devido às políticas de cotas, o número de alunos negros no ensino superior cresceu quase 400%, entre 2010 e 2019, chegando a 38,15% do total de matriculados, segundo dados do site Quero Bolsa. Apesar disso, os negros ainda são minoria em cargos de liderança em empresas no Brasil.



Acesse para ler a reportagem completa

Conhecendo a Constituição de 1988

Racismo: Art. 5º, XLII “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Quilombos: Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Educação: Lei Nº 10.639 “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Cotas: Lei nº 12.711 Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

As vagas reservadas por cotas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Constituição da República Federativa do Brasil, São Paulo, Editora Ipê, 1988.

Anotações:



Invasões estrangeiras

Desde a chegada dos lusitanos ao território do Brasil, em 1500, vários países ameaçaram a hegemonia portuguesa na nova colônia, promovendo invasões e executando o contrabando. Além disso, na Europa, após o Tratado de Tordesilhas, países como a França, prejudicados na partilha das novas terras, passaram a questionar a validade do Tratado, pois beneficiava exclusivamente Portugal e Espanha.

INVASÕES FRANCESAS

Os franceses, que, desde o período pré-colonial, realizavam o **contrabando do pau-brasil** a partir de alianças com tribos indígenas, intensificaram suas incursões à colônia Brasil, nos séculos XVI e XVII. Em **1555**, fundaram a colônia da **França Antártica**, no Rio de Janeiro, porém foi uma experiência malograda. No Maranhão, tentaram instalar uma nova colônia, a **França Equinocial**, por volta de **1612**. Entretanto, essa iniciativa, assim como outras no Rio de Janeiro, também foram malsucedidas. Importa salientar que boa parte dos colonos franceses era oriunda de perseguições religiosas, como os calvinistas, também conhecidos por huguenotes.

INVASÕES HOLANDESA E O CONTROLE DO NORDESTE

Quanto aos holandeses, buscaram ocupar e dominar as regiões produtoras de açúcar no Brasil colonial. De fato, a partir do final da Idade Média, a **área dos Países Baixos** experimentou um intenso desenvolvimento comercial, com uma **camada burguesa próspera e empreendedora**, a exemplo dos **negócios relacionados ao açúcar**, além da progressiva adoção de uma religiosidade protestante, com matiz calvinista. As elites burguesas impulsionaram a luta pela libertação dos Países Baixos da Espanha, concretizada em 1581. Porém, restava ainda uma grande inimizade entre espanhóis e flamengos.

Com a **União Ibérica** (mais informações na seção *Demais Vestibulares*), de 1580 até 1640, e o conseqüente domínio espanhol sobre Portugal e seus domínios coloniais, as hostilidades holandesas estenderam-se às antigas posses do Império português, como o território do Brasil. Agravando essa situação, o rei da Espanha, **Filipe II**, decretou a **proibição** da participação holandesa nos negócios referentes ao empreendimento açucareiro no Brasil, o que prejudicou bastante a burguesia flamenga. Nesse sentido, a Holanda criou a **Companhia das Índias Orientais**, em **1602**, promovendo saques e invasões em posses ibéricas na América, na Ásia e na África.

Em **1608**, a Espanha, enfraquecida pela derrota da Invencível Armada diante de forças navais inglesas, reconheceu a independência da Holanda e assinou uma **trégua de 12 anos**. Tão logo encerrou-se esse prazo, os flamengos fundaram a **Companhia das Índias Ocidentais**, em **1621**, com o objetivo de controlar o comércio do açúcar brasileiro, além de tentar tomar as posses ibéricas na costa africana (fornecedora de escravos) e americana (regiões produtoras de açúcar). Depois de uma **tentativa invasora**

fracassada na Bahia, em **1624**, os holandeses tomaram, com a ajuda do mestiço Domingos Fernandes Calabar, a principal área açucareira no Brasil, Pernambuco.

O **domínio holandês** no Brasil logo se estendeu pela **região nordeste**, com a ocupação da Paraíba, Alagoas, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, além de conquistas holandesas na **costa africana**, dominando entrepostos fornecedores de escravos.

Quanto à administração da nova colônia, a Nova Holanda, a Cia. das Índias Ocidentais nomeou o conde **Maurício de Nassau** para dirigir o empreendimento. Nassau habilmente concedeu **empréstimos** aos senhores de engenho, garantindo apoio e propiciando o incremento da produção de açúcar. Além disso, a administração de Nassau destacou-se pelas **realizações progressistas**, como a modernização de Recife (a Cidade Maurícia), a reedificação de Olinda, a construção de pontes, zoológico e jardim botânico e o incentivo à vinda de artistas, como os irmãos Post, pintores da fauna e da flora brasileiras. Completando este novo quadro, estabeleceu **liberdade religiosa**, exceção para os jesuítas.

Entretanto, os últimos anos da administração de Nassau foram marcados por crescentes dificuldades econômicas, agravadas pelos elevados custos das guerras europeias envolvendo a Holanda, além da perda de possessões por parte da Cia. das Índias Ocidentais. Esta adotou uma nova política financeira nas suas posses no Brasil, impondo restrições aos gastos de Nassau e exigindo a cobrança dos empréstimos concedidos anteriormente aos senhores de engenho, fato que gerou protestos do conde, o qual decidiu regressar à Holanda em 1644. Com a **saída de Nassau**, os conflitos dos luso-brasileiros com a Cia. das Índias Ocidentais exasperou-se, culminando na denominada **Insurreição Pernambucana**, a luta pela expulsão dos holandeses, de **1645 até 1654**.

Nas lutas contra a Holanda, inicialmente, os colonos não tiveram a ajuda de Portugal, visto que este havia assinado uma trégua de 10 anos com os holandeses. Todavia, com as primeiras vitórias dos colonos, a metrópole portuguesa começou, progressivamente, a auxiliar no esforço de expulsão dos holandeses. Entre as lideranças do movimento insurrecional salientam-se o negro Henrique Dias, o índio Felipe Camarão e os senhores de engenho João Vieira e Antonio Cavalcanti.

Derrotados nas batalhas do Monte das Tabocas (1646) e Guararapes (1648 e 1649), os holandeses também declinavam no cenário europeu diante do avanço do poderio naval inglês e da derrota para os ingleses entre 1652 e 1654. Com as suas forças bélicas desgastadas e as finanças arruinadas, a **Cia. das Índias Ocidentais foi definitivamente expulsa do Brasil** por tropas luso-brasileiras na Batalha da Campina do Taborda, em 1654.

Expulsos do nordeste do Brasil, os holandeses desenvolveram e impulsionaram a produção de açúcar nas Antilhas, concorrendo, com vantagem, com o açúcar produzido no Brasil colonial. Essa concorrência provocaria a **crise da economia açucareira no Brasil**, levando o nordeste a perder sua posição de importância econômica e política na fase colonial, e, ao mesmo tempo, Portugal esmerava-se na busca dos metais preciosos em terras tupiniquins.



• Expansão territorial e economia aurífera

Economias complementares e interiorização do território

Embora a cultura canieira fosse a atividade principal no atendimento das necessidades de obtenção de lucratividade por parte de Portugal, outras **culturas** também se desenvolveram, de **forma secundária**. Destacamos as seguintes atividades complementares no Brasil colonial:

▶ **Mandioca:** constituía a base da alimentação da escravaria. Como aos senhores de engenho não era interessante desviar recursos para essa atividade, forjou-se a denominada brecha camponesa, ou seja, o proprietário destinava uma área para que os escravos plantassem seu sustento diário. Importa lembrar que a produção nessas áreas era de propriedade do escravo, sendo-lhe facultado, caso houvesse possibilidade, inclusive o comércio do que ali era produzido.

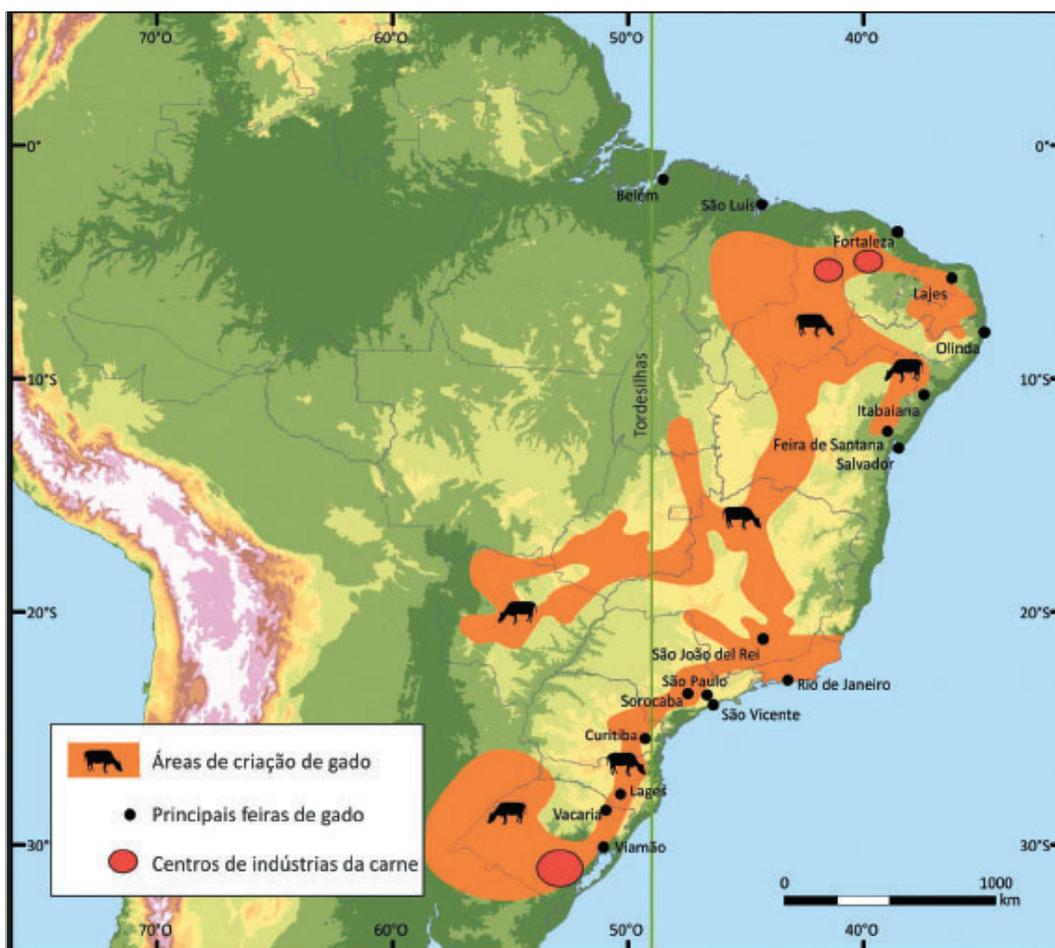
▶ **Tabaco e aguardente:** produzidos especialmente na Bahia, eram importantes moedas de troca no comércio de escravos na África.

▶ **Algodão:** desenvolveu-se no Maranhão, sendo em grande parte destinado à confecção de roupas para os escravizados.

▶ **Pecuária:** desenvolveu-se no sul, no vale do São Francisco e em regiões adjacentes às lavouras de cana-de-açúcar. Contava com uma mão de obra predominantemente livre e contribuiu decisivamente para a expansão territorial.

▶ **Drogas do sertão:** atividade edificada na região amazônica, sob direção dos jesuítas, os quais se utilizavam da mão de obra indígena para sua extração. Extraía-se cacau, baunilha, guaraná, urucum, além de ervas aromáticas e medicinais.

Essas atividades complementares, evidentemente, contribuíram bastante para a **interiorização do território** e para um maior conhecimento do Brasil Colonial pelos portugueses. Como fatores contribuintes para a expansão e a ocupação territorial, podemos destacar também: as expedições e os fortes militares, as missões jesuítas, a economia mineiradora, os tratados de limites e as bandeiras. Vejamos, de forma mais detalhada, os tratados e as bandeiras.

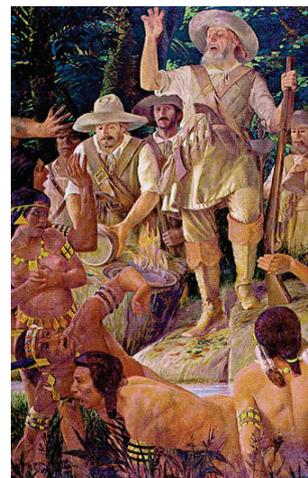


Expansão bandeirante

Durante o período holandês e, principalmente, após sua expulsão, ocorreu uma expansão territorial do Brasil, tendo em vista que, com a União Ibérica (1580-1640), o limite de Tordesilhas deixou de existir, facilitando a interiorização dos portugueses. Já **durante o domínio holandês**, era necessária uma **fonte alternativa de mão de obra**, diante do domínio flamengo dos locais de fornecimento de escravos. Com a expulsão holandesa e a crise do açúcar no Brasil, a coroa lusa necessitava de novas **fontes de lucro**, principalmente **metais preciosos**. Então, organizou **expedições oficiais** em busca do ouro, as **entradas**, que, no entanto, fracassaram.

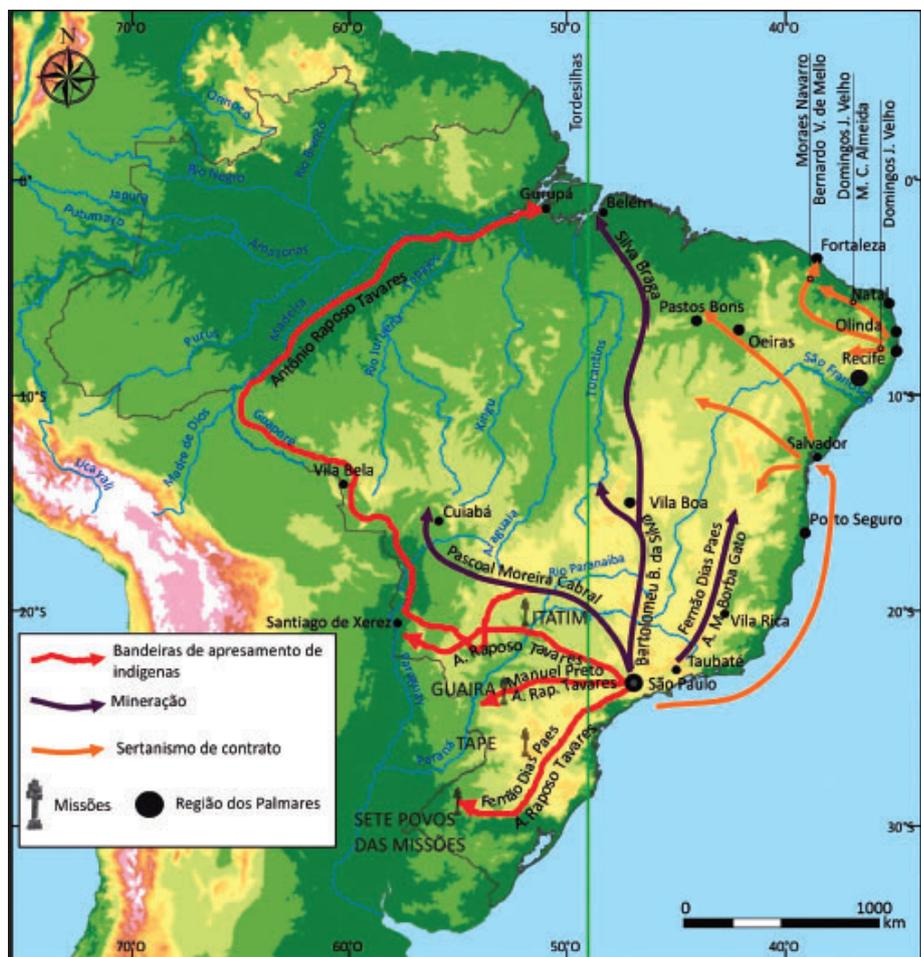
A seguir, surgiram as **bandeiras**, ou seja, **expedições particulares** que partiam de São Paulo em busca de ouro, mas também de escravos índios e negros. Muitas bandeiras realizaram ataques a quilombos, na forma do sertanismo de contrato, a exemplo do assédio de Domingos Jorge Velho ao Quilombo dos Palmares, e dos aldeamentos jesuítas, em busca da captura de índios.

Entretanto, é evidente que as principais bandeiras foram as destinadas à prospecção, ou seja, à busca de metais preciosos diante do declínio da atividade açucareira. Assim, os **bandeirantes paulistas descobriram ouro na região de Minas Gerais** e, mais tarde, em Mato Grosso e Goiás, iniciando a economia mineradora. Lembre-se, ainda, de que houve confrontos entre os paulistas e os estrangeiros pela posse do ouro, como na **Guerra dos Emboabas**, a qual veremos em unidade posterior.



Ministério da Fazenda/IBID

Tela de Teodoro Braga, Museu da Universidade de São Paulo (USP), retratando Bartolomeu Bueno da Silva, alcunhado pelos índios de Anhanguera.



Anotações:

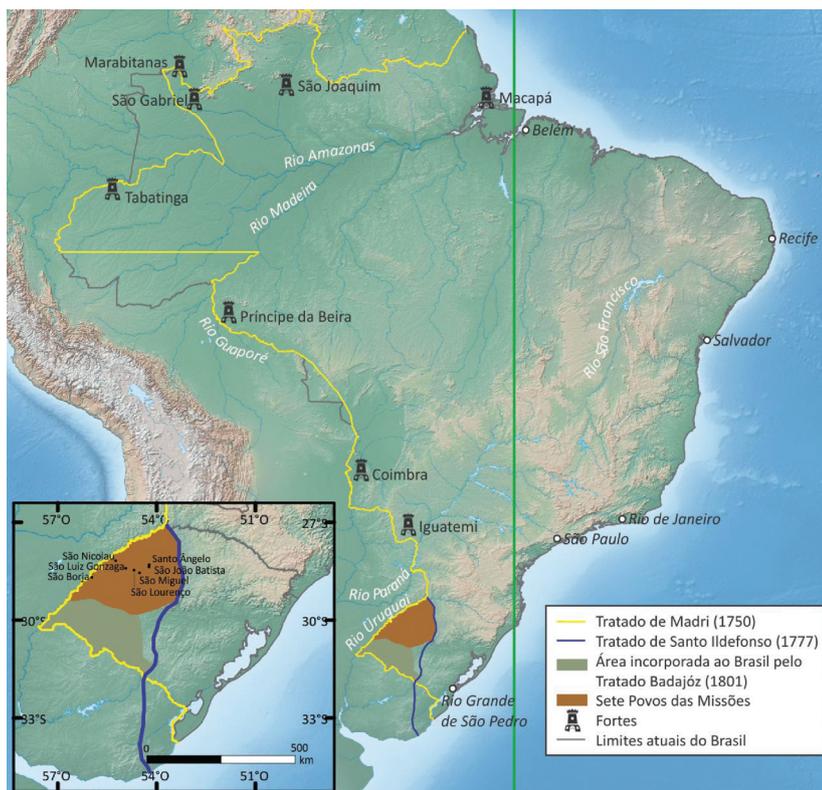
Tratados de limites

Desde o século XVII, os lusos já haviam expandido as fronteiras coloniais além dos limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas. Essa expansão exigia a **revisão das fronteiras do Brasil**. Aos poucos, a questão passou a ser **discutida pelos diplomatas ibéricos**, o que resultou nos seguintes tratados:

- ▶ **Tratado de Utrecht (1713):** a França trocou com os portugueses as terras situadas à margem esquerda do rio Amazonas, pelas do rio Oiapoque, o limite entre a Guiana Francesa e o Brasil.
- ▶ **Tratado de Utrecht (1715):** a Espanha reconheceu a posse portuguesa da área onde estava situada a Colônia do Sacramento. Contudo, as desavenças entre os castelhanos do Prata e os luso-brasileiros levaram à elaboração de um novo tratado.
- ▶ **Tratado de Madri (1750):** nesse momento, a situação fronteiriça do Brasil colonial era a seguinte: no Sul, os portugueses continuavam a lutar com os castelhanos; no Norte, os portugueses ocupavam efetivamente a região; e, no Centro-Oeste, em virtude da mineração, havia uma forte corrente migratória, especialmente para a região de Goiás. Para resolver essas questões, as Coroas Ibéricas decidiram assinar o Tratado de Madri, o grande acordo que limitava as fronteiras entre os impérios coloniais ibéricos na América. Por meio dele, a coroa de Portugal assenhoreava-se do Norte, do Centro-Oeste e de boa parte do Sul do Brasil.

Nas negociações, salientou-se o representante português Alexandre de Gusmão, o qual invocou o princípio do “uti possidetis”, ou seja, um território deveria pertencer a quem o tivesse efetivamente colonizado. Assim, no Sul, haveria uma descontinuidade territorial, intercalando-se domínios espanhóis e portugueses. Para solucionar o impasse, foi estabelecido que a Colônia do Sacramento, fundada por Portugal, em 1680, no atual Uruguai, seria de posse espanhola, ao passo que os Sete Povos Missionários, fundados pelos jesuítas espanhóis, no atual território do Rio Grande do Sul, seria território luso. Previa-se, ainda, a permutação dos povos dessas regiões, fato não acatado pelos índios guaranis missionários e desencadeador da Guerra Guaranítica, a qual exterminou cerca de 30 mil indígenas.

- ▶ **Tratado de El Pardo (1761):** anulou as cláusulas do Tratado de Madri referentes ao sul do Brasil, porém manteve as decisões em relação ao Norte e ao Centro-Oeste.
- ▶ **Tratado de Santo Ildefonso (1777):** a Coroa de Portugal entregava a Colônia do Sacramento e os Sete Povos aos espanhóis e ficava detentora da parte leste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.
- ▶ **Tratado de Badajoz (1801):** ratificou as cláusulas do Tratado de Madri e consolidou a ocupação do atual oeste sul-rio-grandense pelos portugueses, delimitando as fronteiras entre os lusos e os espanhóis nas margens do rio Uruguai. Nesse momento, as estâncias de criação de gado compunham o cenário dominante do atual território do Rio Grande do Sul.



Anotações:



ADMINISTRAÇÃO E IMPOSTOS

Na área administrativa, a Coroa lusa criou, em **1702**, a **Intendência das Minas** (com a descoberta de diamantes, seria criada a Intendência dos diamantes) para executar um controle mais severo e eficiente sobre a área de exploração aurífera. Os funcionários da Intendência estavam subordinados diretamente a Portugal, excluindo-se qualquer forma de autoridade dos demais órgãos administrativos coloniais sobre o intendente e auxiliares. A Intendência era responsável pela divisão dos lotes a serem explorados, denominados datas, e distribuídos de acordo com o número de escravos. Também se encarregava da cobrança do **quinto**, ou seja, 20% sobre o ouro explorado que era pago como imposto à Coroa portuguesa. Todavia, o pagamento do quinto era seguidamente burlado pelos mineradores por meio do contrabando.

Para tentar coibir o contrabando, Portugal criou, em **1720**, as **Casas de Fundição**. Estabelecia-se que o ouro encontrado, em pó ou em pepitas, deveria ser fundido e transformado em barras nas Casas de Fundição, nas quais, evidentemente, já se retirava o quinto devido à Coroa. Tal medida causou a **Revolta de Filipe dos Santos**, no mesmo ano de instalação das Casas.

Em 1750 assume o trono português D. José I. Enfrentando inúmeras dificuldades econômicas, sofre abalos ainda maiores com um terremoto que ocorre em Lisboa, destruindo a cidade. Para tentar modernizar o reino, nomeou para primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o **Marquês de Pombal**. Entre suas realizações, inspiradas em algumas ideias iluministas, encontram-se:

- ▶ extinção das capitanias hereditárias - 1759;
- ▶ mudança da capital para o Rio de Janeiro - 1763;
- ▶ criação de companhias monopolistas comerciais, como: Cia. Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1756) e Cia. Geral de Pernambuco e Paraíba (1759);
- ▶ expulsão dos jesuítas (1759).

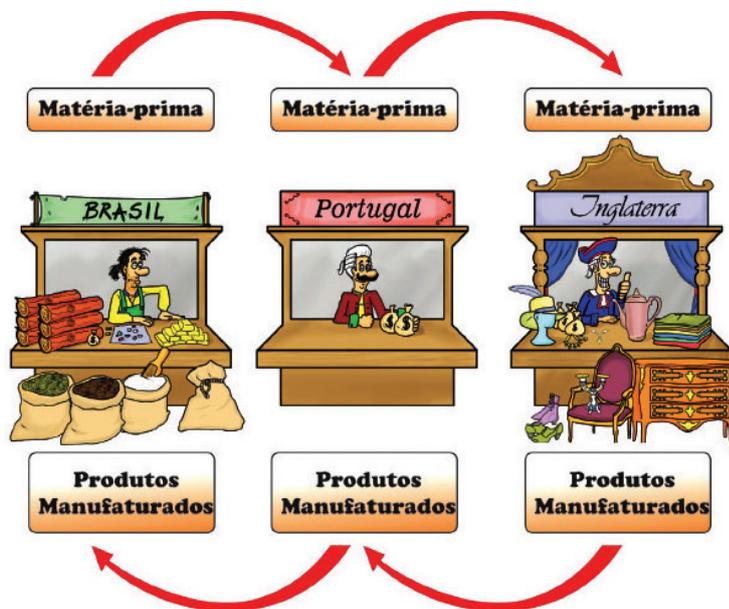
No **final do século XVIII**, a economia mineira dava sinais de **esgotamento**, o que motivou o Governo português a implantar as **100 arrobas anuais** por região mineradora. A cobrança do tributo seria **garantida pela derrama**, ou seja, a cobrança violenta dos impostos devidos executada pelos dragões, os soldados reais autorizados a qualquer ação para completar as 100 arrobas devidas por determinada região. Essas medidas geraram enormes insatisfações na colônia, provocando revoltas, a exemplo da **Inconfidência Mineira de 1789**.

Na **última década do século XVIII**, a economia mineradora já se encontrava em **colapso**, em especial pelo esgotamento das jazidas e pelo uso de técnicas arcaicas, que inviabilizavam uma prospecção mais profunda do solo em busca do denominado ouro de mina. Portugal, nesse contexto, tornou mais severa a tributação e a exploração da colônia, o que provocou diversas revoltas coloniais.

Ainda que efêmera, restrita ao século XVIII, a economia mineradora propiciou vultosas rendas ao capitalismo europeu, principalmente no pagamento de débitos portugueses em relação aos ingleses, em virtude do **Tratado de Methuen** de 1703. Por causa desse tratado, Portugal importava manufaturados da Inglaterra, sobretudo têxteis, e vendia vinhos. Assim, o ouro extraído no Brasil servia de pagamento do déficit luso, que não investia em unidades produtivas de manufaturados, permanecendo à mercê da indústria manufatureira inglesa. Esse tratado também ficou conhecido como "Tratado dos panos e dos vinhos".



O Marquês de Pombal. Observe os elementos visuais que compõem a ideia geral do quadro. Sentado, o poderoso ministro tem aos seus pés os papéis de sua administração e aponta para as embarcações que se vão para o mar. Pode-se entender que o gesto simboliza sua preocupação com o império marítimo português. Pintura a óleo de L. M. Loo.



Igreja e jesuítas

A Igreja católica constituiu o **braço espiritual que justificou a conquista material da América**, sendo essa conquista levada a cabo pelos interesses econômicos das grandes metrópoles ibéricas. Para a Igreja, a conquista da América representava a possibilidade de **ampliação de seu número de fiéis**, no século XVI, ameaçada pelas Reformas Religiosas na Europa.

No caso do Brasil, tivemos a vinda de membros do clero secular e também do regular. Foram fundadas igrejas, capelas, paróquias, colégios, irmandades e bispados, geralmente a cargo do clero secular. A partir dos serviços religiosos prestados, a Igreja exercia **severo controle sobre a religiosidade e a vida moral e intelectual de toda a sociedade**, estabelecendo normas e princípios a serem seguidos. Evidentemente, para qualquer desvio das normas da Igreja, recorria-se à Inquisição, executada no Brasil na forma das **visitações do Tribunal do Santo Ofício**. A instituição Igreja espalhou-se por todo o território, partindo de vilas e povoados litorâneos em direção ao interior, atingindo, inclusive, os confins da Amazônia com os jesuítas.

Apesar de sua força no estabelecimento de normas morais e de prática social, a Igreja estava **subordinada ao Estado** pelo **regime do padroado**, o qual vigorou em toda a fase colonial e também no Brasil imperial.

Quanto ao clero regular, apesar da existência de franciscanos, capuchinhos, beneditinos e carmelitas, a principal ordem foi, sem dúvida, a dos **jesuítas**. A Companhia de Jesus foi fundada em 1540, na Espanha, por Inácio de Loyola, no contexto da Contrarreforma Católica. Fundamentada em bases militares, estava sob a autoridade religiosa do papa, mas era independente na formação material. Na América, a função dos jesuítas pode ser sintetizada em três aspectos: **catequizar os índios, preparar mão de obra para a empresa colonizadora e proteger os indígenas da escravidão** (a escravidão negra era autorizada pela Igreja).

Os jesuítas, disciplinadamente, fundaram diversos aldeamentos indígenas, as **missões ou reduções**, desde a Amazônia até o sul da América. Nas missões, os índios recebiam uma educação elementar, aprendiam técnicas artesanais e, logicamente, eram catequizados. À parte os benefícios à população indígena, salienta-se que os nativos eram aculturados, abandonando, gradativamente, suas tradições e costumes.

A segunda fase da presença missionária correspondeu à criação dos Sete Povos das Missões, entre 1682 e 1801, no atual território gaúcho. Foram reedificadas ou fundadas: São Nicolau, São Miguel, São Borja, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo. Elas representavam uma reação da Coroa espanhola à fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses, em 1680.

Nas missões, os padres jesuítas desenvolveram a sedentarização do índio, a produção de erva-mate e a criação de gado, com enormes estâncias.

Após a Guerra Guaranítica, em razão das determinações do Tratado de Madri de 1750, as missões jesuíticas no noroeste gaúcho foram destruídas, restando apenas ruínas na atualidade.



Ruínas de São Miguel/RS.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.810, de 19 de fevereiro de 1998.

Saiba mais

Na área cultural, desenvolveu-se a música e a arquitetura barroca, também influenciada por traços europeus. O barroco mineiro teve destaque com Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, que realizou obras em pedra-sabão, como as esculturas dos apóstolos, e adornou igrejas, como as de Ouro Preto. A riqueza decorativa aliada à religiosidade foi característica dessas obras.

Por outro lado, na literatura tivemos o florescimento do Arcadismo, com destaque para poetas como Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga. Observe o trecho abaixo, representativo da poesia arcáde.

“Enquanto pasta alegre o manso gado, / Minha bela Marília, nos sentemos / À sombra deste cedro levantado. / Um pouco meditemos / Na regular beleza, / Que em tudo quanto vive nos descobre / A sábia Natureza.”

Tomás Antônio Gonzaga.

Anotações:



DEMAIS VESTIBULARES

» Expansão Marítima, Colonização e administração europeia nos primeiros anos da conquista

Navegações portuguesas

O impulso aos empreendimentos marítimos portugueses remonta à Revolução de Avis (1383-1385), quando D. João I subiu ao trono com apoio da burguesia. Logo em seguida, em 1415, Portugal conquistou Ceuta, no norte da África, marco inicial da expansão portuguesa pelos mares. Após a tomada de Constantinopla pelos turco-otomanos, reduzindo drasticamente o comércio de especiarias, as viagens acentuaram-se, pois era imperioso encontrar uma rota alternativa para a rica região das Índias Orientais. Entre as navegações portuguesas, destacam-se:

- ▶ 1415: o Infante D. Henrique tomou Ceuta dos muçulmanos;
- ▶ 1419: chegada lusitana na Ilha da Madeira;
- ▶ 1431: os portugueses reconheceram o Arquipélago dos Açores;
- ▶ 1434: Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador;
- ▶ 1444: descoberta do Arquipélago de Cabo Verde;
- ▶ 1482: Diogo Cão chegou ao Zaire;
- ▶ 1488: Bartolomeu Dias dobrou o Cabo Sul-Africano, denominado pelo rei de Cabo da Boa Esperança;
- ▶ 1498: Vasco da Gama chegou a Calicute, nas Índias Orientais;
- ▶ 1500: Cabral oficializou a posse sobre o território brasileiro.

Durante a realização de sua empreitada marítima pelo contorno do continente africano, o chamado périplo africano, Portugal explorou as ilhas do Atlântico, com a introdução do cultivo da cana-de-açúcar, do trigo, das vinhas e a criação de gado, e dividiu o território em capitânicas hereditárias, mais tarde utilizadas no Brasil. Na costa africana e asiática, foram fundadas feitorias, transformando Portugal em um império ultramarino.

Entretanto, a riqueza advinda não era investida na melhoria da infraestrutura produtiva do país, que permanecia dependente de outros países e de companhias comerciais para satisfação de gastos extravagantes da nobreza e do próprio rei.

Navegações espanholas

Vejamos outras navegações espanholas importantes:

- ▶ 1500: Vicente Pinzón chegou até a foz do rio Amazonas;
- ▶ 1513: Vasco Nuñez de Balboa chegou ao Oceano Pacífico pela América Central;
- ▶ 1519: Fernão de Magalhães iniciou a primeira viagem de circunavegação, concluída por Sebastião Elcano, em 1521;
- ▶ 1519: Hernán Cortés dominou os astecas no México;
- ▶ 1531-1533: Francisco Pizarro conquistou o Império Inca.

Anotações:



• América Espanhola

Estrutura político-administrativa

A vasta região americana sob controle da Coroa espanhola foi sendo ocupada, gradativamente, pelos núcleos de povoamento, sendo o primeiro deles estabelecido na Ilha Hispaniola (atual São Domingos). A partir desse núcleo inicial, a entrada dos colonizadores foi se estendendo ao norte e ao sul, a princípio com os chamados “adelantados”, ou seja, aventureiros contratados pela Coroa para realizar explorações. Os “adelantados” tinham poderes jurídicos e militares nos núcleos de povoamento que fundassem, devendo, em troca, cristianizar os índios e entregar um quinto de tudo o que explorassem.

Ao longo do século XVI, a Coroa espanhola instituiu as Audiências, em substituição a muitos dos “adelantados”, nos centros mais destacados da colônia. Ao mesmo tempo, eram fundadas unidades administrativas mais complexas: os vice-reinos e as capitanias gerais. Enquanto os primeiros eram entregues a membros da nobreza e respondiam diretamente ao rei, além de fiscalizarem a exploração de metais, as capitanias eram implantadas em regiões estratégicas, possíveis alvos de ataques e agitações de toda espécie. Existiram quatro vice-reinos e quatro capitanias gerais:

- ▶ Vice-reinos: da Nova Espanha (1535, México e oeste dos EUA); do Peru (1542, Peru, Bolívia e parte do Chile); de Nova Granada (1717, Colômbia e Equador); e do Prata (1776, Argentina, Paraguai e Uruguai).

- ▶ Capitanias Gerais: do Chile; da Venezuela; da Guatemala; e de Cuba.

Na Espanha, o controle e a administração dos negócios relativos à colônia eram centralizados em duas instituições: o Conselho Real das Índias, que estava encarregado da administração e da legislação para a América, além de supervisionar as Audiências, e a Casa de Contratação, que detinha o monopólio do comércio e do fisco da cobrança do quinto sobre os metais explorados. A Espanha também instituiu o regime do porto único para executar um melhor controle sobre tudo o que era comercializado entre a metrópole e a colônia. Em um primeiro momento, o porto espanhol autorizado a comerciar com a América foi o de Sevilha e, mais tarde, também o de Cádiz. Na América, os portos autorizados eram os de Vera Cruz (no México), Porto Belo (no Panamá) e Cartagena (na Colômbia).

Como mecanismo de proteção contra a ação dos piratas, dos corsários e do contrabando, surgiu, em 1540, o regime de frotas e galeões, obrigando os comerciantes a enviar, pelo menos, duas frotas por ano.



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Anotações:

Economia na América espanhola

A exploração de metais preciosos foi a principal atividade desenvolvida na América hispânica, sobretudo com o trabalho compulsório dos indígenas. Instituições de trabalhos forçados já existiam no Império Inca, como a mita, e no Império Asteca, como o cuatéquil. Os espanhóis valeram-se dessa cultura preexistente para explorar a mão de obra nativa, denominando-a de “repartimiento”.

O “repartimiento”, especialmente a mita, foi largamente utilizado na exploração de minérios, embora também pudesse ocorrer em atividades agrícolas. Consistia no sorteio de determinado número de índios de uma aldeia, que eram levados para qualquer parte da colônia. Trabalhavam em péssimas condições e recebiam uma remuneração irrisória. A mortalidade de nativos nesse sistema foi altíssima, além de provocar o esvaziamento de comunidades, na medida em que muitos índios mytaios ou repartidos não voltavam para suas aldeias, provocando a desestruturação de diversas comunidades.

Outra forma de trabalho compulsório foi a “encomienda”, uma forma especial de “repartimiento”. Nesse sistema, um colono espanhol (o “encomendero”) recebia autorização para utilizar a mão de obra de tribos inteiras nos trabalhos agrícolas e, em casos mais especiais, na mineração. Em contrapartida, o “encomendero” deveria comprometer-se a ministrar a educação cristã aos índios que lhe serviam. Além disso, as autoridades régias proibiam que os colonos “encomenderos” tomassem as terras indígenas. Na prática, os colonos dizimavam as populações nativas sem pudores para com a fé.

Complementando a economia, com caráter secundário em relação aos metais, existiram as “haciendas”, grandes propriedades monocultoras que utilizavam o trabalho escravo. A produção era destinada ao comércio local e regional, intracolônial, ou à exportação, como o algodão peruano, o índigo salvadorenho e o açúcar cubano. Em Cuba, concentrou-se a maior parte dos escravos negros de origem africana, sendo que, no século XVIII, mais da metade dos escravos trazidos para as colônias espanholas foram introduzidos no cultivo do açúcar cubano.

» Brasil Colônia: estruturas econômicas, sociedade e invasões estrangeiras entre os séculos XVI e XVIII

O que foi a União Ibérica?

No período que se estende de 1580 até 1640, Portugal e Espanha estiveram unidos, mas sob a hegemonia da Coroa espanhola. Durante essa fase, também denominada Domínio Espanhol, o reino português e suas posses territoriais estiveram sob o jugo espanhol.

Em 1578, o rei luso Dom Sebastião foi morto na batalha de Alcácer-Quibir contra os mouros da região do atual Marrocos. Como Dom Sebastião não possuía herdeiros diretos, o trono português foi ocupado pelo seu tio-avô, o cardeal Dom Henrique, que, entretanto, morreria em 1580. Uma vez que Portugal não apresentava nenhum herdeiro direto, descendente dos Avis, para o trono, o rei de Espanha, Felipe II, da dinastia Habsburgo e neto de Dom Manuel, manifestou o desejo de reinar também sobre os portugueses. Então, Felipe II organizou as tropas e invadiu Lisboa. Pouco depois, em 1581, pelo Tratado de Tomar, criou-se a União das Coroas Ibéricas, ficando estabelecida a independência dos governos e de suas colônias. Todavia, evidentemente, os interesses da monarquia espanhola pautariam as ações de ambos os reinos a partir de então.

No cenário europeu, Portugal passou a sofrer as hostilidades dos tradicionais inimigos da Espanha, como França e Holanda, motivando as invasões estrangeiras no Brasil colonial. Por outro lado, no âmbito colonial, a repercussão maior da União Ibérica foi o alargamento do trânsito de lusitanos e espanhóis pelo interior do território, já que não havia mais a necessidade de respeito aos limites do Tratado de Tordesilhas, obsoleto nesse período. Com isso, a interiorização do território brasileiro intensificou-se.

A União Ibérica chegaria ao fim em 1640, com a decadência espanhola na Europa e a restauração portuguesa.

Anotações:



Anotações:

HABILIDADES À PROVA 1

» Patrimônio cultural brasileiro, ocupação do continente americano e povos nativos da América

○ 1. (ENEM) A Unesco condenou a destruição da antiga capital assíria de Nimrod, no Iraque, pelo Estado Islâmico, com a agência da ONU considerando o ato como um crime de guerra. O grupo iniciou um processo de demolição em vários sítios arqueológicos em uma área reconhecida como um dos berços da civilização. Unesco e especialistas condenam destruição de cidade assíria pelo Estado Islâmico.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com>. Acesso em: 30 mar. 2015 (adaptado).

O tipo de atentado descrito no texto tem como consequência para as populações de países como o Iraque a desestruturação do(a):

- a) homogeneidade cultural.
- b) patrimônio histórico.
- c) controle ocidental.
- d) unidade étnica.
- e) religião oficial.

○ 2. (ENEM) As primeiras ações acerca do patrimônio histórico no Brasil datam da década de 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. Nesse período, o conceito que norteou a política de patrimônio limitou-se aos monumentos arquitetônicos relacionados ao passado brasileiro e vinculava-se aos ideais modernistas de conhecer, compreender e recriar o Brasil por meio da valorização da tradição.

SANTOS, G. Poder e patrimônio histórico: possibilidades de diálogo entre educação histórica e educação patrimonial no ensino médio. *EntreVer*, n. 2, jan.-jun. 2012.

Considerando o contexto mencionado, a criação dessa política patrimonial objetivou a:

- a) consolidação da historiografia oficial.
- b) definição do mercado cultural.
- c) afirmação da identidade nacional.
- d) divulgação de sítios arqueológicos.
- e) universalização de saberes museológicos.

○ 3. (ENEM)



A Estátua do Laçador, tombada como patrimônio em 2001, é um monumento de Porto Alegre/RS, que representa o gaúcho (em trajes típicos).

Disponível em: www.portoalegre.tur.br. Acesso em: 3 ago. 2012 (adaptado)

O monumento identifica um(a):

- a) exemplo de bem imaterial.
- b) forma de exposição da individualidade.
- c) modo de enaltecer os ideais de liberdade.
- d) manifestação histórico-cultural de uma população.
- e) maneira de propor mudanças nos costumes.

Anotações:



○ 4. (ENEM)

Queijo de Minas vira patrimônio cultural brasileiro

O modo artesanal da fabricação do queijo em Minas Gerais foi registrado nesta quinta-feira (15) como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O veredicto foi dado em reunião do conselho realizada no Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte. O presidente do Iphan e do conselho ressaltou que a técnica de fabricação artesanal do queijo está "inserida na cultura do que é ser mineiro".

Folha de S. Paulo, 15 maio 2008.

Entre os bens que compõem o patrimônio nacional, o que pertence à mesma categoria citada no texto está representado em:



Mosteiro de São Bento (RJ)



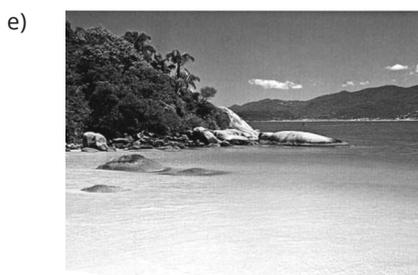
Tiradentes esquartejado (1893), de Pedro Américo



Ofício das panelleiras de Goiabeiras (ES)



Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Ouro Preto (MG)



Sítio arqueológico e paisagístico da Ilha do Campeche (SC)

○ 5. (ENEM) Nas últimas décadas, a capoeira está cada vez mais presente no ambiente escolar, seja por intermédio de estudantes que a praticam nos intervalos das aulas, seja como parte das propostas curriculares de diversas instituições de ensino.

Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br> (adaptado).

Cada vez mais reconhecida, a capoeira é considerada a 14ª expressão artística do país, registrada como patrimônio imaterial pelo IPHAN. Sua prática representa nas escolas um(a):

- a) atividade que proporciona diálogo e inclusão para os praticantes.
- b) alternativa que contraria o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- c) meio didático desvinculado da cultura popular.
- d) movimento teórico e intelectual sem práxis coletiva.
- e) prática sem vínculo identitário e cultural.



○ **6. (ENEM)** Penso, pois, que o Carnaval põe o Brasil de ponta-cabeça. Num país onde a liberdade é privilégio de uns poucos e é sempre lida por seu lado legal e cívico, a festa abre nossa vida a uma liberdade sensual, nisso que o mundo burguês chama de libertinagem. Dando livre passagem ao corpo, o Carnaval destitui posicionamentos sociais fixos e rígidos, permitindo a “fantasia”, que inventa novas identidades e dá uma enorme elasticidade a todos os papéis sociais reguladores.

DAMATTA, R. *O que o Carnaval diz do Brasil*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com>. Acesso em: 29 fev. 2012.

Ressaltando seus aspectos simbólicos, a abordagem apresentada associa o Carnaval ao(à):

- inversão de regras e rotinas estabelecidas.
- reprodução das hierarquias de poder existentes.
- submissão das classes populares ao poder das elites.
- proibição da expressão coletiva dos anseios de cada grupo.
- consagração dos aspectos autoritários da sociedade brasileira.

○ **7. (ENEM)**

Texto I



Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 6 abr. 2016.

Texto II

A eleição dos novos bens, ou melhor, de novas formas de se conceber a condição do patrimônio cultural nacional, também permite que diferentes grupos sociais, utilizando as leis do Estado e o apoio de especialistas, revejam as imagens e alegorias do seu passado, do que querem guardar e definir como próprio e identitário.

ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

O texto chama a atenção para a importância da proteção de bens que, como aquele apresentado na imagem, se identificam como:

- Artefatos sagrados.
- Heranças materiais.
- Objetos arqueológicos.
- Peças comercializáveis.
- Conhecimentos tradicionais.

○ **8. (ENEM)** O que o projeto governamental tem em vista é poupar à nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio. Grande parte das obras de arte até mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a coletividade brasileira era depositária, têm desaparecido ou se arruinado irremediavelmente. As obras de arte típicas e as relíquias da história de cada país não constituem seu patrimônio privado, e sim um patrimônio comum de todos os povos.

ANDRADE, R. M. F. Defesa do patrimônio artístico e histórico. *O Jornal*, 30 out. 1936. In: ALVES FILHO, I. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999 (adaptado).

A criação no Brasil do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, foi orientada por ideias como as descritas no texto, que visavam:

- submeter a memória e o patrimônio nacional ao controle dos órgãos públicos, de acordo com a tendência autoritária do Estado Novo.
- transferir para a iniciativa privada a responsabilidade de preservação do patrimônio nacional, por meio de leis de incentivo fiscal.
- definir os fatos e os personagens históricos a serem cultuados pela sociedade brasileira, de acordo com o interesse público.
- resguardar da destruição as obras representativas da cultura nacional, por meio de políticas públicas preservacionistas.
- determinar as responsabilidades pela destruição do patrimônio nacional, de acordo com a legislação brasileira.

○ **9. (ENEM)** O Ofício das Baianas de Acarajé constitui um bem cultural de natureza imaterial, inscrito no Livro dos Saberes em 2005, que consiste em uma prática tradicional de produção e venda, em tabuleiro, das chamadas comidas de baiana, feitas com azeite de dendê e ligadas ao culto dos orixás, amplamente disseminadas na cidade de Salvador, Bahia.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 29 fev. 2012 (adaptado).

O texto contém a descrição de um bem cultural que foi reconhecido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) como patrimônio imaterial, pois representa:

- uma técnica culinária com valor comercial e atratividade turística.
- um símbolo da vitalidade dessas mulheres e de suas comunidades.
- uma manifestação artística antiga e de abrangência nacional.
- um modo de fazer e viver ligado a uma identidade étnica e regional.
- uma fusão de ritos das diferentes heranças e tradições religiosas do país.

○ **10. (ENEM)** A recuperação da herança cultural africana deve levar em conta o que é próprio do processo cultural: seu movimento, pluralidade e complexidade. Não se trata, portanto, do resgate ingênuo do passado nem do seu cultivo nostálgico, mas de procurar perceber o próprio rosto cultural brasileiro. O que se quer é captar seu movimento para melhor compreendê-lo historicamente.

MINAS GERAIS: Cadernos do Arquivo 1: *Escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1988.

Com base no texto, a análise de manifestações culturais de origem africana, como a capoeira ou o candomblé, deve considerar que elas:

- permanecem como reprodução dos valores e costumes africanos.
- perderam a relação com seu passado histórico.
- derivam da interação entre valores africanos e a experiência histórica brasileira.
- contribuem para o distanciamento cultural entre negros e brancos no Brasil atual.
- demonstram a maior complexidade cultural dos africanos em relação aos europeus.



○ **11. (ENEM)** Desde 2002, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem registrado certos bens imateriais como patrimônio cultural do país. Entre as manifestações que já ganharam esse status está o ofício das baianas do acarajé. Enfatize-se: o ofício das baianas, não a receita do acarajé. Quando uma baiana prepara o acarajé, há uma série de códigos imperceptíveis para quem olha de fora. A cor da roupa, a amarra dos panos e os adereços mudam de acordo com o santo e com a hierarquia dela no candomblé. O Iphan conta que, registrando o ofício, “esse e outros mundos ligados ao preparo do acarajé podem ser descortinados”.

KAZ, R. *A diferença entre o acarajé e o sanduíche de Bauru*. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 13, out. 2006 (adaptado).

De acordo com o autor, o Iphan evidencia a necessidade de se protegerem certas manifestações históricas para que continuem existindo, destacando-se nesse caso a:

- mistura de tradições africanas, indígenas e portuguesas no preparo do alimento por parte das cozinheiras baianas.
- relação com o sagrado no ato de preparar o alimento, sobresaindo-se o uso de símbolos e insígnias pelas cozinheiras.
- utilização de certos ingredientes que se mostram cada vez mais raros de encontrar, com as mudanças nos hábitos alimentares.
- necessidade de preservação dos locais tradicionais de preparo do acarajé, ameaçados com as transformações urbanas no país.
- importância de se treinarem as cozinheiras baianas a fim de resgatar o modo tradicional de preparo do acarajé, que remonta à escravidão.

○ **12. (ENEM)** Ao final do Ano da França no Brasil, aconteceu na Bahia um encontro único entre a bossa nova brasileira e a música francesa, no show do cantor e compositor baiano radicado na França, Paulo Costa. O show se chama “Toulouse em Bossa” por conta da versão da música *Toulouse*, de Claude Nougaro, que é uma espécie de hino deles, tal como é para nós *Garota de Ipanema*, explica Paulo Costa. Nougaro é famoso na França e conhecido por suas versões de músicas brasileiras, como *O Que Será que Será* e *Berimbau*.

Disponível em: <http://anodafrancanobrasil.cultura.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2010. (adaptado).

O que representam encontros como o ocorrido na Bahia em 2009 para o patrimônio cultural das sociedades brasileira e francesa?

- Ocasão para identificar qual das duas culturas é mais cosmopolita e deve ser difundida entre os demais países.
- Oportunidade de se apreciar a riqueza da diversidade cultural e a possibilidade de fazer dialogar culturas diferentes.
- Mostra das diferenças entre as duas culturas e o desconhecimento dos brasileiros em relação à cultura francesa.
- Demonstração da heterogeneidade das composições e da distância cultural entre os dois países.
- Tentativa de se evidenciar a semelhança linguística do francês e do português, com o intuito de unir as diferentes sociedades.

○ **13. (ENEM)** A abordagem do patrimônio cultural, centrada nos aspectos técnicos da conservação e da restauração, tende a ocultar a ideia de que sua preservação é uma prática social que implica um processo de interpretação da cultura, não apenas material como simbólica, portadora de referência à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 (adaptado).

A defesa do patrimônio histórico busca valorizar os bens que representam a nossa identidade. Nesse sentido, ha manifestações culturais cuja preservação demanda seu reconhecimento como patrimônio imaterial.

Essa concepção de patrimônio expressa-se:

- no conjunto de bens culturais classificados segundo a sua natureza: arqueológica, histórica e etnográfica.
- no tombamento dos bens imóveis, como grupos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos.
- na preservação e na proteção de monumentos históricos e bens culturais de diversas regiões brasileiras.
- no conhecimento transmitido entre gerações e recriado pelas comunidades, gerando um sentimento de pertencimento.
- no arquivamento da produção intelectual como os livros e a conservação de pinturas e esculturas.

○ **14. (ENEM)** O frevo é uma forma de expressão musical, coreográfica e poética, enraizada no Recife e em Olinda, no estado de Pernambuco. O frevo é formado pela grande mescla de gêneros musicais, danças, capoeira e artesanato. É uma das mais ricas expressões da inventividade e capacidade de realização popular na cultura brasileira. Possui a capacidade de promover a criatividade humana e também o respeito à diversidade cultural. No ano de 2012, a Unesco proclamou o frevo como Patrimônio Imaterial da Humanidade.

PORTAL BRASIL. Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 10 fev. 2013.

A característica da manifestação cultural descrita que justifica a sua condição de Patrimônio Imaterial da Humanidade é a:

- conversão dos festejos em produto da elite.
- expressão de sentidos construídos coletivamente.
- dominação ideológica de um grupo étnico sobre outros.
- disseminação turística internacional dos eventos festivos.
- identificação de simbologias presentes nos monumentos artísticos.

Anotações:



○ 15. (ENEM)



Disponível em: www.cultura.ba.gov.br. Acesso em: 15 jan. 2014.

A imagem retrata uma prática cultural brasileira cuja raiz histórica está associada à:

- a) liberdade religiosa.
- b) migração forçada.
- c) devoção ecumênica.
- d) atividade missionária.
- e) mobilização política.

○ 16. (ENEM) O povo Kambeba é o povo das águas. Os mais velhos costumam contar que o povo nasceu de uma gota-d'água que caiu do céu em uma grande chuva. Nessa gota estavam duas gotículas: o homem e a mulher. "Por essa narrativa e cosmologia indígena de que nós somos o povo das águas é que o rio nos tem fundamental importância", diz Márcia Wayna Kambeba, mestre em Geografia e escritora. Todos os dias, ela ia com o pai observar o rio. Ia em silêncio e, antes que tomasse para si a palavra, era interrompida. "Ouça o rio", o pai dizia. Depois de cerca de duas horas a ouvir as águas do Solimões, ela mergulhava. "Confie no rio e aprenda com ele". "Fui entender mais tarde, com meus estudos e vivências, que meu pai estava me apresentando à sabedoria milenar do rio".

Rios amazônicos influenciam no agro e em reservatórios do Sudeste.
Disponível em: www.uol.com.br. Acesso em: 14 out. 2021.

Pelo descrito no texto, o povo Kambeba tem o rio como um(a)

- a) objeto tombado e museográfico.
- b) herança religiosa e sacralizada.
- c) cenário bucólico e paisagístico.
- d) riqueza individual e efêmera.
- e) patrimônio cultural e afetivo.

Anotações:

○ 17. (ENEM) Em Vitória (ES), no bairro Goiabeiras, encontramos as paneleras, mulheres que são conhecidas pelos saberes/fazeres das tradicionais panelas de barro, ícones da culinária capixaba. A tradição passada de mãe para filha é de origem indígena e sofreu influência de outras etnias, como a afro e a luso. Dessa mistura, acredita-se que a fabricação das panelas de barro já tenha 400 anos. A fabricação das panelas de barro se dá em várias etapas, desde a obtenção de matéria-prima à confecção das panelas. As matérias-primas tradicionalmente utilizadas são provenientes do meio natural, como: argila, retirada do barreiro no Vale do Mulembá; madeira, atualmente proveniente das sobras da construção civil; e tinta, extraída da casca do manguezal, o popular mangue-vermelho.

TRISTÃO, M. A educação ambiental e o pós-colonialismo.
Revista de Educação, n. 53, ago. 2014.

Uma característica de práticas tradicionais como a exemplificada no texto é a vinculação entre os recursos do mundo natural e a

- a) manutenção dos modos de vida.
- b) conservação dos plantios da roça.
- c) atualização do modelo de gestão.
- d) participação na sociedade de consumo.
- e) especialização nas etapas de produção.

○ 18. (ENEM-2021) "Um dos resquícios franceses na dança são os comandos proferidos pelo marcador da quadrilha. Seu papel é anunciar os próximos passos da coreografia. O abrambramento de termos franceses deu origem, por exemplo, ao saruê (*soirée* — reunião social noturna, ordem para todos se juntarem no centro do salão), anariê (*en arrière* — para trás) e anavã (*en avant* — para frente)."

(Disponível em: www.ebc.com.br. Acesso em: 6 jul. 2015.)

A característica apresentada dessa manifestação popular resulta do seguinte processo socio-histórico:

- a) Massificação da arte erudita.
- b) Rejeição de hábitos elitistas.
- c) Laicização dos rituais religiosos.
- d) Restauração dos costumes antigos.
- e) Apropriação de práticas estrangeiras.

○ 19. (ENEM) Ações de educação patrimonial são realizadas em diferentes contextos e localidades e têm mostrado resultados surpreendentes ao trazer à tona a autoestima das comunidades. Em alguns casos, promovem o desenvolvimento local e indicam soluções inovadoras de reconhecimento e de salvaguarda do patrimônio cultural para muitas populações.

PELEGRINI, S. C. A.; PINHEIRO, A. P. (Orgs.). *Tempo, memória e patrimônio cultural*. Piauí: Edupi, 2010.

A valorização dos bens mencionados encontra-se correlacionada a ações educativas que promovem a(s):

- a) evolução de atividades artesanais herdadas do passado.
- b) representações sociais formadoras de identidades coletivas.
- c) mobilizações políticas criadoras de tradições culturais urbanas.
- d) hierarquização de festas folclóricas praticadas por grupos locais.
- e) formação escolar dos jovens para o trabalho realizado nas comunidades.



○ **20. (ENEM)** O Baile Charme, uma das mais conhecidas manifestações culturais do povo carioca, fica cadastrado como bem cultural de natureza imaterial da cidade. O decreto considera o Baile Charme uma genuína invenção carioca e destaca a riqueza de sua origem na musicalidade africana, que abriga ritmos como o *soul*, o *funk* e o *rythim'n blues*, da fonte norte-americana, e o choro, o samba e a bossa-nova, criações nascidas no Rio. O Baile Charme é cultuado, principalmente na Zona Norte da cidade, seja em clubes, agremiações recreativas e espaços públicos como a área do Viaduto de Madureira.

Disponível em: www.jb.com.br. Acesso em: 2 mar. 2013 (adaptado).

Segundo o texto, o cadastramento do Baile Charme como bem imaterial da cidade do Rio de Janeiro ocorreu porque essa manifestação cultural:

- a) possui um grande apelo de público.
- b) simboliza uma região de relevância social.
- c) contém uma pluralidade de gêneros musicais.
- d) reflete um gosto fonográfico de camadas pobres.
- e) representa uma diversidade de costumes populares.

○ **21. (ENEM)** No dia 1º de julho de 2012, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a primeira do mundo a receber o título da Unesco de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural. A candidatura, apresentada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi aprovada durante a 36ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial. O presidente do IPHAN explicou que “a paisagem carioca é a imagem mais explícita do que podemos chamar de civilização brasileira, com sua originalidade, desafios, contradições e possibilidades”. A partir de agora, os locais da cidade valorizados com o título da Unesco serão alvo de ações integradas visando à preservação da sua paisagem cultural.

Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 7 mar. 2013 (adaptado).

O reconhecimento da paisagem em questão como patrimônio mundial deriva da:

- a) presença do corpo artístico local.
- b) imagem internacional da metrópole.
- c) herança de prédios da ex-capital do país.
- d) diversidade de culturas presente na cidade.
- e) relação sociedade-natureza de caráter singular.

Anotações:

○ **22. (ENEM)** A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.” São exemplos de bens registrados como Patrimônio Imaterial no Brasil: o Círio de Nazaré no Pará, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, o Ofício das Baianas de Acarajé, o Jongo no Sudeste, entre outros.

Disponível em: <http://www.portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2010 (adaptado).

É bastante recente no Brasil o registro de determinadas manifestações culturais como integrantes de seu Patrimônio Cultural Imaterial. O objetivo de se realizar e divulgar este tipo de registro é:

- a) reconhecer o valor da cultura popular para torná-la equivalente à cultura erudita.
- b) recuperar as características originais das manifestações culturais dos povos nativos do Brasil.
- c) promover o respeito à diversidade cultural por meio da valorização das manifestações populares.
- d) possibilitar a absorção das manifestações culturais populares pela cultura nacional brasileira.
- e) inserir as manifestações populares no mercado, proporcionando retorno financeiro a seus produtores.

○ **23. (ENEM)** No final do século XIX, as Grandes Sociedades carnavalescas alcançaram ampla popularidade entre os foliões cariocas. Tais sociedades cultivavam um pretensioso objetivo em relação à comemoração carnavalesca em si mesma: com seus desfiles de carros enfeitados pelas principais ruas da cidade, pretendiam abolir o entrudo (brincadeira que consistia em jogar água nos foliões) e outras práticas difundidas entre a população desde os tempos coloniais, substituindo-os por formas de diversão que consideravam mais civilizadas, inspiradas nos carnavais de Veneza. Contudo, ninguém parecia disposto a abrir mão de suas diversões para assistir ao carnaval das sociedades. O entrudo, na visão dos seus animados praticantes, poderia coexistir perfeitamente com os desfiles.

PEREIRA, C. S. Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX. In: CUNHA, M. C. P. *Carnavais e outras frestas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Unicamp; Cecult, 2002 (adaptado).

Manifestações culturais como o carnaval também têm sua própria história, sendo constantemente reinventadas ao longo do tempo. A atuação das Grandes Sociedades, descrita no texto, mostra que o carnaval representava um momento em que as:

- a) distinções sociais eram deixadas de lado em nome da celebração.
- b) aspirações cosmopolitas da elite impediam a realização da festa fora dos clubes.
- c) liberdades individuais eram extintas pelas regras das autoridades públicas.
- d) tradições populares se transformavam em matéria de disputas sociais.
- e) perseguições policiais tinham caráter xenófobo por repudiar tradições estrangeiras.



○ **24. (ENEM-2023)** A Cavalgada de Sant'Ana é uma expressão da devoção dos vaqueiros à padroeira de Caicó (RN). Nas décadas de 1950 a 1970, esse evento, então denominado Cavalaria, era celebrado pelas pessoas que residiam na zona rural do município de Caicó. Essas pessoas usavam os animais (jegues, mulas e cavalos) como único meio de transporte, sobretudo para se dirigirem à cidade nos dias de feiras, trazendo seus produtos para comercializarem. Estando em Caicó no período da Festa de Sant'Ana, esses agricultores se organizavam em cavalgada até o pátio da Catedral de Sant'Ana para louvar a santa e receber bênção para seus animais. Por volta da década de 1970, com a chegada do automóvel à zona rural do município, essa expressão cultural foi extinta. O meio de transporte utilizando os animais passou a ser substituído por carros, sobretudo caminhonetes e caminhões, que transportavam os camponeses para a cidade em dias de feiras e festas. Desde 2002, um grupo de caicoenses retomou essa expressão cultural e, em conjunto com a associação dos vaqueiros, realiza no primeiro domingo da Festa a Cavalgada de Sant'Ana. O evento, além de contar com a participação dos cavaleiros que residem nas zonas rurais, atrai também pessoas que residem em Caicó, cidades vizinhas e amantes das vaquejadas.

FESTA DE SANT'ANA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2021 (adaptado).

As mudanças culturais mencionadas no texto caracterizam-se pela presença de

- a) elementos tradicionais e modernos em torno de uma crença religiosa.
- b) argumentos teológicos e históricos em consequência de uma ordem papal.
- c) fundamentos estéticos e etnográficos em função de uma cerimônia clerical.
- d) práticas corporais e esportivas em decorrência de uma imposição eclesiástica.
- e) discursos filosóficos e antropológicos em resultado de uma determinação paroquial.

○ **25. (ENEM)** Lembro, a propósito, uma cerimônia religiosa a que assisti na noite de Santo Antônio de 1975 quando presente a uma festa em honra do padroeiro. Ia a coisa assim bonita e simples, até que, recitadas as cinco dezenas de ave-marias e os seus padre-nossos, chegou a hora do remate com o canto da salve-rainha. O capelão começou a entoar nesse instante hino à Virgem, em latim "Salve Regina, mater misericordiae", e, o que eu estranhei, foi seguido de pronto sem qualquer hesitação pelos presentes. Depois veio o espantoso para mim: a reza, também entoada, de toda a extensa ladainha de Nossa Senhora igualmente em latim. Eu olhava e não acabava de crer: aqueles caboclos que eu via mourejando de serventes nas obras do bairro estavam agora ali acaipirando lindamente a poesia medieval do responso.

BOSI, A. Dialética da colonização. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

O estranhamento do autor diante da cerimônia relaciona-se ao encontro de temporalidades que:

- a) questionam ritos católicos.
- b) evidenciam práticas ecumênicas.
- c) elitizam manifestações populares.
- d) valorizam conhecimentos escolares.
- e) revelam permanências culturais.

○ **26. (ENEM)** Hoje sou um ser inanimado, mas já tive vida pulsante em seivas vegetais, fui um ser vivo; é bem verdade que do reino vegetal, mas isso não me tirou a percepção de vida vivida como tamborete. Guardo apreço pelos meus criadores, as mãos que me fizeram, me venderam, e pelas mulheres que me usaram para suas vendas e de tantas outras maneiras. Essas pessoas, sim, tiveram suas subjetividades, singularidades e pluralidades, que estão incorporadas a mim. É preciso considerar que a nossa história, de móveis de museus, está para além da mera vinculação aos estilos e à patrimonialização que recebemos como bem material vinculado ao patrimônio imaterial. A nossa história está ligada aos dons individuais das pessoas e suas práticas sociais. Alguns indivíduos consagravam-se por terem determinados requisitos, tais como o conhecimento de modelos clássicos ou destreza nos desenhos.

FREITAS, J. M.; OLIVEIRA, L. R. Memórias de um tamborete de baiana: as muitas vozes em um objeto de museu. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biógrafa, n. 14, maio-ago. 2020 (adaptado)

Ao descrever-se como patrimônio museológico, o objeto abordado no texto associa a sua história às

- a) habilidades artísticas e culturais dos sujeitos.
- b) vocações religiosas e pedagógicas dos mestres.
- c) naturezas antropológica e etnográfica dos expositores.
- d) preservações arquitetônica e visual dos conservatórios.
- e) competências econômica e financeira dos comerciantes.

○ **27. (ENEM)**



Pintura rupestre da Toca do Pajáú.

A pintura rupestre acima, que é um patrimônio cultural brasileiro, expressa:

- a) o conflito entre os povos indígenas e os europeus durante o processo de colonização do Brasil.
- b) a organização social e política de um povo indígena e a hierarquia entre seus membros.
- c) aspectos da vida cotidiana de grupos que viveram durante a chamada pré-história do Brasil.
- d) os rituais que envolvem sacrifícios de grandes dinossauros atualmente extintos.
- e) a constante guerra entre diferentes grupos paleoíndios da América durante o período colonial.



○ **28. (ENEM)** Segundo a explicação mais difundida sobre o povoamento da América, grupos asiáticos teriam chegado a esse continente pelo Estreito de Bering, há 18 mil anos. A partir dessa região, localizada no extremo noroeste do continente americano, esses grupos e seus descendentes teriam migrado, pouco a pouco, para outras áreas, chegando até a porção sul do continente. Entretanto, por meio de estudos arqueológicos realizados no Parque Nacional da Serra da Capivara (Piauí), foram descobertos vestígios da presença humana que teriam até 50 mil anos de idade.

Validadas, as provas materiais encontradas pelos arqueólogos no Piauí:

- a) comprovam que grupos de origem africana cruzaram o Oceano Atlântico até o Piauí há 18 mil anos.
- b) confirmam que o homem surgiu primeiramente na América do Norte e, depois, povoou os outros continentes.
- c) contestam a teoria de que o homem americano surgiu primeiro na América do Sul e, depois, cruzou o Estreito de Bering.
- d) confirmam que grupos de origem asiática cruzaram o Estreito de Bering há 18 mil anos.
- e) contestam a teoria de que o povoamento da América teria iniciado há 18 mil anos.

○ **29. (ENEM)** Os Yanomami constituem uma sociedade indígena do norte da Amazônia e formam um amplo conjunto linguístico e cultural. Para os Yanomami, *urihi*, a "terrafloresta", não é um mero cenário inerte, objeto de exploração econômica, e sim uma entidade viva, animada por uma dinâmica de trocas entre os diversos seres que a povoam. A floresta possui um sopro vital, *wixia*, que é muito longo. Se não a desmatarmos, ela não morrerá. Ela não se decompõe, isto é, não se desfaz. É graças ao seu sopro úmido que as plantas crescem. A floresta não está morta, pois, se fosse assim, as florestas não teriam folhas. Tampouco se veria água. Segundo os Yanomami, se os brancos os fizerem desaparecer para desmatá-la e morar no seu lugar, ficarão pobres e acabarão tendo fome e sede.

ALBERT, B. *Yanomami, o espírito da floresta*. Almanaque Brasil Socioambiental. São Paulo: ISA, 2007 (adaptado).

De acordo com o texto, os Yanomami acreditam que:

- a) a floresta não possui organismos decompositores.
- b) o potencial econômico da floresta deve ser explorado.
- c) o homem branco convive harmonicamente com *urihi*.
- d) as folhas e a água são menos importantes para a floresta que seu sopro vital.
- e) *Wixia* é a capacidade que tem a floresta de se sustentar por meio de processos vitais.

○ **30. (ENEM)** Um jornal de circulação nacional publicou a seguinte notícia:

Choveu torrencialmente na madrugada de ontem em Roraima, horas depois de os pajés caiapós Mantii e Kucrit, levados de Mato Grosso pela Funai, terem participado do ritual da dança da chuva, em Boa Vista. A chuva durou três horas em todo o estado, e as previsões indicam que continuará pelo menos até amanhã. Com isso, será possível acabar de vez com o incêndio que ontem completou 63 dias e devastou parte das florestas do estado.

Jornal do Brasil, abr./1998 (com adaptações).

Considerando a situação descrita, avalie as afirmativas seguintes.

- I. No ritual indígena, a dança da chuva, mais que constituir uma manifestação artística, tem a função de intervir no ciclo da água.
- II. A existência da dança da chuva em algumas culturas está relacionada à importância do ciclo da água para a vida.
- III. Uma das informações do texto pode ser expressa em linguagem científica da seguinte forma: a dança da chuva seria efetiva se provocasse a precipitação das gotículas de água das nuvens.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Anotações:



○ 31. (ENEM) Leia o texto e observe as imagens a seguir.

A Ema

O surgimento da figura da Ema no céu, ao leste, no anoitecer, na segunda quinzena de junho, indica o início do inverno para os índios do sul do Brasil e o começo da estação seca para os do norte. É limitada pelas constelações de Escorpião e do Cruzeiro do Sul, ou *Cut'uxu*. Segundo o mito guarani, o *Cut'uxu* segura a cabeça da ave para garantir a vida na Terra, porque, se ela se soltar, beberá toda a água do nosso planeta. Os tupis-guaranis utilizam o *Cut'uxu* para se orientar e determinar a duração das noites e as estações do ano.

A ilustração a seguir é uma representação dos corpos celestes que constituem a constelação da Ema, na percepção indígena.



Almanaque Brasil, maio/2007 (com adaptações).

A próxima figura mostra, em campo de visão ampliado, como povos de culturas não indígenas percebem o espaço estelar em que a Ema é vista.



geocities.yahoo.com.br (com adaptações).

Considerando a diversidade cultural focalizada no texto e nas figuras acima, avalie as seguintes afirmativas.

- I. A mitologia guarani relaciona a presença da Ema no firmamento às mudanças das estações do ano.
- II. Em culturas indígenas e não indígenas, o Cruzeiro do Sul, ou *Cut'uxu*, funciona como parâmetro de orientação espacial.
- III. Na mitologia guarani, o *Cut'uxu* tem a importante função de segurar a Ema para que seja preservada a água da Terra.
- IV. As três Marias, estrelas da constelação de Órion, compõem a figura da Ema.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II e IV.

○ 32. (ENEM) Os vestígios dos povos Tupi-guarani encontram-se desde as Missões e o Rio da Prata, ao sul, até o Nordeste, com algumas ocorrências ainda mal conhecidas no sul da Amazônia. A leste, ocupavam toda a faixa litorânea, desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão. A oeste, aparecem (no Rio da Prata) no Paraguai e nas terras baixas da Bolívia. Evitam as terras inundáveis do Pantanal e marcam sua presença discretamente nos cerrados do Brasil central. De fato, ocuparam, de preferência, as regiões de floresta tropical e subtropical.

PROUS, A. *O Brasil antes dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 2005.

Os povos indígenas citados possuíam tradições culturais específicas que os distinguiam de outras sociedades indígenas e dos colonizadores europeus. Entre as tradições tupi-guarani, destacava-se:

- a) a organização em aldeias politicamente independentes, dirigidas por um chefe, eleito pelos indivíduos mais velhos da tribo.
- b) a ritualização da guerra entre as tribos e o caráter semissedentário de sua organização social.
- c) a conquista de terras mediante operações militares, o que permitiu seu domínio sobre vasto território.
- d) o caráter pastoril de sua economia, que prescindia da agricultura para investir na criação de animais.
- e) o desprezo pelos rituais antropofágicos praticados em outras sociedades indígenas.

○ 33. (ENEM) A imagem de uma floresta intocada durante milhares de anos não resiste às evidências de que as ações humanas tiveram grande influência sobre os ecossistemas amazônicos. Estudos recentes vêm mostrando que a influência do homem sobre a cobertura vegetal da Amazônia, além de intensa, teve início com a chegada dos primeiros grupos de caçadores-coletores há 11 mil anos. As evidências botânicas dessa influência são concentrações de castanhas com árvores alinhadas, associados ao cacau selvagem, cujas árvores mais antigas chegam a mais de 500 anos de idade, além da grande heterogeneidade de plantas úteis cercadas por sítios arqueológicos.

A presença humana é também evidenciada pela presença de geóglifos, que são estruturas geométricas de terra desenhadas por trincheiras escavadas no solo argiloso. Eles ocupam vastas regiões desde a fronteira com a Bolívia até a várzea amazônica. Pesquisas revelaram impressionantes paisagens construídas na Amazônia boliviana, compostas de campos elevados para agricultura e canais em zigue-zague, com lagos e reservatórios, para a criação de peixes.

Scientific American Brasil, Especial Amazônia, 2008 (com adaptações).

A partir do texto, é correto inferir que os povos précolombianos amazônicos tinham conhecimento de:

- a) como utilizar os geóglifos para cultivar a terra.
- b) ecologia e, por isso, não causavam impacto no seu meio ambiente.
- c) muitas espécies úteis, mas pouco sabiam sobre a melhor forma de utilizá-las.
- d) seu meio ambiente em um nível muito mais elevado do que supõe o senso comum.
- e) seu meio ambiente de forma precária, e só aprenderam a cultivar a terra com a chegada do europeu.



○ **34. (ENEM)** Os textos referem-se à integração do índio à chamada civilização brasileira.

I. “Mais uma vez, nós, os povos indígenas, somos vítimas de um pensamento que separa e que tenta nos eliminar cultural, social e até fisicamente. A justificativa é a de que somos apenas 250 mil pessoas e o Brasil não pode suportar esse ônus. [...] É preciso congelar essas ideias colonizadoras, porque elas são irreais e hipócritas e também genocidas. [...] Nós, índios, queremos falar, mas queremos ser escutados na nossa língua, nos nossos costumes.”

Marcos Terena, presidente do Comitê Intertribal Articulador dos Direitos Indígenas na ONU e fundador das Nações Indígenas. Folha de S. Paulo, 31 de agosto de 1994.

II. “O Brasil não terá índios no final do século XXI [...] E por que isso? Pela razão muito simples que consiste no fato de o índio brasileiro não ser distinto das demais comunidades primitivas que existiram no mundo. A história não é outra coisa senão um processo civilizatório, que conduz o homem, por conta própria ou por difusão da cultura, a passar do paleolítico ao neolítico e do neolítico a um estágio civilizatório.”

Hélio Jaguaribe, cientista político. Folha de S. Paulo, 2 de setembro de 1994.

Pode-se afirmar, segundo os textos, que:

a) tanto Terena quanto Jaguaribe propõem ideias inadequadas, pois o primeiro deseja a aculturação feita pela “civilização branca”, e o segundo, o confinamento de tribos.

b) Terena quer transformar o Brasil em uma terra só de índios, pois pretende mudar até mesmo a língua do país, enquanto a ideia de Jaguaribe é anticonstitucional, pois fere o direito à identidade cultural dos índios.

c) Terena compreende que a melhor solução é que os brancos aprendam a língua tupi para entender melhor o que dizem os índios. Jaguaribe é de opinião que, até o final do século XXI, seja feita uma limpeza étnica no Brasil.

d) Terena defende que a sociedade brasileira deve respeitar a cultura dos índios, e Jaguaribe acredita na inevitabilidade do processo de aculturação dos índios e de sua incorporação à sociedade brasileira.

e) Terena propõe que a integração indígena deve ser lenta, gradativa e progressiva, e Jaguaribe propõe que essa integração resulte de decisão autônoma das comunidades indígenas.

○ **35. (ENEM)** Planejada ainda na Ditadura, a hidrelétrica de Belo Monte, que será a terceira maior do mundo, virou um retrato do dilema a respeito do futuro do Brasil. Para crescer, gerar empregos e reduzir a alarmante desigualdade social, o país precisará de energia em abundância. O que vozes respeitadas perguntam, porém, é se uma grande usina no meio da Amazônia é a melhor saída.

SIQUEIRA, A. *Carta Capital*. Ano XV, nº 593, 2010 (adaptado).

Os impactos decorrentes da construção da hidrelétrica de Belo Monte sobre os diversos atores que vivem na região onde se pretende construí-la estão relacionados com:

a) a promoção do desenvolvimento das atividades tradicionais possibilitada pela disponibilidade de energia.

b) a ampliação das oportunidades de emprego, que absorve as populações que são prejudicadas por sua construção.

c) os riscos de deterioração das atividades tradicionais, causados pelas transformações no território.

d) os prejuízos econômicos, que serão superados pelos benefícios trazidos para a população local.

e) as transformações sociais, que são necessárias em qualquer processo de desenvolvimento.

○ **36. (ENEM)** No primeiro semestre do ano de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte judicial brasileira, prolatou decisão referente ao polêmico caso envolvendo a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, onde habitam aproximadamente dezenove mil índios aldeados nas tribos Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó e Paramona – em julgamento paradigmático que estabeleceu uma série de conceitos e diretrizes válidas não só para o caso em questão, mas para todas as reservas indígenas demarcadas ou em processo de demarcação no Brasil.

SALLES, D. J. P. C. Disponível em: www.ambito-juridico.com.br. Acesso em: 30 jul. 2013 (adaptado).

A demarcação de terras indígenas, conforme o texto, evidencia a:

a) ampliação da população indígena na região.

b) função do Direito na organização da sociedade.

c) mobilização da sociedade civil pela causa indígena.

d) diminuição do preconceito contra os índios no Brasil.

e) pressão de organismos internacionais em defesa dos índios brasileiros.

○ **37. (ENEM)** Coube aos Xavante e aos Timbira, povos indígenas do Cerrado, um recente e marcante gesto simbólico: a realização de sua tradicional corrida de toras (de buriti) em plena Avenida Paulista (SP), para denunciar o cerco de suas terras e a degradação de seus entornos pelo avanço do agronegócio.

RICARDO, B.; RICARDO, F. *Povos indígenas do Brasil: 2001- 2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006 (adaptado).

A questão indígena contemporânea no Brasil evidencia a relação dos usos socioculturais da terra com os atuais problemas socioambientais, caracterizados pelas tensões entre:

a) a expansão territorial do agronegócio, em especial nas regiões Centro-Oeste e Norte, e as leis de proteção indígena e ambiental.

b) os grileiros articuladores do agronegócio e os povos indígenas pouco organizados no Cerrado.

c) as leis mais brandas sobre o uso tradicional do meio ambiente e as severas leis sobre o uso capitalista do meio ambiente.

d) os povos indígenas do Cerrado e os polos econômicos representados pelas elites industriais paulistas.

e) o campo e a cidade no Cerrado, que faz com que as terras indígenas dali sejam alvo de invasões urbanas.

○ **38. (ENEM)** Pude entender o discurso do cacique Aniceto, na assembleia dos bispos, padres e missionários, em que exigia nada mais, nada menos que os índios fossem batizados. Contestava a pastoral da Igreja, de não interferir nos costumes tribais, evitando missas e batizados. Para Aniceto, o batismo aparecia como sinal do branco, que dava reconhecimento de cristão, isto é, de humano, ao índio.

MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993 (adaptado).

O objetivo do posicionamento do cacique xavante em relação ao sistema religioso externo às tribos era:

a) flexibilizar a crença católica e seus rituais como forma de evolução cultural.

b) acatar a cosmologia cristã e suas divindades como orientação ideológica legítima.

c) incorporar a religiosidade dominante e seus sacramentos como estratégia de aceitação social.

d) prevenir retaliações de grupos missionários como defesa de práticas religiosas sincréticas.

e) reorganizar os comportamentos tribais como instrumento de resistência da comunidade indígena.



○ 39. (ENEM) Quando surgiram as primeiras notícias sobre a presença de seres estranhos, chegados em barcos grandes como montanhas, que montavam numa espécie de veados enormes, tinham cães grandes e ferozes e possuíam instrumentos lançadores de fogo, Montezuma e seus conselheiros ficaram pensando: de um lado, talvez Quetzalcóatl houvesse regressado, mas, de outro, não tinham essa confirmação.

PINSKY, J. et al. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007 (adaptado).

A dúvida apresentada inseria-se no contexto da chegada dos primeiros europeus à América, e sua origem estava relacionada ao:

- domínio da religião e do mito.
- exercício do poder e da política.
- controle da guerra e da conquista.
- nascimento da filosofia e da razão.
- desenvolvimento da ciência e da técnica.

○ 40. (ENEM) O Império Inca, que corresponde principalmente aos territórios da Bolívia e do Peru, chegou a englobar enorme contingente populacional. Cuzco, a cidade sagrada, era o centro administrativo, com uma sociedade fortemente estratificada e composta por imperadores, nobres, sacerdotes, funcionários do governo, artesãos, camponeses, escravos e soldados. A religião contava com vários deuses, e a base da economia era a agricultura, principalmente o cultivo da batata e do milho.

A principal característica da sociedade inca era a:

- ditadura teocrática, que igualava a todos.
- existência da igualdade social e da coletivização da terra.
- estrutura social desigual compensada pela coletivização de todos os bens.
- existência de mobilidade social, o que levou à composição da elite pelo mérito.
- impossibilidade de se mudar de extrato social e a existência de uma aristocracia hereditária.

○ 41. (ENEM) Quando os espanhóis chegaram à América, estava em seu apogeu o império teocrático dos Incas, que estendia seu poder sobre o que hoje chamamos Peru, Bolívia e Equador, abarcava parte da Colômbia e do Chile e alcançava até o norte argentino e a selva brasileira; a confederação dos Astecas tinha conquistado um alto nível de eficiência no vale do México, e no Yucatán, na América Central, a esplêndida civilização dos Maias persistia nos povos herdeiros, organizados para o trabalho e para a guerra. Os Maias tinham sido grandes astrônomos, mediram o tempo e o espaço com assombrosa precisão, e tinham descoberto o valor do número zero antes de qualquer povo da história. No museu de Lima, podem ser vistos centenas de crânios que receberam placas de ouro e prata por parte dos cirurgiões Incas.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

As sociedades mencionadas deixaram como legado uma diversidade de

- bens religiosos inspirados na matriz cristã.
- materiais bélicos pilhados em batalhas coloniais.
- heranças culturais constituídas em saberes próprios.
- costumes laborais moldados em estilos estrangeiros.
- práticas medicinais alicerçadas no conhecimento científico

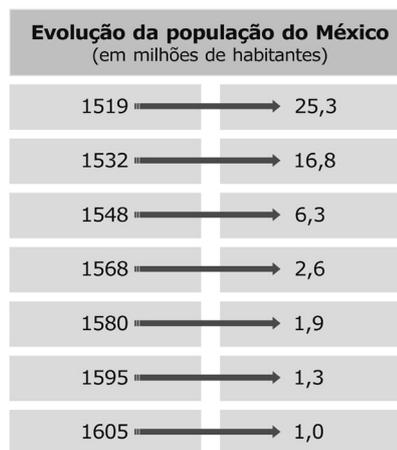
○ 42. (ENEM-2023) Tahuantinsuyu — nome do Império Inca em quéchuá — era dividido em quatro partes ou suyus: Chinchaysuyu (noroeste do Peru e Equador), Antisuyu (parte amazônica do império), Collasuyu (atual Bolívia) e Condesuyu (costa do Oceano Pacífico) e tinha Cuzco, no atual Peru, como sua capital imperial. Oficialmente, todas as etnias dominadas pelos incas deveriam adotar a língua quéchuá, adorar o Sapa Inca e o Sol e pagar taxas em forma de horas de trabalhos periódicos. No entanto, pode-se dizer que o Império Inca era como um mosaico cultural em que vários e diferentes grupos étnicos adoravam o Sapa Inca e o Sol mas, simultaneamente, continuavam a adorar seus deuses locais e também a falar em suas línguas nativas.

MARTINS, C. *Os incas e os tahuantinsuyu: apresentação*. Disponível em: <http://antigo.anphlac.org>. Acesso em: 6 out. 2021 (adaptado).

Ao comparar, no texto, a vertente da dominação territorial com os aspectos culturais, os incas tinham uma postura

- aceitável no que alude aos direitos humanos.
- admissível no que remete às crenças coloniais.
- tolerável no que se refere aos regimes tributários.
- flexível no que diz respeito aos costumes religiosos.
- compreensível no que concerne às normas laborais.

○ 43. (UFSM) Analise o quadro:



Fonte: VINCENT, Bernard. 1492: Descoberta ou Invasão? RJ: Jorge Zahar, 1992. p.119. (adaptado).

O acentuado declínio populacional dos astecas do México, no século XVI, está relacionado, entre outros, com os seguintes fatores:

- a utilização de armas de fogo altamente destrutivas durante os processos da conquista militar.
- as epidemias letais trazidas pelos conquistadores, como a gripe, a varíola, o sarampo.
- a intensificação da escravidão indígena e do tráfico de escravos índios para a metrópole.
- a violência colonial e a alta mortalidade devido ao agravamento das condições de vida dos índios.

Está(ão) correta(s)

- apenas I.
- apenas II.
- apenas III e IV.
- apenas I, II e IV.
- I, II, III e IV



○ **44. (UFSM)** Em pleno século XXI, as comunidades indígenas brasileiras ainda não tiveram o efetivo reconhecimento dos seus direitos. Em 2008, as discussões e os conflitos em torno da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, demonstram que

a) o Estado brasileiro e os seus poderes constituídos estão tornando efetivos os princípios da Declaração de Direitos dos Povos Indígenas, aprovada na ONU em 2007.

b) há o reconhecimento nacional de que os indígenas preservam o meio ambiente diante da devastação predatória promovida pelo latifúndio e pelo agronegócio.

c) a ocupação privada e indiscriminada de terras para aumentar a produção agrícola e pecuária pode justificar as restrições aos direitos dos povos indígenas e a predação ambiental.

d) inexistem desconfianças quanto ao fato de os indígenas serem reconhecidos como brasileiros que defendem a soberania nacional, mesmo ocupando vastas regiões de fronteiras.

e) a atual Constituição brasileira não garante o reconhecimento aos índios de sua organização social, costumes e tradições, deixando aos antropólogos a tarefa de atestarem o caráter de povos originários.

○ **45. (UFRGS-2020)** Com relação à história das sociedades nativas das Américas, assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo.

() A civilização Maia caracterizou-se pela hierarquia política fraca, pelo monoteísmo e pelo desinteresse ao conhecimento da natureza.

() O império Asteca notabilizou-se pelo desenvolvimento urbano de sua capital, Tenochtitlán, pela crença em vários deuses e por uma estrutura política centralizada.

() A sociedade Inca foi marcada pela rígida separação entre poder político e religião, pelo baixo desenvolvimento agrícola e pela economia de caráter exclusivamente pecuário.

() Os povos Tupi-Guaranis garantiam sua subsistência a partir da caça, da pesca e do cultivo de vegetais como a mandioca.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – F – F.
- b) V – F – F – V.
- c) F – V – F – V.
- d) F – V – V – F.
- e) F – F – V – V.

○ **46. (UFRGS)** Leia o segmento abaixo, do escritor indígena Ailton Krenak.

Os fatos e a história recente dos últimos 500 anos têm indicado que o tempo desse encontro entre as nossas culturas é um tempo que acontece e se repete todo dia. Não houve um encontro entre as culturas dos povos do Ocidente e a cultura do continente americano numa data e num tempo demarcado que pudéssemos chamar de 1500 ou de 1800. Estamos convivendo com esse contato desde sempre.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Funarte, Companhia das Letras, 1999. p. 25.

Considerando a história indígena no Brasil, a principal ideia contida no segmento é:

- a) negação da conquista europeia na América, em 1500.
- b) ausência de transformação social nas sociedades ameríndias.
- c) exclusão dos povos americanos da história ocidental.
- d) estagnação social do continente sul-americano após a chegada dos europeus.
- e) continuidade histórica do contato cultural entre ocidentais e indígenas.

Anotações:



HABILIDADES À PROVA 2

» Expansão marítima, colonização e administração europeia nos primeiros anos da conquista

○ 1. (ENEM) Todo homem de bom juízo, depois que tiver realizado sua viagem, reconhecerá que é um milagre manifesto ter podido escapar de todos os perigos que se apresentam em sua peregrinação; tanto mais que há tantos outros acidentes que diariamente podem aí ocorrer que seria coisa pavorosa àqueles que aí navegam querer pô-los todos diante dos olhos quando querem emprender suas viagens.

J. P. T. Histoire de plusieurs voyages aventureux. 1600. In: DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 (adaptado).

Esse relato, associado ao imaginário das viagens marítimas da época moderna, expressa um sentimento de:

- a) gosto pela aventura.
- b) fascínio pelo fantástico.
- c) temor do desconhecido.
- d) interesse pela natureza.
- e) purgação dos pecados.

○ 2. (ENEM-2023) Os séculos XV e XVI, quando se vão desmoronando as estruturas socioeconômicas da Idade Média perante os novos imperativos da Época moderna, constituem um momento-chave na história florestal de toda a Europa Ocidental. Abre-se, genericamente, um longo período de “crise florestal”, que se manifesta com acuidade nos países onde mais se desenvolvem as atividades industriais e comerciais. As necessidades em produtos lenhosos aumentam drasticamente com o crescimento do consumo nos mercados urbanos e nas regiões onde progridem a metalurgia e a construção naval, além da sua utilização na vida quotidiana de toda a população.

DEVY-VARETA, N. Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras — Geografia*, n. 1, 1986 (adaptado).

Qual acontecimento do período contribuiu diretamente para o agravamento da situação descrita?

- a) O processo de expansão marítima.
- b) A eclosão do renascimento cultural.
- c) A concretização da centralização política.
- d) O movimento de reformas religiosas.
- e) A manutenção do sistema feudal.

○ 3. (ENEM) Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito. Eram pardos, todos nus. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar o rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros. Os cabelos seus são corredios.

CAMINHA, P. V. Carta. RIBEIRO, D. et al. *Viagem pela história do Brasil: documentos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (adaptado).

O texto é parte da famosa *Carta* de Pero Vaz de Caminha, documento fundamental para a formação de identidade brasileira. Tratando da relação que, desde esse primeiro contato, se estabeleceu entre portugueses e indígenas, esse trecho da carta revela a:

- a) preocupação em garantir a integridade do colonizador diante da resistência dos índios à ocupação da terra.
- b) postura etnocêntrica do europeu diante das características físicas e práticas culturais do indígena.
- c) orientação da política da Coroa Portuguesa quanto à utilização dos nativos como mão de obra para colonizar a nova terra.
- d) oposição de interesses entre portugueses e índios, que dificultava o trabalho catequético e exigia amplos recursos para a defesa da posse da nova terra.
- e) abundância da terra descoberta, o que possibilitou a sua incorporação aos interesses mercantis portugueses, por meio da exploração econômica dos índios.

○ 4. (ENEM) De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares [...]. Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente.

Carta de Pero Vaz de Caminha. In: MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 2001.

A carta de Pero Vaz de Caminha permite entender o projeto colonizador para a nova terra. Nesse trecho, o relato enfatiza o seguinte objetivo:

- a) Valorizar a catequese a ser realizada sobre os povos nativos.
- b) Descrever a cultura local para enaltecer a prosperidade portuguesa.
- c) Transmitir o conhecimento dos indígenas sobre o potencial econômico existente.
- d) Realçar a pobreza dos habitantes nativos para demarcar a superioridade europeia.
- e) Criticar o modo de vida dos povos autóctones para evidenciar a ausência de trabalho.



○ 5. (ENEM) À primeira vista que encontrei as ilhas, dei o nome de San Salvador, em homenagem à Sua Alta Majestade, que maravilhosamente deu-me tudo isso. Os índios chamam esta ilha de Guanaani. À segunda ilha dei o nome de Santa Maria de Concepção, à terceira, Fernandina, à quarta, Isabela, à quinta, Juana, e assim a cada uma delas dei um novo nome.

Cristóvão Colombo. Carta a Santangel, 1493. In: TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

O processo de nomeação e renomeação realizado pelos europeus no contexto da conquista da América expressa:

- a) a valorização da natureza americana, uma vez que ela era considerada por europeus o prêmio pela conquista e colonização.
- b) o desejo de estabelecer comunicação com os indígenas, uma vez que a busca pelo ouro dependia do contato com os nativos.
- c) a tomada de posse do Novo Mundo, uma vez que renomear era impor aos povos indígenas os signos culturais europeus.
- d) o caráter sagrado da América, uma vez que fora considerada pelos europeus o paraíso terrestre em virtude da bondade dos nativos.
- e) a necessidade de orientação geográfica, uma vez que o ato de nomear permitia criar mapas para futuras viagens na América.

○ 6. (ENEM)

Brasil

O Zé Pereira chegou de caravela
E perguntou pro guarani da mata virgem
– Sois cristão?
– Não. Sou bravo, sou forte, sou filho da Morte
Teterê tetê Quizá Quizá Quecê!
Lá longe a onça resmungava Uu! ua! uu!
O negro zonzo saído da fornalha
Tomou a palavra e respondeu
– Sim pela graça de Deus
Canhem Babá Canhem Babá Cum Cum!
E fizeram o Carnaval

Oswald de Andrade.

Esse texto apresenta uma versão humorística da formação do Brasil, mostrando-a como uma junção de elementos diferentes. Considerando-se esse aspecto, é correto afirmar que a visão apresentada pelo texto é:

- a) ambígua, pois tanto aponta o caráter desconjuntado da formação nacional quanto parece sugerir que esse processo, apesar de tudo, acaba bem.
- b) inovadora, pois mostra que as três raças formadoras – portugueses, negros e índios – pouco contribuíram para a formação da identidade brasileira.
- c) moralizante, na medida em que aponta a precariedade da formação cristã do Brasil como causa da predominância de elementos primitivos e pagãos.
- d) preconceituosa, pois critica tanto índios quanto negros, representando de modo positivo apenas o elemento europeu, vindo com as caravelas.
- e) negativa, pois retrata a formação do Brasil como incoerente e defeituosa, resultando em anarquia e falta de seriedade.

○ 7. (ENEM)

Chegança

Sou Pataxó,
Sou Xavante e Carriri,
Ianomâmi, sou Tupi
Guarani, sou Carajá.
Sou Pancaruru,
Carijó, Tupinajé,
Sou Potiguar, sou Caeté,
Ful-ni-ô, Tupinambá

Eu atraquei num porto muito seguro,
Céu azul, paz e ar puro...
Botei as pernas pro ar.
Logo sonhei que estava no paraíso,
Onde nem era preciso dormir para sonhar.

Mas de repente me acordei com a surpresa:
Uma esquadra portuguesa veio na praia atracar.
Da grande-nau
Um branco de barba escura,
Vestindo uma armadura me apontou pra me pegar.
E assustado dei um pulo da rede,
Pressenti a fome, a sede,
Eu pensei: “vão me acabar”.
Levantei-me de Borduna já na mão.
Aí, senti no coração,
O Brasil vai começar.

NÓBREGA, A.; FREIRE, W. CD *Pernambuco falando para o mundo*, 1998.

A letra da canção apresenta um tema recorrente na história da colonização brasileira, as relações de poder entre portugueses e povos nativos, e representa uma crítica à ideia presente no chamado mito

- a) da democracia racial, originado das relações cordiais estabelecidas entre portugueses e nativos no período anterior ao início da colonização brasileira.
- b) da cordialidade brasileira, advinda da forma como os povos nativos se associaram economicamente aos portugueses, participando dos negócios coloniais açucareiros.
- c) do brasileiro receptivo, oriundo da facilidade com que os nativos brasileiros aceitaram as regras impostas pelo colonizador, o que garantiu o sucesso da colonização.
- d) da natural miscigenação, resultante da forma como a metrópole incentivou a união entre colonos, ex-escravos e nativas para acelerar o povoamento da colônia.
- e) do encontro, que identifica a colonização portuguesa como pacífica em função das relações de troca estabelecidas nos primeiros contatos entre portugueses e nativos.



○ **8. (ENEM-2020)** “Porque todos confessamos não se poder viver sem alguns escravos, que busquem a lenha e a água, e façam cada dia o pão que se come, e outros serviços que não são possíveis poderem-se fazer pelos Irmãos Jesuítas, máxime sendo tão poucos, que seria necessário deixar as confissões e tudo mais. Parece-me que a Companhia de Jesus deve ter e adquirir escravos, justamente, por meios que as Constituições permitem, quando puder para nossos colégios e casas de meninos.”

(LEITE, S. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938 (adaptado).)

O texto explicita premissas da expansão ultramarina portuguesa ao buscar justificar a:

- a) propagação do ideário cristão.
- b) valorização do trabalho braçal.
- c) adoção do cativo na Colônia.
- d) adesão ao ascetismo contemplativo.
- e) alfabetização dos indígenas nas Missões.



○ **9. (ENEM)** Em geral, os nossos tupinambás ficam bem admirados ao ver os franceses e os outros dos países longínquos terem tanto trabalho para buscar o seu arbotã, isto é, pau-brasil. Houve uma vez um ancião da tribo que me fez esta pergunta: “Por que vindes vós outros, mairs e perós (franceses e portugueses), buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?”

LÉRY, J. Viagem à Terra do Brasil. In: FERNANDES, F. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

O viajante francês Jean de Léry (1534-1611) reproduz um diálogo travado, em 1557, com um ancião tupinambá, o qual demonstra uma diferença entre a sociedade europeia e a indígena no sentido:

- a) do destino dado ao produto do trabalho nos seus sistemas culturais.
- b) da preocupação com a preservação dos recursos ambientais.
- c) do interesse de ambas em uma exploração comercial mais lucrativa do pau-brasil.
- d) da curiosidade, reverência e abertura cultural recíprocas.
- e) da preocupação com o armazenamento de madeira para os períodos de inverno.

○ **10. (ENEM)** A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida.

GÂNDAVO, P. M. *A primeira história do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 (adaptado).

A observação do cronista português Pero de Magalhães de Gândavo, em 1576, sobre a ausência das letras F, L e R na língua mencionada, demonstra a:

- a) simplicidade da organização social das tribos brasileiras.
- b) dominação portuguesa imposta aos índios no início da colonização.
- c) superioridade da sociedade europeia em relação à sociedade indígena.
- d) incompreensão dos valores socioculturais indígenas pelos portugueses.
- e) dificuldade experimentada pelos portugueses no aprendizado da língua nativa.

○ **11. (ENEM)** Devem ser bons serviçais e habilidosos, pois noto que repetem logo o que a gente diz e creio que depressa se fariam cristãos; me pareceu que não tinham nenhuma religião. Eu, comprazendo a Nosso Senhor, levarei daqui, por ocasião de minha partida, seis deles para Vossas Majestades, para que aprendam a falar.

COLOMBO, C. *Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

O documento destaca um aspecto cultural relevante em torno da conquista da América, que se encontra expresso em:

- a) Deslumbramento do homem branco diante do comportamento exótico das tribos autóctones.
- b) Violência militarizada do europeu diante da necessidade de imposição de regras aos ameríndios.
- c) Cruzada civilizacional frente à tarefa de educar os povos nativos pelos parâmetros ocidentais.
- d) Comportamento caridoso dos governos europeus diante da receptividade das comunidades indígenas.
- e) Compromisso dos agentes religiosos diante da necessidade de respeitar a diversidade social dos índios.

○ **12. (ENEM)** O índio era o único elemento então disponível para ajudar o colonizador como agricultor, pescador, guia, conhecedor da natureza tropical e, para tudo isso, deveria ser tratado como gente, ter reconhecidas sua inocência e alma na medida do possível. A discussão religiosa e jurídica em torno dos limites da liberdade dos índios se confundiu com uma disputa entre jesuítas e colonos. Os padres se apresentavam como defensores da liberdade, enfrentando a cobiça desenfreada dos colonos.

CALDEIRA, J. *A nação mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999 (adaptado).

Entre os séculos XVI e XVIII, os jesuítas buscaram a conversão dos indígenas ao catolicismo. Essa aproximação dos jesuítas em relação ao mundo indígena foi mediada pela:

- a) demarcação do território indígena.
- b) manutenção da organização familiar.
- c) valorização dos líderes religiosos indígenas.
- d) preservação do costume das moradias coletivas.
- e) comunicação pela língua geral baseada no tupi.

Anotações:



○ 13. (ENEM)

Como tratar com os índios

A experiência de trezentos anos tem feito ver que a aspereza é um meio errado para domesticar os índios; parece, pois, que brandura e afago são os meios que nos restam. Perdoar-lhes alguns excessos, de que sem dúvida seria causa a sua barbaridade e longo hábito com a falta de leis. Os habitantes da América são menos sanguinários do que os negros d'África, mais mansos, tratáveis e hospitais.

VILHENA, L. S. A *Bahia no século XVIII. Salvador: Itapua, 1969* (adaptado).

O escritor português Luís Vilhena escreve, no século XVIII, sobre um tema recorrente para os homens da sua época. Seu posicionamento emerge de um contexto em que:

- a) o índio, pela sua condição de ingenuidade, representava uma possibilidade de mão de obra nas indústrias.
- b) a abolição da escravatura abriu uma lacuna na cadeia produtiva, exigindo, dessa forma, o trabalho do nativo.
- c) o nativo indígena, estereotipado como um papel em branco, deveria adequar-se ao mundo do trabalho compulsório.
- d) a escravidão do indígena apresentou-se como alternativa de mão de obra assalariada para a lavoura açucareira.
- e) a escravidão do negro passa a ser substituída pela indígena, sob a alegação de os primeiros serem selvagens.

○ 14. (ENEM) Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592) compara, nos trechos a seguir, as guerras das sociedades Tupinambá com as chamadas “guerras de religião” dos franceses que, na segunda metade do século XVI, opunham católicos e protestantes.

“[...] não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. [...] Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade [o canibalismo], mas que o fato de condenar tais defeitos não nos leve à cegueira acerca dos nossos. Estimo que é mais bárbaro comer um homem vivo do que o comer depois de morto; e é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o lemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso em verdade é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado. [...] Podemos portanto qualificar esses povos como bárbaros em dando apenas ouvidos à inteligência, mas nunca se compararmos a nós mesmos, que os excedemos em toda sorte de barbaridades.”

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaíos*. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

De acordo com o texto, pode-se afirmar que, para Montaigne:

- a) a ideia de relativismo cultural baseia-se na hipótese da origem única do gênero humano e da sua religião.
- b) a diferença de costumes não constitui um critério válido para julgar as diferentes sociedades.
- c) os indígenas são mais bárbaros do que os europeus, pois não conhecem a virtude cristã da piedade.
- d) a barbárie é um comportamento social que pressupõe a ausência de uma cultura civilizada e racional.
- e) a ingenuidade dos indígenas equivale à racionalidade dos europeus, o que explica que seus costumes são similares.

○ 15. (ENEM)

Texto I

Documentos do século XVI algumas vezes se referem aos habitantes indígenas como “os brasis” ou “gente brasília” e, ocasionalmente no século XVII, o termo “brasileiro” era a eles aplicado, mas as referências ao status econômico e jurídico desses eram muito mais populares. Assim, os termos “negro da terra” e “índios” eram utilizados com mais frequência do que qualquer outro.

SCHWARTZ, S. B. *Gente da terra brasileiro da nação. Pensando o Brasil a Construção de um povo*. In: MOTA, C. G. (Org.) *Viagem incompleta a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo Senac, 2000 (adaptado)

Texto II

Índio é um conceito construído no processo de conquista da América pelos europeus. Desinteressados pela diversidade cultural, imbuídos de forte preconceito para com o outro, o indivíduo de outras culturas, espanhóis, portugueses, franceses e anglo-saxões terminaram por denominar da mesma forma povos tão dispares quanto os tupinambas e os astecas.

SILVA, K. W.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*, São Paulo: Contexto, 2005

Ao comparar os textos, as formas de designação dos grupos nativos pelos europeus, durante o período analisado, são reveladoras da:

- a) concepção idealizada do território, entendido como geograficamente indiferenciado.
- b) percepção corrente de uma ancestralidade comum às populações ameríndias.
- c) compreensão etnocêntrica acerca das populações dos territórios conquistados.
- d) transposição direta das Categorias originadas no imaginário medieval.
- e) visão utópica configurada a partir de fantasias de riqueza.

○ 16. (ENEM-2021) “A originalidade do Absolutismo português talvez esteja no fato de ter sido o regime político europeu que melhor sintetizou a ideia do patrimonialismo estatal: os recursos materiais da nação se confundindo com os bens pessoais do monarca.”

(LOPES, M. A. *O Absolutismo: política e sociedade na Europa moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1996 (adaptado).)

Na colonização do Brasil, o patrimonialismo da Coroa portuguesa ficou evidente:

- a) nas capitânicas hereditárias.
- b) na catequização indígena.
- c) no sistema de *plantation*.
- d) nas reduções jesuítas.
- e) no tráfico de escravos.

Anotações:



○ **17. (ENEM)** Os pesquisadores que trabalham com sociedades indígenas centram sua atenção em documentos do tipo jurídico-administrativo (visitas, testamentos, processos) ou em relações e informes e têm deixado em segundo plano as crônicas. Quando as utilizam, dão maior importância àquelas que foram escritas primeiro e que têm caráter menos teórico e intelectualizado, por acharem que estas podem oferecer informações menos deformadas. Contrariamos esse posicionamento, pois as crônicas são importantes fontes etnográficas, independentemente de serem contemporâneas ao momento da conquista ou de terem sido redigidas em período posterior. O fato de seus autores serem verdadeiros humanistas ou pouco letrados não desvaloriza o conteúdo dessas crônicas.

PORTUGAL, A. R. O ayllu andino nas crônicas quincentistas: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

As fontes valorizadas no texto são relevantes para a reconstrução da história das sociedades pré-colombianas porque:

- a) sintetizam os ensinamentos da catequese.
- b) enfatizam os esforços de colonização.
- c) tipificam os sítios arqueológicos.
- d) relativizam os registros oficiais.
- e) substituem as narrativas orais.

○ **18. (ENEM)** Mas uma coisa ousou afirmar, porque há muitos testemunhos, e é que vi nesta terra de Veragua [Panamá] maiores indícios de ouro nos dois primeiros dias do que na Hispaniola em quatro anos, e que as terras da região não podem ser mais bonitas nem mais bem lavradas. Ali, se quiserem podem mandar extrair à vontade.

Carta de Colombo aos reis da Espanha, julho de 1503. Apud AMADO, J.; FIGUEIREDO, L. C. *Colombo e a América: quinhentos anos depois*. São Paulo: Atual, 1991 (adaptado).

O documento permite identificar um interesse econômico espanhol na colonização da América a partir do século XV. A implicação desse interesse na ocupação do espaço americano está indicada na:

- a) expulsão dos indígenas para fortalecer o clero católico.
- b) promoção das guerras justas para conquistar o território.
- c) imposição da catequese para explorar o trabalho africano.
- d) opção pela policultura para garantir o povoamento ibérico.
- e) fundação de cidades para controlar a circulação de riquezas.

○ **19. (ENEM)**

O canto triste dos conquistados: os últimos dias de Tenochtitlán

Nos caminhos jazem dardos quebrados;
os cabelos estão espalhados.
Destelhadas estão as casas.

Vermelhas estão as águas, os rios, como se alguém as tivesse tingido,

Nos escudos esteve nosso resguardo, mas os escudos não detêm a desolação...

PINSKY, J. et. al. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007 (fragmento).

O texto é um registro asteca, cujo sentido está relacionado ao(à):

- a) tragédia causada pela destruição da cultura desse povo.
- b) tentativa frustrada de resistência a um poder considerado superior.
- c) extermínio das populações indígenas pelo Exército espanhol.
- d) dissolução da memória sobre os feitos de seus antepassados.
- e) profetização das consequências da colonização da América.

○ **20. (ENEM)** Na América espanhola colonial, a primeira prioridade dos invasores foi extrair riquezas dos conquistados. Essa extração foi realizada mediante a apreensão direta de excedentes previamente acumulados de metais ou pedras preciosas. Isso tomou a forma de saques e pilhagens, uma maneira oficialmente aceita de pagar soldados ou expedicionários voluntários.

MACLEOD, Murdo J. Aspectos da economia interna da América espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie. *História da América*. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1999, v. II, p. 219-220.

Tendo em vista as características citadas, conclui-se que a América espanhola colonial começou como uma sociedade:

- a) escolhida para representar o espírito da modernidade europeia na América.
- b) engajada no comércio do qual provinham especiarias para serem distribuídas na Europa.
- c) centrada na extração e no beneficiamento mineral de recursos como ouro, prata e pedras preciosas, ali encontrados.
- d) fundada na lógica da conquista, ao se fazer uso da violência contra a população indígena para a apropriação de riquezas.
- e) voltada para o cultivo da cana-de-açúcar, produto bastante valorizado, tal como se verificou nas colônias portuguesas.

○ **21. (ENEM)** Na América inglesa, não houve nenhum processo sistemático de catequese e de conversão dos índios ao cristianismo, apesar de algumas iniciativas nesse sentido. Brancos e índios confrontaram-se muitas vezes e mantiveram-se separados. Na América portuguesa, a catequese dos índios começou com o próprio processo de colonização, e a mestiçagem teve dimensões significativas. Tanto na América inglesa quanto na portuguesa, as populações indígenas foram muito sacrificadas. Os índios não tinham defesas contra as doenças trazidas pelos brancos, foram derrotados pelas armas de fogo destes últimos e, muitas vezes, escravizados.

No processo de colonização das Américas, as populações indígenas da América portuguesa:

- a) foram submetidas a um processo de doutrinação religiosa que não ocorreu com os indígenas da América inglesa.
- b) mantiveram sua cultura tão intacta quanto a dos indígenas da América inglesa.
- c) passaram pelo processo de mestiçagem, que ocorreu amplamente com os indígenas da América inglesa.
- d) diferenciaram-se dos indígenas da América inglesa por terem suas terras devolvidas.
- e) resistiram, como os indígenas da América inglesa, às doenças trazidas pelos brancos.

○ **22. (UFSM)** No Império Romano, o sal era um dos fundamentos tradicionais da vida e da cultura. Esse hábito permaneceu entre os europeus e, apesar de ser conhecido nos vários continentes, o sal não era usual na dieta dos povos africanos ou indígenas até o contato mais sistemático com os brancos, ocorrido a partir do século XVI. Qual das situações históricas a seguir NÃO influenciou no processo de difusão da cultura europeia no período?

- a) Expansão marítima da Era Moderna.
- b) Tráfico de escravos da África para a América.
- c) Estabelecimento de missões e reduções pela Companhia de Jesus.
- d) Revolução Gloriosa.
- e) Fundação de fortes lusitanos na Guiné e na Costa do Marfim.



○ 23. (UFSM) Considere as afirmativas a seguir, observando as condições alimentares europeias na Idade Moderna.

I. As especiarias eram itens culinários muito caros e utilizados, especialmente, para refinar os pratos consumidos pelos que tinham maior condição financeira.

II. Na falta de outras maneiras para que os alimentos ficassem preservados por mais tempo, o mais usual era a salga, a seca-gem e a defumação.

III. As especiarias eram produtos onerosos, porque provinham de regiões distantes, como o norte da América.

IV. O contato dos europeus com os nativos da América possibilitou a inclusão de novos produtos na dieta do Velho Mundo.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas III.
- c) apenas II e IV.
- d) apenas I, II e IV.
- e) I, II, III e IV.

○ 24. (UFSM) No século XVI, diversos chefes de Estado europeus valeram-se de um conjunto de práticas denominado "mercantilismo", que tinha como princípio(s) básico(s):

I. O que mede a riqueza de um país é sua abundância de ouro e prata.

II. O desenvolvimento do comércio é o principal meio de conseguir recursos para uma nação.

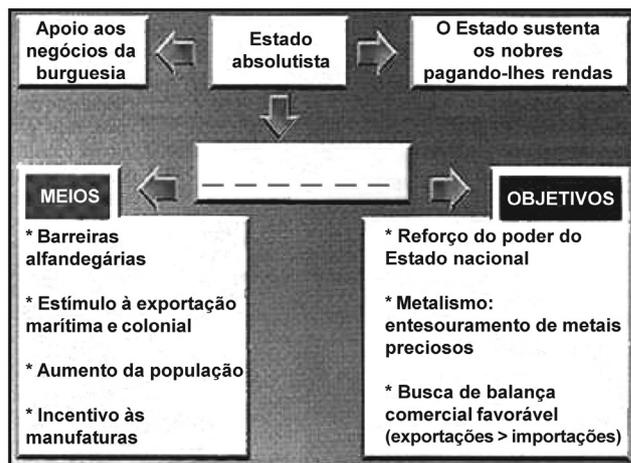
III. As colônias só podem comercializar com a metrópole, ficando-lhes vedado o direito de produzir manufaturas.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) I, II e III.

Anotações:

○ 25. (UFSM)



www.colegioaofrancisco.com.br (adaptado)

No contexto da Europa do Antigo Regime, a palavra ou expressão que preenche corretamente a lacuna do gráfico é

- a) Mercantilismo.
- b) Revolução Industrial.
- c) Liberalismo.
- d) Capitalismo concorrencial.
- e) Nacionalismo.

○ 26. (UFRGS-2023) Com relação à ocupação territorial e ao processo colonial português no Brasil, considere as seguintes afirmações.

I. As capitâneas hereditárias configuraram grandes territórios distribuídos pela coroa portuguesa, cuja base econômica principal era a agromanufatura.

II. Os capitães-donatários podiam, em nome da coroa, exercer a justiça, o comando militar, o direito de alistar colonos, formar milícias e escravizar indígenas.

III. A coroa portuguesa, com a adoção das capitâneas hereditárias, abdicou do seu poder sobre o território, descentralizando totalmente os poderes governamentais para os capitães-donatários.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.



27. (UFRGS-2020) A respeito da expansão europeia, da conquista e da ocupação da América Espanhola, considere as afirmações abaixo.

I. A encomienda era um sistema no qual indígenas deveriam fornecer mão de obra e pagar tributos a colonos espanhóis.

II. A conquista foi pacífica em relação aos Estados indígenas organizados, elemento que facilitou a rendição dessas populações.

III. A escravidão de povos autóctones foi um expediente comum, utilizado pela Coroa, contra indígenas capturados em guerras ou que se rebelassem.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

28. (UFRGS) Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo, sobre a expansão de Portugal e a formação do império ultramarino entre os séculos XV e XVIII.

() O principal resultado da dinâmica expansionista de Portugal foi a homogeneização de todas as regiões que compunham o território imperial, tornando-as plenamente dependentes da metrópole e desprovidas de autonomia política e econômica.

() A formação do Império português, iniciada no contexto do Renascimento europeu, deu-se a partir da constituição de um ideário predominantemente clássico, que rompeu com as tradições medievais de governo.

() O reino de Portugal, do ponto de vista econômico, estava amplamente ligado ao comércio atlântico, tendo como uma das principais fontes de renda as receitas obtidas pelo tráfico ultramarino.

() A Igreja Católica, marcada pela dependência em relação à Coroa por meio do padroado régio, desempenhou um importante papel unificador do Império ao longo da expansão territorial portuguesa.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V - V - F - V
- b) V - F - V - F
- c) F - V - F - V
- d) F - V - V - F
- e) F - F - V - V

29. (UFRGS) Leia o enunciado abaixo.

No contexto das grandes navegações, iniciou-se um processo de deslocamento do eixo comercial e econômico europeu do _____ para o _____. Em função da _____ do comércio, desenvolveram-se concepções econômicas na Europa, no século XVI, que ficaram conhecidas como _____.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do enunciado acima, na ordem em que aparecem.

- a) Mar Mediterrâneo - Oceano Índico - expansão - industrialismo
- b) Oceano Índico - Oceano Atlântico - retração - imperialismo
- c) Oceano Atlântico - Mar Mediterrâneo - expansão - mercantilismo
- d) Mar Mediterrâneo - Oceano Atlântico - expansão - mercantilismo
- e) Oceano Atlântico - Mar Mediterrâneo - retração - industrialismo

30. (UFRGS) Considere as afirmações abaixo, sobre o Império Espanhol nas Américas, nos séculos XVI e XVII.

I. O Peru e o México, conquistados, respectivamente, dos incas e dos astecas, foram as regiões mais importantes desse império.

II. Uma das principais atividades econômicas foi a mineração, centrada principalmente na região de Potosí, na atual Bolívia.

III. A política econômica da metrópole privilegiou o livre-comércio entre as possessões espanholas e outras regiões europeias, com suas colônias.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

Anotações:



HABILIDADES À PROVA 3

» *Brasil colônia: estruturas econômicas, sociedade e invasões estrangeiras entre os séculos XVI e XVIII*

○ 1. (ENEM) Após as três primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. A política da metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala, assentada na grande propriedade. Essa diretriz deveria atender aos interesses de acumulação de riqueza na metrópole lusa, em mãos dos grandes comerciantes, da Coroa e de seus afilhados.

FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2002 (adaptado).

Para concretizar as aspirações expansionistas e mercantis estabelecidas pela Coroa Portuguesa para a América, a estratégia lusa se constituiu em:

- a) disseminar o modelo de colonização já utilizado com sucesso pela Grã-Bretanha nas suas treze colônias na América do Norte.
- b) apostar na agricultura tropical em grandes propriedades e no domínio da Colônia pelo monopólio comercial e pelo povoamento.
- c) intensificar a pecuária como a principal cultura capaz de forçar a penetração do homem branco no interior do continente.
- d) acelerar a desocupação da terra e transferi-la para mãos familiarizadas ao trabalho agrícola de culturas tropicais.
- e) desestimular a escravização do indígena e incentivar sua integração na sociedade colonial por meio da atividade comercial.

○ 2. (ENEM) O açúcar e suas técnicas de produção foram levados à Europa pelos árabes no século VIII, durante a Idade Média, mas foi principalmente a partir das Cruzadas (séculos XI e XIII) que a sua procura foi aumentando. Nessa época passou a ser importado do Oriente Médio e produzido em pequena escala no sul da Itália, mas continuou a ser um produto de luxo, extremamente caro, chegando a figurar nos dotes de princesas casadoiras.

CAMPOS, R. *Grandezas do Brasil no tempo de Antonil* (1681-1716). São Paulo: Atual, 1996.

Considerando o conceito do Antigo Sistema Colonial, o açúcar foi o produto escolhido por Portugal para dar início à colonização brasileira, em virtude de:

- a) o lucro obtido com o seu comércio ser muito vantajoso.
- b) os árabes serem aliados históricos dos portugueses.
- c) a mão de obra necessária para o cultivo ser insuficiente.
- d) as feitorias africanas facilitarem a comercialização desse produto.
- e) os nativos da América dominarem uma técnica de cultivo semelhante.

○ 3. (ENEM) Áreas em estabelecimento de atividades econômicas sempre se colocaram como grande chamariz. Foi assim no litoral nordestino, no início da colonização, com o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o fumo, as produções de alimentos e o comércio. O enriquecimento rápido exacerbou o espírito de aventura do homem moderno.

FARIA, S. C. A *Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 (adaptado).

O processo descrito no texto trouxe como efeito o(a):

- a) acumulação de capitais na Colônia, propiciando a criação de um ambiente intelectual efervescente.
- b) surgimento de grandes cidades coloniais, voltadas para o comércio e com grande concentração monetária.
- c) concentração da população na região litorânea, pela facilidade de escoamento da produção.
- d) favorecimento dos naturais da Colônia na concessão de títulos de nobreza e fidalguia pela Monarquia.
- e) construção de relações de trabalho menos desiguais que as da Metrópole, inspiradas pelo empreendedorismo.

○ 4. (ENEM) Sabe-se o que era a mata do Nordeste, antes da monocultura da cana: um arvoredo tanto e tamanho e tão basto e de tantas prumagens que não podia homem dar conta. O canavial desvirginou todo esse mato grosso do modo mais cru: pela queimada. A fogo é que foram se abrindo no mato virgem os claros por onde se estendeu o canavial civilizador, mas ao mesmo tempo devastador.

FREYRE, G. *Nordeste*. São Paulo: Global, 2004 (adaptado).

Analisando os desdobramentos da atividade canavieira sobre o meio físico, o autor salienta um paradoxo, caracterizado pelo(a):

- a) demanda de trabalho, que favorecia a escravidão.
- b) modelo civilizatório, que acarretou danos ambientais.
- c) rudimento das técnicas produtivas, que eram ineficientes.
- d) natureza da atividade econômica, que concentrou riqueza.
- e) predomínio da monocultura, que era voltada para exportação.

○ 5. (ENEM) Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho; e quanto os senhores são mais possantes e bem aparelhados de todo o necessário, afáveis e verdadeiros, tanto mais são procurados, ainda dos que não têm a cana cativa, ou por antiga obrigação, ou por preço que para isso receberam.

ANTONIL, J. A. *Cultura e opulência do Brasil* [1711]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967 (adaptado).

Segundo o texto, a produção açucareira no Brasil colonial era:

- a) baseada no arrendamento de terras para a obtenção da cana a ser moída nos engenhos centrais.
- b) caracterizada pelo funcionamento da economia de livre mercado em relação à compra e venda de cana.
- c) dependente de insumos importados da Europa nas frotas que chegavam aos portos em busca do açúcar.
- d) marcada pela interdependência econômica entre os senhores de engenho e os lavradores de cana.
- e) sustentada no trabalho escravo desempenhado pelos lavradores de cana em terras arrendadas.



○ **6. (ENEM)** Quando Deus confundiu as línguas na torre de Babel, ponderou Filo Hebreu que todos ficaram mudos e surdos, porque, ainda que todos falassem e todos ouvissem, nenhum entendia o outro. Na antiga Babel, houve setenta e duas línguas; na Babel do rio das Amazonas, já se conhecem mais de cento e cinquenta. E assim, quando lá chegamos, todos nós somos mudos, e todos eles, surdos. Vede agora quanto estudo e quanto trabalho serão necessários para que esses mudos falem e esses surdos ouçam.

VIEIRA, A. Sermões pregados no Brasil. In: RODRIGUES, J. H. *História viva*. São Paulo: Global, 1985 (adaptado).

No decorrer da colonização portuguesa na América, as tentativas de resolução do problema apontado pelo padre Antônio Vieira resultaram na:

- ampliação da violência nas guerras intertribais.
- desistência da evangelização dos povos nativos.
- indiferença dos jesuítas em relação à diversidade de línguas americanas.
- pressão da Metrópole pelo abandono da catequese nas regiões de difícil acesso.
- sistematização das línguas nativas numa estrutura gramatical facilitadora da catequese.

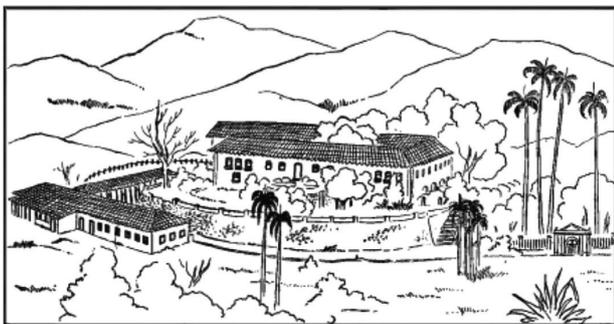
○ **7. (ENEM)** Em teoria, as pessoas livres da Colônia foram enquadradas em uma hierarquia característica do Antigo Regime. A transferência desse modelo, de sociedade de privilégios, vigente em Portugal, teve pouco efeito prático no Brasil. Os títulos de nobreza eram ambicionados. Os fidalgos eram raros, e muita gente comum tinha pretensões à nobreza.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995 (adaptado).

Ao reelaborarem a lógica social vigente na metrópole, os sujeitos do mundo colonial construíram uma distinção que ordena a vida cotidiana a partir da:

- concessão de títulos nobiliárquicos por parte da Igreja Católica.
- afirmação de diferenças fundadas na posse de terras e de escravos.
- imagem do Rei e de sua Corte como modelo a ser seguido.
- miscigenação associada a profissões de elevada qualificação.
- definição do trabalho como princípio ético da vida em sociedade.

○ **8. (ENEM)**



FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

O desenho retrata a fazenda de São Joaquim da Gramma com a casa-grande, a senzala e outros edifícios representativos de uma estrutura arquitetônica característica do período escravocrata no Brasil. Essa organização do espaço representa uma:

- estratégia econômica e espacial para manter os escravos próximos do plantio.
- tática preventiva para evitar roubos e agressões por escravos fugidos.
- forma de organização social que fomentou o patriarcalismo e a miscigenação.
- maneira de evitar o contato direto entre os escravos e seus senhores.
- particularidade das fazendas de café das regiões Sul e Sudeste do país.

○ **9. (ENEM-2020)** “Associados a atividades importantes e variadas na evolução das sociedades americanas modernas, os africanos conseguiram impor sua marca nas línguas, culturas, economias, além de participar, quase invariavelmente, na composição étnica das comunidades do Novo Mundo. A sua influência alcançou mais fortemente as regiões do latifúndio agrícola, em comunidades cujo desenvolvimento ocorreu às margens do Atlântico e do mar das Antilhas, do sudeste dos Estados Unidos até a porção nordeste do Brasil, e ao longo das costas do Pacífico, na Colômbia, no Equador e no Peru.”

(KNIGHT, F. W. A diáspora africana. In: AJAYI, J. F. A. (Org.). *História geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: Unesco, 2010 (adaptado).)

Uma das contribuições da diáspora descrita no texto para o continente americano foi o(a):

- fim da escravidão indígena.
- declínio de monoculturas locais.
- introdução de técnicas produtivas.
- formação de sociedades estamentais.
- desvalorização das capitânicas hereditárias.

○ **10. (ENEM)** Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despídos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.

VIEIRA, A. *Sermões*. Tomo XI. Porto: Lello & Irmão, 1951 (adaptado).

O trecho do sermão do Padre Antônio Vieira estabelece uma relação entre a Paixão de Cristo e:

- a atividade dos comerciantes de açúcar nos portos brasileiros.
- a função dos mestres de açúcar durante a safra de cana.
- o sofrimento dos jesuítas na conversão dos ameríndios.
- o papel dos senhores na administração dos engenhos.
- o trabalho dos escravos na produção de açúcar.



○ **11. (ENEM)** Para os Impérios Coloniais, o problema das doenças que atingiam os escravos era algo com que cotidianamente deparavam os senhores. Em vista disso, uma série de obras dedicadas à administração de escravos foi publicada com vista a implementar uma moderna gestão da mão de obra escravista em convergência com o Iluminismo. Nesse contexto, o saber médico adquiria um papel extremamente relevante. Este era encarado como um instrumento fundamental ao desenvolvimento colonial, dada a percepção do impacto que as doenças tropicais causavam na população branca e nos povos escravizados.

ABREU, J. L. N. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das "luzes" e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, n. 3, jul.-set. 2007 (adaptado).

De acordo com o texto, a importância da medicina se justifica no âmbito dos objetivos

- a) econômicos das elites.
- b) naturalistas dos viajantes.
- c) abolicionistas dos letrados.
- d) tradicionalistas dos nativos.
- e) emancipadores das metrópoles.

○ **12. (ENEM-2020)** "Ao longo de uma evolução iniciada nos meados do século XIV, o tráfico lusitano se desenvolve na periferia da economia metropolitana e das trocas africanas. Em seguida, o negócio se apresenta como uma fonte de receita para a Coroa e responde à demanda escravista de outras regiões europeias. Por fim, os africanos são usados para consolidar a produção ultramarina."

(ALENCASTRO, L. F. O trato dos viventes. São Paulo: Cia. das Letras, 2000 (adaptado).)

A atividade econômica destacada no texto é um dos elementos do processo que levou o reino português a:

- a) utilizar o clero jesuíta para garantir a manutenção da emancipação indígena.
- b) dinamizar o setor fabril para absorver os lucros dos investimentos senhoriais.
- c) aceitar a tutela papal para reivindicar a exclusividade das rotas transoceânicas.
- d) fortalecer os estabelecimentos bancários para financiar a expansão da exploração mineradora.
- e) implementar a agromanufatura açucareira para viabilizar a continuidade da empreitada colonial.

○ **13. (ENEM)**

Texto I



Imagem de São Benedito. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br>. Acesso em: 6 jan. 2016 (adaptado)

Texto II

Os santos tornaram-se grandes aliados da Igreja para atrair novos devotos, pois eram obedientes a Deus e ao poder clerical. Contando e estimulando o conhecimento sobre a vida dos santos, a Igreja transmitia aos fiéis os ensinamentos que julgava corretos e que deviam ser imitados por escravos que, em geral, traziam outras crenças de suas terras de origem, muito diferentes das que preconizava a fé católica.

OLIVEIRA, A. J. Negra devoção. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 20, maio 2007 (adaptado)

Posteriormente ressignificados no interior de certas irmandades e no contato com outra matriz religiosa, o ícone e a prática mencionada no texto estiveram desde o século XVII relacionados a um esforço da Igreja Católica para:

- a) reduzir o poder das confrarias.
- b) cristianizar a população afro-brasileira.
- c) espoliar recursos materiais dos cativos.
- d) recrutar libertos para seu corpo eclesiástico.
- e) atender a demanda popular por padroeiros locais.

○ **14. (ENEM)**



Jean-Baptiste Debret. *Entrudo*, 1834.

Na obra *Entrudo*, de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), apresentada acima:

- a) registram-se cenas da vida íntima dos senhores de engenho e suas relações com os escravos.
- b) identifica-se a presença de traços marcantes do movimento artístico denominado Cubismo.
- c) identificam-se, nas fisionomias, sentimentos de angústia e inquietações que revelam as relações conflituosas entre senhores e escravos.
- d) observa-se a composição harmoniosa e destacam-se as imagens que representam figuras humanas.
- e) constata-se que o artista utilizava a técnica do óleo sobre tela, com pinceladas breves e manchas, sem delinear as figuras ou as fisionomias.

Anotações:



○ **15. (ENEM)** Torna-se claro que quem descobriu a África no Brasil, muito antes dos europeus, foram os próprios africanos trazidos como escravos. E essa descoberta não se restringia apenas ao reino linguístico, estendia-se também a outras áreas culturais, inclusive à da religião. Há razões para pensar que os africanos, quando misturados e transportados ao Brasil, não demoraram em perceber a existência entre si de elos culturais mais profundos.

SLENES, R. *Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil*. Revista USP, nº 12, dez./jan./fev. 1991-92 (adaptado).

Com base no texto, ao favorecer o contato de indivíduos de diferentes partes da África, a experiência da escravidão no Brasil tornou possível a:

- formação de uma identidade cultural afro-brasileira.
- superação de aspectos culturais africanos por antigas tradições europeias.
- reprodução de conflitos entre grupos étnicos africanos.
- manutenção das características culturais específicas de cada etnia.
- resistência à incorporação de elementos culturais indígenas.

○ **16. (ENEM)** As convicções religiosas dos escravos eram entretanto colocadas a duras provas quando de sua chegada ao Novo Mundo, onde eram batizados obrigatoriamente “para a salvação de sua alma” e deviam curvar-se às doutrinas religiosas de seus mestres. Iemanjá, mãe de numerosos outros orixás, foi sincretizada com Nossa Senhora da Conceição, e Nanã Buruku, a mais idosa das divindades das águas, foi comparada a Sant’Ana, mãe da Virgem Maria.

VERGER, P. *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. São Paulo: Corrupio, 1981.

O sincretismo religioso no Brasil colônia foi uma estratégia utilizada pelos negros escravizados para:

- compreender o papel do sagrado para a cultura europeia.
- garantir a aceitação pelas comunidades dos convertidos.
- preservar as crenças e sua relação com o sagrado.
- integrar as distintas culturas no Novo Mundo.
- possibilitar a adoração de santos católicos.

○ **17. (ENEM)** Feijoada é um prato que consiste num guisado de feijão com carne. E um prato com origem no Norte de Portugal, e que hoje em dia constitui um dos pratos mais típicos da cozinha brasileira. Em Portugal, cozinha-se com feijão branco no noroeste (Minho e Douro Litoral) ou feijão vermelho no nordeste (Tras-os-montes), e geralmente inclui também outros vegetais (tomate, cenouras ou couve) juntamente com a carne de porco ou de vaca, as quais se podem juntar chourigo, morcela ou farinha. No Brasil, os negros faziam uma mistura de feijões pretos e de vários tipos de carne de porco e de boi. Atualmente, o prato chega à mesa acompanhado de farofa, arroz branco, couve refogada e laranja fatiada, entre outros ingredientes.

CASCUDO, L. C. *Histeria da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1983.

A criação da feijoada na culinária brasileira está relacionada, no texto, à atividade:

- mercantil, exercida pelos homens que transportavam mercadoria e gado.
- agropecuária, exercida pelos homens que trabalhavam no campo.
- mineradora, exercida pelos homens que extraíam o ouro.
- culinária, exercida na senzala com as sobras da cozinha dos senhores.
- comercial, exercida pelos cavaleiros do Sul do Brasil.

○ **18. (ENEM)** Parecer CNE/CP nº 3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Procura-se oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas. Propõe a divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente tenham seus direitos garantidos.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: www.semesp.org.br. Acesso em: 21 nov. 2013 (adaptado).

A orientação adotada por esse parecer fundamenta uma política pública e associa o princípio da inclusão social a:

- práticas de valorização identitária.
- medidas de compensação econômica.
- dispositivos de liberdade de expressão.
- estratégias de qualificação profissional.
- instrumentos de modernização jurídica.

○ **19. (ENEM)** A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, inclui no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e determina que o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como data comemorativa do “Dia da Consciência Negra”.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2010 (adaptado).

A referida lei representa um avanço não só para a educação nacional, mas também para a sociedade brasileira, porque:

- legitima o ensino das ciências humanas nas escolas.
- divulga conhecimentos para a população afro-brasileira.
- reforça a concepção etnocêntrica sobre a África e sua cultura.
- garante aos afrodescendentes a igualdade no acesso à educação.
- impulsiona o reconhecimento da pluralidade étnico-racial do país.

○ **20. (ENEM)** A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

A alteração legal no Brasil contemporâneo descrita no texto é resultado do processo de:

- aumento da renda nacional.
- mobilização do movimento negro.
- melhoria da infraestrutura escolar.
- ampliação das disciplinas obrigatórias.
- política das universidades públicas.



○ **21. (ENEM)** O Movimento Negro Unificado (MNU) distingue-se do Teatro Experimental do Negro (TEN) por sua crítica ao discurso nacional hegemônico. Isto é, enquanto o TEN defende a plena integração simbólica dos negros na identidade nacional “híbrida”, o MNU condena qualquer tipo de assimilação, fazendo do combate à ideologia da democracia racial uma das suas principais bandeiras de luta, visto que, aos olhos desse movimento, a igualdade formal assegurada pela lei entre negros e brancos e a difusão do mito de que a sociedade brasileira não é racista teriam servido para sustentar, ideologicamente, a opressão racial.

COSTA, S. *Dois Atlânticos: teoria social, antirracismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (adaptado).

No texto, são comparadas duas organizações do movimento negro brasileiro, criadas em diferentes contextos históricos: o TEN, em 1944, e o MNU, em 1978. Ao assumir uma postura divergente da do TEN, o MNU pretendia:

- a) pressionar o governo brasileiro a decretar a igualdade racial.
- b) denunciar a permanência do racismo nas relações sociais.
- c) contestar a necessidade da igualdade entre negros e brancos.
- d) defender a assimilação do negro por meios não democráticos.
- e) divulgar a ideia da miscigenação como marca da nacionalidade.

○ **22. (ENEM)**

Ô ô, com tanto pau no mato
Embaúba* é coroné
Com tanto pau no mato, ê ê
Com tanto pau no mato
Embaúba é coroné

*Embaúba: árvore comum e inútil por ser podre por dentro, segundo o historiador Stanley Stein.

STEIN, S. J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990 (adaptado).

Os versos fazem parte de um jongo, gênero poético-musical cantado por escravos e seus descendentes no Brasil no século XIX, e procuram expressar a:

- a) exploração rural.
- b) bravura senhorial.
- c) resistência cultural.
- d) violência escravista.
- e) ideologia paternalista.

○ **23. (ENEM)** Na antiga Vila de São José del Rei, a atual cidade de Tiradentes (MG), na primeira metade do século XVIII, mais de cinco mil escravos trabalhavam na mineração aurífera. Construíram sua capela, dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Na fachada, colocaram um oratório com a imagem de São Benedito. A comunidade do século XVIII era organizada mediante a cor, por isso cada grupo tinha sua irmandade: a dos brancos, dos crioulos, dos mulatos, dos pardos. Em cada localidade se construía uma igreja dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Com a decadência da mineração, a população negra foi levada para arraiais com atividades lucrativas diversas. Eles se foram e ficou a igreja. Mas, hoje, está sendo resgatada a festa do Rosário e o Terno de Congado.

CRUZ, L. *Fé e identidade cultural*. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br. Acesso em: 4 jul. 2012.

Na lógica analisada, as duas festividades retomadas recentemente, na cidade mineira de Tiradentes, têm como propósito:

- a) valorizar a cultura afrodescendente e suas tradições religiosas.
- b) retomar a veneração católica aos valores do passado colonial.
- c) reunir os elementos constitutivos da história econômica regional.

d) combater o preconceito contra os adeptos do catolicismo popular.

e) produzir eventos turísticos voltados a religiões de origem africana.

○ **24. (ENEM)** A comunidade de Mumbuca, em Minas Gerais, tem uma organização coletiva de tal forma expressiva que coopera para o abastecimento de mantimentos da cidade do Jequitinhonha, o que pode ser atestado pela feira aos sábados. Em Campinho da Independência, no Rio de Janeiro, o artesanato local encanta os frequentadores do litoral sul do estado, além do resaurante quilombola que atende aos turistas.

ALMEIDA, A. W. B. (Org.). *Cadernos de debates nova cartografia social: Territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; UEA Edições, 2010 (adaptado).

No texto, as estratégias territoriais dos grupos de remanescentes de quilombo visam garantir:

- a) Perdão de dívidas fiscais.
- b) Reserva de mercado local.
- c) Inserção econômica regional.
- d) Protecionismo comercial tarifário.
- e) Benefícios assistenciais públicos.

○ **25. (ENEM-2020)** “Em escala, o negro é o negro retinto, o mulato já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca. A forma desse racismo no Brasil decorre de uma situação em que a mestiçagem não é punida, mas louvada. Com efeito, as uniões inter-raciais, aqui, nunca foram tidas como crime ou pecado. Nós surgimos, efetivamente, do cruzamento de uns poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras.”

(RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004 (adaptado).)

Considerando o argumento apresentado, a discriminação racial no Brasil tem como origem:

- a) identidades regionais.
- b) segregação oficial.
- c) vínculos matrimoniais.
- d) traços fenotípicos.
- e) status ocupacional.

○ **26. (ENEM-2023)** Superar a história da escravidão como principal marca da trajetória do negro no país tem sido uma tônica daqueles que se dedicam a pesquisar as heranças de origem afro à cultura brasileira. A esse esforço de reconstrução da própria história do país, alia-se agora a criação da plataforma digital Ancestralidades. “A história do negro no Brasil vai continuar sendo contada, e cada passo que a gente dá para trás é um passo que a gente avança”, diz Márcio Black, idealizador da plataforma, sobre o estudo de figuras ainda encobertas pela perspectiva histórica imposta pelos colonizadores da América.

FIORATI, G. *Projeto joga luz sobre negros e revê perspectiva histórica*. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 10 nov. 2021 (adaptado).

Em relação ao conhecimento sobre a formação cultural brasileira, iniciativas como a descrita no texto favorecem o(a)

- a) recuperação do tradicionalismo.
- b) estímulo ao antropocentrismo.
- c) reforço do etnocentrismo.
- d) resgate do teocentrismo.
- e) crítica ao eurocentrismo.



○ **27. (ENEM)** Os holandeses desembarcaram em Pernambuco no ano de 1630, em nome da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), e foram aos poucos ocupando a costa que ia da foz do Rio São Francisco ao Maranhão, no atual Nordeste brasileiro. Eles chegaram ao ponto de destruir Olinda, antiga sede da capitania de Duarte Coelho, para erguer no Recife uma pequena Amsterdã.

NASCIMENTO, R. L. X. *A toque de caixas*. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 6, n. 70, jul. 2011.

Do ponto de vista econômico, as razões que levaram os holandeses a invadirem o nordeste da Colônia decorriam do fato de que essa região:

- a) era a mais importante área produtora de açúcar na América portuguesa.
- b) possuía as mais ricas matas de pau-brasil no litoral das Américas.
- c) contava com o porto mais estratégico para a navegação no Atlântico Sul.
- d) representava o principal entreposto de escravos africanos para as Américas.
- e) constituía um reduto de ricos comerciantes de açúcar de origem judaica.

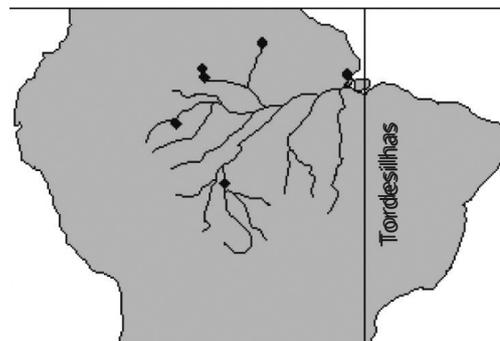
○ **28. (ENEM)** O Brasil oferece grandes lucros aos portugueses. Em relação ao nosso país, verificar-se-á que esses lucros e vantagens são maiores para nós. Os açúcares do Brasil, enviados diretamente ao nosso país, custarão bem menos do que custam agora, pois que serão libertados dos impostos que sobre eles se cobram em Portugal, e, dessa forma, destruiremos seu comércio de açúcar. Os artigos europeus, tais como tecidos, pano etc., poderão, pela mesma razão, ser fornecidos por nós ao Brasil muito mais baratos; o mesmo se dá com a madeira e o fumo.

WALBEECK, J. *Documentos Holandeses*. Disponível em: <http://www.mc.unicamp.br>.

O texto foi escrito por um conselheiro político holandês no contexto das chamadas Invasões Holandesas (1624-1654), no Nordeste da América Portuguesa, que resultaram na ocupação militar da capitania de Pernambuco. O conflito se inicia em um período em que Portugal e suas colônias, entre elas o Brasil, se encontravam sob domínio da Espanha (1580-1640). A partir do texto, qual o objetivo dos holandeses com essa medida?

- a) Construir uma rede de refino e distribuição do açúcar no Brasil, levando vantagens sobre os concorrentes portugueses.
- b) Garantir o abastecimento de açúcar no mercado europeu e oriental, ampliando as áreas produtoras de cana fora dos domínios lusos.
- c) Romper o embargo espanhol imposto aos holandeses depois da União Ibérica, ampliando os lucros obtidos com o comércio açucareiro.
- d) Incentivar a diversificação da produção do Nordeste brasileiro, aumentando a inserção dos holandeses no mercado de produtos manufaturados.
- e) Dominar uma região produtora de açúcar mais próxima da Europa do que as Antilhas Holandesas, facilitando o escoamento dessa produção.

○ **29. (ENEM)** O mapa apresenta parte do contorno da América do Sul, destacando a bacia amazônica. Os pontos assinalados representam fortificações militares instaladas no século XVIII pelos portugueses. A linha indica o Tratado de Tordesilhas revogado pelo Tratado de Madri, apenas em 1750.



Adaptado de Carlos de Meira Mattos. *Geopolítica e teoria de fronteiras*.

Pode-se afirmar que a construção dos fortes pelos portugueses visava, principalmente, dominar:

- a) militarmente a bacia hidrográfica do Amazonas.
- b) economicamente as grandes rotas comerciais.
- c) as fronteiras entre nações indígenas.
- d) o escoamento da produção agrícola.
- e) o potencial de pesca da região.

○ **30. (ENEM)** Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil colonial. A palavra tropeiro vem de "tropa" que, no passado, se referia ao conjunto de homens que transportava gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e de produtos básicos. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos, os tropeiros comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado.

Disponível em <http://www.tribunadoplanoalto.com.br>. Acesso em: 27 nov. 2008.

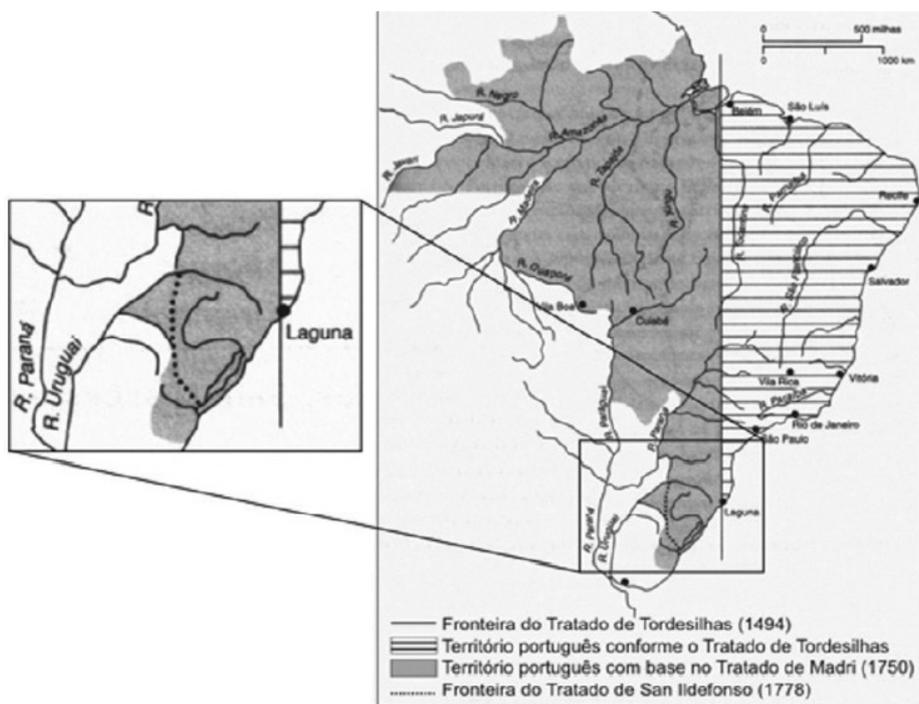
A criação do feijão tropeiro na culinária brasileira está relacionada à:

- a) atividade comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.
- b) atividade culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das minas.
- c) atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.
- d) atividade agropecuária exercida pelos tropeiros que necessitavam dispor de alimentos.
- e) atividade mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.



○ 31. (ENEM) As terras brasileiras foram divididas por meio de tratados entre Portugal e Espanha. De acordo com esses tratados, identificados no mapa, conclui-se que:

- a) Portugal, pelo Tratado de Tordesilhas, detinha o controle da foz do rio Amazonas.
- b) o Tratado de Tordesilhas utilizava os rios como limite físico da América portuguesa.
- c) o Tratado de Madri reconheceu a expansão portuguesa além da linha de Tordesilhas.
- d) Portugal, pelo Tratado de San Ildefonso, perdia territórios na América em relação ao de Tordesilhas.
- e) o Tratado de Madri criou a divisão administrativa da América Portuguesa em Vice-Reinos Oriental e Ocidental.



BETHEL, L. História da América. V. I. São Paulo: Edusp, 1997.

○ 32. (ENEM-2020) “Uma sombra pairava sobre as tão esperadas descobertas auríferas: a multidão de aventureiros que se espalhara por serras e grotões mostrava-se criminoso e desobediente aos ditames da Coroa ou da Igreja. Carregavam consigo tantos escravos que o preço da mão de obra começara a aumentar na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Ao fim de dez anos, a tensão entre paulistas e forasteiros, entre autoridades e mineradores, só fazia aumentar.”

(DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2010.)

No contexto abordado, do início do século XVIII, a medida tomada pela Coroa lusitana visando garantir a ordem na região foi a:

- a) regulamentação da exploração do trabalho.
- b) proibição da fixação de comerciantes.
- c) fundação de núcleos de povoamento.
- d) revogação da concessão de lavras.
- e) criação das intendências das minas.

○ 33. (ENEM-2020) “A Inglaterra não só os produzia em condições técnicas mais avançadas do que o resto dos países, como os transportava e distribuía. Tinha, pois, necessidades de mercados, e foi por isso que se esforçou, naquela etapa de sua história, para criá-los e desenvolvê-los. O Tratado de Methuen em 1703 estabelecia a compra dos tecidos ingleses por parte de Portugal, enquanto a Inglaterra se comprometia a adquirir a produção vinícola dos lusitanos.”

(SODRÉ, N. W. As razões da independência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969 (adaptado).)

No contexto político-econômico da época, esse tratado teve como consequência para os britânicos a:

- a) aplicação de práticas liberais.
- b) estagnação de superávit mercantil.
- c) obtenção de privilégios comerciais.
- d) promoção de equidade alfandegária.
- e) equiparação de reservas monetárias.



○ **34. (ENEM)** É preciso ressaltar que, de todas as capitânicas brasileiras, Minas era a mais urbanizada. Não havia ali hegemonia de um ou dois grandes centros. A região era repleta de vilas e arraiais, grandes e pequenos, em cujas ruas muita gente circulava.

PAIVA, E. F. *O ouro e as transformações na sociedade colonial*. São Paulo: Atual, 1998.

As regiões da América portuguesa tiveram distintas lógicas de ocupação. Uma explicação para a especificidade da região descrita no texto está identificada na:

- a) apropriação cultural diante das influências externas.
- b) produção manufatureira diante do exclusivo comercial.
- c) insubordinação religiosa diante da hierarquia eclesiástica.
- d) fiscalização estatal diante das particularidades econômicas.
- e) autonomia administrativa diante das instituições metropolitanas.

○ **35. (ENEM)** A partir da segunda metade do século XVIII, o número de escravos recém-chegados cresce no Rio e se estabiliza na Bahia. Nenhum lugar servia tão bem à recepção de escravos quanto o Rio de Janeiro.

FRANÇA, R. *O tamanho real da escravidão*. O Globo, 5 abr. 2015 (adaptado).

Na matéria, o jornalista informa uma mudança na dinâmica do tráfico atlântico que está relacionada à seguinte atividade:

- a) Coleta de drogas do sertão.
- b) Extração de metais preciosos.
- c) Adoção da pecuária extensiva.
- d) Retirada de madeira do litoral.
- e) Exploração da lavoura de tabaco.

○ **36. (ENEM-2023)** Seda, madeiras aromáticas e têxteis, obras de arte, lã, cristais e muitas, muitas peças de porcelana chegaram ao Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII. A opulência proporcionada pelo ouro fez com que esses itens fossem ainda mais presentes em cidades mineiras como Ouro Preto, Mariana e Sabará. Esses objetos inspiraram a criação das chinesices, termo que designa um tipo de arte que evoca motivos chineses, presentes em várias igrejas barrocas de Minas Gerais. No Brasil, é bem provável que a inspiração para as pinturas nas igrejas barrocas com pássaros, elefantes, tigres, mandarins e pagodes tenha sido tirada de gravuras, tecidos, móveis e, principalmente, das porcelanas chinesas que circulavam livremente em uma sociedade enriquecida pelo comércio do ouro e pedras preciosas.

MARIUZZO, P. *Estudos interdisciplinares ampliam conhecimento sobre chinesice no barroco mineiro*. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br>. Acesso em: 23 nov. 2021 (adaptado).

O desenvolvimento do processo artístico descrito no texto foi possível pelo(a)

- a) representação arquitetônica.
- b) intercâmbio transcontinental.
- c) dependência econômica.
- d) intervenção estatal.
- e) padrão estético.

○ **37. (ENEM)** Próximo da Igreja dedicada a São Gonçalo deparamo-nos com uma impressionante multidão que dançava ao som de suas violas. Tão logo viram o Vice-Rei, cercaram-no e obrigaram a dançar e pular, exercício violento e pouco apropriado tanto para sua idade quanto posição. Tivemos nós mesmos que entrar na dança, por bem ou por mal, e não deixou de ser interessante ver numa igreja padres, mulheres, frades, cavalheiros e escravos a dançar e pular misturados, e a gritar a plenos pulmões “Viva São Gonçalo do Amarante”.

Barbinais, Le Gentil. *Nouveau Voyage autour du monde*. Apud: TINHORÃO, J. R. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000 (adaptado).

O viajante francês, ao descrever suas impressões sobre uma festa ocorrida em Salvador, em 1717, demonstra dificuldade em entendê-la, porque, como outras manifestações religiosas do período colonial, ela:

- a) seguia os preceitos advindos da hierarquia católica romana.
- b) demarcava a submissão do povo à autoridade constituída.
- c) definia o pertencimento dos padres às camadas populares.
- d) afirmava um sentido comunitário de partilha da devoção.
- e) harmonizava as relações sociais entre escravos e senhores.

○ **38. (ENEM-2021)** “Eu, Dom João, pela graça de Deus, faço saber a V. Mercê que me aprouve banir para essa cidade vários ciganos – homens, mulheres e crianças – devido ao seu escandaloso procedimento neste reino. Tiveram ordem de seguir em diversos navios destinados a esse porto, e, tendo eu proibido, por lei recente, o uso da sua língua habitual, ordeno a V. Mercê que cumpra essa lei sob ameaça de penalidades, não permitindo que ensinem dita língua a seus filhos, de maneira que daqui por diante o seu uso desapareça.”

(TEIXEIRA, R. C. *História dos ciganos no Brasil*. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.)

A ordem emanada da Coroa portuguesa para sua colônia americana, em 1718, apresentava um tratamento da identidade cultural pautado em:

- a) converter grupos infiéis à religião oficial.
- b) suprimir formas divergentes de interação social.
- c) evitar envolvimento estrangeiro à economia local.
- d) reprimir indivíduos engajados em revoltas nativistas.
- e) controlar manifestações artísticas de comunidades autóctones.

Anotações:



39. (ENEM)



DEBRET, J. B.; SOUZA, L. M. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, v. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

A imagem retrata uma cena da vida cotidiana dos escravos urbanos no início do século XIX. Lembrando que as atividades desempenhadas por esses trabalhadores eram diversas, os escravos de aluguel representados na pintura:

- a) vendiam a produção da lavoura cafeeira para os moradores das cidades.
- b) trabalhavam nas casas de seus senhores e acompanhavam as donzelas na rua.
- c) realizavam trabalhos temporários em troca de pagamento para os seus senhores.
- d) eram autônomos, sendo contratados por outros senhores para realizarem atividades comerciais.
- e) aguardavam a sua própria venda após desembarcarem no porto.

40. (ENEM-2020) “As pessoas do Rio de Janeiro se fazem transportar em cadeirinhas bem douradas sustentadas por negros. Esta cadeira é seguida por um ou dois negros domésticos, trajados de librés mas com os pés nus. Se é uma mulher que se transporta, ela tem frequentemente quatro ou cinco negras indumentadas com asseio; elas vão enfeitadas com muitos colares e brincos de ouro. Outras são levadas em uma rede. Os que querem andar a pé são acompanhados por um negro, que leva uma sombrinha ou guarda-chuva, como se queira chamar.”

(LARA, S. H. Fragmentos setecentistas. São Paulo: Cia. das Letras, 2007 (adaptado).)

Essas práticas, relatadas pelo capelão de um navio que ancorou na cidade do Rio de Janeiro em dezembro de 1748, simbolizavam o seguinte aspecto da sociedade colonial:

- a) A devoção de criados aos proprietários, como expressão da harmonia do elo patriarcal.
- b) A utilização de escravos bem-vestidos em atividades degradantes, como marca da hierarquia social.
- c) A mobilização de séquitos nos passeios, como evidência do medo da violência nos centros urbanos.
- d) A inserção de cativos na prestação de serviços pessoais, como fase de transição para o trabalho livre.
- e) A concessão de vestes opulentas aos agregados, como forma de amparo concedido pela elite senhorial.

41. (ENEM) A experiência que tenho de lidar com aldeias de diversas nações me tem feito ver que nunca índio fez grande confiança de branco e, se isto sucede com os que estão já civilizados, como não sucederá o mesmo com esses que estão ainda brutos.

NORONHA, M. Carta a J. Caldeira Brant, 2 jan. 1751. Apud CHAIM, M. M. *Aldeamentos indígenas* (Goiás: 1749-1811). São Paulo: Nobel, Brasília: INL, 1983 (adaptado).

Em 1749, ao separar-se de São Paulo, a capitania de Goiás foi governada por D. Marcos de Noronha, que atendeu às diretrizes da política indigenista pombalina que incentivava a criação de aldeamentos em função:

- a) das constantes rebeliões indígenas contra os brancos colonizadores, que ameaçavam a produção de ouro nas regiões mineradoras.
- b) da propagação de doenças originadas do contato com os colonizadores, que dizimaram boa parte da população indígena.
- c) do empenho das ordens religiosas em proteger o indígena da exploração, o que garantiu a sua supremacia na administração colonial.
- d) da política racista da Coroa Portuguesa, contrária à miscigenação, que organizava a sociedade em uma hierarquia dominada pelos brancos.
- e) da necessidade de controle dos brancos sobre a população indígena, objetivando sua adaptação às exigências do trabalho regular.

42. (ENEM) A África Ocidental é conhecida pela dinâmica das suas mulheres comerciantes, caracterizadas pela perícia, autonomia e mobilidade. A sua presença, que fora atestada por viajantes e por missionários portugueses que visitaram a costa a partir do século XV, consta também na ampla documentação sobre a região. A literatura é rica em referências às grandes mulheres como as vendedoras ambulantes, cujo jeito para o negócio, bem como a autonomia e mobilidade, é tão típico da região.

HAVIK, P. Dinâmicas e assimetrias afro-atlânticas: a agência feminina e representações em mudança na Guiné (séculos XIX e XX). In: PANTOJA, S. (Org.). *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE; Luanda: Nzila, 2006.

A abordagem realizada pelo autor sobre a vida social da África Ocidental pode ser relacionada a uma característica marcante das cidades no Brasil escravista nos séculos XVIII e XIX, que se observa pela:

- a) restrição à realização do comércio ambulante por africanos escravizados e seus descendentes.
- b) convivência entre homens e mulheres livres, de diversas origens, no pequeno comércio.
- c) presença de mulheres negras no comércio de rua de diversos produtos e alimentos.
- d) dissolução dos hábitos culturais trazidos do continente de origem dos escravizados.
- e) entrada de imigrantes portugueses nas atividades ligadas ao pequeno comércio urbano.

43. (UFMS) Comercializavam-se alimentos produzidos na região e produtos importados [...]. Dentre os produtos produzidos na colônia, destacavam-se a farinha de mandioca, de milho e de trigo, feijão, açúcar, rapadura, aguardente, toucinho, charque e carne fresca [...] peixe seco e fresco. Dentre os produtos importados, os de maior procura eram vinagre, azeite, vinho, bacalhau, azeitonas, pimenta-do-reino, especiarias [...] e sal.

Fonte: BRAICK e MOTA. *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. Vol. 2. São Paulo: Moderna, 2010. p. 84.

Assim, aponte a afirmativa correta, quanto à situação brasileira no período colonial.

- a) O domínio da grande propriedade rural conviveu com a existência de produção agrícola em pequenos lotes de terras.
- b) A estrutura produtiva colonial era exclusivamente voltada para atender à demanda europeia.
- c) Devido ao caráter complementar da economia colonial, era inexistente um mercado interno na colônia.
- d) O sistema de monopólio reconfigurava a dieta dos colonos, obrigando-os a abandonar os alimentos tradicionais de Portugal.
- e) Com a incorporação do Rio Grande do Sul ao Império português, a dieta colonial incluiu maior quantidade de consumo de carne bovina.



○ 44. (UFSM)



CARNEIRO, G. ABC do Capitalismo: economia de mercado para principiantes. São Paulo: CARTGRAF, 1986, p. 101. (adaptado)

Analise a figura e assinale verdadeira (V) ou falsa (F) nas afirmativas a seguir.

- () A hegemonia de Portugal no século XVI resultou do aprimoramento da tecnologia náutica e das técnicas de navegação, bem como do êxito da empresa colonial baseada na produção açucareira em terras americanas.
- () O domínio das técnicas de refino do açúcar e o controle de importantes mercados europeus para a distribuição desse produto permitiram aos holandeses uma associação lucrativa com os lusitanos em terras americanas.
- () A constante pressão holandesa para dinamizar e modernizar a produção açucareira, substituindo, no trabalho, os escravos por trabalhadores assalariados, acelerou a decadência da colônia e facilitou a invasão espanhola no nordeste brasileiro.
- () O desenvolvimento da produção industrial no século XVIII, caracterizado pela revolução das máquinas, pelo domínio dos processos de fabricação e das forças motrizes, permitiu à Inglaterra assumir a hegemonia econômica da Europa e do mundo.

A sequência correta é

- a) V - V - F - V.
 b) V - F - F - V.
 c) F - F - V - F.
 d) F - F - V - V.
 e) V - V - V - F.

○ 45. (UFSM) Segundo João Silvério Trevisan, em "Devassos no Paraíso", a Inquisição, em Portugal e colônias, teria processado 40.000 pessoas, queimado 1.808 nas fogueiras e condenado 29.560 a outras punições. Sobre a Inquisição, é correto afirmar:

- I. Durante a primeira metade do século XVIII, ocorreu o maior número de perseguições no Brasil, época em que a extração do ouro era uma importante atividade da economia colonial.
- II. O medo da ação dos inquisidores ou o desejo de vingança levou as pessoas a confessarem ou delatarem outras pessoas.
- III. O Tribunal Inquisitorial vigiava práticas heréticas, bruxaria e costumes, como andar nu e pintar o corpo.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
 b) apenas II.
 c) apenas III.
 d) apenas II e III.
 e) I, II e III.

○ 46. (UFSM) O estudo da história das relações entre o trabalho e o meio ambiente, nos primeiros séculos de colonização portuguesa no território brasileiro, permite afirmar:

- I. A devastação da Mata Atlântica começou com a chegada dos lusitanos que, utilizando o trabalho dos índios, provocaram a derrubada de, pelo menos, dois milhões de árvores para o comércio do pau-brasil.
- II. A efetiva colonização portuguesa, baseada na *plantation* canieira, causou um imenso dano ambiental e humano ao devastar grandes extensões da Zona da Mata Nordestina, dizimar ou expulsar as populações nativas dessas áreas e aumentar o contingente de trabalhadores traficados da África.
- III. A economia da mineração caracterizou-se não só por causar quase insignificante dano ambiental, como também por permitir a diminuição da exploração do trabalhador escravo, pois a sociedade das minas se tornava mais urbana, mais permeável e menos hierarquizada.
- IV. A Igreja cristã, inspirada na tradição de São Francisco de Assis, manteve uma atitude de defesa das florestas, dos animais e dos seres humanos, não só denunciando as guerras contra os índios, como também condenando os senhores que maltratavam seus escravos.

Estão corretas

- a) apenas I e II.
 b) apenas I e III.
 c) apenas I e IV.
 d) apenas II e III.
 e) apenas III e IV.

○ 47. (UFSM) Observe este trecho da música "Quilombo, o eldorado negro", composta em 1983 por Waly Salomão (letra) e Gilberto Gil (letra e música):

Existiu
 Um eldorado negro no Brasil
 Existiu
 Como o clarão que o sol da liberdade produziu
 Refletiu
 A luz da liberdade, o fogo santo de Olorum
 Reviveu
 A utopia um por todos e todos por um

A história do Quilombo de Palmares, que se desenvolveu no nordeste do Brasil colonial do século XVII, simboliza essa utopia de um verdadeiro "eldorado negro", porque



I. possuía um regime de uso comunal da terra e dos produtos obtidos através da agricultura diversificada, da caça, da pesca, do artesanato e da metalurgia.

II. formou uma sociedade que incluía todas as etnias oprimidas e marginalizadas, isto é, negros, índios, brancos e mestiços.

III. elaborou uma linguagem caracterizada por um sincretismo de elementos das línguas africanas, do português e do tupi.

IV. criou uma religião sem casta sacerdotal que fundia elementos das crenças africanas, do catolicismo popular dos portugueses e das religiões indígenas.

Estão corretas

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e III.
- c) apenas II e IV.
- d) apenas III e IV.
- e) I, II, III e IV.

48. (UFSM)

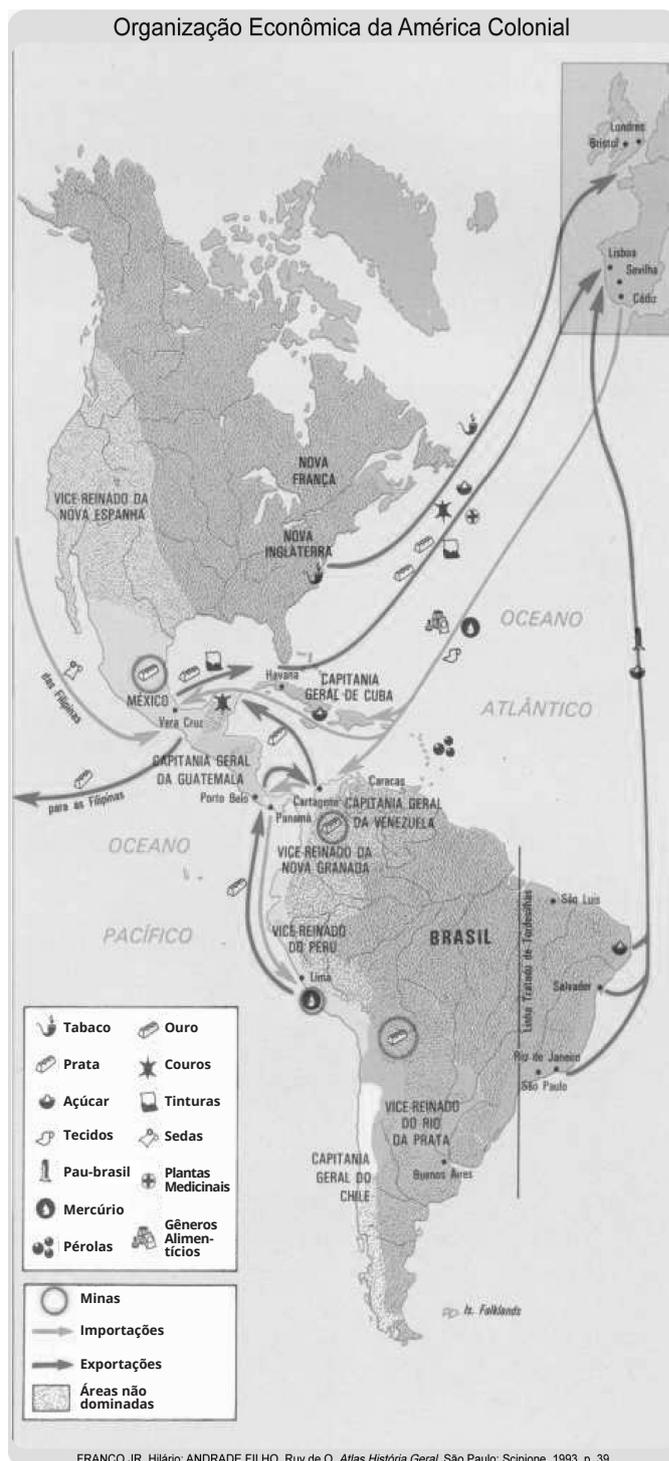


MARCOS ALVES MORATO/EDITPRA ABRIL

A igreja de São Francisco (foto), construída em Ouro Preto no século XVIII, é um marco do barroco e da arquitetura brasileira. O contexto histórico que explica a realização dessa obra é criado pelo(a)

- a) crise do sistema colonial e eclosão das revoltas regenciais.
- b) deslocamento do centro administrativo da Colônia para a cidade de Ouro Preto.
- c) exploração econômica das minas de ouro e consolidação da agricultura canieira.
- d) ciclo da mineração e decorrente diversificação do sistema produtivo.
- e) distanciamento em relação à autoridade colonial e consequente maior liberdade de expressão.

49. (UFSM)



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.





Analise as afirmativas a seguir.

I. Na América, o impulso do desenvolvimento tecnológico que caracterizou o humanismo renascentista influenciou a implantação de eficientes sistemas produtivos minerais e agrícolas, dotados de modernas máquinas que utilizavam escassa mão de obra escrava.

II. Na América portuguesa, a economia mineradora expandiu a colonização para o interior e envolveu trabalhadores escravos negros que, em muitos casos, possuíam experiência de metalurgia adquirida na África.

III. Na América colonial espanhola, os principais centros da economia mineradora utilizaram amplamente a mão de obra indígena, pois se localizaram nas regiões em que ocorreram a conquista e a destruição da Confederação Asteca, no altiplano mexicano, e do Império Inca, na América do Sul andina.

IV. A crise do sistema colonial afetou sobretudo o setor tecnológico, pois as modernas máquinas que as elites econômicas importaram da Revolução Industrial Inglesa não encontraram, nas áreas coloniais, mão de obra qualificada para operá-las, resultando em perdas econômicas, endividamento, crise de produção e rebeliões populares.

Estão corretas

- a) apenas I e II.
- b) apenas II e III.
- c) apenas I e IV.
- d) apenas III e IV.
- e) I, II, III e IV.

○ 50. (UFRGS-2022) Sobre a resistência indígena à colonização iberoamericana, considere as afirmações abaixo.

I. Os indígenas que ocupavam o território da América Portuguesa recusaram alianças com todos os colonizadores europeus, por considerá-los inimigos.

II. O trabalho forçado e a cobrança de outros tributos dos povos nativos em toda a América Espanhola foram abolidos, a partir da vitória dos indígenas na Revolta de Túpac Amaru.

III. Os indígenas aldeados nos chamados “Sete Povos das Missões” resistiram à entrega de seu território para o domínio português, dando início à chamada “Guerra Guaranítica”.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

○ 51. (UFRGS) Sobre o Tratado de Madri, assinado em 1750 por Portugal e Espanha, considere as seguintes afirmações.

I. A Colônia de Sacramento passou para a Espanha, e os Setes Povos das Missões passaram para Portugal, consagrando o princípio do *uti possidetis*.

II. A expulsão dos jesuítas foi fator importante para a eclosão da chamada guerra guaranítica (1752-1756), reduzindo os efeitos do Tratado.

III. As Missões retornaram para a Província do Paraguai.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.

Anotações:



○ **52. (UFRGS)** Leia o seguinte texto a respeito das disputas fronteiriças entre as coroas ibéricas no sul do continente americano, ao longo do século XVIII, e o protagonismo indígena no contexto de tais disputas.

Durante um período de conflito agudo nas reduções, em meados do século XVIII, os Guarani escreveram intensamente, os documentos produzidos por eles permitem repensar as relações estabelecidas com o território missioneiro e, especialmente, suas formas de ação política. Esse conjunto de documentos indica uma discussão pouco referida pela historiografia dedicada ao tema, ou seja, a existência da defesa por escrito de um direito a resistir a uma ordem real injusta dos Guarani em redução [...]. A disputa pelas fronteiras na América do Sul, resultado da rivalidade entre as duas monarquias ibéricas, esteve caracterizada por uma ativa participação dos agentes locais. Diante das implicações dessa permuta, a elite indígena procurou estabelecer negociações que lhe garantissem o controle das terras orientais.

NEUMANN, Eduardo Santos; BOIDIN, Capucine. A escrita política e o pensamento dos Guarani em tempos de autogoverno (c.1753). Revista Bras/Elra de Hist6ria, v. 37, n. 75, 2017, p. 98.

Em relação a essas disputas, é correto afirmar que:

- a) a escrita serviu como importante fator de resistência e de negociação dos interesses indígenas e de mediação com os colonizadores europeus.
- b) as rivalidades entre Portugal e Espanha, pelo controle das terras na região das Missões, desconsiderou a participação dos indígenas.
- c) a historiografia sempre se referiu ao papel desempenhado pelas lideranças indígenas como parte da elite letrada na América do Sul.
- d) os conflitos pela definição das fronteiras garantiram a completa submissão das populações indígenas às reduções jesuíticas.
- e) as sociedades guaranis tinham o costume de resistir às ordens reais emitidas por escrito pelas coroas ibéricas.

○ **53. (UFRGS)** Assinale a alternativa correta, a respeito da organização política e econômica do Império português, entre os séculos XVI e XX.

- a) A experiência da economia cafeeira nas ilhas da Madeira e dos Açores garantiu que, ao longo da existência das capitanias hereditárias no Brasil, o café fosse o principal produto de exportação da colônia para as demais possessões portuguesas.
- b) O Estado português, com o estabelecimento do chamado "Padroado Régio", ficou submetido à Igreja católica, encarregada da organização do Governo Geral nas possessões ultramarinas.
- c) A coroa portuguesa, na América, optou pelo uso restrito de mão de obra escravizada, limitando-a ao trabalho na plantação da cana-de-açúcar e valorizando as relações assalariadas nas manufaturas.
- d) A amplitude dos domínios portugueses e o fluxo de oficiais régios entre os continentes favoreceram, ao mesmo tempo, a articulação entre as muitas partes do Império e um relativo grau de autonomia em cada colônia ultramarina.
- e) A presença portuguesa no continente africano foi encerrada na década de 1880, com a assinatura de acordos diplomáticos entre as potências europeias, episódio que ficou conhecido como "Partilha da África".



GABARITO

• Habilidades à prova

Unidade 1

1. B	13. D	25. E	37. A
2. C	14. B	26. A	38. C
3. D	15. B	27. C	39. A
4. C	16. E	28. E	40. E
5. A	17. A	29. E	41. C
6. A	18. E	30. E	42. D
7. E	19. B	31. D	43. D
8. D	20. E	32. B	44. C
9. D	21. E	33. D	45. C
10. C	22. C	34. D	46. E
11. B	23. D	35. C	
12. B	24. A	36. B	

Unidade 2

1. C	9. A	17. D	25. A
2. A	10. D	18. E	26. D
3. B	11. C	19. B	27. D
4. A	12. E	20. D	28. E
5. C	13. C	21. A	29. D
6. A	14. B	22. D	30. B
7. E	15. C	23. D	
8. C	16. A	24. E	

Unidade 3

1. B	15. A	29. A	43. A
2. A	16. C	30. C	44. A
3. C	17. D	31. C	45. E
4. B	18. A	32. E	46. A
5. D	19. E	33. C	47. B
6. E	20. B	34. D	48. D
7. B	21. B	35. B	49. B
8. C	22. C	36. B	50. C
9. C	23. A	37. D	51. D
10. E	24. C	38. B	52. A
11. A	25. D	39. C	53. D
12. E	26. E	40. B	
13. B	27. A	41. E	
14. D	28. C	42. C	